

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

**ANÁLISE COMPARATIVA DA APROPRIAÇÃO DE TÉCNICAS PARTICIPATIVAS
PELOS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DAS APAs
MARINHA LITORAL NORTE/SP E SERRA DA MANTIQUEIRA/MG**

RYKIO ROCHA KAWAI

ITAJUBÁ, FEVEREIRO DE 2018

RYKIO ROCHA KAWAI

**ANÁLISE COMPARATIVA DA APROPRIAÇÃO DE TÉCNICAS PARTICIPATIVAS
PELOS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DAS APAs
MARINHA LITORAL NORTE/SP E SERRA DA MANTIQUEIRA/MG**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela R. T. Riondet-Costa

Co-orientadora: Profa. Dra. Luciana Botzelli

ITAJUBÁ, FEVEREIRO DE 2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

RYKIO ROCHA KAWAI

**ANÁLISE COMPARATIVA DA APROPRIAÇÃO DE TÉCNICAS PARTICIPATIVAS
PELOS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DAS APAs
MARINHA LITORAL NORTE/SP E SERRA DA MANTIQUEIRA/MG**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Profa. Dra. Daniela R. T. Riondet-Costa – UNIFEI (Orientadora)

Profa. Dra. Luciana Botzelli – UNIFAL (Co-orientadora)

Profa. Dra. Adriana Prest Mattedi – UNIFEI (Banca examinadora)

Profa. Dra. Adriana Maria Imperador – UNIFAL (Banca examinadora)

ITAJUBÁ, FEVEREIRO DE 2018

ANEXO I

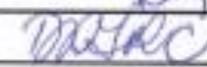
FOLHA DE JULGAMENTO DA BANCA EXAMINADORA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Titulo da Dissertação: **"Análise Comparativa da Apropriação de Técnicas Participativas pelos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação das APAs Marinha Litoral Norte/SP e Serra da Mantiqueira/MG"**

Autor: **Rykyo Rocha Kawai**

JULGAMENTO

Examinador	Conceito		Rubrica
	A = Aprovado	R = Reprovado	
1ª	A		
2ª	A		
3ª	A		
4ª	A		

Observações:

- (1) O Trabalho será considerado Aprovado se todos os Examinadores atribuírem conceito A.
 - (2) O Trabalho será considerado Reprovado se forem atribuídos pelos menos 2 conceitos R.
 - (3) O Trabalho será considerado Insuficiente (I) se for atribuído pelo menos um conceito R. Neste caso o candidato deverá apresentar novo trabalho. A banca deve definir como avaliar a nova versão da Dissertação.
- Este documento terá a validade de 30 (trinta) dias a contar da data da defesa da Dissertação.

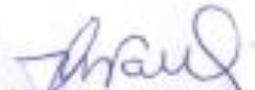
Resultado Médio: Conceito: A ou seja, Aprovado.

Observações: acatar as sugestões da banca

Itajubá, 23 de fevereiro de 2018


Prof.ª Dr.ª Adriana Maria Imperador
1ª Examinadora - UNIFAL


Prof.ª Dr.ª Adriana Prest Mattedi
2ª Examinadora - UNIFEI


Prof.ª Dr.ª Luciana Bottezelli
3ª Examinadora (Coorientadora) - UNIFAL


Prof.ª Dr.ª Daniela Rocha T. Riondet Costa
4ª Examinadora (Orientadora) - UNIFEI

Dedico este trabalho à memória de meu pai Mikio Kawai que a sua maneira me ensinou a acreditar na persistência das ideias e no valor do trabalho coletivo. E a memória do meu avô Luiz Rocha Filho (Turma de 1935 IEI/Itajubá) pelos ensinamentos, paciência, profissionalismo e poder de conciliação inigualável.

Agradecimentos

A minha mãe Teresa pelo amor, carinho e apoio incondicional em todos os momentos de minha vida.

Aos meus irmãos Mikio Jr. e Tadashi pela amizade, compreensão, paciência, conselhos, incentivo e apoio na vida e nesta jornada.

A minha esposa Verônica pelo amor, carinho, companheirismo, respeito, paciência, aprendizado e apoio nesta caminhada.

Aos meus tios Luiz Rocha Neto e Júlio Navarro pela amizade, paciência, conselhos e incentivo.

A minha orientadora Daniela R.T. Riondet-Costa pela amizade, ensinamentos, paciência e por ter acreditado na realização deste trabalho.

A minha co-orientadora Luciana Botezelli pelos ensinamentos, paciência e otimismo transmitido.

As Professoras Adriana Mattedi e Adriana Imperador pelos ensinamentos e contribuições transmitidas

Aos Professores Carlos Alberto M. Pimenta, Adilson Mello e Luiz Felipe pelos ensinamentos, companheirismo, respeito, amizade e acolhimento no DTecS.

A Gabriela Tibiriçá, equipe da APAMLN (Ubatuba/SP) da Fundação Florestal de São Paulo e os conselheiros da APAMLN pelo apoio, profissionalismo, atenção e valiosas contribuições que possibilitaram a concretização deste trabalho.

A equipe da APASM (Maira e Virgílio) (Paulo Oliveira –*In memorian*) e aos conselheiros do CONAPAM pelo profissionalismo e valiosas contribuições que possibilitaram a concretização deste trabalho

A colega Anne Noelle do Programa DTecS e PRPPG pela amizade e profissionalismo.

Aos colegas e amigos da turma DTecS (2016) em especial Natácia Lamoglia, Mateus Oliveira, Michelly Xavier, Bruna Marcela e Thais Simões.

A Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de estudos

(Quem desconfia fica sábio – Guimarães Rosa)

RESUMO

A participação dos atores sociais de uma Unidade de Conservação (UC) na gestão destas áreas, embora garantida por lei, não se traduz muitas vezes na formação e atuação de um conselho gestor representativo e democrático. Este fato pode ser atribuído à falta de organização e dificuldade dos atores para interpretação das normas legais e ainda devido às diferenças sociais, econômicas, culturais e de linguagem existentes no ambiente do conselho. Utilizando-se deste cenário, tem-se como objetivo geral analisar de forma comparativa a apropriação de técnicas participativas pelos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação APA Marinha Litoral Norte/SP (APAMLN) e Serra da Mantiqueira/MG (APASM). De forma específica, buscou-se: a) Identificar o perfil dos Conselheiros; b) Diagnosticar e descrever as atividades de gestão participativa e a aplicação das técnicas do DRP; c) Averiguar em quais momentos foram utilizadas as metodologias participativas; d) Verificar possíveis contribuições advindas da utilização das metodologias para o processo de gestão participativa. e) Confrontar as diferenças observadas nos estudos de caso. A utilização de técnicas participativas provenientes da extensão rural (diagnóstico rápido participativo) tem sido uma ferramenta útil para a atenuação destas diferenças, podendo-se atingir um maior nível de entendimento e organização dos diversos atores sociais. O método de pesquisa foi quantitativo, qualitativo e exploratório. A coleta de dados foi realizada através de levantamento bibliográfico, documental (legislações e políticas públicas referentes às metodologias participativas) e com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas junto aos conselheiros das respectivas UC's. Os resultados apontaram que os entrevistados da APASM conhecem um número maior de técnicas participativas e as utilizam em etapas que vão além das etapas do diagnóstico do plano de manejo quando comparados ao conselho da APAMLN. O número de ambientes externos identificados de utilização das técnicas participativas foi superior na APASM. As impressões quanto à gestão participativa dos conselhos se assemelham e apresentam objetivos distintos. Concluiu-se que a identificação, utilização e apropriação das técnicas participativas em ambas as áreas apresentou deficiências relacionadas ao perfil dos entrevistados, pouco conhecimento que possuem sobre o tema, ambientes internos e externos de utilização e estágio de desenvolvimento do processo de gestão participativa.

Palavras-chave: diagnóstico rápido participativo; atores sociais; participação social; gestão participativa;

ABSTRACT

The participation of the social actors of protected areas in the management of these areas, although protected by law, does not often translate into the formation and performance of a representative and democratic management board. This fact can be attributed to the lack of organization and difficulty of the actors to interpret legal norms and still due to the social, economic, cultural and language differences existing in the council environment. Using this framework, the general objective is to analyze in a comparative way the appropriation of participatory techniques by the management boards of the protect areas APA Marinha Litoral Norte / SP (APAMLN) and Serra da Mantiqueira / MG (APASM). Specifically, a) Identify the profile of the advisors; b) Diagnose and describe participatory management activities and the application of RRA (Rapid Rural Appraisal) techniques; c) To determine in which moments the participatory methodologies were used; d) Check possible contributions coming from the use of the methodologies for the participatory management process. The use of participative techniques from rural extension (RRA) has been a useful tool to attenuate these differences, being able to reach a higher level of understanding and organization of the different social actors. The research method was quantitative, qualitative and exploratory. Data collection was carried out through a bibliographical, documentary (legislation and public policies regarding participatory methodologies) and the application of semi-structured interviews with the counselors of the respective protected areas. The results indicated that the APASM surveyed are know of a greater number of participatory techniques and use it them in steps that go beyond the diagnostic stages of the management plan in comparison with APAMLN board. The number of external environments identified using participatory techniques was higher in APASM The impressions regarding the participative management of the councils are similar and have different objectives. It was concluded that the identification, utilization and appropriation of participatory techniques in both areas presented deficiencies related to the profile of the surveyed, low knowledge about the subject, internal and external environments of develop's stage of management participatory process.

Keywords: rapid rural appraisal, social actors, social participation, participative management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Estrutura Organizacional do ICMBIO.	29
Figura 2: Momentos didáticos de orientação da ação extensionista.....	56
Figura 3: Representação esquemática da técnica do Diagrama de <i>Venn</i> aplicado no Parque Nacional Serra do Caparaó/MG	58
Figura 4: Representação de linha do tempo sobre a história da utilização de flores sempre-vivas na comunidade de Galheiros, Diamantina/MG.....	58
Figura 5: Representação quanto ao comportamento da erosão numa aldeia africana.....	59
Figura 6: Representação histórica do comportamento de atividades e disponibilidade de recursos numa comunidade rural do Quênia.	59
Figura 7: Mapa Participativo da realidade da comunidade de Chicapir-Guatemala.....	60
Figura 8: Círculo de Palavras aplicado na RESEX Médio Juruá/AM.....	61
Figura 9: Resultado da prática da técnica do Boneco aplicada na RESEX Lago do Cuniã/RO ..	61
Figura 10: Representação da disponibilidade de crédito financeiro para uma comunidade hipotética	62
Figura 11: Fluxograma representativo das estratégias de vida de uma comunidade hipotética...	62
Figura 12: Mapa de serviços e oportunidades da comunidade San Jacinto.....	63
Figura 13: Mapa de recursos naturais e de uso da terra.....	63
Figura 14: Resultado da Matriz FOFA elaborada na comunidade Zona da Mata.....	64
Figura 15: Representação hipotética de Matriz por pares e hierarquização de problemas.....	65
Figura 16: Representação esquemática de Matriz diagnóstico por campo.....	65
Figura 17: Árvore com a representação de causa e efeito de uma situação hipotética de grupo de agricultores interessados em enfrentar a erosão e as inundações em encostas.....	66
Figura 18: Representação hipotética de Classificação quanto ao nível econômico	67
Figura 19: Representação esquemática da técnica de Caminhada Transversal.....	68
Figura 20: Organização da Tempestade de Ideias realizadas na comunidade Santo Antônio (PA)	69
Figura 21: Mapa da região do Litoral Norte do Estado de São Paulo	76
Figura 22: Território da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do estado de São Paulo .	77
Figura 23: Delimitações da Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira.....	82
Figura 24: Representação da Árvore de Problemas.....	93

Figura 25: Formação educacional dos conselheiros do CONAPAM e APAMLN de acordo com o gênero	99
Figura 26: Percentual da percepção dos conselheiros da APAMLN quanto aos seus pares, órgão gestor, Diretor da UC e comunidade	101
Figura 27: Percentual da percepção dos conselheiros da APASM quanto aos seus pares, órgão gestor, Diretor da UC e comunidade.....	104
Figura 28: Dificuldades enfrentadas pelos conselheiros da APAMLN para discussão dos principais assuntos.....	108
Figura 29: Dificuldades enfrentadas pelos conselheiros da APASM para as discussões dos temas.....	109
Figura 30: Impressões dos conselheiros sobre o tema gestão participativa.....	118
Figura 31: Atividades de Gestão participativa desenvolvidas pelos conselhos gestores.....	122
Figura 32: Atividades para aprimoramento da gestão participativa	125
Figura 33: Relação das atividades de gestão participativa com as dimensões do desenvolvimento sustentável	127
Figura 34: Árvore de Problemas considerando as dificuldades de identificação e utilização de técnicas participativas observados na APAMLN	139
Figura 35: Árvore de Problemas considerando as dificuldades de identificação e utilização das técnicas participativas na APASM	139
Figura 36: Árvore de Oportunidades para o aproveitamento de técnicas participativas pelo conselho da APAMLN	147
Figura 37: Aproveitamento das técnicas participativas pelo conselho gestor da APASM.....	148
Figura 38: Árvore de Oportunidades considerando a discussão dos temas com técnicas participativas na APAMLN	150
Figura 39: Árvore de Oportunidades considerando a discussão dos temas com técnicas participativas na APASM	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro com os grupos de unidades de conservação e suas respectivas categorias.....	26
Quadro 2: Níveis de participação de atores sociais em projetos em Unidades de Conservação ..	45
Quadro 3: Oito degraus de participação cidadã.	46
Quadro 4:Caraterísticas comparativas entre DRP e DIPUC.....	71
Quadro 5: Principais técnicas e ambientes identificados, finalidades de utilização na APAMLN	130
Quadro 6: Principais técnicas e ambientes identificados no conselho da APASM finalidades de utilização	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Informações quanto a idade, tempo de permanência das instituições e mandato dos conselheiros (em anos) das Áreas de Proteção Ambiental - APAMLN e APASM	95
Tabela 2: Resultados quanto ao gênero, nível de instrução e representação dos conselheiros das Áreas e Proteção Ambiental - APAMLN e APASM	96
Tabela 3: Número de técnicas, ambientes internos e externos identificados nas APAs (APAMLN e APASM).	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACAI – Associação Cunhambebe Ilha Anchieta

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

APA – Área de Proteção Ambiental

APAMLN – Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte

APASM – Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira

ARIESS – Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião

CEBIMAR/USP – Centro de Estudos em Biologia Marinha da Universidade de São Paulo

CPLA/SMA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental/Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral

CBH – LN- Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte

CBH PS – Comitê de Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul

COTEC – Comissão Técnico Científica do Instituto Florestal de São Paulo

CONAPAM – Conselho Consultivo da APA Serra da Mantiqueira

CREA/MG- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CT – Câmara Temática ou Técnica

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

DRPA – Diagnóstico Rápido Participativo Ambiental

DIPUC – Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação

ENCEA – Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental

EMATER MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

ESEC – Estação Ecológica

FOFA – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FLONA – Floresta Nacional

GERCO – Gerenciamento Costeiro

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC – Instituto de Conservação Costeira

IEF – Instituto Estadual de Florestas

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MONA – Monumento Natural
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PARNA – Parque Nacional
PAPP – Programa de Ação Participativa da Pesca e Caracterização de territórios caiçaras, quilombolas e indígenas
PECJ – Parque Estadual de Campos do Jordão
PEPS – Parque Estadual da Pedra Selada
PEIB – Parque Estadual de Ilhabela
PESM – Parque Estadual da Serra do Mar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNI – Parque Nacional do Itatiaia
PRONAF – Programa Nacional e Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN – Reserva Particular de Proteção do Patrimônio Natural
REBIO – Reserva Biológica
RESEX – Reserva Extrativista
SMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SISBIO – Sistema de Informação e Acesso a Biodiversidade
SUS – Sistema Único de Saúde
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
WWF – World Wide Fund for Nature
ZZE – Zoneamento Econômico Ecológico do Litoral Norte de São Paulo
5W2H - What, Why, Where, When, Who, How, How Much

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 Unidades de Conservação	21
2.2 Estrutura Administrativa das Unidades de Conservação	27
2.3 Conselhos Gestores	34
2.3.1 Conselhos Gestores em Unidades de Conservação	39
2.4 Gestão Participativa	44
2.4.1. Gestão Participativa em UC's	49
2.5 Diagnóstico Rápido Participativo – DRP	53
2.5.1. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) em UCs	70
3 ÁREAS ESTUDADAS	74
3.1 Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte	74
3.2 Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira	81
4. METODOLOGIA	87
4.1 Delineamento da Pesquisa	87
4.2 Critérios de elegibilidade da amostra	88
4.3 Coleta de Dados	89
4.4 Métodos de análise dos dados	92
4.5 Aspectos éticos da pesquisa	94
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	95
5.1 Análises quantitativa e qualitativa das entrevistas	95
5.1.1 Identificação do perfil dos Conselheiros	95
5.1.1.1 Impressões dos entrevistados em relação ao conselho, participação comunitária e temas discutidos	100
5.1.2 Diagnostico e descrição das atividades de gestão participativa	117
5.1.3 Averiguação dos momentos de utilização das metodologias participativas	128
5.1.4 Verificação de possíveis contribuições advindas da utilização das metodologias para o processo de gestão participativa nas áreas estudadas	142
6 CONCLUSÕES	153
REFERÊNCIAS	157
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO	167
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DO COTEC/SP	170

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO SISBIO-ICMBIO	173
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Maiores de 18 anos	175
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA- CONSELHEIROS.....	176

1 INTRODUÇÃO

A concepção da ideia de desenvolvimento sustentável surgiu nos anos 1970 com os estudos de Ignacy Sachs, que se pautou inicialmente em observações e estudos das relações entre componentes econômicos e ambientais, contidos no ecodesenvolvimento e desenvolvimento verde. As dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, política, cultural e econômica), suas inter-relações e o papel do Estado como forma de atendimento ao cumprimento ético dessas dimensões, foram estabelecidas por Sachs (2004), que ainda aponta a dimensão econômica, como condição *sine qua non*, para o desenvolvimento sustentável.

O campo econômico apresenta grande influência no entendimento de desenvolvimento sustentável, para os países da América Latina, conforme demonstra Navarro (2011). O autor constata que existe uma confusão quanto à interpretação entre as terminologias desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que são usadas como sinônimas e indiscriminadamente, apropriadas por governos, empresas e certos organismos internacionais. Quanto ao modelo econômico adotado pelos países daquela região, percebe-se que se conservam regras e características, que se encontram muito próximas ao modelo de exploração atual, não havendo preocupação com os limites do crescimento.

Whitacker (2013) e Ferreira e Tostes (2015) discutem aspectos que envolvem as relações das dimensões econômica e ambiental, dentro da ideia do desenvolvimento sustentável. De acordo com esta discussão, o modelo de desenvolvimento sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), em suas conferências, não pode ser conceituado, pois se trata de um modelo amplo, complexo, vago, engenhoso, ambíguo, incompleto e inacabado. Há um distanciamento entre o discurso e a prática, que envolve a maneira homogênea como o desenvolvimento sustentável é proposto para diferentes populações, esperando-se os mesmos resultados, e ainda a dificuldade dos países em enfrentar os limites nos campos social, político e econômico. Na abordagem econômica acerca do tema, os autores mencionam a apropriação e a reprodução do termo e do modelo, pelo modo de produção capitalista, pois busca apenas manter o *status quo* do capitalismo, com as mesmas estruturas e relações de poder, que apenas buscam a preservação dos recursos naturais para a perpetuação do modelo capitalista, não havendo a preocupação em solucionar as questões relativas ao meio ambiente que são decorrentes de seu mau uso.

Romeiro (2012) traz ampla discussão envolvendo as dimensões econômica, ambiental e social, onde considera a exploração de recursos naturais pelo modo de produção capitalista, como elemento necessário à sua perpetuação. Embora reconheça esta dependência, o autor busca explicar sobre as delimitações dos recursos naturais e suas implicações para o desenvolvimento econômico. Nesse percurso, são apontadas diretrizes definidas pela “economia ecológica” e “economia verde”, para a superação de danos ocasionados na natureza. Dentre os caminhos apontados pelo autor, destacam-se: a aposta na ausência de limites da tecnologia em buscar soluções, que tenham como objetivo a garantia da produção e consumo de um bem com maior responsabilidade, eficiência e economia em sua produção, a criação de políticas públicas que busquem eliminar as deficiências deixadas pela exploração econômica dos recursos naturais, e a cobrança pela utilização dos recursos naturais sob formas de compensação ambiental atreladas aos interesses econômicos.

A dimensão ambiental para Navarro (2011), ainda no caso da América Latina, não é considerada como prioritária, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, pois as dimensões econômica e social se sobrepõem a ela. Neste sentido, parece ser contraditório se pensar em desenvolvimento sustentável, pautando-se em ações que tenham como ponto de partida, apenas ações que preconizem a dimensão ambiental.

Quanto ao Brasil, um estudo de Abramovay (2010) na Amazônia traz que as possibilidades de aplicação prática de desenvolvimento sustentável no contexto brasileiro da região Amazônica requerem a necessidade da definição de uma estratégia, que tem como prioridade a preservação ambiental e a exploração racional dos recursos naturais. Esta estratégia perpassa pela mudança no entendimento e comportamento dos atores sociais envolvidos a exploração dos recursos naturais da região, quanto à dinâmica de funcionamento dos mercados e dos processos de inovação, pesquisa, ciência e tecnologia. Observa-se atualmente na região amazônica, um grande contraste entre as práticas dos atores sociais e os caminhos que conduzem a uma estratégia em prol do desenvolvimento sustentável, pois existe uma coalização de interesses econômicos e sociais dos grupos envolvidos que, embora defendam práticas de sustentabilidade, exploram os recursos naturais sem respeito à legislação. Este comportamento diferencia-se da postura conservadora de órgãos que atuam na preservação ambiental que preconizam, sobretudo, a conservação integral dos recursos naturais.

Nascimento *et al.* (2012) trazem que, ao se discutir sobre desenvolvimento sustentável, a primeira dimensão citada é a ambiental, pelo fato de sustentar um modelo de produção e consumo em que o meio natural é o alicerce econômico com capacidade de auto reparação e

resiliência. Sob esta perspectiva, é construída uma trajetória que perpassa pela dimensão social até se atingir a dimensão econômica, fundamentada na necessidade do homem em explorar os recursos naturais para sua sobrevivência e na importância da construção de relações sociais, frente às relações econômicas.

As consequências provocadas pela evolução e avanço do modo de produção capitalista no meio ambiente, são analisadas por Vallejo (2002), sob a perspectiva de como a dimensão econômica por meio dos mecanismos de mercado transformou as relações de capital, trabalho e ocupação da terra. Partindo desta premissa, é realizado um resgate histórico, que destaca os efeitos insalubres ao meio ambiente, observados pela evolução da revolução industrial no século XVIII, até a percepção pelo Estado, quanto à necessidade de criação de áreas destinadas a conservação de recursos naturais, destacando-se a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* em 1872, nos Estados Unidos. Dentre os motivos que levaram a criação de *Yellowstone*, está o entendimento de que a conservação de uma área natural só se torna possível mediante a ausência humana. Este raciocínio se difundiu, influenciando a abertura de Parques Nacionais por todo mundo, inclusive no Brasil, com a abertura do PARNA do Itatiaia no estado do Rio de Janeiro em 1937, e interferindo posteriormente na elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O estabelecimento da Lei nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e do Decreto nº 4.340/02 que a regulamentou, possibilitou a ampliação da participação popular em ações e processos decisórios pela institucionalização dos conselhos gestores.

A participação social está prevista em outras normas que podem incidir sobre as Unidades de Conservação (UC's), como por exemplo, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) instituída pelo Decreto Federal 6040/07 (BRASIL, 2007), e também a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) instituída pela Lei nº 12.188/10 (BRASIL, 2010).

A gestão participativa nos conselhos gestores e as normas citadas preveem a inclusão e participação de vários atores sociais (representantes da sociedade e órgãos públicos), no entanto, não assegura sua devida aplicação e efetivação. Andrade (2007) faz observações referentes às dificuldades encontradas por estes atores, para a compreensão e prática da gestão participativa nos conselhos.

A heterogeneidade dos atores em um conselho conforme Loureiro e Cunha (2008) é acompanhada por marcantes diferenças (sociais, econômicas e ambientais), provocando múltiplas visões, tensões, conflitos e um entendimento as vezes equivocado do funcionamento

de um conselho. Alia-se a este fato, a necessidade de compreensão das normas e ainda a maneira inadequada de condução da gestão participativa em UC's.

Os aspectos jurídico e social apontados e suas inter-relações podem muitas vezes influenciar negativamente o funcionamento de um conselho de UC, como foi observado por Carrillo e Luz (2013) que relatam os principais gargalos de comunicação e participação enfrentados por atores sociais e conselheiros e ainda a necessidade de criação de ações de fomento à participação social. Estes fatos foram apontados da mesma forma por Loureiro *et al.* (2007).

A experiência observada na prática de gestão participativa de alguns conselhos demonstra que há a necessidade em buscar a horizontalidade nas relações entre atores para o aprimoramento da gestão da UC. E, neste sentido, a adoção de metodologias participativas, como por exemplo, o diagnóstico rápido participativo (DRP), constitui, segundo Loureiro *et al.* (2003), como fomento ao instrumento mais adequado de gestão democrática na unidade.

Os principais atributos do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) - linguagem visual, inclusão de gêneros e rapidez na busca de informações - têm sido decisivos para atenuar as diferenças culturais e de linguagens existentes entre os diversos atores, conforme Drummond *et al.* (2009), por apresentar clareza, objetividade, facilidade de compreensão, e sobretudo, universalidade. Estas características permitem uma melhor comunicação por parte desses atores, reduzindo equívocos e transtornos, promovendo ainda a participação e cidadania do conselho.

A finalidade de utilização daquela metodologia participativa não se restringe apenas a um elemento facilitador de comunicação entre diferentes atores sociais, mas, sim, ao estabelecimento de um diálogo e reflexão, que busca a pluralidade e articulação dos atores para o desenvolvimento sustentável.

A necessidade de entendimento e envolvimento dos atores sociais das UCs, apontadas pela Lei do SNUC, auxilia evidenciar a importância e as contribuições que o DRP pode trazer para a gestão destas áreas protegidas, tanto para a comunicação, como para o desenvolvimento do processo de gestão participativa.

A administração de uma área protegida requer, além do amplo envolvimento dos atores sociais, o estabelecimento de canais de comunicação em que, além de informações, sejam estabelecidos diálogos. Neste sentido, as metodologias participativas trazem, conforme Gomes *et al.* (2015), a possibilidade de interação entre os saberes populares e técnicos dos atores e uma reflexão sobre a realidade, permitindo assim, que ocorra uma melhor compreensão dos problemas existentes, bem como suas causas e efeitos, auxiliando também

na busca por soluções. Este mecanismo promove o compartilhamento de saberes e informações, que serão úteis na elaboração, construção e execução de projetos, que terão impactos na gestão.

As contribuições proporcionadas pela metodologia para a administração e gestão das áreas protegidas são observadas também por Faria e Cunha (2006), que acrescentam a grande flexibilidade e adaptabilidade do DRP, não somente como elemento de fomento ao diagnóstico, mas também às outras etapas que acompanham a execução de projetos como, acompanhamento e avaliação. A participação social constitui-se, para o mesmo autor, fator primordial para o exercício de reflexão coletiva presente nas metodologias participativas, da mesma maneira apontada por Gomes *et al.* (2015). No entanto, deve-se atentar para uma reflexão sobre a concepção metodológica e a escolha da ferramenta mais adequada a cada processo participativo.

A participação social é analisada de forma crítica por Santos (2008), que a descreve no contexto de formação e instituição das UC's tendo como foco a atuação dos conselhos gestores, quanto à Lei do SNUC e o direito ambiental. Ainda no campo normativo, o MMA (2004) destaca as imperfeições e lacunas, presentes na Lei do SNUC e seu Decreto Regulamentador, quanto à gestão participativa e quanto estas falhas têm gerado interpretações e ações equivocadas por parte de conselheiros e órgãos gestores de UC's.

A relação entre a participação social, gestão participativa e desempenho dos conselhos gestores são também discutidas por Loureiro e Cunha (2008), que afirmam que a centralidade da participação social para uma UC, constitui-se como elemento primordial para o funcionamento, conquista de controle social e garantia de gestão democrática dos conselhos gestores. No entanto, conselhos não devem ser vistos como garantia de participação e democracia, enfatizando as dificuldades para o funcionamento, por manipulação, burocratização e pouca autonomia de decisão. Por estas razões, devem ser entendidos quanto as suas limitações e potencialidades.

Considerando-se as vantagens da metodologia, sua possibilidade de inserção e a necessidade de entendimento de como os conselhos sistematizam a gestão participativa frente às suas atribuições, legislações e políticas públicas, torna-se oportuno realizar o seguinte questionamento: os conselhos gestores das UCs, mediante suas atribuições, responsabilidades e dependência da gestão participativa, têm o conhecimento e aplicam a metodologia participativa DRP para melhoria da gestão e desenvolvimento sustentável da área? A hipótese preliminar para esta questão é que os conselhos conhecem o DRP e outras técnicas participativas, mas, entretanto, não a utilizam.

Considerando a questão norteadora, tem-se como objetivo geral analisar de forma comparativa a apropriação de técnicas participativas pelos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação APA Marinha Litoral Norte/SP e Serra da Mantiqueira/MG. Em relação aos específicos, tem-se: a) Identificar o perfil dos Conselheiros; b) Diagnosticar e descrever as atividades de gestão participativa e a aplicação das técnicas participativas do DRP; c) Averiguar em quais momentos foram utilizadas as metodologias participativas; d) Verificar possíveis contribuições advindas da utilização das metodologias para o processo de gestão participativa nas áreas estudadas e e) Confrontar as diferenças levantadas nos estudos de caso.

Este trabalho está dividido em capítulos da seguinte maneira: o Capítulo 2 traz a revisão bibliográfica. O Capítulo 3 descreve o perfil das UC's selecionadas Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte (APAMLN) e Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira (APASM).

O Capítulo 4 apresenta o Percorso Metodológico trilhado para se alcançar estes objetivos, contendo o delineamento da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados a serem realizados e seus critérios de elegibilidade para definição do tamanho da amostra, e a aplicação do roteiro de entrevista estruturado em cinco seções junto aos membros do conselho e o diretor de forma presencial, nas respectivas UC's. Quanto às formas escolhidas para as análises dos dados realizadas de forma quantitativa foram adotadas medidas estatísticas de média e desvio padrão e, para as análises de natureza qualitativa, a elaboração de Árvores de Problemas.

O Capítulo 5 trata dos resultados e discussões (quantitativos e qualitativos) obtidos pela aplicação dos entrevistas na região de abrangência da APAMLN e APASM o qual versa sobre a caracterização do conselheiro quanto à sua idade, gênero, nível de instrução, tempo de experiência no conselho, impressões em relação à participação comunitária, gestão participativa conselho gestor, órgão gestor, Diretor da UC e as experiências dos conselheiros com o conjunto de técnicas participativas identificadas. O capítulo 6 traz as conclusões da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Unidades de Conservação

A exploração dos recursos naturais pelo homem foi algo que se notabilizou e intensificou com o advento da Revolução Industrial na Inglaterra no Século XVIII, quando se percebeu que a consolidação e o avanço do modo de produção capitalista trariam amplos prejuízos e danos irreversíveis para o meio ambiente e, conseqüentemente, para o homem. Seguindo este raciocínio, houve a percepção quanto à necessidade e importância de salvaguardar as áreas e espaços com riquezas naturais, e principalmente, aquelas de maior beleza cênica (VALLEJO, 2002). Neste contexto, conforme trazem Vallejo (2002) e Santos (2008) surgem às primeiras experiências de criação de áreas protegidas.

A criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872, é tida como marco inicial de estabelecimento de uma área protegida por iniciativa e responsabilidade do Estado, e trouxe consigo particularidades, tais como: a delimitação de áreas naturais quanto à exuberância de suas paisagens, ausência de atividades antrópicas, pois havia a necessidade em se resguardar áreas norte americanas do Oeste, onde a expansão capitalista e o modelo urbano industrial ainda não haviam chegado desconsiderando-se os povos e comunidades tradicionais, que já habitavam e conviviam harmonicamente com a natureza nestas áreas (SANTOS, 2008). Este modelo de acordo com Leite (2004), Theulen (2004) e Vallejo (2002), se difundiu, com o estabelecimento de Parques Nacionais (PARNAs) por todo mundo.

A evolução histórica tratada por Santos (2008), que contextualiza e situa a criação das UC's no âmbito mundial e brasileiro, aborda que os PARNAs foram por muito tempo, sinônimos de UC's. Esta postura gerou confusão, a qual pode ser explicada devido ao fato da criação e o estabelecimento dos PARNAs com suas características específicas constituírem-se na primeira tentativa de ação estatal em prol da conservação dos recursos naturais, que se configuraram posteriormente em ações e regramentos para o estabelecimento de áreas protegidas e UC's, num período em que não se pensava a preservação da natureza com a mínima interferência humana e/ou com a finalidade de fomento as atividades de pesquisa científica.

A concepção de UC's, partindo-se das possibilidades de transformações e ordenamentos de áreas inteiramente ocupadas pelo homem, visando o atendimento a garantia

de funcionamento dos ecossistemas, é considerada uma preocupação contemporânea. Neste sentido, Santos (2008) aponta que, no transcorrer do tempo, o conceito de UC evoluiu da percepção simplista da preservação e proteção de recursos naturais de forma integral, para uma visão mais ampla de gestão territorial, que incorporou cada vez mais instrumentos de gestão de recursos naturais e reordenamento territorial. Esta evolução conceitual deriva-se do modelo “desenvolvimentista” adotado pelos países ocidentais no Século XIX, que transformou as opções e relações sociais, econômicas e políticas, referentes à disponibilidade e acesso aos recursos naturais.

A evolução conceitual sobre UCs discutida por Diegues (2001), Vallejo (2002) e Santos (2008) culminou com o surgimento de duas “correntes” ideológicas distintas, que enxergam a preservação e conservação dos recursos naturais sob ópticas diferentes. O primeiro segmento ideológico é denominado “Biocêntrico”, o qual apregoa a criação e o estabelecimento de UCs, visando atender à necessidade primordial de preservação e conservação ambiental, mantendo-se a integridade total das áreas destinadas para este fim. Neste caso, estas áreas não podem sofrer quaisquer ações e intervenções antrópicas, sendo permitidas atividades de pesquisa científica e visitação para educação ambiental. Já o segundo segmento, denominado “Antropocêntrico”, considera a criação de UCs em áreas em que haja a presença humana, sendo que a exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades econômicas deverão ser submetidos à normatização e regramento prévio.

Os princípios e ideologias defendidos por ambas as correntes se manifestaram e tiveram influências marcantes na postura de pesquisadores, cientistas, ambientalistas, instituições e movimentos sociais ligados à preservação e conservação ambiental, sendo determinantes no transcorrer do processo de elaboração que culminou na promulgação da Lei 9.985/2000 que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que instituiu a criação das UCs no Brasil.

De acordo com o art. 2 da Lei do SNUC, as UCs ficaram definidas da seguinte maneira:

Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Medeiros *et al.* (2011) trazem que as UC's podem ser conceituadas como territórios delimitados submetidos à um regime de administração específico, instituído pelo poder público, cuja finalidade principal consiste em garantir a proteção, manutenção da diversidade

ecológica, dos recursos naturais e culturas associadas, contribuindo para a integridade das espécies, conservação *in situ* da biodiversidade e qualidade de vida.

A importância da criação das UC's e suas contribuições para a sociedade são descritas por Medeiros *et al.* (2011) que apontam a contradição muitas vezes presente na sociedade quanto aos benefícios proporcionados por elas, pois conforme o discurso adotado para legitimar sua implantação pode causar repulsa, por serem consideradas como obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico. Ao se destacar a conservação da natureza em seu sentido *Strictu*, outros benefícios podem ser contabilizados em prol do desenvolvimento de qualidade de vida das pessoas. Dentre estes benefícios, podem ser citados: o potencial de conservação de recursos hídricos para o consumo e produção de energia, disponibilização de recursos naturais para a fabricação de remédios e cosméticos, preservação de recursos pesqueiros, prevenção e abrigo para situações de risco de desastres ambientais, melhoria da qualidade do ar e possibilidades de inclusão social e econômica pelo desenvolvimento de atividades turísticas (MEDEIROS *et al.*, 2011).

O SNUC define que a gestão dessas áreas é papel do Estado, e deve ser realizada com a participação da sociedade civil, sendo seus principais objetivos (MMA, 2017):

- Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza;

- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

A conceituação para UC's, conforme o MMA (2017) as estabelece como espaços territoriais, em que estão incluídos seus recursos ambientais, com as características naturais relevantes, cuja função consiste em assegurar a representatividade de amostras ecologicamente relevantes e viáveis dos diferentes ecossistemas, populações e habitats do território nacional, incluindo suas águas jurisdicionais, promovendo assim a preservação do patrimônio biológico local.

O aspecto social no que se refere ao respeito à garantia dos direitos de utilização dos recursos naturais de forma sustentável pelos povos e comunidades tradicionais são ainda destacados pelo MMA (2017), mediante a realização de estudos técnicos nestas áreas como forma de atestar e contribuir para a elaboração e cumprimento das exigências legais previstas nos âmbitos (Federal, Estadual e Municipal).

Machado *et al.* (2004) trazem que, embora existam outras formas de promoção da conservação da biodiversidade, o estabelecimento de UC's consiste na forma mais simples e efetiva de se atingir este objetivo.

A criação de UCs como maneira de preservação e conservação de recursos ambientais é tratada de forma mais abrangente por Teixeira (2009) ao destacar que, embora estas áreas sejam o meio mais difundido de proteção do meio ambiente, existem opções semelhantes para este fim. Neste caso, o autor menciona a criação de outro tipo de áreas protegidas como as Reservas Legais (RL), áreas indígenas, territórios quilombolas e áreas de preservação permanentes (APPs). A autora ainda menciona a importância da Lei Federal 6.938/1981 (Lei de criação da Política Nacional de Meio Ambiente), como um dos instrumentos que fortaleceram a criação do SNUC, por proporcionar o estabelecimento de critérios para o uso e ocupação dos espaços por atividades humanas, definindo normas que possibilitaram um ordenamento territorial.

A centralidade e importância da criação do SNUC são destacadas por Theulen (2004) quanto aos aspectos que transcendem a esfera normativa. Neste sentido, a autora recorre ao argumento de que historicamente, os dirigentes brasileiros, com raras exceções, apresentam um amplo desconhecimento e desinteresse quanto à importância da conservação e construção de uma política consistente de UC's, e que, ao se analisar a criação do SNUC, observa-se que

esse processo relaciona-se a diferentes etapas do processo desenvolvimentista do país, neste caso coincidindo com o avanço econômico em regiões intocadas. É possível destacar que as iniciativas de criação das novas UC's ocorreram de forma pontual, devido à iniciativa, dedicação e esforços de pessoas com maior conscientização sobre as temáticas ambientais que ocuparam cargos na administração pública e aproveitaram-se deste contexto para a realização de seus projetos relativos à temática de conservação ambiental.

A importância da criação e consolidação do SNUC deve ser destacada também quanto ao comportamento e engajamento político dos atores sociais responsáveis por sua construção. Conforme Jacaúna (2015), a Lei do SNUC incorporou modelos arquitetados na sociedade civil, onde ocorreram amplas discussões em seminários, fóruns e audiências públicas, envolvendo os diversos segmentos ligados à temática ambiental. Como resultado deste processo, firmou-se um tratado “temporário” entre diferentes projetos e concepções sobre a diversidade biológica, sua manutenção e formas de atingir aos pressupostos da sustentabilidade.

Os avanços obtidos pela instituição do SNUC, apontados por Brito (2008), Peccatielo (2011) e Jacaúna (2015), referem-se às contribuições provenientes do seu processo de elaboração que se encontram principalmente no campo jurídico, que proporcionaram o fortalecimento da política ambiental brasileira, a ampliação de perspectivas quanto ao regramento do uso dos recursos sustentáveis e a descentralização ordenada das políticas ambientais. De fato, o SNUC proporcionou o ordenamento e unificação do arcabouço jurídico existente no país anteriormente, referente às áreas protegidas, destacando-se o Código Florestal de 1965 e alguns artigos existentes na Política Nacional do Meio Ambiente. Outra contribuição destacada refere-se à divisão estabelecida para grupos de UC's, divididos em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável:

- a) Unidades de Conservação de Proteção Integral: destinam-se primordialmente à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Para atenderem a este propósito, preconizam a proibição de presença humana em seu interior, sendo permitidas apenas atividades de pesquisa científica e atividades e visitação com a finalidade de educação ambiental, mediante solicitação e autorização dos órgãos competentes.
- b) Unidades de Conservação de Uso Sustentável: apresentam como característica principal a tolerância da presença humana em seu interior, com a flexibilização de atividades econômicas, com destaque para o extrativismo e o turismo, seguindo as

normas previstas no Plano de Manejo da unidade. Permitem também as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e recreação (SCALCO, 2009).

As Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável com suas respectivas categorias foram organizadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Quadro com os grupos de unidades de conservação e suas respectivas categorias

Grupos de UC's	Categorias de UC's	Características
Proteção Integral	Estação Ecológica ESEC	É a categoria mais restritiva de todas e seu foco é a preservação da natureza. A pesquisa é a única atividade humana permitida dentro da sua área e, assim mesmo, em apenas em 10% dela.
	Reserva Biológica REBIO	Tem por objetivo a preservação da natureza. A pesquisa é a única atividade humana permitida dentro da sua área, porém em 100% dela.
	Parque Nacional PARNA	Além da realização de pesquisas científicas em 100% das suas áreas, permite-se neles o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico.
	Monumento Natural MONA	Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
	Refúgio da Vida Silvestre	Tem como objetivo proteger ambientes naturais, nos quais se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna nativa ou migratória.
Uso Sustentável	Reserva de desenvolvimento sustentável RDS	Nela é permitido o uso manejado dos recursos naturais, desde que uma zona seja dedicada à proteção integral.
	Reserva Extrativista RESEX	Não apresenta zona de proteção integral em seu interior e permite o uso sustentável dos recursos, desde que não madeireiros.
	Reserva Faunística	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
Uso sustentável	Floresta Nacional FLONA	Permitem o uso sustentável e manejo dos recursos naturais, inclusive os madeireiros. São as últimas unidades do sistema a não permitir propriedade privada dentro de suas áreas
	Área de Relevante Interesse Ecológico	É permitida a propriedade privada, desde que se respeite uma área destinada à preservação de uma reserva florestal
	Área de Proteção Ambiental APA	Área de ocupação humana, geralmente, localizada próxima das cidades, na qual a propriedade privada não só é permitida como prevalece sobre a área, que existe mais no sentido de facilitar o ordenamento territorial.
	Reserva de Patrimônio Particular Natural RPPN	Dentre as unidades de uso sustentável, esta é a mais restritiva. Funciona como uma unidade de conservação de proteção integral, sob domínio particular.

Fonte: Adaptado de Jacaúna (2015).

Os desafios enfrentados pelas UC's têm origens distintas e, segundo Scalco (2009), Peccatielo (2011), Menezes (2015) e IPEA (2016) relacionam-se principalmente, com variáveis que se encontram no campo normativo (considerando-se a Lei do SNUC), institucional e de atuação dos órgãos responsáveis pela gestão destas áreas e de forma complementar problemas de origem ambiental. No que se refere às questões relacionadas ao campo normativo, o SNUC não conseguiu atingir sua pretensão inicial de promover a integração de todas as categorias de áreas protegidas já existentes em uma única norma regulamentadora, pelo fato de não ter contemplado os espaços destinados aos indígenas, remanescentes de populações quilombolas, reservas legais e áreas de preservação permanente, causando um distanciamento administrativo das UCs em relação a estas áreas. Quanto aos aspectos relativos aos órgãos gestores, os autores apontam que após 17 anos após a aprovação da Lei do SNUC e 10 anos após a criação do ICMBIO, os desafios enfrentados modificaram-se pouco, a operacionalização destas UC's ainda encontra-se em situação crítica, permanecendo os conflitos internos do órgão gestor, das populações do interior e do entorno, reordenamento fundiário, além das restrições financeiras e orçamentárias, que dificultam ou mesmo inviabilizam a contratação de recursos humanos, compra de equipamentos para as atividades administrativas e execução de ações de fiscalização. Os problemas ambientais de redução da biodiversidade caça e pesca predatória e ocorrência de incêndios muito se relacionam as deficiências do sistema de gestão.

2.2 Estrutura Administrativa das Unidades de Conservação

A administração das UC's federais no Brasil compete ao ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), criado pela Lei n. 11.516/2007. Está vinculado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente), enquanto as UC's estaduais e municipais ficam de acordo com esta mesma Lei, sob a responsabilidade das respectivas secretarias de meio ambiente (BRASIL, 2007).

A centralidade de um conselho gestor numa UC, independente de sua forma de atuação (consultivo ou deliberativo), muitas vezes pode ofuscar e causar confusão quanto à verdadeira responsabilidade pela administração das UC's. Sem desconsiderar a relevância dos mesmos, cabe aqui ressaltar que os conselhos constituem-se como valiosos instrumentos de apoio e auxílio à tomada de decisão, não respondendo diretamente pela administração e

gestão. Estas atribuições cabem ao órgão gestor – ICMBIO em âmbito Federal – e aos chefes das UC's (DANTAS, 2015).

O Artigo 7º da Lei n 11.516/2007, que criou o ICMBIO, define quem são os órgãos executores do SNUC e suas funções. Estabelece que o inciso III do art. 6º, da Lei n 9985/2000, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º...

III - órgãos executores: o Instituto Chico Mendes e o Ibama, em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação” (BRASIL, 2007).

O entendimento da estrutura administrativa de uma UC perpassa pela compreensão da estrutura administrativa de seu órgão gestor, - ICMBIO - e também pela organização técnica, administrativa e dos recursos físicos e financeiros da UC.

O Decreto Federal 8.974/2017 traz a Estrutura Regimental do ICMBIO. Sua estrutura organizacional é descrita no Anexo I, Capítulo 2, Art. 3º, do referido Decreto, apresentando a seguinte composição:

- I) Órgãos Colegiados: Comitê Gestor;
- II) Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente: gabinete;
- III) Órgãos seccionais: Procuradoria Federal especializada, Diretoria de administração, planejamento e logística;
- IV) Órgãos específicos e singulares: Diretoria de criação e manejo de unidades de conservação, Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação;
- V) Unidades descentralizadas:
 - (a) Coordenações Regionais
 - 1) Unidades de Conservação I; 2) Unidades de Conservação II.
 - b) Unidade Especial Avançada;
 - c) Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação;
 - d) Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade;
 - e) Unidades Avançadas de Administração e Finanças.

Esta Estrutura Organizacional pode ser visualizada no organograma da Figura 1:

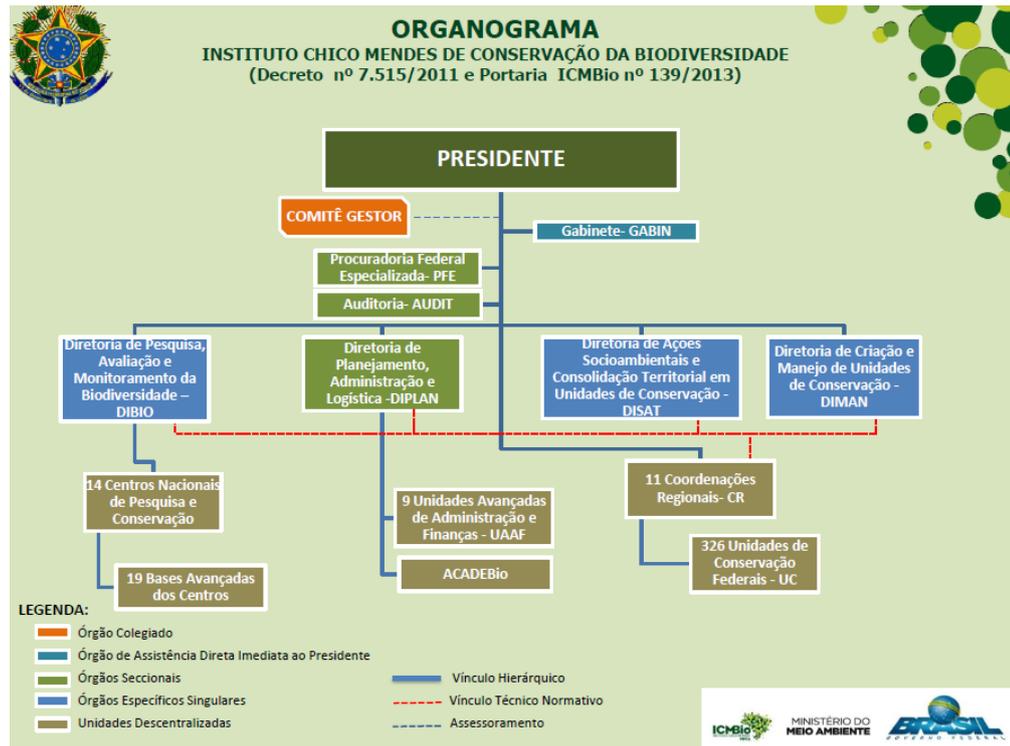


Figura 1 Organograma da Estrutura Organizacional do ICMBIO. Fonte: ICMBIO (2017).

Conforme o Decreto Federal n. 8.974/2017, as UC's são unidades descentralizadas que estão subordinadas diretamente às Coordenções Regionais (CR). Em seu anexo I, o Artigo 18 trata das competências das CR's:

Art. 18. Às Coordenções Regionais compete, na sua circunscrição:

I - executar as atividades administrativas e técnico-finalísticas relacionadas à gestão ambiental de responsabilidade do Instituto Chico Mendes e exercer a representação institucional;

II - apoiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto Chico Mendes;

III - coordenar, articular, integrar, determinar a execução, monitorar e avaliar as ações de gestão desenvolvidas nas unidades de conservação federais, com base nas orientações e nas normas definidas pelo Presidente e pelas Diretorias do Instituto Chico Mendes; e

IV - requerer ao Presidente ou aos Diretores do Instituto Chico Mendes apoio técnico e administrativo, orientações e recursos. (BRASIL, 2017)

Embora as UC's estejam subordinadas diretamente às CR's, a contratação de pessoal é de competência do Comitê Gestor, cabendo a este órgão colegiado ainda a nomeação, exoneração e promoção de pessoal conforme a legislação em vigor.

É oportuna a diferenciação existente entre o Comitê Gestor, que é definido no Decreto Federal 8974/2017, e o Conselho gestor descrito na Lei 9985/2000 e Decreto Federal 4340/2002. Enquanto o Comitê Gestor é presidido pelo presidente do ICMBIO, o conselho gestor pode ser presidido pelo representante do ICMBIO, ou do órgão estadual e municipal análogo, conforme a esfera administrativa em que se situa. Outra diferenciação entre estes

órgãos colegiados refere-se aos seus participantes. Enquanto o Comitê gestor é composto pelo Presidente do ICMBIO e demais diretores, o Conselho gestor congrega membros da Sociedade Civil e do poder público. De forma complementar, podem ser diferenciados ainda, quanto as instâncias administrativas em que se situam. Enquanto o Comitê relaciona-se diretamente à Presidência do ICMBIO, o Conselho gestor encontra-se relacionado à gestão de uma Unidade de Conservação específica.

O Art.10 do Decreto 8974/2017 traz as competências do Comitê Gestor (BRASIL, 2017):

- I - assessorar o Presidente do Instituto Chico Mendes e propor alternativas para a tomada de decisão nos assuntos relacionados à gestão ambiental federal, no âmbito de suas competências;
- II - analisar, discutir e manifestar-se sobre:
 - a) o planejamento estratégico e operacional do Instituto Chico Mendes;
 - b) o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos resultados da gestão institucional e a proposição de diretrizes do Instituto Chico Mendes;
 - c) as políticas administrativas internas e de recursos humanos e seu desenvolvimento;
 - d) o regimento interno e a matriz de responsabilidade dos órgãos e das unidades do Instituto Chico Mendes;
 - e) as normas relativas às matérias de competência do Instituto Chico Mendes;
 - f) a nomeação, a exoneração, a contratação e a promoção de pessoal, nos termos da legislação em vigor; e
 - g) os parâmetros técnicos, econômicos e sociais para a definição das ações do Instituto Chico Mendes; e
- III - promover a integração entre os diversos setores do Instituto Chico Mendes.

O entendimento da estrutura regimental do órgão gestor ICMBIO é importante para a compreensão da estrutura gerencial e administrativa que acontece nas UC's. Torna-se oportuno ressaltar neste momento, conforme Sales (2003) e Vallejo (2002), que a estrutura administrativa de uma UC independente da esfera governamental em que se situa, compreende o quadro de funcionários (recursos humanos), e toda estrutura física e logística necessária para o desempenho às atividades desenvolvidas numa UC. Esta estrutura física compreende alojamentos para pesquisadores, visitantes e funcionários, escritórios, laboratórios, veículos, máquinas com seus acessórios e equipamentos para a manutenção da área e ações de fiscalização.

A gestão de áreas protegidas é abordada por Theulen (2004) num conceito mais amplo, pois para autora, este conceito envolve além dos aspectos relacionados ao gerenciamento como atividades administrativas, financeiras e gestão de negócios, a necessidade da compreensão da importância do manejo em UC's, pois o manejo engloba elementos naturais, culturais, econômicos e sociais. Estes mesmos elementos se inter-relacionam, e ainda possuem interfaces nos campos normativo, administrativo, social, científico, institucional, financeiro, dentre outros. Desta forma, o manejo possibilita a

proximidade e conhecimento dos problemas, tornando-se peça fundamental no auxílio à tomada de decisão e planejamento de atividades das UC's.

A título de ilustração, segundo o PARNA Serra da Bocaina (2017), a informação sobre o quadro de funcionários, obtida por meio de consulta do *site* desta UC mostrou que o número de funcionários das UC's varia, mas via de regra, obedece a uma mesma hierarquia. No caso do PARNA Serra da Bocaina, situado em Paraty/RJ, a equipe divide-se em (1) chefe da UC, (1) chefe substituto, (07) Analistas ambientais na área técnica, (04) Agentes de fiscalização, (1) Servidor técnico administrativo e (1) Secretária. Já conforme PARNA Saint Hillaire-Lange (2017), em consulta ao *site*, informa que este PARNA conta com uma equipe composta por (1) chefe da UC, (1) chefe substituto, (1) Analista ambiental, (1) estagiário e (1) Secretário. Analogamente, Salles (2003) e Vallejo (2005) fizeram a descrição dos quadros de funcionários e da estrutura física em UC's (Estaduais e Federais) do RJ e SC, em que avaliaram estas condições, concluindo que tanto os quadros de funcionários como a estrutura disponível para a gestão das UC's encontram-se aquém da necessidade real e que este cenário consiste num desafio para gerentes e chefes de UC's. Os mesmos estudos acima apontados buscam construir um diagnóstico da situação administrativa e gerencial das UCs estudadas e como falhas e deficiências nestes campos podem causar consequências para a gestão, efetivação, integração e consolidação dos sistemas de UC's, que interferem na busca e conquista de seus objetivos para com a sociedade.

Salles (2003) contextualiza a formação, implantação, consolidação das UC's brasileiras, relacionando estes estágios aos recursos administrativos e consequentes impactos na gestão. Neste sentido, destaca que os canais de comunicação entre a sociedade e o poder público são pouco eficientes. Ao explorar as relações entre as UC's e a sociedade e suas consequências para a gestão, o autor destaca que existe uma lacuna de informações (gerenciais, administrativas, técnicas e científicas), que se relaciona com o atual estágio de implantação, e faz indagações quanto às fragilidades estruturais da gestão (situação fundiária, administração de recursos técnicos, físicos e financeiros), existência ou não de orçamentos, equipamentos e fiscalização e o cumprimento das metas traçadas na implantação pelas UC's. Ao sugerir o ordenamento e sistematização destas informações num cadastro, como auxílio à superação das dificuldades administrativas, o autor menciona as possibilidades no aprimoramento gestão, e no estreitamento das relações entre a administração da UC com a sociedade em geral que poderá usufruir destas informações e, desta forma, poderá ter um maior poder de influência nas tomadas de decisão.

A situação fundiária, o conflito territorial, a escassez de investimentos em infraestrutura, materiais e recursos humanos e consequente precariedade administrativa é apontada por Vallejo (2002), que desenvolveu estudo junto a três Parques Estaduais no Estado do Rio de Janeiro (Ilha Grande, Serra do Tiririca e Desengano), em que relaciona estes elementos às dificuldades administrativas enfrentadas pelos chefes e órgãos estaduais que lidam diretamente com UC's, e como estas limitações dificultam e reduzem o estabelecimento de oportunidades de desenvolvimento no campo econômico e o cumprimento dos objetivos de implantação de uma UC.

Borges *et al.* (2011), Faria *et al.* (2013) e Santos *et al.* (2015) trazem que, nos últimos anos, houve a criação de inúmeras UCs e que este movimento trouxe vários desafios no campo gerencial, que no transcorrer do tempo não foram superados pelas administrações das UC's e nem pelos órgãos gestores. No entanto, para que esta atitude de criação de novas UC's se torne eficaz, há a necessidade em se estabelecer a garantia de atendimento aos diversos fatores técnicos, políticos, econômicos (planejamento e capacidade institucional), relacionados à gestão, cabendo neste contexto, a experiência administrativa dos órgãos administradores e gerentes ou chefes de UC's, que tem como função não somente fazer valer o cumprimento das normas do SNUC, mas também garantir o estabelecimento de um canal de comunicação da sociedade com o poder público.

A gestão de uma UC para Borges *et al.* (2011) e Faria *et al.* (2013) representa a junção de instrumentos previstos no SNUC (conselhos, plano de manejo e zoneamento), dos órgãos responsáveis pela administração das UC's, com o capital humano representado pelos gerentes e chefes destas áreas, sendo que este último componente foi considerado como um dos entraves na avaliação das UC's brasileiras, no momento da elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas.

No intuito de se conhecer e entender como os chefes, gerentes e órgãos administradores de UC's atuam e quais os fatores que os influenciam, as experiências com UC's estaduais de Minas Gerais e São Paulo, Borges *et al.* (2011) e Faria *et al.* (2013) apontaram que, embora os gerentes e chefes possuam uma formação acadêmica e profissional adequada, muitas vezes ficam desmotivados, devido às condições desfavoráveis para atuação (escassez de recursos financeiros e humanos, falta de estímulo para capacitações técnicas e gerenciais, e falta de investimentos em equipamentos e veículos para a fiscalização) e que há um número elevado de UC's nestes estados sem gerentes ou chefes, conselhos gestores e planos de manejo. Outro fator que merece destaque quanto à administração das UC's

estaduais avaliadas, refere-se à grande rotatividade de gerentes, o que dificulta a continuidade de trabalhos.

Ainda, com a finalidade de facilitar o entendimento sobre a estrutura de administração de UCs, o diagnóstico comparativo relacionado à gestão de UC's federais e estaduais de uso sustentável no estado do RJ é apresentado por Moraes *et al.* (2007) que verificou a situação crítica das UC's quanto aos recursos humanos disponíveis (gerente local e equipe de apoio) e a situação dos instrumentos de gestão (Conselhos e Planos de Manejo). A complementariedade de ambos é explorada pelo autor que enfatiza a importância da centralidade e liderança dos gestores locais de UC's na resolução de problemas e conflitos, e que a situação administrativa das UC's em âmbito estadual é inferior, no que se refere à disposição de recursos humanos, técnicos e financeiros em relação às UC's Federais.

Theulen (2004) adotou a metodologia utilizada por Milano *et al.* (1993), para conhecer a percepção atual dos chefes de UC's e concluiu que os 15 problemas mencionados, dentre os quais se destacaram (carência de pessoal nas unidades, falta de qualificação e capacitação para os funcionários, burocracia de administração, falta de recursos financeiros, regularização fundiária, ausência de planos de manejo e as mudanças administrativas e políticas frequentes), praticamente não se diferem da realidade apontada por Milano *et al.* (1993) e que mesmo com o aumento do número de UC's Federais implantadas, não foi observada modificação significativa na estrutura administrativa e ampliação de recursos físicos e financeiros para órgão gestor responsável pelo controle das UC's. No entanto, a autora defende a adoção do regime de cogestão como maneira para o enfrentamento dos obstáculos impostos as administrações de UC's.

Em Minas Gerais, os órgãos públicos vinculados à gestão das UC's, preocupados com a administração destas áreas, estabeleceram ações visando o diagnóstico, identificação e proposição de possíveis alternativas para a resolução dos problemas postos nos campos técnico e administrativo. Este conjunto de iniciativas constatou que a situação das UC's em Minas Gerais não se difere do restante do país, em que se observam problemas relacionados à implantação, estruturação e manutenção das mesmas, referentes aos recursos humanos e financeiros, e a morosidade dos processos administrativos envolvidos na gestão. Os principais problemas apontados referem-se ao plano de manejo, conselho gestor, infraestrutura atual e necessária, regularização fundiária, demarcação de limites, principais conflitos e ameaças. As informações obtidas neste diagnóstico foram devidamente organizadas e apresentadas aos órgãos responsáveis, valendo-se ressaltar que o estudo também sugere a reestruturação profissional do IEF (SANTOS *et al.*, 2015).

2.3 Conselhos Gestores

A Constituição Federal de 1988 trouxe valiosas contribuições quanto à participação popular em diversos temas (educação, saúde, meio ambiente, assistência social, entre outros). Dentre estes, a saúde e assistência social, expressas respectivamente nos Artigos 198 e 204, representaram avanços que são considerados marcos fundamentais para a institucionalização dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas no Brasil, que se propagaram em outros campos de atuação do poder público posteriormente. Embora esta informação seja muito difundida na literatura, Buvnich (2014) descreve que frequentemente ocorre um equívoco quanto à origem dos conselhos gestores de políticas públicas, visto que a CF traz as normas gerais, que posteriormente devem ser especificadas por leis. Portanto, os conselhos, como conhecemos atualmente, foram criados por Leis específicas, em período posterior a 1988.

Gurgel *et al.* (2013) referem-se à CF/1988 como marco impulsionador da criação dos conselhos e pontua que a conformação e configuração dos atuais conselhos em consultivos ou deliberativos têm relação com as formas de participação dos diversos atores sociais. O autor cita que, na década de 1960, surgiram as primeiras experiências com conselhos comunitários os quais tinham, como motivação, a conquista de direitos pelos cidadãos negligenciados historicamente pelo Estado e os conselhos “notáveis”, no período ditatorial estes conselhos atuavam exclusivamente nas instâncias governamentais. Nos anos 1980, apareceram os conselhos populares ou setoriais que trouxeram consigo as influências do conceito de cidadania de *Marshall*, em que estão presentes os direitos (civil, social e político) e, ainda, as influências dos movimentos sociais.

As semelhanças e diferentes atribuições e competências entre conselhos gestores consultivos e deliberativos no contexto das UC's são discutidas por Santos (2008) e Palmieri *et al.* (2009) que destacam a contribuição para a gestão da UC e a necessidade de representatividade, como um dos elementos propulsores em suas ações. Quanto às especificidades, é possível destacar a existência do poder decisório, que no caso dos conselhos deliberativos permite que estes intercedam diretamente na gestão. Enquanto os conselhos consultivos restringem-se a emissão de opiniões e pareceres que podem ser acatados ou não pelo órgão gestor.

O processo de evolução e amadurecimento da democracia no Brasil pode ser notado nos conselhos gestores, conforme apontam Gurgel *et al.* (2013) e Buvnich (2014). No entanto,

para que se tenha a compreensão dos diferentes papéis assumidos por eles entre as décadas de 1960 e 1990, torna-se oportuna a discussão de seus elementos constitutivos, que se relacionam com os atores sociais e sua participação.

O contexto histórico e a consolidação da democracia no período pós CF/1988, chegando até os dias atuais, é considerado por Buvnich *et al.*(2014), que em seu estudo buscou compreender as características de conformação institucional, implantação e crescimento do número de conselhos e relações estabelecidas entre a criação, estabelecimento e ampliação do número de políticas públicas em várias áreas, assim como da participação popular relativa aos mesmos. A participação e conformação são consideradas, no âmbito da divisão regional do Brasil (norte, sul, centro-oeste, nordeste e sudeste), nas três instâncias de poder (Federal, Estadual e Municipal), levando-se em conta a representação (paritária ou não) e a forma de delegação de poder (consultiva ou deliberativa). Os autores enfatizam que as dimensões territoriais do país, com suas peculiaridades nos campos econômico, social, político, cultural e ambiental, apresentam influências na conformação institucional dos conselhos. O mapeamento regional proposto menciona que a maior concentração de conselhos situa-se respectivamente nas regiões sul e sudeste e que os conselhos pertencentes a estas regiões são mais antigos quando comparados aos do centro-oeste, nordeste e norte. Este fato aponta para a forte relação existente entre a criação dos conselhos e o estabelecimento de políticas públicas, principalmente na região nordeste. Quanto à paridade, o estudo aponta que a maioria dos conselhos federais é “não paritária”, enquanto os conselhos municipais são predominantemente paritários.

A representação e representatividade aliadas à participação constituem-se como alicerces dos conselhos para Rosa *et al.* (2013), que apresentam relações de dependência, sendo estas relações influenciadas por elementos externos ao conselho (dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais) que refletem no comportamento e nas ações dos conselheiros.

Sipioni *et al.* (2013) trazem à discussão a representação política e expressão de formas participativas no contexto dos conselhos. Quanto a estes elementos, pontuam que os conselhos representam a forma de democracia participativa pelo intermédio da democracia representativa e que a relação entre participação e soberania popular é uma problemática antiga que atinge os modelos e arranjos institucionais. No entanto, na segunda metade do século XX, houve uma grande reivindicação da institucionalização da participação por parte da sociedade civil, em prol da democracia participativa e deliberativa, não se pensando no formato desta participação.

Rosa *et al.* (2013) discutem a representatividade nos conselhos, promovendo um resgate histórico sobre as diferenciações entre as democracias participativa e representativa, atentando para o fato que, com a ampliação da democracia no Brasil, houve a percepção das organizações pertencentes à sociedade civil, em se conectar ao Estado, por meio de espaços democráticos e participativos. Desta forma, surgiu a necessidade em se reconfigurar estes espaços, acrescentando-lhes atores que, até então, eram mal ou sub representados. Este movimento gerou dificuldades, conflitos e enfrentamentos entre representantes governamentais e da sociedade, pois os conselheiros oriundos do poder público muitas vezes se recusam a compartilhar o poder. Outro aspecto observado em relação aos conselheiros da sociedade civil é que, muitas vezes estes estabelecem relações muito frágeis com seus representados, sendo pouco fiscalizados e acompanhados em suas ações. Assim desvinculam-se dos interesses coletivos e passam a atuar em defesa de interesses próprios.

Os problemas e contradições oriundos das formas de representação e da representatividade nos conselhos são explorados por Rosa *et al.* (2013) e Sipioni *et al.* (2013), como maneira de elucidação e reafirmação destes conceitos. Estas contradições podem ser notadas quanto às formas participativas nos conselhos, que muitas vezes causam a impressão de serem representações de uma democracia exercida de forma direta, quando a realidade trata-se de uma democracia representativa. A falta de compreensão pelos sujeitos sobre a importância de se haver uma conectividade entre os representantes e os representados e mesmo entre os próprios representados, é agravada pela falta de compreensão quanto à capacidade resolutiva exercida pelos conselheiros, ou seja, os conselheiros não conseguem atender e satisfazer todas as demandas geradas pelos seus representados.

Rosa *et al.* (2013) e Sipioni *et al.* (2013) destacam, como fator de alto poder de influência nos conselhos, a escolha não universalista das entidades da sociedade civil. Esta escolha pode estar vinculada à trajetória e atuação no campo político destas entidades e a grande diferença de conhecimento técnico burocrático existente entre representantes civis e do poder público. Este cenário pode em muitas situações, modificar o poder deliberativo dos conselhos, transformando-o em consultivo, ou muitas vezes um instrumento para uma mera ação burocrática legitimadora de decisão tomada por instância superior do poder público.

Wendhausen *et al.* (2007) discutem a função e a importância dos conselhos sob a perspectiva do processo de tomada de decisão e sua qualidade, buscando-se compreender como este processo ocorre, seus fatores constitutivos e elementos interferentes. Estes fatores constitutivos apontados relacionam-se à representatividade e participação, bem como às suas formas de expressão pela democracia tanto pela via direta, como representativa. As formas de

expressão são discutidas de forma comparativa por meio de estudo de caso de conselho municipal de saúde. Os elementos que interferem na ação dos conselheiros e no processo decisório, como: assimetria entre atores falta e dificuldade de acesso as informações, linguagem excessivamente técnica, manipulação política e atitude ambígua do poder público quanto à participação popular (ora oportunizando e ampliando espaços para a participação popular, ora reduzindo) são discutidos, buscando-se relacioná-los com a responsabilidade que os conselhos têm com suas ações e respectivos impactos e ao atendimento de suas principais atribuições, que se encontram conectadas com as políticas públicas, quanto a sua formulação, proposição de estratégias e controle.

A título de exemplo, as experiências, especificidades e contradições no campo da saúde são relatadas por Pestana *et al.* (2007) que destaca as características inerentes à Legislação do SUS, proximidade entre pacientes e profissionais podem encurtar distâncias e colaborar para uma maior participação comunitária, em busca do controle social. Estes atributos muitas vezes não são aproveitados em sua plenitude, devido ao fato de o poder público se apropriar indevidamente das formas de participação e ainda devido às contradições relacionadas ao formato dos conselhos, assimetria de seus integrantes, inexperiência quanto aos processos participativos, e a representação comunitária, muitas vezes com um comportamento passivo em relação às ações do Estado. Este conjunto de relações e comportamentos pode ocasionar a dissociação entre a real necessidade de atenção aos serviços e problemas da saúde preconizados pelo poder público através de seus programas e políticas e sua aplicação prática.

Junqueira *et al.* (2011) trazem a experiência dos conselhos gestores de saúde em municípios paulistas em que avaliaram a extensão das normas e o cumprimento dos compromissos assumidos pelos gestores, na atenção básica do SUS. Os resultados apontaram que características como: a falta de rotatividade na presidência do conselho, adoção do consenso como poder de decisão em detrimento do voto, contradições entre os conselheiros, graus de informação diferenciados sobre as atividades o conselho, o alcance das informações e decisões junto aos representados e a utilização dos mecanismos do conselho para manipulação, constituem-se como fatores que afetam representação e representatividade, afirmação de legitimidade, provocando a dificuldade em responder as demandas postas de forma eficaz.

A visão hegemônica sobre a formação, constituição, organização e atuação dos conselhos e gestões municipais de políticas públicas, assim como a observação da coerência ao atendimento dos propósitos que os motivaram a serem implantados e suas ações, é

discutida por Petrarca (2008) que, embora compreenda os conselhos como espaços destinados à ampliação da democracia, com participação política e que auxiliam administração pública, defende que os conselhos gestores municipais têm participação política limitada, mas, no entanto, representam, ainda, espaços de definição e redefinição de causas e problemas sociais, apresentando grande potencial para resolução destes problemas. A linha argumentativa do autor busca conceituar e trazer a compreensão sobre como surge um problema social, suas causas, como interfere na sociedade, como é identificado, reconhecido e legitimado pelos atores sociais e, posteriormente, levado ao debate pelos conselheiros. A segunda ordem de problema descrita pelo autor refere-se à maneira como o conselho se apropria, codifica as informações relativas às problemáticas e as organiza posteriormente para debate. Neste processo, destaca-se que qualidade e acessibilidade às informações dispostas aos conselheiros são importantes para o processo decisório, pois, em muitas situações, os assuntos relativos à administração pública e informações correlatas costumam ser negligenciados causando desigualdade de entendimento quanto aos temas e assuntos a serem discutidos.

O estudo de caso desenvolvido por Petrarca (2008) faz a construção da interação de problemas sociais no campo da educação, ao analisar o Conselho Municipal de Pelotas/RS, com as características inerentes à origem e de formação pessoal e profissional dos conselheiros, levando-se em conta também as origens e valores defendidos pelas instituições representadas por eles. Estes elementos podem oferecer vantagens ao funcionamento dos conselhos, pois conforme os dados verificados, o fato de seus representantes serem professores que atuam diretamente em sala de aula, vivenciarem diariamente os problemas da área, e ainda pertencerem a outras instituições colegiadas torna-se um fator homogeneizador e facilitador para discussões no interior do conselho. O perfil e as características sociais dos conselheiros são apontados como elementos fundamentais para o desenvolvimento de ações pelo conselho, pois resultam de uma correspondência da “ordem interna do universo institucional” e “a ordem externa das estruturas sociais”, que representam a organização e funcionamento interno da instituição, com os condicionantes externos da estrutura social do conselho”.

Mucci *et al.* (2016) trazem a discussão quanto aos potenciais de contribuição de técnicas participativas fundamentados em pesquisa-ação e mediação dialógica, aplicadas no âmbito do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável) de Viçosa/MG, assumindo que deliberação e a democracia deliberativa constituem-se como processos de aprendizado, que nem sempre podem ocorrer nos espaços participativos e, desta forma, buscaram, em seu estudo de caso demonstrar, “se” e “como” as técnicas participativas, podem

auxiliar e potencializar ações de mediação e comunicação. Os autores constataram que, embora as contribuições positivas da adoção de técnicas participativas pelos conselheiros tenham ficado evidentes, não se constituem como único suporte para os processos participativos, atentando para o fato de poucas instituições participantes dominarem estas técnicas, em algumas situações podem representar uma ameaça, por manipulação do conselho.

2.3.1 Conselhos Gestores em Unidades de Conservação

O contexto histórico de formação dos conselhos gestores de UC's segue uma trajetória semelhante dos demais conselhos de políticas públicas, abordada no item anterior. No entanto, é preciso destacar que a obrigatoriedade de sua implantação está prevista na Lei do SNUC e no Decreto 4.340/2002.

Castro (2009) relata o caráter interdisciplinar dos conselhos e que sua institucionalização, promovida pela Lei do SNUC, auxiliou na consolidação das UCs. Conforme o autor, os conselhos buscam assegurar a participação e conexão do Poder público com a sociedade civil, possibilitando a construção conjunta de espaços democráticos, que promovem a reflexão, discussão, articulação e decisão quanto aos assuntos relativos à conservação e manutenção do meio ambiente.

As funções de articulação interinstitucional e auxílio à gestão dos conselhos são ainda destacadas pelo autor como tradução de ações que garantam a preservação e o manejo sustentável de recursos naturais visando o bem estar e o desenvolvimento local. Entretanto, para que isso se torne possível, o conselho necessita “qualificar e legitimar” a tomada de decisão. Este percurso demanda a necessidade de consonância com os objetivos de criação da UC, a atenção a participação, representatividade e legitimidade.

Ao se mencionar os elementos (participação, representação e representatividade) que estão relacionados diretamente com os conselhos, é necessário considerar que se deve haver um grande zelo na escolha dos conselheiros, pois estes irão interferir de forma direta nas ações do conselho. Assim sendo, espera-se que sejam representantes legítimos de seus grupos ou instituições, tenham o reconhecimento de seus pares e ainda apresentem ampla capacidade de discussão, articulação e influência para o favorecimento das decisões (CASTRO, 2009).

No que se refere à participação, entende-se que esta se constitui como matéria-prima fundamental para o funcionamento e sobrevivência dos conselhos e, portanto, zelar pelo

cumprimento da gestão participativa torna-se uma condição necessária e obrigatória para o fortalecimento e consolidação dos mesmos. Esta gestão participativa deverá estar fundamentada nas características dos conselheiros e se fazer presente no arranjo institucional e na equipe do órgão gestor.

As reflexões apresentadas no estudo conduzido pelo WWF (2013) trouxeram contribuições quanto às experiências das atividades realizadas pelos conselhos às RESEX (Chico Mendes e do Cazumbá-Iracema), das FLONAs (Macauã e São Francisco) e PARNA Juruena, situadas no estado do Acre. Estas experiências são relatadas a partir da questão norteadora que procura compreender como é a atuação dos conselhos na gestão, considerando-se os objetivos da UC. O estudo analisa a gestão dos conselhos, fundamentado em diferentes temas (relações, processos, e recursos), que facilitaram a compreensão quanto à dinâmica de funcionamento dos conselhos, suas limitações e potencialidades.

Os objetivos de uma UC segundo WWF (2013) e Dantas (2015), não são discutidos e/ou apropriados adequadamente na rotina de atividades dos conselhos, pois em alguns casos constatou-se que estes se apresentam amplos demais, abrindo-se margens para compreensões e interpretações muitas vezes diferenciadas, divergentes, confusas e contraditórias pelos conselheiros. O não cumprimento dos objetivos por parte de uma UC e seu conselho pode estar relacionado também à maneira como a UC foi implantada, pois no processo de criação de uma UC, em muitas situações, vislumbra-se encerrar problemas socioambientais que tiveram origem em período anterior à criação da mesma e que ainda não foram solucionados. Tal situação permite a instalação e acirramento de conflitos, prejudicando a atuação do conselho e gestão da UC. Este fato torna-se marcante ao se apontar as diferenças entre as demandas e temas levantados e estabelecidos nas agendas dos conselheiros comunitários e daqueles que representam o poder público.

A conquista de efetividade por um conselho pela via do cumprimento de seus objetivos relaciona-se dentre outros fatores, primordialmente às suas ações, mas também a conquista da governança e gestão social. Neste sentido, Prado *et al.*, (2015) e Marinelli (2016) destacam que, embora a Lei do SNUC tenha apresentado avanços quanto aos conselhos gestores, no que se refere ao seu ordenamento, qualificação e consonância com os acordos e políticas públicas e conservação ambiental no âmbito internacional, a aplicação destes instrumentos participativos e seu funcionamento ainda não preenchem lacunas importantes observadas na perspectiva do poder público, o que restringe o vínculo entre a governança local e a gestão comprometendo a efetividade das UCs.

Ferreira (2013) menciona que o poder de influência dos Conselhos Gestores ainda é muito incipiente no controle do território, pois os conselhos necessitam atingir a governança e gestão social e a efetividade por meio da criação de canais de comunicação eficientes e legítimos, que estejam comprometidos com a construção e execução das políticas públicas. Este percurso demanda atenção, para que estes instrumentos de participação não se transformem em estruturas engessadas devido ao excesso de formalismo.

O campo das relações constitui-se como ponto de partida para o entendimento da dinâmica, funcionamento e processos estabelecidos que apresentem impactos diretos na gestão conforme trazem Cozzolino *et al.* (2006). Ainda trazem os mesmos autores que os conselhos se apresentam como espaços compostos por membros representantes do poder público, iniciativa privada e da sociedade civil, que por intermédio da participação e norteados por princípios democráticos, buscam possíveis soluções para seus problemas comuns. No entanto, em muitas situações os interesses individuais dos diferentes atores tentam se sobrepor aos coletivos, gerando divergências e conflitos, cabendo neste caso a busca por alternativas que equalizem as opiniões e que tenham sobretudo, prioridade na conservação ambiental pela UC.

Ao descrever estas relações, o estudo do WWF (2013), apresenta uma visão diferenciada entre os componentes do órgão gestor, representantes do poder público e da sociedade. Conforme esta perspectiva, os conselhos, em sua maioria, trabalham constantemente de forma “reativa” às demandas e pressões internas e externas e que há uma sobrecarga de tarefas e funções para todos os conselheiros. Neste sentido os representantes do órgão gestor além de suas atribuições adquirem a responsabilidade de encontrar possíveis soluções para os diversos problemas, que em muitas situações não são solucionados, gerando frustração, insatisfação e inoperância. Este cenário ainda é alimentado pela atuação passiva dos demais conselheiros que normalmente “empurram” parte de suas obrigações para o órgão gestor, pela falta de comprometimento dos conselheiros do poder público, que em muitos casos, não assumem as atividades do conselho como prioritárias e ainda a falta de regularidade na atuação dos conselhos, em que se inclui, até mesmo as dificuldades e agendamentos das reuniões.

As fragilidades presentes nas relações entre conselheiros e as inconstâncias observadas nas atividades dos conselhos refletem nos “processos” que os conselhos devem estabelecer para o funcionamento. Neste campo de atuação, concentram-se o fluxo de informações recebidas e produzidas pelo conselho, que foram sistematizadas, ordenadas e organizadas que geraram documentos, procedimentos e métodos que auxiliam no planejamento das ações e

atividades do conselho e, conseqüentemente, da UC. Neste sentido, quanto maiores forem as dificuldades enfrentadas para a “operacionalização destes processos”, maiores se tornarão os obstáculos na consecução dos objetivos estabelecidos pela gestão.

Almeida *et al.* (2010), ao estudarem o processo de formação do conselho deliberativo da RDS do Rio Iratupuru no Amapá, buscaram compreender como estas comunidades se apropriaram dos objetivos da implantação da UC e da escolha das instituições integrantes do conselho. Definiram algumas ações relativas às instituições como: a) atuação e capacidade de tomada de decisão da instituição junto à UC e comunidades do entorno; b) Inclusão de possíveis instituições que mesmo não apresentando grande ligação com a UC, poderiam contribuir significativamente na gestão. A efetividade das reuniões e dos critérios definidos para a escolha das instituições obedeceram indicadores definidos por Almeida *et al.* (2010) e encontraram proximidade aos temas definidos no estudo do WWF (2013), podendo-se mencioná-los:

- a) Maior grau de dificuldade na escolha das instituições;
- b) Maior ou menor grau de dificuldade na diferenciação entre os atores de instituições públicas e civis;
- c) A participação e interação do grupo com o órgão gestor;
- d) Respeito às questões etárias e de gênero;
- e) Maior ou menor compreensão acerca do processo no qual estão inseridos;
- f) A facilidade em se produzir ou não materiais como resultados das discussões dos grupos nas plenárias.

Ao final do estudo, os autores demonstram que as instituições de preferência e selecionadas por uma determinada comunidade não são coincidentes com aquelas de preferência e escolhidas por outras comunidades de um mesmo território. Apontando razões para este comportamento, como a percepção diferenciada pelas comunidades quanto ao papel e atuação das instituições governamentais e não governamentais, histórico de relacionamento que possuem com as comunidades, além da atuação das mesmas no transcorrer do processo de consolidação do conselho.

A importância da formação e a conquista da efetividade por um conselho gestor são discutidas por Teixeira (2009), que entende os conselhos gestores de UC's como palcos de negociação, para a construção de um consenso para os conflitos de temas que envolvem a conservação e manutenção da natureza. Entretanto, segundo a autora, a efetividade de um conselho pode ser mensurada, adotando-se parâmetros que envolvem a participação social, demandas e discussões encaminhadas ao conselho, existência de planos de ação, capacitação

da equipe técnica, entre outros. Estes parâmetros relacionam-se com a lacuna que separa o atendimento aos objetivos de criação de UC's, com a criação, estabelecimento e execução das ações e atividades desenvolvidas pelos conselhos gestores.

O conselho gestor da APA João do Leite/GO apontado por Teixeira (2009), demonstrou a importância em se haver efetividade por parte de um conselho, e que este atributo demanda o atendimento alguns pressupostos relacionados à sua própria formação, funcionamento e atividades de gestão participativa. Dentre estes pressupostos, o autor mencionou aspectos como a legitimidade e a busca por um maior alcance da representação dos diversos atores sociais. Estes pressupostos se configuram como essenciais, para que não se reproduza a lógica dos “conselhos de papel”, que embora instituídos legalmente, apenas “legitimam” as decisões tomadas por instâncias superiores.

Melo *et al.* (2013) trazem a perspectiva da importância da inserção das comunidades residentes em áreas próximas da REBIO Santa Isabel em Pirambu/SE, nos instrumentos de gestão (Conselho Gestor, Plano de Manejo) e na Zona de Amortecimento, destacam a relação de dependência que as populações do entorno tem com a UC e que este fato constitui-se num diferencial para o manejo e gestão da UC. Visando identificar como a população local atua na gestão da Reserva, os autores buscaram mostrar a importância e a fragilidade da relação homem e meio ambiente e, ainda, a necessidade de conservação ambiental, obedecendo-se os preceitos da Lei do SNUC. Concluíram que houve uma percepção da população local, quanto à ampliação da atividade fiscalizadora pelos órgãos competentes. Entretanto, ainda há carência de atividades que busquem a participação das comunidades visando sua integração com a UC e que as ações desenvolvidas até o momento foram pontuais e praticamente sem a participação comunitária.

A participação social, arranjo institucional e representatividade dos atores sociais considerando-se suas origens (órgãos do poder público, iniciativa privada, sociedade civil e comunidades locais) foram estudadas por Teixeira *et al.* (2010), ao avaliarem os representantes dos conselhos de UC's e Mosaicos Federais, partindo da premissa da necessidade de atendimento ao arcabouço legal existente (Lei do SNUC e Decreto 5.758 – Plano Nacional de Áreas Protegidas). Neste estudo, os autores buscaram identificar, conhecer e compreender os atores e os princípios da participação presentes na gestão territorial, bem como o atendimento ao princípio da paridade.

Os resultados apontaram neste mesmo estudo, que apenas seis atores possuíam frequência e participação nas reuniões (acima de 40%), sendo estes representantes provenientes de instituições públicas: a) órgãos ambientais (100%); b) prefeituras (79%); c)

universidades (69%); d) secretaria municipal e/ou estadual de meio ambiente (52%); e) câmara de vereadores (46%); f) Emater (41%). Já os demais atores de instituições públicas e privadas, possuem uma frequência de participação igual ou inferior a 16%. Quanto à participação dos diferentes atores e suas diferentes procedências, observou-se uma participação efetiva e constante apenas de atores oriundos do poder público. No entanto, esta participação encontra-se fundamentada no fato de os órgãos ambientais presidirem os conselhos e serem os responsáveis diretos pela gestão, enquanto as demais instituições públicas participantes, que atuam em outros campos que diferem do ambiental, participam apenas de maneira complementar. Quanto à participação dos representantes estatais em órgãos colegiados, esta se encontra vinculada apenas à extensão de suas atividades de rotina, não demandando tantos esforços como no caso dos atores públicos, ligados ao setor ambiental

A participação dos representantes da iniciativa privada ocorre de forma espontânea, sendo que muitos trabalham nos horários de reunião e nem sempre conseguem liberação para comparecer o que justificaria a baixa frequência. Desta forma, para que se corrijam as distorções existentes quanto à paridade, torna-se oportuno que ações de conscientização e promoção da participação sejam organizadas, visando à sensibilização dos atores sociais e representantes comunitários para uma gestão mais assertiva e compatível aos seus anseios.

2.4 Gestão Participativa

O conceito de gestão participativa suscita a discussão de outros conceitos relacionados a ele, como: participação, cidadania, gestão social, governança e democracia. Torna-se oportuno o esclarecimento quanto ao entendimento destes conceitos, assim como a maneira como estão interligados, para que se possa compreender o mecanismo de funcionamento da gestão participativa e, sobretudo, seu comportamento no âmbito da administração pública.

Drummond *et al.* (2009) consideram o tema participação como algo complexo e abrangente com ampla discussão no campo das ciências sociais. Ao posicionar o tema em seu campo de atuação (ambiental), fazem considerações quanto aos diferentes níveis de participação, enfatizando que estes níveis são condicionados por elementos pré existentes (interesse pessoal, tamanho do grupo, grau de interação entre atores locais, relações de confiança, conflitos e disputas existentes) e a importância em se monitorar a participação para o caso da elaboração e execução de projetos. Estes níveis de participação são apresentados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Níveis de participação de atores sociais em projetos em Unidades de Conservação

	A	B	C	D	E	F	G
Instituição	Mínimo	Informando	Procurando informações	Consulta Ativa	Negociando	Dividindo Responsabilidades	Transmitindo responsabilidades
Atores Locais	Nominal	Passivo	Informando	Opinando	Ativo	Interativo	Assumindo Responsabilidades

Fonte: Drummond *et al.* (2009).

O Quadro 2 possibilita a identificação e avaliação de diferentes instituições e atores sociais quanto à participação. Esta é influenciada diretamente pelos interesses dos próprios atores, e apresenta interferência no processo de negociação entre os atores sociais. Dentre estas interferências pode-se mencionar o tamanho dos grupos participantes, grau de interesse quanto ao assunto a ser tratado, níveis de conflitos existentes quanto aos atores, relações de confiança estabelecidas e motivações anteriores. Observa-se que estes condicionantes determinam a posição do ator social, nos diferentes níveis de participação evolutivos propostos (A, B, C, D, E, F e G) e que esta evolução representa maior grau e intensidade de envolvimento e compartilhamento de informações e poder entre eles.

Gomes *et al.* (2015) destacam que a participação é algo inerente ao ser humano, pois este tem a necessidade de se autofirmar, interagir, criar e contribuir para com a sociedade e, neste sentido, os problemas postos em nossa sociedade atualmente (poluição, crise hídrica, desigualdade, miséria, fome, crise energética, aquecimento global) demandam esforços coletivos, onde a ação isolada de um ator parece não fazer sentido. Afirmam os autores que a participação não significa o fato de se fazer presente e nem representa solução para todos os problemas. Sendo assim, contextualizam a importância da Constituição Federal de 1988 e a influência dos movimentos sociais para a idealização e concretização dos conselhos gestores de políticas públicas, como espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

A análise da participação no âmbito coletivo e gestão de políticas públicas ganham maior destaque se forem considerados os atributos relacionados a ela, como: a) melhoria de condições para a tomada de decisão e ações coletivas, pois existe maior número de informações, troca de saberes e experiências que podem favorecer a atuação em um determinado cenário; b) aprimoramento da corresponsabilidade entre os atores; c) fortalecimento da aprendizagem social, que contribui para uma maior emancipação, prática e conquista da gestão social e d) aperfeiçoamento nas formas de articulação e representação dos interesses.

Os níveis de participação também são descritos por Gomes *et al.* (2015) ao mencionarem a tipologia desenvolvida pela autora norte-americana Sherry R. Arnstein, denominada “Escada de Participação Cidadã”. Estes níveis são categorizados em oito degraus de participação cidadã, conforme é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Oito degraus de participação cidadã.

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia (falsa escuta)	Não participação
1	Manipulação	

Fonte: Gomes *et al.* (2015)

Os degraus de participação (1 a 8) estabelecidos para se avaliar os diferentes níveis da participação atribuídos a um determinado grupo, obedece uma escala evolutiva em que os degraus (1 e 2) representam a “Não Participação”, degraus (3, 4 e 5) representam “Níveis Mínimos de Poder”, enquanto os degraus (6, 7 e 8) simbolizam “Níveis de Poder Cidadão”, considerados altamente desejáveis. É possível afirmar que, ao se observar uma evolução quanto aos níveis de participação, há modificações nos processos participativos estabelecidos (canais de comunicação trabalham de forma mais eficiente, ampliam-se as interações e parcerias) ocorrendo também a ampliação e o compartilhamento de poder pelo grupo. No entanto, deve-se considerar que o grupo pode também “descer os degraus dessa escada”, retrocedendo quanto ao seu nível de participação.

A participação tem como um de seus pressupostos a necessidade de atendimento aos anseios de cada indivíduo que podem ser expandidos, como forma de identificação com o comprometimento com o bem estar coletivo, e para que isso seja possível torna-se fundamental a comunicação. Estes pressupostos auxiliam na compreensão que a participação constitui-se como alicerce fundamental para a conquista de direitos que não se encontram necessariamente no campo político, e também da cidadania. Ao se considerar estes pressupostos no contexto político, torna-se prudente observar como o Estado absorveu as diferentes formas de participação (fóruns, associações e conselhos) para realizar sua aproximação com a sociedade civil.

A participação muitas vezes tende a se tornar uma panaceia, seu real significado pode ser banalizado, para justificar ações tanto de governos de direita como de esquerda, e desta

forma, encobrir crises de legitimidade que muitas vezes afetam estes governos. É legítimo considerar que a participação, suas formas de expressão e os canais de comunicação relacionados à ela são influenciados por condições sociais, políticas e econômicas, apresentando impactos na gestão participativa. Além de se considerar estas influências, deve-se considerar a conectividade existente entre estes canais de comunicação (STRECK *et al.*, 2006).

Ferreira (2013) contextualiza a evolução da participação e sua absorção e apropriação pelo Poder Público no período posterior à década de 1980, e que teve grande impulso com a Constituição Federal de 1988. O caráter autoritário e centralizador das decisões referentes às UCs eram ditados, principalmente, por fatores de ordem econômica e foram substituídos gradativamente por processos mais participativos e democráticos. Neste contexto, o surgimento dos conselhos gestores teve papel relevante, pelo fato de oportunizar a participação de povos e comunidades tradicionais que até então não tinham direito à voz. Embora os conselhos se configurem como instituições participativas significativas para a governança e gestão, apresentam limitações quanto à gestão participativa, pois para seu aprimoramento a comunicação é o fator crucial para o conhecimento e transformação, provocando a mobilização dos conselheiros, despertando no governo e na sociedade o sentimento de pertencimento ao ambiente natural.

Cozzolino *et al.* (2015), ao discutirem sobre governança e suas diferentes interpretações e significados, enfatizam que se trata de um conceito que pode ser considerado muito antigo, quanto a própria história da sociedade. A relação temporal deste conceito pode ser compreendida pelas diferentes formas em que as sociedades se organizam para que sejam conhecidas as demandas de seus membros, definindo-se o que necessita ser realizado e a forma mais apropriada de fazê-lo.

A apropriação e difusão do termo governança em gestão pública é destacada por Cozzolino *et al.* (2015) que descrevem a banalização do termo, devido ao seu uso inadequado principalmente à partir da década de 1990 pelo poder público, no sentido de legitimar a tendências articuladas às necessidades e vantagens de se mobilizar os conhecimentos e potencialidades da sociedade. A integração de atores sociais do poder público, sociedade civil e iniciativa privada, com o objetivo de melhoria do desempenho da administração e democratização dos processos decisórios, podem adquirir novos contornos. Estes novos contornos se justificam muitas vezes pela cooptação de agentes externos ao conselho ligados ao mercado, deslegitimando as políticas públicas de cunho Estatal.

Espada *et al.* (2015) trazem que governança ambiental compreende um conjunto de regras, instituições, processos e comportamentos que conduzem os atores sociais e institucionais do território ao uso racional dos recursos naturais. Esta governança envolve, sobretudo a colaboração e cooperação de atores sociais que coabitam um território, orientados pelos princípios da participação, responsabilidade, equidade e descentralização, compondo uma sinergia em prol do desenvolvimento local.

Marinelli (2016) lembra que governança em UCs sustenta-se em três pilares (poder, relações entre os atores e compromissos), considerando-se neste cenário como se dá a distribuição de poder e como interagem as estruturas, tradições e processos no trajeto de construção das relações entre os atores, determinando desta forma, quais decisões serão tomadas, quem as toma, como as influencia e se responsabiliza por elas. O autor ainda destaca que governança, necessita também da efetividade dos atores envolvidos e constitui-se como importante mecanismo na busca por uma gestão efetiva no contexto de UCs, e que esta pode apresentar-se nos níveis (mundial, transnacional, bilateral, nacional e regional) por intermédio de pelo menos quatro formas distintas, reconhecidas pela UICN (2002):

1. A governança oriunda pelo próprio poder público, por meio de seus ministérios, órgãos de gestão e administração. No caso da governança no nível nacional das UCs por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e das organizações estaduais e municipais de meio ambiente;
2. A governança compartilhada, por meio de instituições participativas, no caso das UC's, os conselhos e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
3. A governança privada, caso das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs do Brasil;
4. A governança por povos e comunidades tradicionais, caso das terras indígenas e quilombolas do Brasil.

O fortalecimento da governança local e do processo democrático promovido pelos conselhos gestores de UC's é enfatizado por Silva (2016) que reconhece os conselhos como instrumentos de gestão participativa, cuja finalidade consiste em realizar uma administração responsável com o comprometimento dos atores sociais envolvidos, em que as garantias de participação social sejam não só garantidas, mas como ampliadas, contribuindo desta forma para o levantamento e análise da realidade da UC. Torna-se relevante apontar que a gestão participativa no âmbito das UCs possibilite condições objetivas de debate e tomadas de decisão para que a participação da sociedade tenha um contorno legítimo e qualificado.

Falando deste contorno legítimo, o Decreto Federal 8243/2014 instituiu a PNPS (Política Nacional de Participação Social) e o SNPS (Sistema Nacional de Participação Social), os quais se constituíram no ordenamento e normatização da participação social, sendo que em seu Art. 2 traz a definição do que consideram Sociedade Civil, bem como os mecanismos e instâncias de participação social.

2.4.1. Gestão Participativa em UC's

A gestão participativa em UC's pode ser analisada, principalmente, quanto à utilização e aplicação dos instrumentos de participação popular (conselhos gestores e planos de manejo), previstos na Lei do SNUC. No entanto, avaliar a maior ou menor eficiência destes instrumentos requer, conforme Santos (2008) e Lebreton (2015), a análise quanto à diversidade de atores sociais envolvidos, suas relações, formas de participação e ainda o cenário (político, institucional, econômico e normativo), que envolvem a área protegida.

Lebreton (2015) descreve que a evolução no formato de participação e seus instrumentos (conselhos e comitês) no contexto de políticas públicas voltadas para a área de conservação ambiental observados na Europa, tiveram grande interferência das relações complexas entre as dimensões econômica e política, definidos pelos modelos neoliberais preconizados pelos Estados Unidos e Inglaterra. Este modelo se difundiu pelo mundo, e apresenta como um de seus principais pilares, o exercício da governança, que por meio do controle social e co-gestão conferidos aos governados (atores sociais), é possível haver maior autonomia de gestão e de tomada de decisão, reduzindo significativamente o papel do Estado nessas áreas. O estudo de caso conduzido pela autora, na Área Nacional Protegida *Le Nevado de Toluca* – México buscou compreender a legislação e o funcionamento dos espaços destinados à participação social. Identificou-se que no México existe um Conselho Nacional de Áreas Naturais Protegidas e os conselhos de cada área têm caráter consultivo. Os principais instrumentos de gestão participativa observados são o manejo de recursos florestais e pagamento por serviços ambientais prestados, muito vinculados às normas ambientais locais.

O estudo de Cohen *et al.* (2009) envolvendo os conselhos gestores dos Parques (PARNA da Tijuca e Municipal Bosque da Freguesia – Rio de Janeiro), buscou demonstrar a importância em se implantar UC's em áreas de cidades médias e grandes como prática desejável para a conservação natural. Também demonstrou que a gestão participativa configura-se como elemento essencial para a formação de conselhos que busquem a gestão de

conflitos das UC's com seu entorno. Com esta finalidade buscou compreender, as dificuldades e limitações dos atores sociais envolvidos durante o processo de construção de cada conselho. Os resultados apontaram que embora existam semelhanças quanto às condições precárias de trabalho (escassez de recursos humanos e materiais), o êxito da formação e atuação do conselho do PARNA da Tijuca, foi proveniente da ação diferenciada do órgão gestor e na forma de identificação dos atores sociais para a composição do conselho, bem como na maneira de atuação dos mesmos, pois foram constatadas formas participativas, fato não observado para o caso do Parque Municipal Bosque da Freguesia.

Quadros *et al.* (2015) trazem a perspectiva do próprio conselheiro quanto ao comportamento da participação social envolvida na formação do conselho gestor do PARNA Saint Hilaire/Lange, no litoral do Paraná (Paranaguá, Matinhos, Morretes e Guaratuba) e no transcorrer de três gestões consecutivas, apontando a evolução histórica da participação social nas políticas públicas no campo ambiental e os tensionamentos que proporcionaram, o seu incremento. Esta construção facilita o entendimento de que, mesmo havendo um grande esforço e êxito por parte de uma equipe para mobilizar, organizar, selecionar e preparar conselheiros, utilizando métodos participativos, persistem contradições de compreensão quanto efetividade de representação do conselheiro junto aos seus representados, que afetam tríplice relação dialógica (conselho - conselheiro - representado). Embora sinalize para esta contradição, há a constatação que a participação social do conselho consultivo, apresenta mais potencialidades do que fragilidades.

A discussão quanto à efetividade e melhoria das ações da gestão participativa do conselho gestor APA Serra da Mantiqueira/MG, integradas às políticas públicas com foco no desenvolvimento sustentável, de acordo com Ribeiro (2010) demanda a elaboração de uma estratégia que vislumbre atitudes e ações de aprimoramento do exercício da cidadania por parte dos conselheiros. No entanto, para que este objetivo seja atingido, torna-se necessário o conhecimento da estrutura e dos canais de comunicação estabelecidos pela gestão da UC. Os resultados apontaram que as principais dificuldades enfrentadas pelo conselho gestor envolvem questões relativas à participação (baixa representatividade, pouca participação e envolvimento dos atores, dificuldades com grandes deslocamentos) e questões de comunicação dos conselheiros com seus representados e o pouco conhecimento acerca de temas ambientais, que apresentaram reflexos no baixo índice (41,53%) de atendimentos aos encaminhamentos feitos pelo conselho.

Gomes (2014) menciona a necessidade de mudança na postura adotada, ao se abordar a relação do homem com a natureza no ambiente escolar. Neste sentido destaca que

atualmente o sistema educacional brasileiro é intensamente fragmentado quanto às temáticas que envolvem a natureza, sociedade e tecnologia, pois as escolas valorizam as profissões de maior valor econômico e pouco contribuem para que o indivíduo possa desenvolver uma reflexão quanto à sua condição socioambiental. A transformação deste cenário poderá ocorrer mediante a adoção de uma educação ambiental crítica emancipatória, que busque a formação de cidadãos que pensem suas relações com o meio ambiente e que não fique restrita ao âmbito escolar, mas que o transcenda e se torne uma alternativa para os modelos de ensino conservadores, podendo ser ampliada e atingir os modelos social, econômico e cultural vigentes.

Loureiro *et al.* (2008) trazem a contextualização do período de elaboração e consolidação da Lei do SNUC e seu Decreto regulamentador, em que fazem uma reflexão quanto às fragilidades, potencialidades e contradições existentes na norma quanto à participação e seus espaços. Esta reflexão defende que a gestão participativa, observada na atuação dos conselhos pode ser aprimorada ou transformada, pela construção de um modelo de educação ambiental crítica e emancipatória, onde os processos democráticos e autônomos de gestão ambiental se façam presentes e não existam dualismos (indivíduo x sociedade, sociedade x natureza).

A comunicação consiste num elemento primordial para o estabelecimento, funcionamento e consolidação da gestão participativa, por estar presente em diferentes fases (consulta pública, implementação e gestão) e espaços (conselhos e plano de manejo) de uma UC. Entretanto, mesmo que esta constatação pareça evidente, há uma grande confusão de termos e terminologias voltadas para a gestão participativa, pois é muito comum no caso dos conselhos, a utilização da informação, como sinônimo de comunicação.

O entendimento sobre as diferenças entre informação e comunicação apresenta, conforme Menezes (2014), impactos na participação e conseqüentemente na gestão participativa de uma UC. Na experiência realizada em três UC's do extremo sul da Bahia (RESEX Marinha do Corumbau, PARNA do Descobrimento, PARNA do Pau Brasil), a autora faz reflexões quanto aos fatores que interferem na comunicação e no diálogo, enfatizando os significados e sentidos que os grupos atribuem à gestão dos recursos ambientais, ao seu próprio papel, além do estabelecimento da dinâmica de acesso a informação. Estes elementos são considerados essenciais do processo participativo e auxiliaram a elaboração da ENCEA (Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental), no caso, culminaram na confecção de um jornal comunitário para cada comunidade como forma de se promover melhoria no fluxo de informações, cidadania e

gestão social. Para tanto buscou identificar os principais desafios que envolvem a comunicação, identificando em atividades realizadas junto aos comunitários e aos conselhos, dificuldades de entendimento sobre as atribuições das instituições governamentais participantes, deficiências no fluxo de informações entre os conselheiros e a comunidade da própria UC e do entorno, mau aproveitamento dos recursos disponíveis para comunicação (rádio comunitária) e a ausência de informações sobre os trabalhos e pesquisas desenvolvidas.

As implicações relacionadas à forma de transmissão de informações, estabelecimento de comunicação e participação, no processo de gestão participativa da APA Serra da Mantiqueira, foram explicitadas por Menezes (2015), que buscou compreender *como* se dá a comunicação entre os atores sociais envolvidos com o conselho gestor e *porque* ela ocorre dessa forma. O estudo procurou identificar a rede de atores sociais (órgão gestor, sociedade civil, órgãos estatais e comunidades rurais) e descrevê-los conforme as funções que exercem, no processo de comunicação, seguindo a metodologia de *Toro & Werneck* (1996). De acordo com esta metodologia, os atores sociais podem ser produtores sociais, reeditores e editores. Apoiado nesta metodologia, e com o auxílio de entrevistas, conversas informais e observação direta, quanto às dinâmicas de comunicação, pôde-se concluir que o processo de comunicação apresenta falhas internas de gestão, formato e compartilhamento de informações.

Menezes (2015) destaca que a gestão participativa sofre interferência do entendimento e a forma como as informações são geradas e transmitidas pelos atores sociais, para tanto, considerou as opiniões de diferentes conselheiros e representados. Aliados a esta condição restrita ao campo da comunicação, encontram-se as tensões e conflitos gerados em outros campos (político e econômico) e instâncias que estão além do conselho e a dificuldade de compreensão quanto à função do conselho e o papel dos órgãos participantes, assim como a integração dos mesmos.

O enfoque da comunicação pelo uso de tecnologias (rádio e jornal) como elemento de auxílio à prática da educação ambiental, emancipação de povos e comunidades tradicionais e contribuição para a gestão participativa, foi abordado por Figueiredo *et al.* (2007), ao estudar a formação e implantação da Rede Ribeirinha de comunicação em comunidades nas Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Mamirauá e Amanã, na região do médio Solimões, no Amazonas. O autor contextualiza a utilização do rádio, como principal veículo de comunicação utilizado no Brasil, e sua capacidade em atender às especificidades encontradas na região amazônica, sendo ferramenta indispensável à disseminação de informações entre as comunidades. Aliado à existência da Rádio de Educação Rural de Tefé/AM, onde já havia o programa do Instituto Mamirauá, os extensionistas desse Instituto

estabeleceram uma parceria com a UFAM (Universidade Federal do Amazonas), que resultou no projeto de educadores populares, a confecção de um jornal e a expansão das redes de postes alimentadas com energia fotovoltaica nas comunidades envolvidas. Observou-se avanços quanto à gestão participativa das UC's envolvidas, como ampliação do número de ouvintes, aprimoramento de técnicas de comunicação dos usuários da rede, melhoria no fluxo de informações, organização comunitária, divulgação de pesquisas, informações técnicas e principalmente o potencial de contribuição dos veículos de comunicação para o desenvolvimento ambiental e social.

2.5 Diagnóstico Rápido Participativo – DRP

Drummond *et al.* (2009) descrevem que as metodologias participativas tiveram sua origem, devido à necessidade de comunicação dos profissionais (agentes de extensão rural e desenvolvimento) das ciências agrárias com as populações residentes no meio rural. Estas metodologias consistem num conjunto de técnicas que foram criadas e aprimoradas ao longo do tempo, que tinham, como objetivo inicial, promover a obtenção de informações referentes à realidade local de comunidades rurais de forma rápida, para a elaboração de diagnósticos, que visavam a implantação de programas e projetos governamentais, voltados para o desenvolvimento do meio rural.

Neste contexto é válida a seguinte contribuição:

a metodologia participativa é entendida como um processo contínuo, caracterizado por não ser estático. É uma base para o trabalho com enfoque participativo que precisa ser adaptada a cada instante, de acordo com cada grupo alvo e sua realidade. Não adianta tentar aplica-la a cada momento de uma forma igual, usando as mesmas ferramentas, a mesma frequência e no mesmo ritmo temporal (KUMMER, p.83 2007).

O histórico dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) teve início no Brasil em 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais, e a introdução da prática das metodologias participativas aconteceu nos anos 70. A contextualização histórica descrita por Kummer (2007) relata que os métodos para as coletas de informações e dados nos anos 70 consistiam em entrevistas e aplicações de entrevistas pelos técnicos e cientistas junto às lideranças comunitárias, produtores rurais influentes, políticos, professores e lideranças comunitárias onde o papel dos atores sociais era apenas o de transmissor de informações para o agente externo (técnico), como forma de

auxílio a sua intervenção. Os dados coletados geravam relatórios muitas vezes complexos e que normalmente demoravam muito para chegar ao conhecimento do público alvo.

De acordo com Ruas *et al.* (2006), o resgate histórico sobre a origem e a prática dos métodos participativos auxiliam a compreensão sobre a sua importância e contribuição, na atualidade para a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O papel das metodologias participativas foi transformado ao longo da história da extensão rural brasileira. Sob esta perspectiva, Ruas *et al.* (2006), descrevem a trajetória dos serviços de extensão rural prestados pela EMATER-MG, ao estado de Minas Gerais, em que estabelecem quatro períodos distintos: a) do tradicional ao moderno (1948/1963): “a técnica da demonstração”; b) modernização do campo (1964/1979): “o difusionismo”; c) a profissionalização do campo (1980/1989): “a organização do campo e a especialização tecnológica”; d) urbanização do campo (1990/2005): “metodologias participativas”.

Os processos participativos são posicionados nesses períodos, com funções diferenciadas de acordo com Ruas *et al.* (2006) e Kummer (2007). No período que antecedeu a Constituição Federal de 1988, houve a preocupação em se utilizar as metodologias, apenas com a função de se estabelecer um canal de comunicação entre profissionais e agricultores familiares, com a finalidade de se obter informações para elaboração de Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP). No período posterior à Constituição Federal, tiveram sua importância ampliada, pois além de servirem de canais de comunicação para o levantamento de informações, passaram a serem espaços de diálogo entre técnicos e agricultores familiares para a gestão social e política de ações em prol do desenvolvimento sustentável.

O DRP é descrito por Kummer (2007), Drummond *et al.* (2009) e Oliveira (2015) como um processo de investigação coletiva auxiliado por um conjunto de ferramentas e técnicas (mapas, diagramas, matrizes e painéis), que privilegiam as informações visuais e orais permitindo desta forma a integração e interação entre os atores sociais. A adoção dessas ferramentas busca essencialmente o estabelecimento de relações mais horizontais entre os membros da comunidade e os agentes externos, pois as questões etárias, de gênero e escolaridade, podem ser equalizadas, e desta forma torna-se possível à participação coletiva e o estabelecimento de um diálogo, que permite um aprendizado mútuo e reflexão coletiva para a compreensão da realidade.

O entendimento da realidade (social, econômica, política, ambiental e cultural) por meio do DRP, permite, conforme Geilfus (2002), Guimarães (2007) e Oliveira (2015), que os atores sociais tenham maior autonomia sob os processos de desenvolvimento e que passem a

serem agentes transformadores do espaço onde vivem, pois passam a ser analistas, planejadores e organizadores da comunidade, responsáveis pelo processo de gestão possibilitando a redução da dependência de agentes externos.

Campolin (2011) reconhece que a interação entre pesquisadores e atores locais é significativa no que denomina DRPA (Diagnóstico Rápido Participativo Ambiental), mencionando a importância de possíveis contribuições advindas por parte dos atores locais, principalmente no que tange à sabedoria popular.

O posicionamento do DRP estabelecido por Kummer (2007) e Oliveira (2015) ganha maior dinamismo ao se compreender as principais contribuições referentes ao protagonismo exercido pelos membros de uma comunidade, quando esses, na prática do processo de investigação coletiva, podem fazer um resgate histórico e cultural de saberes oriundos dos mais diversos campos do conhecimento (social, econômico, político, ambiental e cultural) pela reflexão, constituindo-se uma construção social que objetiva um processo de mudança e melhoria da qualidade de vida.

O processo de investigação coletiva sugerido pelos autores potencializa a descoberta de novos talentos e lideranças comunitárias, fortalece as associações e organizações já existentes, entretanto, requer a sensibilização dos membros da comunidade e dos técnicos envolvidos, devendo haver entre estes atores, o estabelecimento de uma relação dialógica, em que há troca de saberes e o aprendizado é mútuo. Destaca-se a importância das características da comunidade que deve estar organizada e das habilidades técnicas, interpessoais e profissionais dos técnicos envolvidos, pois estes são os mediadores e catalisadores do processo.

A abordagem quanto aos atores sociais no DRP é apresentada por Guimarães (2007) que estabelece perspectivas diferenciadas para os técnicos e a população de uma determinada comunidade, que a utilizam. Na visão do autor os técnicos (professores, pesquisadores, médicos e extensionistas), costumam subjugar, os conhecimentos das pessoas de uma comunidade rural, criando dicotomias entre o “sábio e o ignorante” e o “certo e o errado”. Esta postura gera uma situação em que a transmissão de conhecimentos é bloqueada, pois os membros da comunidade não se sentem confortáveis para demonstrar sua sabedoria e os técnicos enfrentam muitas dificuldades em impor seu conhecimento.

O DRP é apresentado por Ruas *et al.* (2006) e Kummer (2007), num contexto mais amplo, pois não fica restrito somente à fase de diagnóstico (conhecimento da realidade), seus pilares de sustentação (comportamento, participação e o conjunto de técnicas e ferramentas para obtenção de informações) são aplicáveis nas etapas subsequentes ao diagnóstico, visando

a elaboração de programas e projetos. É possível se estabelecer processos participativos, com a aplicação de ferramentas nas etapas de planejamento, execução de atividades e projetos específicos, monitoramento, avaliação e replanejamento. Este raciocínio pode ser melhor compreendido na Figura 2.



Figura 2: Momentos didáticos de orientação da ação extensionista.
Fonte: Ruas *et al* (2006).

Ao considerar o DRP como uma técnica que reúne um conjunto de ferramentas, torna-se oportuno descrevê-las para fins didáticos pedagógicos.

Geilfus (2002) descreve e classifica as ferramentas participativas em quatro grupos: a) técnicas de dinâmicas de grupos; b) técnicas de visualização; c) técnicas de entrevista e comunicação oral e d) técnicas de observação de campo. É pertinente destacar, que as ferramentas participativas por si só, não garantem a eficácia do processo participativo. Elas devem ser combinadas e complementadas, conforme a percepção e necessidade dos atores sociais envolvidos. A seguir descrevem-se os grupos de ferramentas participativas:

- a) Técnicas de dinâmicas de grupos: é uma classificação que engloba todas as práticas que envolvem a participação efetiva de atores sociais de forma coletiva.
- b) Técnicas de visualização: a maioria das ferramentas participativas preconiza a utilização de recursos gráficos, com o objetivo de nivelar diferenças culturais e educacionais existentes entre os atores sociais, permitindo a participação de todos, bem como a organização e sistematização de dados e informações. As técnicas de visualização reúnem as seguintes ferramentas:
 - Matrizes: São quadros que permitem a organização de informações, tornando-se possível o cruzamento dessas informações sob diferentes perspectivas (priorização, classificação e nivelamento). Existem vários tipos de matrizes e suas aplicações

são ilimitadas, podendo ser utilizadas nas fases de diagnóstico, planejamento e análise e ações e projetos.

- Mapas: constituem representações simplificadas da realidade e são utilizados nas fases de diagnóstico e análise. São muito comuns nos projetos que visam o desenvolvimento.

- Fluxogramas: É um conjunto de diagramas que representa um conjunto de ideias apresentadas de forma sequencial, que expressam relações entre diferentes elementos, como por exemplo, relações de causa e efeito.

- Diagramas temporais: representação da presença de fenômenos conforme sua variação e intensidade durante um intervalo de tempo.

- c) Técnicas de entrevistas e comunicação oral: estas práticas quanto ao enfoque participativo, diferem-se da perspectiva tradicional muito vinculada à estatística. Conforme o contexto participativo devem ser aplicadas, observando-se informantes-chaves dentro dos grupos sociais, buscando-se a triangulação de informações, que possibilita o conhecimento de vários pontos de vista. Podem ser aplicadas para a complementação de outras ferramentas e em etapas que diferem do diagnóstico, como planejamento e acompanhamento de projetos.
- d) Técnicas de observação de campo: consistem em práticas que buscam agrupar um conjunto de informações sobre um determinado espaço, de forma coletiva, para posterior utilização em outras ferramentas participativas.

Como exemplos de técnicas de visualização, Geilfus (2002), Ruas *et al.* (2006), Verdejo (2006), Drummond *et al.* (2009), ICMBIO (2009) mencionam o *Diagrama de Venn* (análise organizacional/institucional), a Linha do Tempo, a Linha de Tendências, o Gráfico histórico da Comunidade, Mapeamento Participativo, Mapa do Passado, Presente e Futuro, Técnica do Círculo de Palavras, Técnica do Boneco, Mapa Social, Mapa de Serviços e Oportunidades, Mapa de recursos naturais e usos da terra, Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), Matriz de Pares (hierarquização), Matriz de Diagnóstico por Campo, Árvore de Problemas.

O Diagrama de Venn consiste em um método que prioriza a representação visual que demonstra como os grupos sociais envolvidos com determinada problemática, se relacionam perante ela, possibilitando a identificação de conflitos, formação de novas parcerias e o fortalecimento de outras, muito útil para o planejamento de atividades. A Figura 3 representa este conjunto de relações.

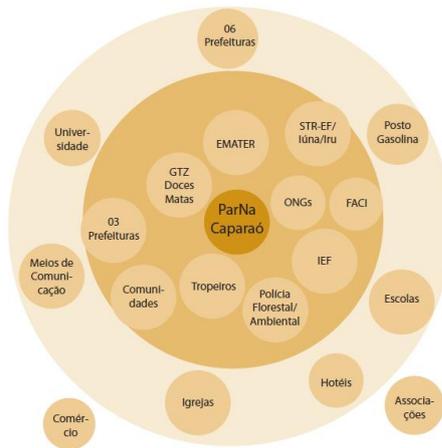


Figura 3: Representação esquemática da técnica do Diagrama de Venn aplicado no Parque Nacional Serra do Caparaó/MG
 Fonte: Projeto Doces Matas, (2002).

A Linha do Tempo conforme Geilfus (2002), Ruas *et al.* (2006) e Drummond *et al.* (2009), consiste em uma técnica pela qual um grupo de pessoas realiza um recorte temporal histórico, de um determinado local, considerando fatos e acontecimentos mais marcantes em relação ao passado, servindo de reflexão, para o posicionamento quanto às ações futuras. A Figura 4 apresenta um exemplo de aplicação desta técnica.

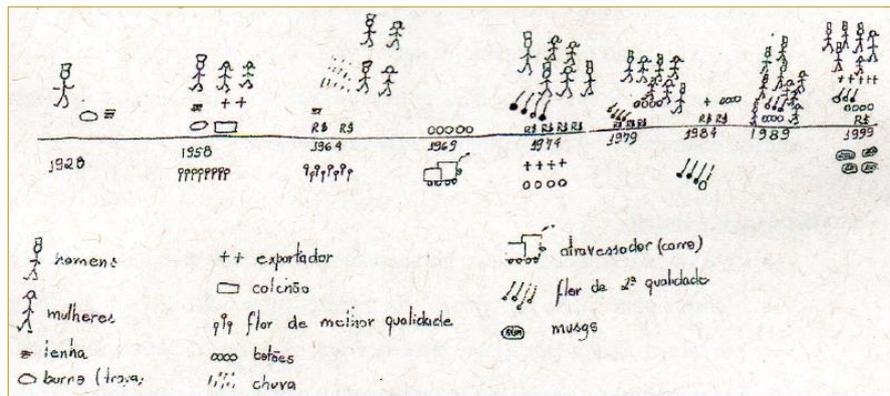


Figura 4: Representação de linha do tempo sobre a história da utilização de flores sempre vivas na comunidade de Galheiros, Diamantina/MG.
 Fonte: Drummond *et al.* (2009).

A Linha de Tendências possui semelhança com a linha do tempo, no entanto, segue um objetivo mais específico, que consiste na identificação, percepção e discussão pelo grupo, de quando e como aconteceram as principais mudanças na comunidade, tais como: clima, disponibilidade de recursos ambientais, relações de trabalho, introdução de novos segmentos econômicos. Torna-se importante averiguar se existem diferentes percepções entre os atores sociais quanto às mudanças ocorridas. A representação desta Linha pode ser observada na Figura 5.



Figura 5: Representação quanto ao comportamento da erosão numa aldeia africana .
Fonte: Geilfus (2002).

O Gráfico Histórico da Comunidade é a representação gráfica das mudanças e transformações percebidas pelo grupo, em relação a um determinado tema (organização social, saúde, recursos naturais, organização econômica, entre outros). Pode ser utilizado de forma complementar à linha do tempo e a linha de tendências. A Figura 6 ilustra o comportamento de atividades (trabalho em plantação de café e assistência escolar) e recursos (demanda por crédito e existência de alimentos), no transcorrer do ano.

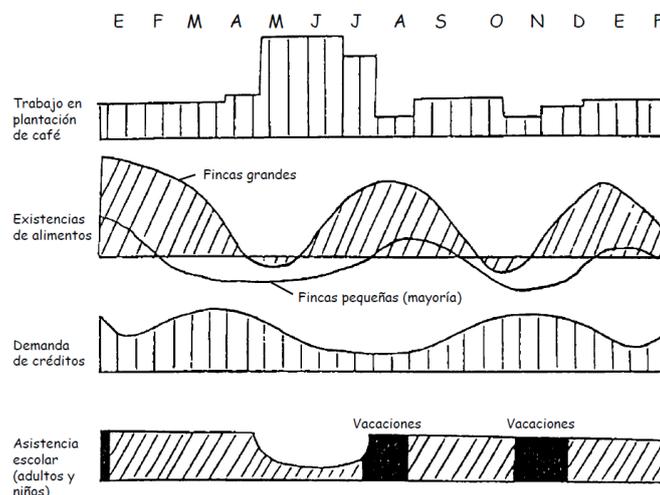


Figura 6: Representação histórica do comportamento de atividades e disponibilidade de recursos numa comunidade rural do Quênia
Fonte: Geilfus (2002).

O Mapeamento Participativo trata-se de uma representação gráfica, composta por símbolos e desenhos, onde aparecem elementos de ocupação humana (recursos naturais explorados, infraestrutura estabelecida, atividades econômicas, entre outros) de uma determinada área (comunidade, bacia hidrográfica, município). A Figura 7 apresenta o mapa

elaborado por mulheres residentes da comunidade Chicapir-Guatemala, em que aparecem as casas, água canalizada, árvores frutíferas, floresta de pinheiros, rio, caminhos, estradas e a escola.

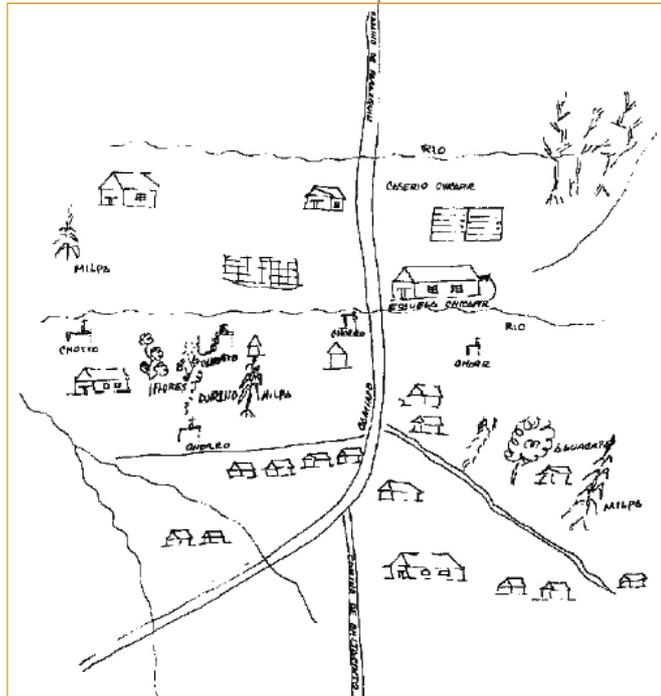


Figura 7: Mapa Participativo da realidade da comunidade de Chicapir-Guatemala
Fonte: Drummond *et al.* (2009).

O Mapa do Passado, Presente e do Futuro consiste numa variação da técnica do Mapeamento Participativo ou Mapa Falado, diferindo-se apenas pelo fato de que o grupo reunido, confecciona três mapas distintos que representam de forma gráfica os elementos de ocupação humana do passado, presente e futuro, no que diz respeito à ocupação humana do território em que vivem. A técnica visa promover uma reflexão conjunta, sobre as expectativas da comunidade em relação ao futuro.

A Técnica do Círculo de Palavras tem como propósito estabelecer uma ordem de prioridades, de temas e assuntos que já foram levantados e discutidos anteriormente pela aplicação de outras ferramentas, no entanto, demandam maior urgência e atenção. Na aplicação não se recomenda a utilização de termos muito abrangentes (desenvolvimento, pesquisa e meio ambiente) para cada círculo da palavra, o que dificulta a focalização do problema. A Figura 8 representa a técnica aplicada na RESEX Médio Juruá/AM.



Figura 8: Círculo de Palavras aplicado na RESEX Médio Juruá/AM.
Fonte: ICMbio (2009).

A Técnica do Boneco se propõe a traçar o perfil social da comunidade, analisando-se suas características quanto ao modo de vida que levam, práticas rotineiras, saberes e conhecimentos. Escolhe-se um voluntário do sexo masculino e outro do sexo feminino, em seguida é feito um desenho da metade do corpo de cada um deles deitados ao chão. Por meio de perguntas ao grupo, são anotadas as principais informações dentro do boneco. A Figura 9 mostra o resultado da aplicação da técnica como exercício na oficina de capacitação da RESEX Lago do Cuniã/RO.

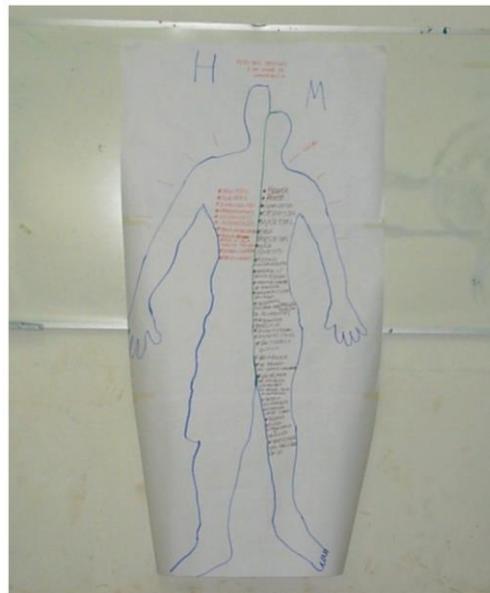


Figura 9: Resultado da prática da técnica do Boneco aplicada na RESEX Lago do Cuniã/RO
Fonte:ICMbio (2009).

O Mapa Social tem como objetivo estabelecer uma representação gráfica da realidade econômica das famílias de uma comunidade, buscando informações sobre quais os recursos estão disponíveis e em quais quantidades. Os dados coletados possibilitam entender a estratificação econômica local. A Figura 10 apresenta diagrama com a representação dos recursos monetários disponíveis em uma comunidade hipotética, considerando-se valores e origens.

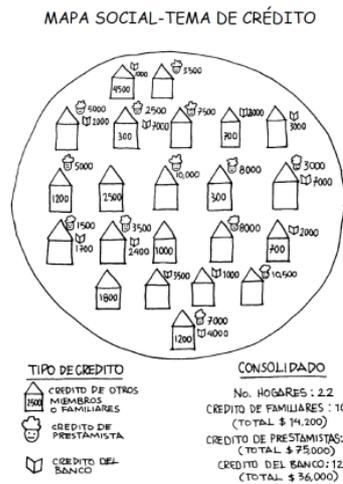


Figura 10: Representação da disponibilidade de crédito financeiro para uma comunidade hipotética
 Fonte: Geilfus (2002).

As Estratégias de Vida buscam obter informações de quais são as oportunidades de renda, dentro de uma comunidade, na perspectiva de seus moradores. Organizando-se as informações, torna-se possível identificar dinâmicas e novas oportunidades, partindo-se das oportunidades preexistentes. Trata-se de um método muito útil para se introduzir o tema desenvolvimento nas comunidades e entender as diferenças sociais presentes. O fluxograma representado na Figura 11, auxilia a compreensão da técnica.



Figura 11: Fluxograma representativo das estratégias de vida de uma comunidade hipotética
 Fonte: Geilfus (2002).

diante de um tema pré definido. Conforme o próprio nome indica, são analisadas quais são as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, quanto ao tema em debate. Apresenta como principais características a simplicidade e rapidez de interpretação dos resultados, que devem ser cuidadosas, pois normalmente costuma-se associar Fortalezas e Oportunidades, como atributos positivos, enquanto Fraquezas e Ameaças aos negativos. Entretanto, dependendo da perspectiva adotada pelos atores sociais e do ambiente analisado (interno ou externo), pode-se considerar as Fraquezas e Ameaças, como características que requerem atenção especial e desta forma, merecem ser trabalhadas pelos atores com o intuito de convertê-las em novas forças ou oportunidades.

A Figura 14 apresenta o resultado de aplicação da Matriz FOFA quanto à atividade produtiva na comunidade rural Zona da Mata.



Figura 14: Resultado da Matriz FOFA elaborada na comunidade Zona da Mata.
Fonte: Verdejo (2006).

A Matriz por Pares (hierarquização) é um instrumento utilizado com o objetivo de se classificar e priorizar problemas e potencialidades observados no ordenamento de uma Matriz Comparativa, considerando-se a frequência em que são citados, ao confrontá-los. A Figura 15 apresenta um exemplo hipotético da matriz e a hierarquização de problemas.

PROBLEMAS	Estradas Precárias	Dificuldade de Comercialização do leite	Água Insuficiente para consumo	Degradação do meio Ambiente	Associação desativada
PROBLEMAS					
Estradas Precárias		Dificuldade de Comercialização do leite	Água Insuficiente para consumo	Degradação do meio Ambiente	Associação desativada
Dificuldade de Comercialização do leite			Água Insuficiente para consumo	Degradação do meio Ambiente	Dificuldade de Comercialização do leite
Água Insuficiente para consumo				Água Insuficiente para consumo	Água Insuficiente para consumo
Degradação do meio Ambiente					Degradação do meio Ambiente
Associação desativada					

Problemas	Freqüência	Classificação
Estradas Precárias	0	5º
Dificuldade de Comercialização do leite	2	3º
Água Insuficiente para consumo	4	1º
Degradação do meio Ambiente	3	2º
Associação desativada	1	4º

Figura 15: Representação hipotética de Matriz por pares e hierarquização de problemas.
Fonte: Ruas *et al.* (2006).

A Matriz de Diagnóstico Participativo por Campo é uma técnica guiada por um conjunto de perguntas norteadoras, que auxiliam a análise pela comunidade quanto à percepção de problemas e potencialidades, possibilitando desta forma reflexão e apoio às tomadas de decisão. A figura 16 apresenta a representação esquemática a Matriz.

PROBLEMAS E NECESSIDADES POR CAMPO				
ECONÔMICO	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL

POTENCIALIDADES POR CAMPO				
ECONÔMICO	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL

Figura 16: Representação esquemática de Matriz diagnóstico por campo.
Fonte: Ruas *et al.*,(2006).

Árvore de Problemas (causa e efeito) é uma ferramenta que expressa a representação de um problema identificado pela comunidade onde aparecem as causas e efeitos apontados pelo grupo. O tema em discussão representa simbolicamente o caule da árvore, enquanto as raízes representam a causa e as folhas representam os efeitos. A visualização do problema, facilita sua compreensão, estimula a discussão permitindo maior capacidade de reflexão sobre quais causas merecem maior atenção e prioridade. A Figura 17 representa a Árvore de Problemas com suas causas e efeitos.

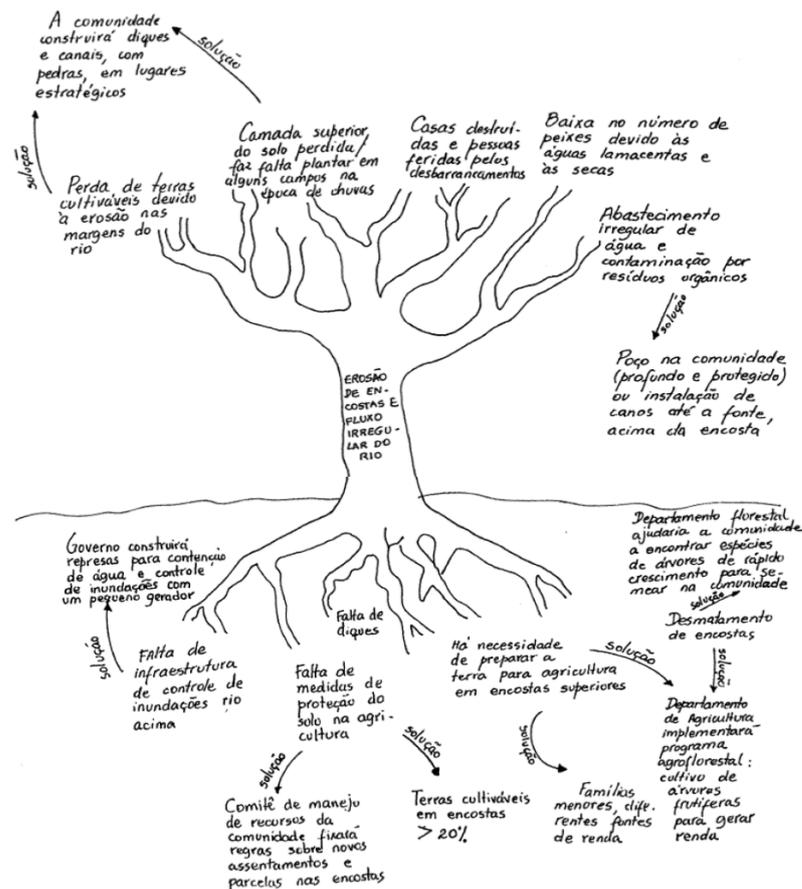


Figura 17: Árvore com a representação de causa e efeito de uma situação hipotética de grupo de agricultores interessados em enfrentar a erosão e as inundações em encostas
Fonte: Centro de Inteligência Orgânicos da Sociedade Nacional de Agricultura, (s/a).

Como exemplos de técnicas de comunicação oral tem-se a Entrevista Estruturada, a Semiestruturada e a Classificação por Nível Econômico apontadas por Geilfus (2002), Lakatos (2003), Ruas *et al.* (2006) e Drummond *et al.* (2009). A primeira é um método que tem como instrumento principal um questionário previamente elaborado e impresso, cuja finalidade é o levantamento de informações, por meio de uma entrevista dirigida. Podem ser

levantados dados primários e secundários¹, que podem ser complementados por outras fontes. Já a entrevista semiestruturada trata-se de uma entrevista informal que utiliza um roteiro de perguntas, conforme assuntos e tópicos preestabelecidos, no entanto, outras questões ou assuntos que foram definidos anteriormente ou que surjam durante a conversa, podem ser abordados.

A Classificação por nível econômico (Método por informantes chaves) torna possível a determinação dos principais estratos sociais presentes em uma comunidade, partindo da visão de quais são os critérios compreendidos e estabelecidos pela comunidade da representação de riqueza e bem-estar. Os informantes chaves são entrevistados de forma separada, a técnica é mais adequada para ser utilizada em comunidades em que ainda não existe organização comunitária e nem foram trabalhados projetos de desenvolvimento. A Figura 18 mostra a representação esquemática desta classificação.

CLASE	CRITERIO	No. HOGARES
RICO 	- Dueños de por lo menos 4 manzanas de tierra con regadío. - Negociantes. - Trabajan afuera.	28
MEDIO 	- Dueños de menos de 4 manzanas y más de 1. - Obreros de la fábrica. - Empleados.	28
POBRE 	- Dueños de menos de 1 manzana; animales. - Empleados	52
MUY POBRE 	- No tienen tierra - Solamente cerdos - Trabajo ocasional	10

Figura 18: Representação hipotética de Classificação quanto ao nível econômico
Fonte: Geilfus (2002).

A Classificação por Nível Econômico (modelo grupal) é uma técnica que se assemelha ao método anterior, diferindo pela ausência de informantes chaves e as informações são coletadas de forma coletiva, com a participação das famílias. Destaca-se que este método pode ser utilizado como forma de ajuste na estratégia de intervenção, e ainda tem aplicação nas etapas de análise e planejamento. As vantagens atribuídas a esta técnica é a possibilidade

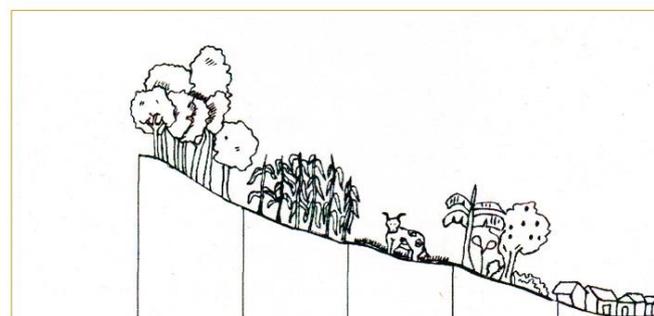
¹ Mattar (2005, p. 159) define dados primários como aqueles que ainda não foram antes coletados, ou seja, são dados originais obtidos por coleta de dados, com o objetivo de atender às necessidades específicas do pesquisador em seu estudo. Já os dados secundários são aqueles que já foram trabalhados anteriormente com outros desígnios, atendendo às necessidades da pesquisa em questão.

de definição dos critérios com a comunidade e a classificação estabelecida é resultado de um consenso.

Como exemplos de técnica de observação de campo Geilfus (2002), Ruas *et al.* (2006), Drummond *et al.* (2009), citam a excursão e a caminhada transversal.

A excursão se caracteriza pela reunião de pessoas que se deslocam de forma organizada e planejada, para outra região (cidade, estado e país), para conhecer a realidade de outros grupos que tenham experiências bem sucedidas, em diferentes fases de desenvolvimento.

A caminhada transversal também chamada Travessia ou Caminhada semi-estruturada consiste numa ferramenta cuja finalidade é fazer o reconhecimento espacial de uma determinada área, onde em alguns casos informações relativas à disposição e comportamento dos recursos ambientais, não foram diagnosticados. Esta caminhada pode ser feita em zigue-zague, linha reta ou varredura, buscando-se obter informações quanto aos tipos de solo, recursos hídricos, tipos de vegetação, principais culturas e atividades econômica produzidas. O objetivo da ferramenta é verificar as percepções do grupo e provocar uma reflexão. Os resultados podem ser esquematizados em um painel, como na Figura 19.



DESCRIÇÃO	Bosque Natural	Milho Feijão	Pastos	Hortas Familiares	População
PROBLEMAS	Cortes indiscriminados, incêndios frequentes.	Erosão do solo: baixa produtividade.	Pouco produtivos.		Não há água potável. Não existem centros de saúde.
OPORTUNIDADES	Boa cobertura, espécies velosas.	Melhorar tecnologias de cultivo.	Melhorar tecnologia.	Produção para o mercado.	Existência de organizações comunitárias, tradição.
ATIVIDADES A REALIZAR	Elaborar e implementar um plano de manejo	Introduzir barreiras vivas e produzir cana-de-açúcar para alimentação do gado.	Pastos melhorados e cercas vivas.	Estudo sobre factibilidade de comercialização de produtos.	Ajudar as organizações a pedir auxílio aos ministérios e estabelecer um centro de saúde.

Figura 19: Representação esquemática da técnica de Caminhada Transversal
Fonte: Drummond *et al.* (2009).

Como exemplos de técnicas de dinâmicas de grupo, há as Oficinas, o Perfil de Grupo e a Tempestade de Ideias (*Brainstorming*) (GEILFUS, 2002 e RUAS *et al.* 2006).

As Oficinas representam um conjunto de pessoas com interesses distintos, que se reúnem com a finalidade de compartilhar experiências, discutir problemas e potencialidades, quanto a um tema específico, a fim de dar encaminhamentos aos problemas comuns.

O Perfil de Grupo é um método rápido e lúdico que busca obter informações gerais de características socioeconômicas, tendo como ponto de partida as principais atividades econômicas desenvolvidas pelo grupo.

A Tempestade de Ideias (Brainstorming) é uma técnica que pode ser aplicada tanto de forma individual como coletiva, cujo objetivo principal é a obtenção de informações, quanto a um determinado assunto, de forma ampla e rápida. As ideias são organizadas mediante à discussão de uma pergunta norteadora, referente a um tema específico selecionado. O exemplo de aplicação prática desta ferramenta pode ser observado na Figura 20.

<p>1. Sensibilizar para o Manejo Florestal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar a floresta e ter sempre açaí, madeira, peixe e caça • Aprender a trabalhar com a natureza; • Valorizar a produção • Respeitar a floresta e o plano de uso • Para realizar as atividades de forma legalizada 	<p>2. Fortalecer a gestão territorial e ambiental da Associação dos Produtores do Jaburu (Aproja)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Regularizar a terra • Cumprir as próprias regras definidas pela comunidade • Reduzir os conflitos • Para que todas as comunidades tenham seu plano de uso → para que as famílias trabalhem de forma organizada nos seus limites
<p>3. Capacitar para o manejo florestal e gestão territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar a floresta • Controlar a produção de cada espécie • Planejar o que vai ser usado • Reduzir o tempo que a comunidade gasta para realizar o inventário florestal • Para cada família fazer seu inventário • Para ter melhor aproveitamento • Ensinar outras comunidades a fazer o plano de uso 	<p>4. Realizar o manejo de espécies florestais e tecnologias para produtos não madeireiros</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os produtos → melhorar a renda familiar • Melhorar qualidade dos produtos • Ter açaí o ano todo • Aumentar a produção do açaí, paumolato, virola • Ter novas fontes de renda • Planejar a produção → poder fazer contratos com empresas

Figura 20: Organização da Tempestade de Ideias realizadas na comunidade Santo Antônio (PA).
Fonte: Drummond *et al.* (2009).

O Método *Zopp* segundo Moura (2011) tem como premissa principal a participação de pessoas na situação problema e o envolvimento nas diferentes etapas de planejamento e acompanhamento de projetos. Estas etapas não são separadas e os participantes envolvidos tem a garantia de visualização de todos os documentos produzidos nas diferentes etapas de planejamento e implementação do projeto. Neste método um projeto é desenvolvido com os recursos dimensionados dentro de um horizonte temporal pré-determinado.

O 5W2H é uma ferramenta de apoio à gestão da qualidade e de projetos adotada por gestores de empresas com a finalidade de implantação de novos projetos. Consiste no levantamento de dados e informações junto aos colaboradores da empresa para que as atividades sejam desenvolvidas sem possibilidades de dúvidas. Para tanto faz –se necessário o mapeamento das atividades determinando-se o que será feito (What), por que será feito (Why), onde será feito (Where), quando será feito (When) ,por quem será feito (Who), como será feito (How), quanto custará (How much) (DA SIVEIRA; MARTELLI; DE OLIVEIRA, 2016).

Schiefer et al. (2006) descrevem o Metaplan como metodologia participativa surgida na Alemanha na década de 1970 que reúne técnicas e ferramentas de visualização e mediação que foram desenvolvidas com o objetivo de facilitar a moderação de eventos de grupo e promover a gestão ordenada. Esta técnica foi amplamente adotada nos programas voltados para a extensão rural e desenvolvimento rural.

Souza (2016) descreve o *Dragon dreaming* como uma tecnologia que congrega um conjunto de ferramentas que estimulam e promovem o processo criativo de determinado grupo em torno de seus objetivos, problemas conservando seus valores e princípios básicos. Esta tecnologia surgiu na Austrália há vinte e cinco anos e foi amplamente difundida pelo mundo por *John Croft*, a equipe *Gaia Foundation* e seus colaboradores.

O *World Café* consiste numa metodologia participativa que segundo Souza (2016) foi idealizada por *Juanita Brown* e *David Isaacs*. Apresenta como diretrizes a criação e formação de espaços receptivos de atmosfera acolhedora que possibilitam um processo criativo em que diálogos de pequenos grupos são fomentados por meio de questões norteadoras e regramento prévio sobre os temas apresentados por um determinado grupo.

2.5.1. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) em UCs

O DRP embora tenha sido desenvolvido originalmente para se estabelecer um canal de comunicação entre técnicos e sua comunidade de atuação na zona rural, pode também ser aplicado em outros contextos e situações que diferem do meio rural, tornando-se oportuno buscar conexões entre esta técnica e seu conjunto de ferramentas com o contexto das UCs.

Nogueira (2015) realizou a aplicação e avaliação do Diagnóstico Participativo Ambiental (DPA), utilizando as técnicas e ferramentas participativas do DRP, junto à

comunidade indígena *Xacuru kariri*, no município de Caldas/MG, com a finalidade de obter informações dentro da dimensão ambiental, que pudessem contribuir para o levantamento ambiental da área indígena ocupada pela comunidade. Apesar das terras indígenas não serem consideradas UCs elas também possuem normas que diferenciam o seu uso e limitam a sua exploração.

Os atores sociais (principalmente funcionários) pertencentes às UCs mineiras (PARNA do Caparaó, Parque Estadual do Rio Doce e RPPN Mata do Sossego), que compuseram o Projeto Doces Matas (2002) realizaram adaptações das técnicas e ferramentas do DRP, cunhando o termo Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação (DIPUC). A utilização do DIPUC nas UCs deu-se, principalmente, com a dificuldade de lidar com a gestão de recursos naturais, ampla legislação ambiental, a rigidez excessiva da estrutura administrativa dos órgãos responsáveis pelas áreas, deficiências de comunicação interna e externa das UCs e a geração de conflitos sociais e econômicos entre os atores sociais.

O Projeto Doces Matas (2002) apontou que não existem diferenças nas ferramentas adotadas pelo DRP e DIPUC, o que difere na realidade é o objeto de estudo. No entanto, algumas diferenças merecem ser apontadas, Quadro 4:

Quadro 4: Características comparativas entre DRP e DIPUC

DRP	DIPUC
Subsidia o planejamento do desenvolvimento local.	Subsidia o planejamento da UC e das atividades relacionadas à conservação ambiental e do entorno.
Levantamento participativo de situações e questões de uma comunidade rural.	Levantamento participativo de situações e questões de uma UC e seu entorno.
Incentiva a mobilização de comunidades rurais.	Aproxima e facilita a comunicação entre diferentes níveis hierárquicos da instituição e desta com a comunidade.
Possibilita a identificação de potencialidades dos moradores da comunidade.	Possibilita a identificação das potencialidades dos funcionários da UC, de parceiros e da comunidade do entorno.

Fonte: Projeto Doces Matas (2002).

A utilização do DRP e suas ferramentas foram apontadas por Menezes (2015) como elemento essencial para a elaboração e atualização do plano de manejo da APA Serra da

Mantiqueira, pois considera que o levantamento de informações e dados obtidos pela técnica são imprescindíveis para o grupo de trabalho que conduz as modificações no plano de manejo.

As contribuições do DRP são exploradas e discutidas no contexto das UC's com maior profundidade no trabalho de WWF-Brasil (2016), que sinaliza para a importância das metodologias participativas para os processos educativos e sua eficácia para ação. O autor insere contribuições do DRP, de forma ampla ao mencionar as vantagens de sua adoção como apoio ao processo de gestão participativa, de tomada de decisão e conhecimento dos atores sociais e de maneira mais focalizada ao descrever o papel do DRP e suas ferramentas, para o plano de manejo do PARNA Campos Amazônicos, trazendo a ideia de sua adoção como estratégia metodológica para a implantação de ação educativa, aplicada a área ambiental, em consonância com a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em UC's (ENCEA).

A contextualização da utilização do DRP de acordo com as instrumentalidades de UC's (plano de manejo e conselho), foi também apontada por Farias *et al.* (2014), que buscou em seu estudo, demonstrar a viabilidade de aplicação do DRP, para a estruturação da APA Serra do Itaóca, em Campos/RJ. Dentre os resultados avaliados, pode-se constatar a importância da aplicação da técnica, como forma de obter informações úteis para o conhecimento e integração dos atores sociais da UC e seu entorno, formação do conselho, e ainda a riqueza destas informações para que se norteie ações futuras da gestão da área. Além do aspecto de diagnóstico inerente ao DRP, o autor menciona a importância em se compreender em qual estágio de desenvolvimento se encontra a UC (consulta, implantação, gestão).

A aplicação de técnicas e ferramentas do DRP pode ser observada, na realização de diagnósticos, que visam compreender o comportamento de uma única variável do desenvolvimento sustentável (econômica, ambiental, social, cultural e política) no contexto de uma UC, e que a adaptação de ferramentas torna-se essencial para o êxito do diagnóstico conforme a situação. Neste sentido Drummond et al. (2009), relatam a experiência de duas UC's (RESEX Rio Unini e o Parque Estadual do Rio Negro), situadas na região central amazônica, no baixo Rio Negro ao utilizarem a técnica do mapeamento participativo, para o entendimento acerca da exploração e manejo dos principais recursos naturais pela comunidade, principalmente o cipó títica (*Heteropsis* sp.). A técnica aplicada contou com o apoio de mapas da região que foram produzidos pela utilização do Sistema de Informações Geográficas (SIG), havendo a contribuição dos membros da comunidade para elaboração dos mesmos, além de oficinas preparatórias.

O Projeto Occa (ICMbio, 2009) relata a experiência da utilização de diferentes ferramentas do DRP e diferentes contextos (diagnósticos ambientais, planejamento de atividades e capacitações de lideranças e conselheiros), junto às UC's (RESEX Rio Ouro Preto/RO, RESEX Lago do Cuniã/RO, Esec Cuniã/RO, FLONA Jacundá/RO, RESEX Rio Cajari/AP, RESEX do Médio Juruá/AM, RESEX Tapajós-Apiuns/PA), demonstrando diferentes possibilidades para a aplicação da técnica e suas ferramentas.

3 ÁREAS ESTUDADAS

3.1 Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte

A APA Marinha Litoral Norte (APAMLN) e ARIE São Sebastião/SP foram instituídas pelo Decreto Estadual n 53.525/2008, que na mesma data também criou as APAs Marinhas Litoral Centro e Sul, tendo como órgão gestor a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP), representado pela Fundação para Conservação e Produção Florestal (Fundação Florestal).

O objetivo de fundação da APAMLN, de acordo com a Fundação Florestal (2017) nasceu devido à necessidade de proteção de ecossistemas marinhos de grande relevância, relacionados tanto à sua rica biodiversidade quanto à sua importância socioeconômica (potencial pesqueiro, turístico, esportivo, científico, mineral e energético), que demandaram ações de estímulo de promoção e aprimoramento da proteção da diversidade biológica assegurando a sustentabilidade dos recursos naturais. Estas ações preconizam o uso racional e disciplinam a ocupação e o uso de espaços marinhos e costeiros, pelo ordenamento do turismo recreativo, das atividades pesqueiras, promoção da geração de renda e qualidade de vida de modo sustentável para as populações locais. Destaca-se como missão sua tarefa de proteger e resguardar os cenários naturais que incluem os manguezais, visando à manutenção e melhoria da qualidade de vida da população.

Estabeleceu-se como limites da APAMLN uma área de aproximadamente 316.242,45 ha de abrangência na região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, composta pelos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Este território ocupa aproximadamente 15% do litoral paulista e apresenta uma área de 1977 Km², com 281.778 habitantes, dos quais 95% encontram-se na área urbana e representam 0,7% da população do Estado de São Paulo (IBGE, 2010).

O território delimitado para a APAMLN é subdividido nos seguintes setores:

- Cunhambebe: situa-se ao norte, ocupa 145.101,45 ha engloba áreas litorâneas dos municípios de Ubatuba e Caraguatatuba, com divisas no Núcleo Picinguaba – Ubatuba, do Parque Estadual da Serra do Mar e envolvendo o Parque Estadual da Ilha Anchieta.

- Maembipe: abrange uma área de 90.865,31 ha o litoral do município de Ilhabela e o Parque Estadual de Ilhabela/SP.
- Ypautiba: situa-se ao longo do litoral de São Sebastião, limitando-se com a área de exclusão de pesca no entorno do arquipélago da Estação Ecológica de Alcatrazes, abrangendo uma área de 80.276,06 ha (BRASIL, 2008).

A incorporação da ARIE São Sebastião ocorreu pelo fato desta área já ser administrada pelo CEBIMAR-USP e compreender as áreas do Costão do Navio e Boiçucanga. Esta UC tem uma área que apresenta uma pequena extensão 608,00 ha e o fato da categoria pertencer ao grupo das Unidades de Conservação de proteção integral, onde não ocorre a presença humana em seu interior, inviabilizando a formação de um conselho gestor, que a atendesse de forma exclusiva (BRASIL, 2008).

Algumas particularidades quanto aos critérios que definiram e estabeleceram as delimitações da APAMLN e ARIESS são destacadas por São Paulo (2011) e Legaspe (2012) sob a perspectiva da conservação dos recursos naturais. Neste sentido, a área apresenta-se como um mosaico diverso composto por estuários, praias, restingas, costões rochosos, manguezais e regiões insulares compondo ecossistemas marinhos, que servem como habitats reprodutivos e bancos genéticos para a reposição de diversas espécies, incluindo algumas migratórias, ameaçadas de extinção e de grande importância econômica.

Conforme a importância ecológica, São Paulo (2008) e Legaspe (2012) demonstram a atenção especial dispensada às seguintes áreas de manguezais:

Manguezais localizados junto à Praia da Lagoa e aos rios Indaiá, Grande, Tavares Acaraú, Maranduba, Ubatumirim, Onça, Puruba, Itamambuca, Comprido e Escuro situados no município de Ubatuba, junto à Lagoa Azul e aos Rios Mococa, Cocanha, Graçuí, Tabatinga, Massaguaçu, Lagoa e Juqueriquerê, situados no município de Caraguatatuba; junto aos Rios Una, Saí, Cubatão; junto ao Rio Paquera em Ilhabela; e as áreas do Araçá, e da Enseada/Canto do Mar, situadas no município de São Sebastião. (SÃO PAULO, 2008).

Destaca-se que ainda foram definidas dez AMEs (Áreas de Manejo Especial): Ilha de Massaguaçu, Ilhotas do Tamanduá e da Cocanha (Caraguatatuba), Tamoio e Mar Virado (Ubatuba), Itaçucê, Toque-Toque, Apará, Boiçucanga, Ilha Montão do Trigo e Ypautiba (São Sebastião), no interior do território da APAMLN com o objetivo de controle de poluição, combate de atividades predatórias, e manutenção das atividades pesqueiras (LEGASPE, 2012). A localização da primeira região de estudo está representada na Figura 21.

Localização Litoral Norte do Estado de São Paulo

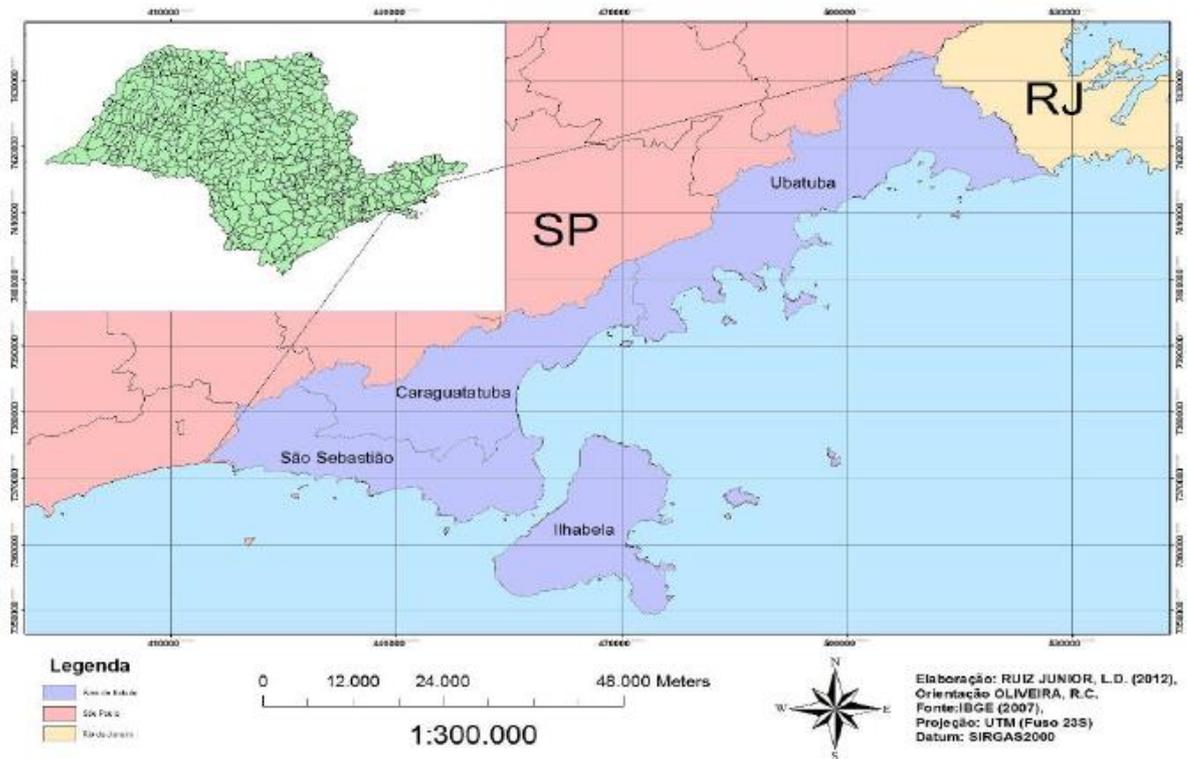


Figura 21: Mapa da Região do Litoral Norte de São Paulo
Fonte: Ruiz Júnior *et al.* (2013)

A Figura 22 traz as delimitações da APAMLN de acordo com os três setores definidos (Cunhambebe, Maembipe e Ypautiba). No mapa identifica-se a presença de outras UC's como: a) Parque Estadual da Serra do Mar, b) Parque Estadual de Ilhabela; c) ARIE São Sebastião; d) Parque Estadual da Ilha Anchieta.

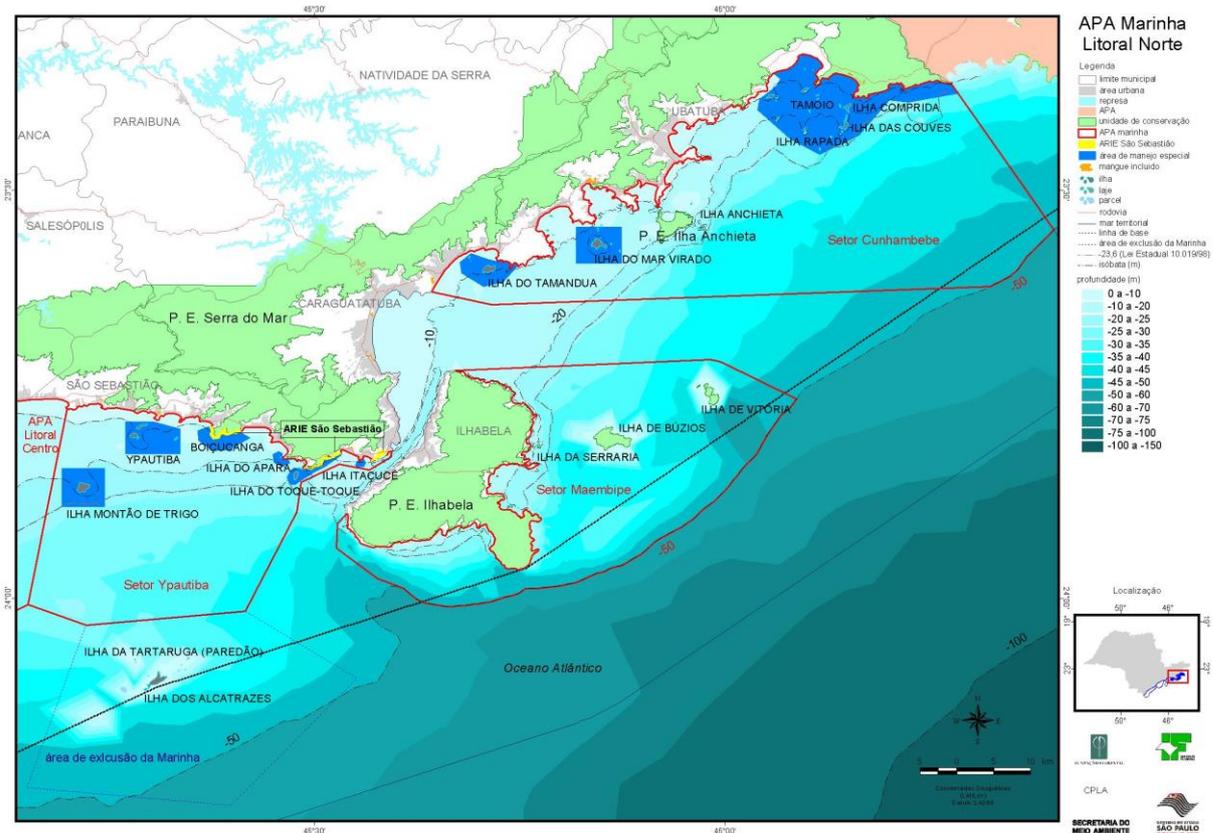


Figura 22: Território da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do estado de São Paulo
 Fonte: Google Images (2017)

Quanto ao relevo, caracteriza-se pela proximidade entre a Serra do Mar e o litoral com profundos declives permeados de vales e rios, recobertos por vegetação do tipo Floresta Tropical úmida de Mata Atlântica, sendo que esta condição de relevo permite a condensação do ar, favorecendo a formação de chuvas com índices que variam entre 700 a 1000 mm, no período do verão, e 500 a 700 mm na primavera. Quanto ao comportamento térmico, a região apresenta temperaturas mínimas que oscilam entre 18 a 20 C e temperaturas máximas entre 25 e 27 C. De forma complementar, observam-se na região as formações de primeira ocupação de caráter edáfico, ou seja, formações vegetais que se instalaram em regiões de restingas e manguezais (PANIZZA, 2004).

Andrade (2010) destaca a importância do estudo do relevo e características como clima, vegetação para a elaboração de mapas, cuja finalidade consiste em subsidiar estudos de planejamento e ordenamento ambiental. Neste sentido, o autor descreve o relevo do litoral norte de São Paulo com características particulares, com ocorrência predominante de escarpas e blocos falhados situados na região da Serra do Mar, que se aproximam da linha da costa, e alguns momentos que a linha da Serra do Mar e da encosta chegam a coincidir. O clima da

região pode ser considerado zonal² controlado por massas equatoriais e tropicais, regionalmente caracterizado por alta umidade resultado da exposição da costa aos sistemas tropicais. O regime pluviométrico registra um comportamento diferenciado, no setor de planícies litorâneas, com precipitações que variam entre 1800 a 2500 mm e no setor de serra, estes índices variam entre 1700 a 2000 mm. A vegetação apresenta-se variada nos dois geosistemas dominantes identificados, na planície costeira do norte há o predomínio da floresta latifoliada tropical úmida, com ampla biodiversidade. Já no geosistema escarpa da Serra do Mar, a vegetação é composta pela Mata Atlântica e pela floresta latifoliada tropical úmida de encosta.

O desenvolvimento antrópico da região do Litoral Norte de São Paulo, conforme trazem Gallo Júnior *et al.* (2011) e Legaspe (2012), ocorreu de maneira muito homogênea até a década de 1970, período em que a principal atividade econômica era a pesca artesanal. A partir desta data e, em função da implantação de um sistema viário representado principalmente pela rodovia dos Tamoios e BR 101 (Rio/Santos), que possibilitou o acesso a outras regiões, houve um acréscimo na população urbana, de cerca de 170.000 habitantes na região entre os anos de 1970 e 2000, ocasionado principalmente pelo desenvolvimento de atividades turísticas. Este fato trouxe uma nova configuração espacial para o território, pois com o advento e avanço do segmento turístico, houve o aumento da especulação imobiliária, ocupação de áreas impróprias para a construção civil, aumento da produção de lixo, entre outros fatores. Somados a estes fatores, ainda podem ser incluídas as atividades do Porto de São Sebastião e o interesse governamental em ampliar as atividades de extração de petróleo e gás na bacia de São Sebastião.

Quanto ao conselho consultivo da APAMLN e ARIE São Sebastião, este foi instituído pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por meio da Resolução 89/2008. O principal desafio deste conselho, conforme traz Vianna *et al.* (2011), consiste em compor um espaço democrático que têm como finalidade a construção de alternativas pelo consenso para a superação e convívio com problemas comuns aos diversos atores sociais, de forma que os interesses particulares dos segmentos sejam suprimidos pelos interesses coletivos.

² Segundo Ribeiro (1993), zonalidade consiste na conformação da radiação solar em função da sua distribuição latitudinal ocasionada pela curvatura da superfície do planeta e seu eixo em relação ao plano. Os fenômenos climáticos que envolvem a escala zonal abrangem de 1000 a 5000 Km de extensão e verticalmente envolvem toda atmosfera. Necessita-se de um tempo de observação médio de 30 anos para se compreender os climas desta escala, levando-se em conta parâmetros atmosféricos de pressão do ar, circulação de ventos, precipitações, temperatura e radiação.

A Resolução 89/2008 estabeleceu que o conselho da APAMLN e ARIESS deve ser composto por 24 membros titulares e 24 membros suplentes, com composição paritária, sendo metade dos representantes de órgãos governamentais e a outra de representantes da sociedade civil organizada.

A composição dos representantes do poder público foi estruturada da seguinte maneira:

- a) Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, que será o Presidente;
- b) Agência Ambiental do Litoral Norte da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB - Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- c) Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - CPLA;
- d) CBH LN - Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte;
- e) Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo;
- f) Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- g) SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Mediante convite:
- h) Marinha do Brasil;
- i) Ministério do Meio Ambiente;
- j) SEAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
- k) Prefeitura Municipal de Ubatuba;
- l) Prefeitura Municipal de Caraguatatuba;
- m) Prefeitura Municipal de São Sebastião;
- n) Prefeitura Municipal de Ilhabela;

O Art. 2 desta norma menciona que o conselho gestor da APAMLN contará com representantes da sociedade civil organizada, que deverão ser eleitos pelos seus pares, sendo 12 titulares e 12 suplentes de entidades diferentes ou não, em reunião específica para atender este fim, devendo contemplar a seguinte distribuição:

- a) 5 (cinco) representantes do setor pesqueiro, sendo: 4 (quatro) da pesca profissional, (uma para cada município) e 1 (um) da maricultura;
- b) 4 (quatro) representantes do setor de turismo e esportes náuticos, sendo: 1 (um) da categoria instalações náuticas; 1 (um) de associações de modalidades de esportes náuticos; 1 (um) de associações de empresas prestadores de serviços de turismo

náutico;1 (um) de associação de classe de prestadores de serviços para turismo náutico;

c) 2 (dois) representantes de entidades ambientalistas:

d) 1 (um) representante de universidades do Estado de São Paulo.

A composição do conselho gestor da APAMLN no biênio (2015/2017) obedece a Resolução 89/2008 e, conforme esta Resolução os atores sociais ficaram representados da seguinte forma:

- Setor de Turismo e esportes náuticos: Associação Náutica do Litoral Norte de São Paulo, Associação Brasileira de Velejadores de Cruzeiro, Associação Ubatuba de Surf, Associação Ubatuba de Sonrisal e Skimboard.
- Setor Pesca: AMESP (Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo); MAPEC (Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha); Colônia de Pescadores (Z10 – Ubatuba); Colônia de Pescadores (Z8 – Caraguatatuba); Colônia de Pescadores (Z14 – São Sebastião); Colônia de Pescadores (Z6 – Ilhabela).
- Setor ambientalista: Fundação Pró-Tamar; (ACAI) Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta; (ICC) Instituto de Conservação Costeira; (IIS) Instituto Ilhabela Sustentável.
- Setor ensino e pesquisa: Centro de Biologia Marinha da USP; (IOUSP) Instituto Oceanográfico da USP; Instituto Costa Brasilis.
- Setor Prefeituras: Prefeitura Municipal de Ubatuba, Prefeitura Municipal de Caraguatatuba, Prefeitura Municipal de São Sebastião, Prefeitura Municipal e Ilhabela.
- Setor Estadual: Fundação Florestal; Coordenadoria de Planejamento Ambiental/SMA; Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte; Coordenadoria de Fiscalização da SMA; Polícia Ambiental; CETESB- Agência do Litoral Norte; SABESP e Instituto de Pesca.
- Setor Poder Público Federal: Ministério do Meio ambiente/IBAMA; MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura; Marinha do Brasil; Companhia de Docas de São Sebastião; ICMBIO; SPU (Secretaria de Patrimônio da União).

Estes atores obedecem a um calendário anual de pelo menos seis reuniões ordinárias obrigatórias, não contabilizando-se as reuniões extraordinárias e de Câmaras técnicas e Grupos de Trabalho (GTs). Estão distribuídos em 24 cadeiras estabelecidas, totalizando 48 conselheiros obrigatórios, sendo 1 titular e 1 suplente para cada cadeira do conselho. No

entanto, foi constatada a presença de 22 conselheiros adicionais, perfazendo o total de 70 conselheiros. Esta situação reflete o elevado nível de interesse dos atores sociais pela adesão e participação nos assuntos discutidos. Neste caso, estes conselheiros adicionais são alocados numa escala hierárquica posterior ao conselheiro suplente. Como exemplo desta situação, pode-se citar uma das cadeiras destinadas ao setor de ensino em pesquisa, ocupada pelo Instituto Oceanográfico da USP e o Instituto Costa Brasilis, que tem 1 conselheiro titular; 1 suplente; 1 titular de suplente e 1 suplente de suplente.

Os principais problemas e demandas diagnosticados e discutidos pelo conselho gestor da APAMLN em seu início foram convertidos, segundo Vianna *et al.* (2011), na criação de Grupos de Trabalho (GTs) de caráter temporário e Câmaras Técnicas (CTs) de caráter permanente. Os GTs criados foram os seguintes: GT-Pesca; GT-Cerco Flutuante; GT-Fiscalização; GT-Poluição; GT-Embarcações; GT-Mergulho; GT-Pesquisa. O GT-Pesca foi transformado, posteriormente, em CT-Pesca (VIANNA *et al.* 2011).

Os principais avanços apontados por Vianna *et al.* (2011) desde o início da gestão da APAMLN foram:

- Início de um maior ordenamento das atividades pesqueiras, visando atender aos princípios de sustentabilidade;
- Levantamento das fontes de poluição e iniciativas de regramento da atividade náutica;
- Realização de operações de fiscalização.

3.2 Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira

A Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira (APASM) é uma UC federal de uso sustentável, com uma delimitação que abrange uma área de 422.873 ha, distribuídos entre 30 municípios dos estados de São Paulo 91.105,68 ha (28%), Minas Gerais 284.448,95 ha (65%) e Rio de Janeiro 27.676, 89 ha (7%), sendo que alguns municípios como Alagoa, Wenceslau Braz, Marmelópolis (Minas Gerais) e São Bento do Sapucaí/SP têm praticamente a totalidade de seus territórios inseridos na APASM, foi instituída pelo Decreto Federal 91.304/85, tendo como órgão gestor responsável o ICMBIO (MENEZES, 2015 e ICMBIO, 2017).

As delimitações da Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira são apresentadas na Figura 23.

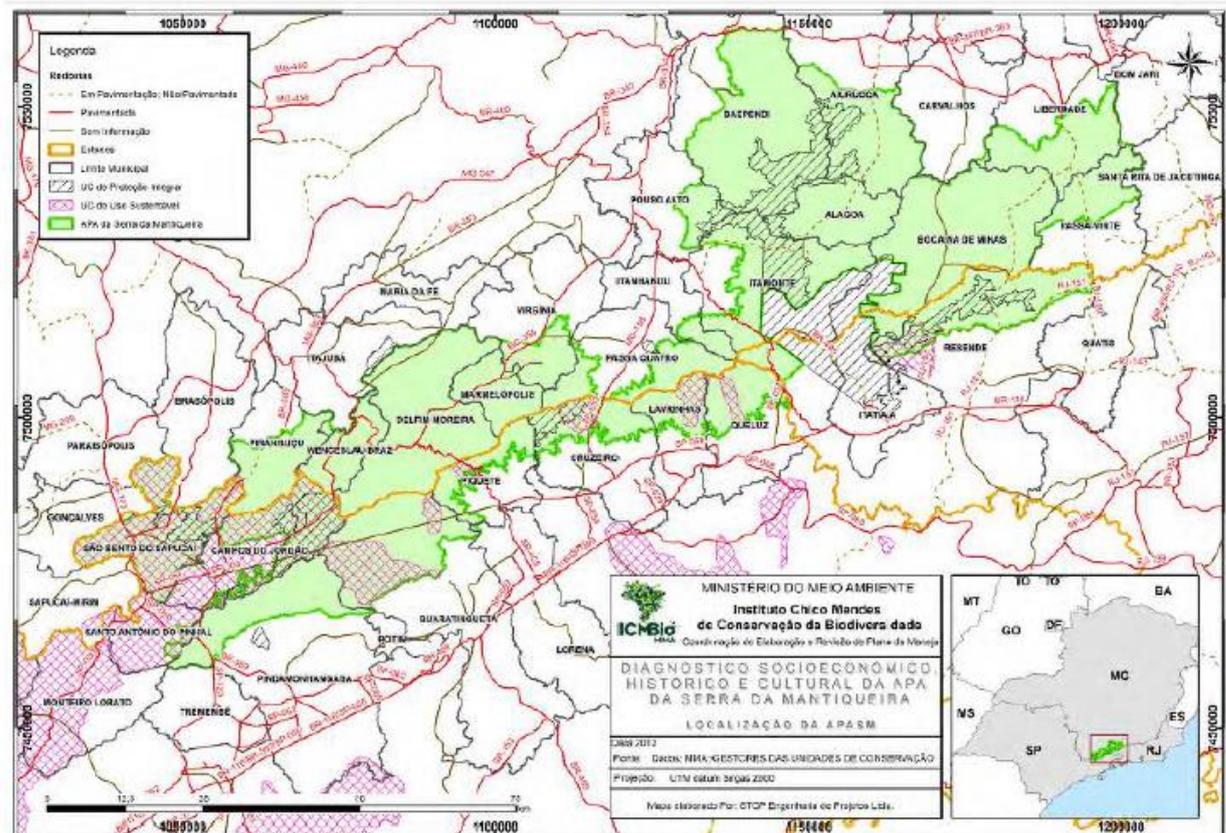


Figura 23: Delimitações da Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira
 Fonte: Adaptado de Menezes (2015)

Ribeiro (2005) traz que, dentre as justificativas de criação da APASM, destacou-se a necessidade de criação de um corredor ecológico, que garantisse a conservação daquelas partes mais elevadas da Serra da Mantiqueira. As conexões entre estas áreas foram realizadas posteriormente, através da criação de outras UC's, que fazem fronteira com a APASM ou se sobrepõe a ela territorialmente, dentre as quais se destacam: PARNA de Itatiaia (criado em 1937), Parque Estadual da Serra do Papagaio (criado em 1998), o Parque Estadual de Campos do Jordão (criado em 2004) e o Parque Estadual da Pedra Selada (criado em 2012), que são UCs de Uso Integral. Há também os Monumentos Naturais da Pedra do Baú (criado em 2012) e do Pico do Itaguaré (criado em 2012) e ainda 43 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).

O Decreto Federal 91.304/85, que criou a APASM, destaca os objetivos da criação desta Unidade de Conservação:

- Garantir a conservação da paisagem e da cultura regional;
- Proteger e preservar parte a cadeia montanhosa.
- Proteger e preservar à flora endêmica e andina (presente em grandes altitudes).

- Proteger e preservar os remanescentes de bosques de araucárias.
- Proteger e preservar a continuidade de cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva.
- Proteger e preservar a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção.

A criação e o estabelecimento da APASM perpassam, segundo Ribeiro (2005) e Menezes (2015), pela vocação regional para a preservação ambiental devido suas características naturais, de beleza cênica e pelos ciclos de desenvolvimento econômico experimentados em maior ou menor intensidade com o advento da abertura das rodovias BR - 381 (Fernão Dias), Presidente Dutra em 1951, fazendo a conexão entre o Rio de Janeiro e São Paulo, a inauguração da Usina Siderúrgica Nacional em Volta Redonda/RJ e todo o processo de industrialização da região do Vale do Paraíba que se estendeu entre a década de 1960 até 1980.

A contextualização histórica construída por Ribeiro (2005) aponta que a intensidade de exploração dos recursos naturais foi ditada pela perspectiva do desenvolvimento econômico e que este fenômeno, aliado às características marcantes do relevo, predominantemente montanhoso e frio, pouco atrativo para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e expansão de áreas urbanas, se configurara como elemento marcante para a conservação e manutenção ambiental da região da Serra da Mantiqueira.

A expansão das atividades industriais e econômicas ocorridas principalmente na Região do Vale do Paraíba provocou, segundo Menezes (2015), um grande êxodo rural na década de 1970, principalmente das cidades localizadas no Sul de Minas em direção as cidades do Vale do Paraíba (Taubaté, Caçapava, Lorena Guaratinguetá, Pindamonhangada e São José dos Campos), deixando os municípios do Sul de Minas com uma menor disponibilidade de mão-de-obra e com a economia enfraquecida e vulnerável, já que dependiam predominantemente de atividades agropecuárias. De forma singular, as cidades componentes da APASM, situadas no estado do Rio de Janeiro e próximas ao PARNA de Itatiaia, aproveitaram-se das vocações turísticas e percorreram caminhos de desenvolvimento que se diferem das cidades pertencentes à APASM localizadas no Vale do Paraíba e Sul de Minas.

A atividade turística, de acordo com Ribeiro (2005) merece uma atenção pormenorizada, devido ao seu contexto de formação, que fortaleceu institucionalização da APASM e de outras UC's. O segmento turístico trouxe avanços no campo econômico e possibilitou a formação de um movimento ambientalista crítico na região de Resende,

Queluz/RJ, Visconde de Mauá/RJ, Bocaina de Minas/MG, Aiuruoca/MG, Passa Quatro/MG e Itamonte/MG, composto por turistas que adotaram estas cidades como uma segunda moradia ou até mesmo se transferiram para estes locais. Estes formadores de opinião apresentavam como características as origens urbanas e de classe média, e principalmente a “insatisfação com os problemas e rotinas da cidade grande”, buscando nestas regiões uma maior qualidade de vida, pela proximidade com a natureza.

Em relação ao relevo, a cadeia de montanhas que compõe a Serra da Mantiqueira encontra-se distribuída entre três estados (Minas Gerais, São Paulo de Rio e Janeiro), que se inicia no município de Bragança Paulista/SP, estendendo-se por 500 Km até a região de Barbacena/MG e estando equidistante das três principais regiões metropolitanas do país. Este conjunto de montanhas apresenta uma altitude média de 1500 m. Dentre os pontos mais altos merecem destaque a Pedra da Mina (2798 m), Pico das Agulhas Negras (2791 m), Pico da Bandeira (2357 m), Pico dos Marins (2420 m), Pico do Itaguaré (2308 m), Pedra do Baú (1950 m) e Pico do Maromba (2619 m) que garantem a preservação de ecossistemas e constituem-se como valiosas fontes produtoras de recursos hídricos. Esta área tem destaque na região sudeste e no Brasil devido as suas particularidades e importância de sua biodiversidade, que a tornam prioritária para a conservação do meio ambiente. (RIBEIRO, 2005).

A vegetação predominante é a Mata Atlântica que é um bioma reconhecido como Patrimônio Nacional pela constituição Federal de 1988 e homologada como Reserva de Biosfera pelo Programa *Man and Biosphere* (MaB) em 1992, pela ONU. A vegetação apresenta diferentes fitofisionomias, como: Floresta Estacional Ombrófila Mista (1,92%); Floresta Ombrófila Densa/Floresta Ombrófila (24,96%); Floresta Estacional Semi-decidual (22,23%); Floresta Ombrófila Densa (33,17%), Floresta Ombrófila Mista (7,24%); Savana (10,48%). Destaca-se que os remanescentes florestais possuem ampla conectividade entre as UC's caracterizando o Corredor Ecológico da Mantiqueira, além da presença marcante das araucárias, cuja ocorrência também se observa principalmente Paraná. (RIBEIRO, 2005)

A abundância de recursos hídricos também merece destaque, pois a região abriga incontáveis nascentes que abastecem a região sudeste, contribuindo de forma expressiva para as Bacias do Rio Paraná e Paraíba do Sul (MENEZES, 2015).

Quanto ao Conselho Gestor da APA Mantiqueira, o CONAPAM (Conselho da Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira) é uma instituição participativa, de natureza consultiva, instituída pela Portaria n 49/2004 do ICMBIO, que compõe estrutura administrativa e de gestão da APASM (CONAPAM, 2017).

Ribeiro (2005) lembra que, embora a criação da APASM tenha ocorrido em 1985, seu conselho foi instituído somente em 2004 e descreve que este intervalo deveu-se principalmente ao descaso do poder público com a gestão do território, transferindo a responsabilidade da administração da APASM, entre diversos órgãos ligados ao setor ambiental, e não provendo corretamente estes órgãos, com recursos financeiros, humanos, logísticos e administrativos, para o desempenho satisfatório de suas atribuições. Estas ações trouxeram, além dos prejuízos ambientais, a construção de uma imagem distorcida da APASM junto à população que se perpetuou. Esta distorção está relacionada quanto à forma de cumprimento de seus propósitos, pois durante este período muito se associou a APASM à imagem de uma entidade voltada para a fiscalização.

Menezes (2015), ao referir-se ao CONAPAM, aponta as suas ações voltadas para a educação ambiental desenvolvidas principalmente na região de Passa Quatro/MG e as ações desenvolvidas em parceria com as instituições participantes, destacando-se aquelas voltadas para a fiscalização.

A representatividade no conselho comportou-se de forma variável nas últimas três gestões com a entrada e saída de algumas instituições, devido principalmente às constantes ausências nas reuniões ordinárias. Quanto a este aspecto, o regimento interno estabelece a obrigatoriedade da realização de pelo menos quatro reuniões ordinárias por ano (MENEZES, 2015).

O mandato do conselho na gestão (2013/2014) foi estendido até o final de 2015 (período que abrange o recorte temporal desta pesquisa), conforme Menezes (2015) em virtude do atraso do reconhecimento da posse dos conselheiros em caráter oficial pelo ICMBIO. Este ato concretizou-se apenas em dezembro de 2013, justificando desta maneira a prorrogação do mandato até dezembro de 2015.

No biênio (2013/2014), o conselho era composto por 28 cadeiras, tendo preenchido 25 (com 33 instituições representadas) e conselheiros titulares e suplentes para cada uma delas. Naquela ocasião o estado de Minas Gerais ocupou maior número de cadeiras (50%), seguido por São Paulo (37%) e Rio de Janeiro (13%).

Os segmentos e instituições que ocuparam as vagas no Conselho da APASM, no biênio 2013-2014, foram os seguintes:

- Três associações de moradores e população local (Associação dos Amigos de Gomerl, e Associação de Moradores do bairro dos Pilões, de Guaratinguetá-SP, e Associação Terra Una, uma ecovila que se localiza em Liberdade-MG);

- Cinco órgãos públicos gestores de UCs, estaduais e federais (Parque Nacional do Itatiaia, APA Serra da Mantiqueira, Floresta Nacional de Passa Quatro, Fundação Estadual de Florestas-MG e Parque Estadual da Pedra Selada-RJ);
- Uma instituição técnico-científica e educacional (Fundação Rogê, de Delfim Moreira-MG);
- 10 Prefeituras (Liberdade-MG, Delfim Moreira-MG, Resende-RJ, Itamonte-MG, Passa Quatro-SP, Cruzeiro-SP, Guaratinguetá-SP, Bocaina de Minas-MG, Baependi-MG e Virginia-MG);
- Um comitê de Bacia Hidrográfica (a do Rio Paraíba do Sul);
- Oito organizações não-governamentais ambientalistas, com atuação dentro do território da APA (Instituto Nascente – Turismo e Ecologia, Crescente Fértil – Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação, Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável, Instituto Oikos, Instituto Alto Montana, Instituto Ecosolidário, Instituto Superação e Associação de Pais e Amigos da Escola Nova Terra);
- Duas associações de produtores rurais (os sindicatos rurais de Cruzeiro e de Lavrinhas e de Queluz, ambos em SP);
- Duas instituições públicas de extensão rural (a EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, e a CATI-SP – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral);
- Um representante do segmento denominado setor de turismo, hotelaria, comércio, indústria e mineração (a Mauatur, de Visconde de Mauá-RJ) (MENEZES, 2015).

O CONAPAM ainda congrega em sua estrutura os seguintes grupos de trabalhos (GTs):

GT Mineração; GT Boas Práticas; GT Javali; GT Montanhas; GT Plano de Manejo; GT RPPN; GT Resíduos Sólidos.

No que se refere às câmaras temáticas (CTs), encontra-se em atividade apenas a CT Comunicação (CONAPAM, 2017).

4. METODOLOGIA

4.1 Delineamento da Pesquisa

O presente estudo é de caráter exploratório, quali-quantitativo, do tipo descritivo. Para Gil (2010), um estudo exploratório tem como objetivo oferecer maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, de forma que se possa construir hipóteses. Geralmente, esses estudos são compostos por levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que passaram por experiências práticas com o assunto estudado e análise de exemplos que estimulem sua compreensão. Minayo e Sanches (1993) afirmam que um bom método será sempre aquele que contribua para reflexão sobre a dinâmica da teoria, consentindo uma construção correta dos dados, fazendo com que o método seja executável, aliando o objeto da investigação e a oferta de elementos teóricos para a análise.

Segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa não se prende à representatividade numérica, ela também investiga a necessidade da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Os pesquisadores que optam por essa abordagem contrastam com o pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, uma vez que as ciências sociais possuem sua especificidade, compondo, assim, uma metodologia própria. Dessa forma, eles se opõem ao modelo positivista usado no estudo da vida social, pois não pode contaminar a pesquisa com julgamentos, preconceitos e crenças.

Fonseca (2002) diz que a pesquisa quantitativa é centrada na objetividade, sob a influência do positivismo, considerando que a realidade só pode ser compreendida a partir da análise de dados brutos, coletados com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa utiliza a linguagem matemática para relatar as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, dentre outros. Utilizar a abordagem quali-quantitativa possibilita recolher mais informações do que se poderia conseguir separadamente.

Para Polit, Becker e Hungler (2004), a pesquisa quantitativa é enraizada no pensamento positivista lógico e destina-se a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Já a pesquisa qualitativa salienta os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, compreendendo sua totalidade no contexto dos que estão vivenciando o fenômeno. Minayo e Sanches (1993) afirmam que a relação entre quantitativo e qualitativo não pode ser vista como oposição

contraditória, pois se almeja que tais relações sociais possam ser estudadas em seus aspectos mais palpáveis e aprofundadas em seus significados indispensáveis. Dessa forma, o estudo quantitativo pode criar questões para serem investigadas qualitativamente e vice-versa. Giddens e Audet (2012) afirmam que, para se conseguir uma compreensão e explicação mais ampla do tema estudado, pode-se realizar uma pesquisa mista, de abordagem qualitativa.

Segundo Triviños (1987), um estudo descritivo impõe ao pesquisador uma série de informações sobre o tema pesquisado, pois este requer a descrição dos fatos e fenômenos de uma determinada realidade. Gil (2010) ressalta que a principal finalidade dos estudos descritivos é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse método de estudo, na visão de Sellitz *et al.* (1965), sugere que um fenômeno ou situação seja descrito em detalhe, principalmente no que está ocorrendo, permitindo, assim, abranger, de forma exata, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, e ainda desvendar a relação entre os eventos.

4.2 Critérios de elegibilidade da amostra

O procedimento adotado para a definição do tamanho da amostra utilizado no estudo consistiu-se na seleção dos conselheiros, tomando-se como critérios:

- Metade mais um do número de cadeiras do conselho. Este critério pauta-se na maioria absoluta dos membros, de acordo com o quórum de votação. Não foi diferenciado se os membros eram titulares ou suplentes;
- Inclusão do Diretor (Gestor) das respectivas UC's na composição da amostra, visto os mesmos figurarem como presidentes do Conselho;
- Período de mandato obrigatoriamente incluso na gestão (2015/2017), podendo ser inferior ao tempo de dois anos, ou superior a este período no caso de reconduções ao cargo em gestões anteriores ao recorte temporal da pesquisa (gestão 2015/2017);
- Escolha prioritária para o conselheiro titular, em caso de recusa ou impossibilidade deste para a resposta do roteiro de entrevista, optou-se pelo seu suplente;
- Assiduidade nas reuniões ordinárias, sendo consideradas no mínimo duas presenças no CONAPAM e três no Conselho da APAMLN.

O conselho gestor da APAMLN conta com 24 cadeiras distribuídas entre 24 conselheiros titulares, 24 suplentes e 22 conselheiros adicionais, perfazendo um total de 70 conselheiros. Porém, o foco do trabalho girou em torno das 24 cadeiras efetivas. Considerando-se os critérios selecionados (maioria absoluta), definiu-se o tamanho mínimo de amostra de 13 conselheiros (n=13) no território da APAMLN, ou seja, metade mais um dos membros. Entretanto, foram realizadas 16 entrevistas nesta área. O CONAPAM contava na gestão (2013/2015) com 28 cadeiras distribuídas entre 28 conselheiros titulares, 28 suplentes, perfazendo um total de 56 conselheiros. Mas, o foco do trabalho girou em torno das 28 cadeiras efetivas. Considerando-se os critérios selecionados (maioria absoluta), definiu-se o tamanho mínimo de amostra de 15 conselheiros (n=15), ou seja, metade mais um dos membros.

Cabe informar que os 16 entrevistados da APAMLN foram identificados por números (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 até o E16 e os 15 entrevistados da APASM foram identificados pela numeração (E17, E18 até E31), totalizando o número de entrevistados das duas áreas de estudo.

4.3 Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu com o auxílio de levantamento bibliográfico, documental e mediante a realização de entrevista semi-estruturada (Apêndice B, pág.178) junto aos sujeitos da pesquisa em ambas as áreas estudadas.

O roteiro das entrevistas continha questões dissertativas e objetivas e foram organizadas e estruturadas em cinco partes, conforme os objetivos geral e específico determinados na pesquisa, conforme trazem Yin (2001), Lakatos (2003), Thiollent (2008) e Gil (2010), caracterizando o estudo quanto aos seus aspectos metodológicos como qualitativo e quantitativo.

As cinco seções presentes no roteiro das entrevistas foram as seguintes:

- Parte 1: Informações relativas ao conselheiro;
- Parte 2: Percepções em relação ao conselho, participação comunitária e temas discutidos;
- Parte 3: Desenvolvimento das atividades de gestão participativa;
- Parte 4: Momentos de utilização das técnicas participativas;

- Parte 5: Contribuições advindas da utilização das técnicas para o processo de gestão participativa.

A primeira seção do roteiro de entrevista, identificada como Parte 1, contou com seis questões e trouxe informações sobre os conselheiros (formação, identificação e tempo de representação da instituição no conselho).

A segunda seção envolveu questões abertas e objetivas, totalizando nove questões, e buscou compreender as percepções dos entrevistados em relação ao conselho gestor como um todo, enfatizando os principais temas discutidos na última gestão (2015/2017), as principais dificuldades enfrentadas nas discussões destes temas, bem como seus respectivos motivos. Ainda, quanto a este aspecto, procurou-se compreender como os entrevistados relacionavam os temas discutidos com as variáveis ambiental, social, econômica, cultural, política e participativa. A participação comunitária foi outro aspecto destacado por esta seção, e contou com a elaboração de quatro perguntas específicas, que buscaram explorar o entendimento dos entrevistados quanto à representatividade, possíveis diferenças quanto à participação, engajamento e organização dos atores sociais, de acordo com suas respectivas origens (sociedade civil e poder público), enfatizando-se a participação já existente e o aprimoramento de ações de fomento a participação daquelas comunidades que se encontram no território das áreas estudadas, e que, entretanto não possuem representação. Finalizando, a segunda seção apresentou quatro questões objetivas que tiveram por finalidade avaliar o conhecimento dos atores quanto à função e atribuições da função de conselheiro, relação do conselho com a comunidade, o diretor e o órgão gestor.

A terceira seção contou com seis questões e tratou especificamente sobre as atividades de gestão participativa e foi composta por questões de múltipla escolha que tinham como objetivo identificar o conhecimento dos entrevistados sobre o assunto e sua relação com as dimensões do desenvolvimento sustentável e identificar e avaliar quais atividades de gestão participativa foram desenvolvidas, e ainda o aprimoramento e inovação destas atividades

A quarta seção contou com quatro questões qualitativas e duas quantitativas que procuraram captar, por parte dos entrevistados, os conhecimentos e experiências acerca da temática Técnicas Participativas. Com este intuito, as questões foram elaboradas visando à identificação das principais técnicas e metodologias participativas já utilizadas em atividades do conselho e/ou em outros órgãos colegiados dos quais os entrevistados porventura poderiam participar.

A quinta e última seção contou com quatro questões, dentre as quais uma objetiva, que versava sobre as potencialidades de utilização de técnicas e metodologias participativas

quanto ao enriquecimento do conhecimento sobre leis, direitos, deveres a respeito aos demais representados, na atuação dos entrevistados. Nesta mesma seção, em sua parte final, o questionário trouxe questões nas quais os entrevistados puderam expor suas opiniões quanto às possibilidades de inserção destas técnicas participativas em atividades rotineiras do conselho e em como sua adoção junto aos seus representados.

Cabe destacar que, foram realizadas no total, 31 entrevistas dentre as quais 16 destinadas à APAMLN e 15 destinadas à APASM. As entrevistas foram aplicadas no período de abril e maio de 2017 na APAMLN e de julho a novembro de 2017 no caso da APASM. Destaca-se que 29 entrevistas ocorreram de forma presencial e em apenas duas situações foram entrevistados via *Skype*.

O planejamento para a coleta de dados na APAMLN teve início em 09/03/2017 na cidade de Caraguatatuba/SP, com a presença do pesquisador, na ocasião da realização da Quinquagésima Primeira Reunião Ordinária da APAMLN e a primeira do ano. Nesta ocasião, houve a apresentação do pesquisador para o gestor da APAMLN e parte de sua equipe administrativa e ainda foram prestados alguns esclarecimentos quanto aos procedimentos que seriam realizados na coleta de dados. Estes esclarecimentos referiram-se aos contatos com os conselheiros a serem entrevistados e a realização de visitas presenciais para a realização das entrevistas. Desta forma, definiu-se que a equipe administrativa enviaria para os entrevistados informações acerca da pesquisa e aplicação do roteiro de entrevista. Nesta data, estabeleceram-se os primeiros contatos com os conselheiros, que foram utilizados posteriormente para o agendamento das visitas.

A participação dos conselheiros da APAMLN entrevistados após o encerramento dos respectivos períodos ficou da seguinte maneira:

- Ubatuba/SP – 6 conselheiros
- Caraguatatuba/SP – 4 conselheiros
- São Sebastião/SP – 4 conselheiros
- Ilhabela/SP – 2 conselheiros.

A coleta de dados junto ao CONAPAM (Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira) foi iniciada em julho de 2017 e encerrou-se em novembro de 2017 com a realização de 15 entrevistas.

Os contatos dos conselheiros foram obtidos junto ao órgão gestor ICMBIO mediante autorização prévia do responsável pela APASM, que orientou que os participantes da pesquisa

seriam aqueles conselheiros remanescentes da Gestão 2013/2015, que teve o mandato estendido até março de 2017, sendo renovado parcialmente a partir desta data.

O planejamento das atividades relacionadas à coleta de dados na área da APASM ocorreu de maneira semelhante àquela descrita para a APAMLN. Entretanto, no caso da APASM, houve a participação do pesquisador na reunião de posse dos conselheiros, em duas oficinas participativas, relacionadas às atividades de elaboração do plano de manejo da UC e na última reunião ordinária do conselho no ano de 2017.

A participação dos conselheiros da APASM entrevistados após o encerramento do período de coleta ficou da seguinte maneira:

- Guaratinguetá/SP – 1 conselheiro
- Queluz/SP – 1 conselheiro
- Pindamonhangaba/SP – 1 conselheiro
- Cruzeiro/SP – 3 conselheiros
- Taubaté/SP – 1 conselheiro
- Lorena/SP – 1 conselheiro
- São Paulo/SP – 1 conselheiro
- Delfim Moreira/MG – 1 conselheiro
- Passa Quatro/MG – 1 conselheiro
- Itamonte/MG – 1 conselheiro
- Liberdade/MG – 1 conselheiro
- Resende/RJ – 2 conselheiros

4.4 Métodos de análise dos dados

Os dados coletados foram analisados separadamente conforme as partes estabelecidas no roteiro da entrevista (Apêndice B, pag.178). Esta divisão buscou atender os objetivos específicos definidos para o estudo, conforme delimitado no item 4.2 (Critérios de elegibilidade da amostra).

Os dados qualitativos obtidos nas respostas das entrevistas se encontravam distribuídos de forma parcial na seção 2 e integralmente nas seções 4 e 5.

As respostas destas seções foram analisadas via *Árvore de Problemas* trazida por Geilfus (2002), Buarque (2008) e Drummond *et al.* (2009), que consiste numa expressão

gráfica de hierarquia de problemas, potencialidades ou ações, em que estão incluídas relações de causa e efeito, observadas na realidade. A representação esquemática da árvore é demonstrada na Figura 24.

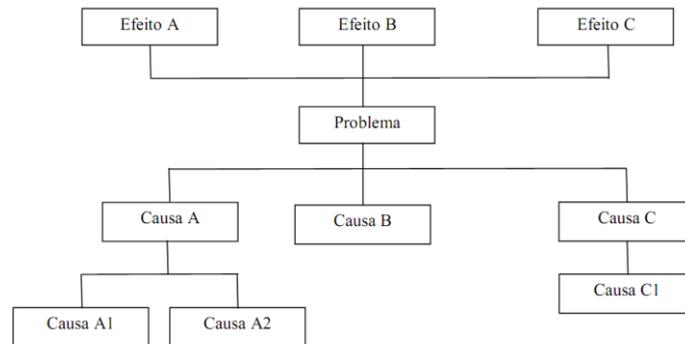


Figura 24: Representação da Árvore de Problemas.
Fonte: adaptado de Buarque (2008).

As respostas qualitativas obtidas em cada uma das APAs foram organizadas e analisadas conforme análise de conteúdo. Estas respostas identificaram as principais causas associadas às Árvores e Problemas (Figuras 28 e 29, págs. 110 e 111, Figuras 34 e 35 págs. 140 e 141). Os resultados apurados para cada uma das APAs foram confrontados e discutidos conjuntamente com a preocupação de se destacar inicialmente as semelhanças observadas e, em seguida, apontar as principais particularidades referentes a cada área de estudo. De maneira similar ocorreu a organização, análise, confrontamento e discussão dos resultados das Árvores de Oportunidades representadas nas (Figuras 36 e 37, págs. 148 e 150, Figuras 38 e 39, págs. 151 e 152).

As respostas qualitativas da Seção 4 do roteiro de entrevistas foram ordenadas e analisadas quanto ao conteúdo e dispostas nos Quadros 5 e 6 (págs. 132 e 133). Mediante as respostas e os resultados obtidos, estabeleceu-se como critério a divisão dos espaços de participação dos entrevistados em “ambientes internos” e “ambientes externos”. Os “ambientes internos” dizem respeito às reuniões ordinárias e extraordinárias, GTs e CTs dos conselhos das APAs. Já os “ambientes externos” reúnem os demais espaços de participação que não pertencem aos conselhos das APAs, do quais os entrevistados podem ou não fazer parte.

Em relação aos dados quantitativos, estes se distribuíram nas cinco partes do roteiro de entrevista sendo que de maneira integral na seção 3 e, parcialmente, nas demais seções. Estes dados foram analisados via cálculos estatísticos executados com o auxílio do *software Excel*®. As medidas estatísticas (média e desvio padrão) foram consideradas para a definição

do tempo de experiência dos membros na função de conselheiro e o tempo de permanência da instituição destes membros no conselho.

Os dados referentes às instituições de origem dos atores sociais (Sociedade Civil e Poder Público), presentes na Parte 1 do roteiro de entrevistas, bem como os critérios adotados pelos conselhos gestores para a divisão destes atores foram expressos por valores percentuais e representados nas Tabelas 1 e 2 (págs. 97 e 98).

As respostas relativas às questões quantitativas da segunda seção do roteiro de entrevista que abordaram: a) a identificação pelos conselheiros quanto ao nível de conhecimento sobre a função que desempenham; b) avaliação da relação do conselho com o Órgão gestor; c) avaliação da relação do conselho com o Diretor da UC e d) Relação do conselho com a comunidade do entorno (geral), foram analisadas estatisticamente e expressas por valores percentuais e organizadas em um gráfico.

Os dados que se referem ao terceiro objetivo específico encontram-se na Parte 3 do roteiro de entrevistas e trouxeram informações acerca a gestão participativa expressos em valores percentuais, adotando-se a representação por gráficos do tipo “Barras”, observando-se as diferentes respostas atribuídas aos entrevistados e sua distribuição de frequência. E, finalmente, foram comparados estes dados entre as áreas estudadas.

4.5 Aspectos éticos da pesquisa

A realização deste estudo respeitou os preceitos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, com o parecer consubstanciado nº 2.289.610 de 21/09/2017 do Comitê de Ética. Ainda, fizeram-se necessárias autorizações junto aos respectivos órgãos administrativos responsáveis pela administração das UC's.

Neste sentido, para se atender às exigências da IN 03/2014 do ICMBIO, efetuou-se o cadastro do projeto de pesquisa no SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade para a APA Serra da Mantiqueira-Itamonte/MG por ser uma UC pertencente à administração Federal. No caso da APAM Litoral Norte – Ubatuba/SP, a administração cabe à Fundação Florestal do Estado de São Paulo sendo assim, a solicitação para a realização da pesquisa foi junto ao COTEC (Comissão Técnico Científica do Instituto Florestal de São Paulo).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Análises quantitativa e qualitativa das entrevistas.

Neste tópico, os resultados das duas áreas estudadas serão apresentados e discutidos levando em consideração a divisão do roteiro da entrevista em seções ou partes. Desta maneira, associaram-se as cinco partes contidas no roteiro de entrevistas aos objetivos específicos.

A primeira e a segunda parte do roteiro de entrevista estão vinculadas ao primeiro objetivo específico, a terceira parte ao segundo objetivo específico, a quarta parte ao terceiro objetivo específico e a quinta parte ao quarto objetivo específico. O quinto objetivo específico encontra-se diluído nos anteriores (vide pág.20)

5.1.1 Identificação do perfil dos Conselheiros

Iniciando as análises quantitativas, referentes à Parte 1 do roteiro de entrevista, foram levantadas informações acerca da experiência dos conselheiros relacionada às atividades do conselho e da instituição representada por ele em cada UC estudada (Tabela 1).

Tabela 1: Informações quanto a idade, tempo de permanência das instituições e mandato dos conselheiros em anos das Áreas de Proteção Ambiental –APAMLN e APASM

Questões Parte 1	APAMLN		APASM	
	Média (\bar{x}) (anos)	Desvio Padrão (s) (anos)	Média (\bar{x}) (anos)	Desvio Padrão (s) (anos)
Faixa etária	47	±9,9	48	±9,0
Tempo de mandato	4,6	±2,6	6,6	±3,2
Tempo de permanência da Instituição	6,2	±3,7	7,5	±4,2

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O período de participação encontrado para os entrevistados de ambos os conselhos (Tabela 1) demonstra que a experiência dos conselheiros supera o período de recorte temporal estabelecido pela pesquisa e que o tempo de representação de alguns conselheiros, em alguns casos, é coincidente com a adesão de suas respectivas instituições ao conselho. Verificou-se que as instituições com maior tempo de permanência nos conselhos da APAMLN e APASM

estão presentes desde suas respectivas criações em 2009 e 2004 respectivamente. Destaca-se que embora a criação da APAMLN tenha sido em 2008, a escolha dos representantes aconteceu somente no ano seguinte, quando de fato foram iniciadas as atividades. O tempo médio de adesão das instituições na APAMLN foi de 6,2 anos, sendo que 11 instituições compõem o conselho desde seu início, e havendo duas instituições que ingressaram ou retornaram na última gestão (2015/2017). Entretanto, verificou-se que o tempo de permanência do conselheiro, em alguns casos, foi condicionado a situações de “trânsito institucional” onde migraram da sociedade civil para o poder público ou vice-versa. As instituições pertencentes ao CONAPAM apresentaram um tempo superior de adesão ao conselho quando comparadas às instituições presentes no conselho da APAMLN. Apenas, uma instituição (Prefeitura Municipal de Resende/RJ) e o ICMBIO participam das atividades do CONAPAM desde o início. Observou-se também no contexto do conselho da APASM, que houve a situação de “trânsito institucional”³.

A Tabela 2 traz resultados referentes ao perfil dos conselheiros como gênero, nível de instrução, representatividade e origens desta representação.

Tabela 2: Resultados quanto ao gênero, nível de instrução e representação dos conselheiros das Áreas de Proteção Ambiental – APAMLN e APASM

Perfil dos conselheiros	APAMLN Frequência relativa (%)	APASM Frequência relativa (%)
Gênero		
Masculino	75,00	60,00
Feminino	25,00	40,00
Nível de escolaridade		
Superior completo	62,50	100,00
Representatividade		
Sociedade civil	50,00	60,00
Poder público	50,00	40,00
Origem da representação		
Setor pesca	25,00	-
Organizações não governamentais	25,00	26,67
Instituições de ensino	6,25	-
Poder público	43,75	40,00
Associações de moradores e produtores rurais	-	26,67
Comitês de bacias hidrográficas	-	6,66

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

³ Rech e Silva (2016) caracterizam “Trânsito institucional” como sendo o deslocamento e fluxo contínuo de atores sociais associados aos movimentos sociais e políticos em diferentes espaços de atuação (organizações sociais, fóruns, departamentos e cargos governamentais). Esse movimento se pauta primordialmente por um conjunto de redes e relações construídas no transcorrer do tempo entre indivíduos, grupos sociais, organizações sociais e partidos vinculados ao exercício de atividades profissionais e cotidianas.

As amostras continham membros dos vários segmentos (civil/público) nos conselhos, buscando, desta forma, garantir a representatividade. Isso possibilitou que se pudessem avaliar as opiniões, tanto de atores da sociedade civil como do poder público, de forma equilibrada reduzindo-se as possibilidades de acontecerem respostas tendenciosas de acordo com os assuntos levantados no roteiro de entrevista.

Observou-se que a representatividade e a paridade no conselho da APAMLN são reconhecidas e valorizadas pelos seus integrantes. Como prova desta constatação, pode-se mencionar o respeito mútuo observado nos depoimentos dos conselheiros de ambos os setores (sociedade civil e poder público), nas referências aos esforços coletivos empreendidos principalmente na regulamentação da técnica do Cerco Flutuante e acompanhamento de fiscalização das atividades pesqueiras. Outros fatores que merecem destaque quanto à paridade e representatividade no conselho gestor da APAMLN referem-se a sua conformidade com a Resolução SMA 89/2008 e a presença voluntária de conselheiros adicionais em algumas cadeiras, gerando uma estrutura hierárquica em que há, além da presença do conselheiro titular e seu suplente, a presença do “Titular do suplente” e “suplente do suplente”.

As contribuições do entrevistado E11 (APAMLN) foram muito significativas tratando-se de representatividade e paridade, dada sua experiência como conselheiro e gestor, pois mencionou que não adianta somente o órgão gestor se esforçar para reunir e congregar todos os atores sociais envolvidos com as UC's. Ainda deve haver a seletividade tanto de atores sociais da sociedade civil, como do poder público, baseados em seu histórico de atuação na região e relacionamentos já estabelecidos, que poderão auxiliar ou prejudicar as ações e rumos do conselho gestor.

O entrevistado E14 (APAMLN) destacou que, embora haja a presença de cadeiras destinadas às colônias de pescadores, a participação e representação comunitária ligada a este setor é complexa, dada sua fragmentação devido a condições técnicas, geográficas, sociais e políticas, que dificultam sua agregação, organização e representatividade.

Os depoimentos dos entrevistados no CONAPAM demonstraram que a maioria dos pesquisados acredita que a representatividade seja satisfatória e adequada. Alguns entrevistados lembraram que, embora normativamente ocorra uma distribuição satisfatória de cadeiras entre os representantes de sociedade civil e do poder público que preconiza a representatividade, paridade e o respeito ao regimento interno do conselho, em muitas situações, esta representatividade pode ser questionada.

As situações em que a representação, representatividade e participação dos conselheiros oriundos dos diversos segmentos são questionadas referem-se à necessidade de legitimidade que deve haver entre os conselheiros, seus representados e os interesses defendidos pelos respectivos setores, como foi evidenciado pelos entrevistados E17 e E22. Os depoimentos dos entrevistados E26, E28 e E30 (APASM) questionam a representatividade e participação daqueles atores sociais oriundos das associações de moradores e produtores rurais devido ao protagonismo que desempenham no território da APASM.

A formação educacional dos entrevistados da APAMLN apontou que 62,5% dos conselheiros possui formação de nível superior completo voltado para a área de ciências biológicas, com cursos de especialização ou mestrado direcionados para a área de gestão e conservação ambiental.

Os entrevistados do CONAPAM apresentam em sua totalidade nível de instrução superior completo, sendo que 60% destes possuem algum curso de pós-graduação e/ou especialização. Cabe destacar quanto à formação dos participantes, o caráter multidisciplinar observado na análise dos resultados, dado que na composição do conselho, existem profissionais oriundos do Direito, Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, Geografia, Administração, Jornalismo, entre outros.

As diferenças observadas quanto ao nível de instrução superior encontrados na APAMLN e APASM, podem ser explicadas por dois fatores. O primeiro relaciona-se com o fato dos entrevistados das comunidades tradicionais de pescadores (APAMLN) praticamente não conseguirem atingir o nível de instrução superior. O segundo relaciona-se aos entrevistados das associações de moradores e comunidades rurais da APASM, que mesmo tendo origens e residindo no meio rural, conseguiram atingir e concluir o ensino superior.

Os resultados encontrados para os níveis de instrução e os gêneros são apresentados a Figura 25.

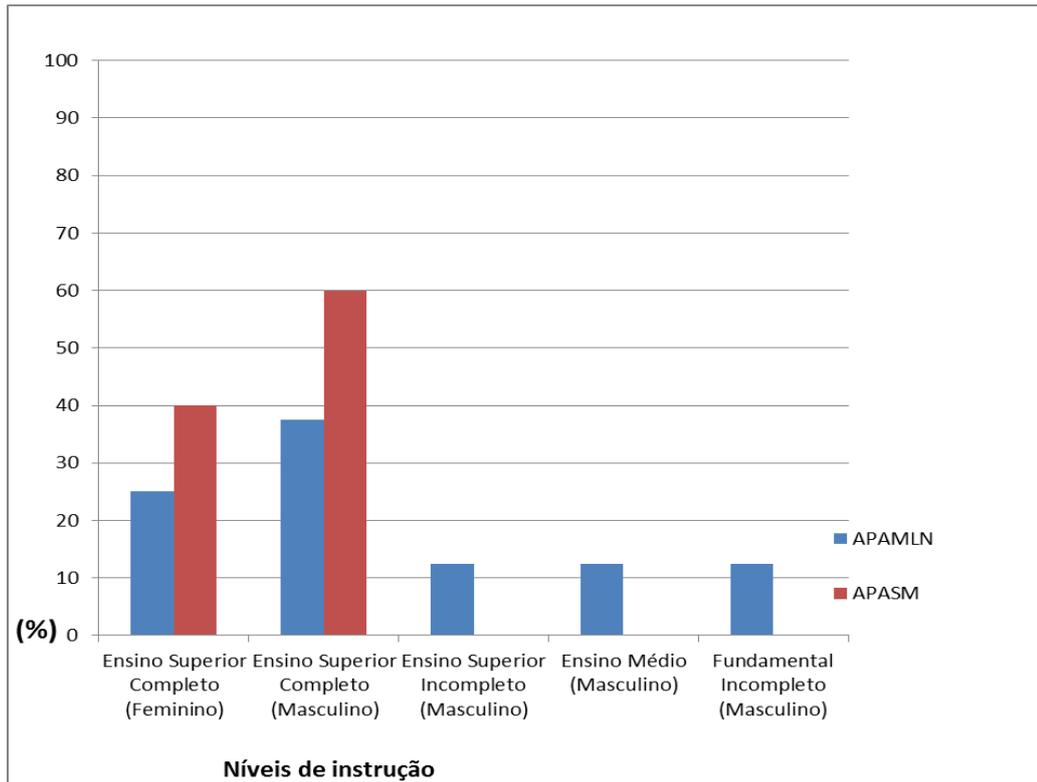


Figura 25: Formação educacional dos conselheiros do CONAPAM e APAMLN de acordo com o gênero.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao se relacionar os resultados de níveis de instrução com a questão de gênero, constatou-se que todos os entrevistados do sexo feminino da APAMLN possuem curso superior e pós-graduação, e para as entrevistadas da APASM, verificou-se que apenas uma não havia cursado pós-graduação e/ou especialização. Estes resultados indicaram que a ocupação e participação feminina nos conselhos das APAs encontram-se vinculada a um nível de formação educacional, profissional e de especialização elevado, quando comparado ao gênero masculino. Como semelhanças entre estas disparidades entre os níveis encontrados na formação educacional e profissional dos entrevistados de ambos os conselhos, observou-se que os maiores níveis de instrução estão relacionados aos entrevistados que não pertencem às representações associadas aos povos e comunidades tradicionais, associações de comunidades rurais. Desta forma, constatou-se que os níveis de instrução se relacionam as diferentes origens dos atores sociais e ao gênero. Os resultados dos entrevistados do sexo masculino da APAMLN demonstraram seis entrevistados com nível de instrução superior completo, dos quais cinco possuem cursos de especialização ou mestrado e apenas um possui apenas o curso de graduação. Nos demais níveis de instrução identificados, observou-se que dois possuem o nível de ensino fundamental incompleto, dois o ensino médio completo e dois o ensino superior incompleto. Os resultados para o gênero masculino para os entrevistados da APASM

demonstraram nove entrevistados com nível superior, dos quais cinco apresentam cursos de pós graduação e/ou especialização.

Ao se analisar o conselheiro do segmento público da APAMLN, percebeu-se que, embora a instituição de ensino pertença ao poder público, na composição do conselho é considerada separadamente e representa 6,25% da amostra dos entrevistados. Os entrevistados do Setor Público representaram 43,75% da amostra no caso da APAMLN e 40% para a amostra da APASM. Estes entrevistados são provenientes do poder público municipal de quatro municípios constituintes da APAMLN (Caraguatatuba/SP, São Sebastião/SP, Ilhabela/SP e Ubatuba/SP), no âmbito estadual do Comitê de Bacias do Litoral Norte/SP e da Fundação Florestal de São Paulo. A amostra da APASM contou com representantes das Prefeituras de (Delfim Moreira/MG, Liberdade/MG e Resende/RJ), em âmbito estadual a CATI/SP e federal o ICMBIO.

A amostragem da sociedade civil no conselho da APAMLN foi representada equitativamente com 25% representantes de ONGs do setor ambientalista (Fundação Pró Tamar, Instituto de Conservação Costeira - ICC, Instituto Ilhabela Sustentável - IIS e Associação Cunhambebe da Ilha Anchieta – ACAI) e, com 25% dos representantes ligados às colônias de pescadores artesanais dos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, todos em SP. A amostragem dos membros da sociedade civil do CONAPAM reuniu dois representantes de associações de moradores e produtores rurais (Associação Amigos do Gomerl/SP e da Sociedade de Amigos da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Grande/SP), dois representantes de sindicatos de produtores rurais (Sindicato dos Produtores Rurais de Cruzeiro e Lavrinhas/SP e Sindicato do Produtores Rurais de Queluz/SP), quatro representantes de ONGs (Instituto Nascente/SP, Instituto Oikos/SP, Associação Jaguamimbaba para o Desenvolvimento Sustentável/SP e a Crescente Fértil/RJ) e um representante do Comitê de Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul/SP.

5.1.1.1 Impressões dos entrevistados em relação ao conselho, participação comunitária e temas discutidos

A Parte 2 do roteiro de entrevista contou com as questões objetivas 2.6; 2.7; 2.8 e 2.9, que tiveram o propósito de averiguar quais as impressões que os conselheiros tinham de seus pares, do órgão gestor, do Diretor da UC e da comunidade da UC. Estas questões, por apresentarem as mesmas alternativas referentes aos diferentes níveis de satisfação, tiveram suas respectivas respostas agrupadas e ordenadas em um único gráfico para cada área de

estudo. No caso da APAMLN, as respostas das questões 2.6; 2.7; 2.8 e 2.9 foram organizadas na Figura 26:

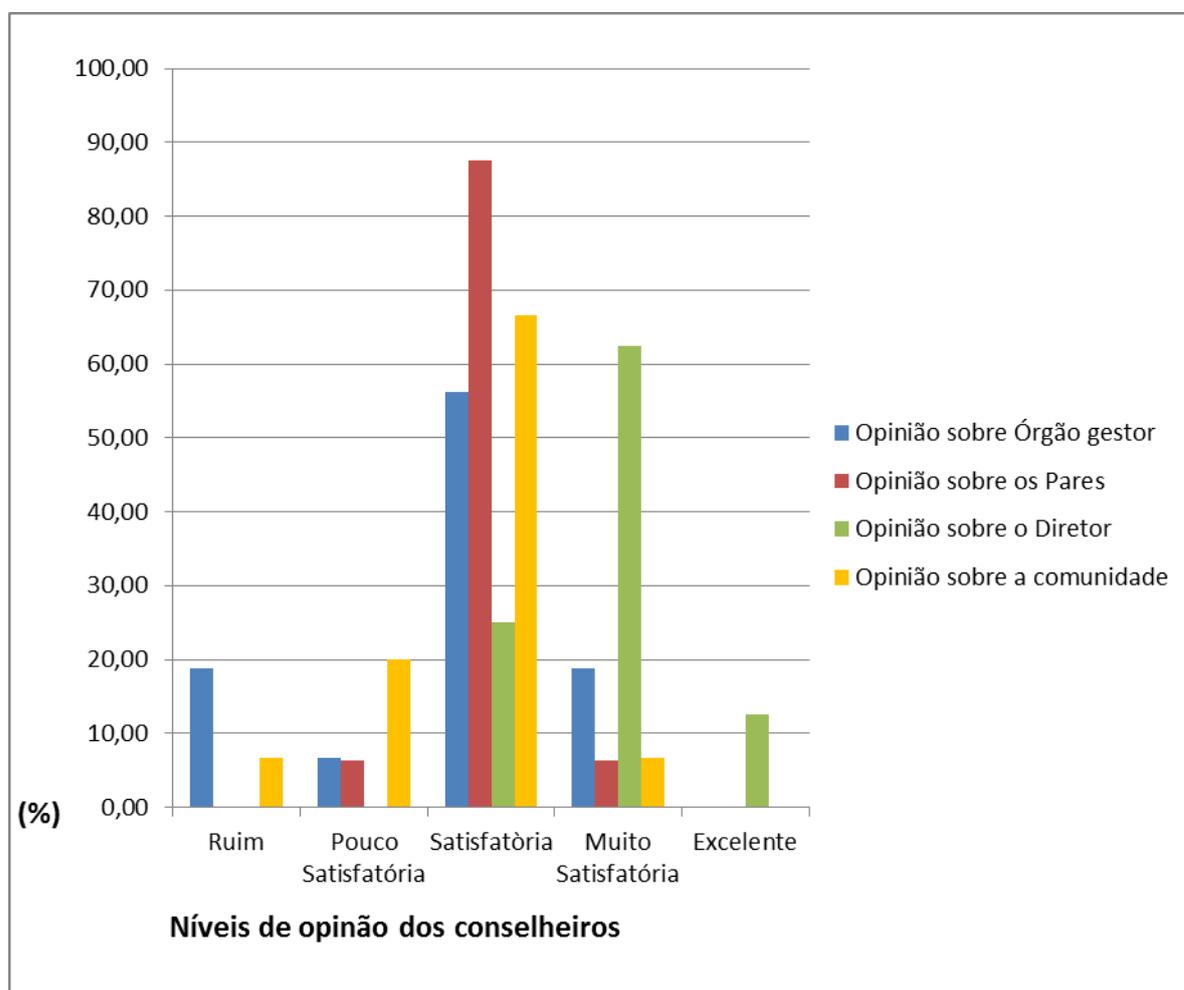


Figura 26: Percentual da percepção dos conselheiros da APAMLN quanto aos seus pares, órgão gestor, Diretor da UC e comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A questão 2.6 tratou das impressões que os entrevistados tinham em relação aos seus pares, levando em consideração a compatibilização de atributos positivos dos conselheiros aos princípios e competências previstos Artigo 20 do Decreto 4340/2002 e na IN 09/2014 do ICMBIO. É oportuno destacar as competências dos conselhos gestores presente no Artigo 4 da Instrução Normativa 09/2014 do ICMBIO:

- I - apoiar a efetividade da conservação da biodiversidade e a implementação dos objetivos de criação da Unidade de Conservação;
- II - conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da Unidade de Conservação, promovendo ampla discussão sobre seus objetivos ambientais e sociais, bem como sobre a gestão da Unidade;
- III - demandar e propor aos órgãos competentes, instituições de pesquisa e de desenvolvimento socioambiental, ações de conservação, pesquisa, educação ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo que promovam a conservação dos recursos naturais das Unidades de Conservação, sua zona de amortecimento ou território de influência;

- IV - promover ampla discussão sobre a efetividade da Unidade de Conservação e as iniciativas para sua implementação;
- V - elaborar o Plano de Ação do Conselho, que contenha o cronograma de atividades e mecanismos de avaliação continuada, em conjunto com o planejamento da Unidade de Conservação;
- VI - formalizar recomendações e moções, registradas em ata da reunião correspondente;
- VII - acompanhar e propor ações para a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão da Unidade de Conservação;
- VIII - propor formas de gestão e resolução de conflitos em articulação com os setores envolvidos;
- IX - debater as potencialidades de manejo da Unidade de Conservação e propor iniciativas de gestão;
- X - criar Grupos de Trabalho e Câmaras Temáticas, para a análise e encaminhamento de especificidades da Unidade de Conservação, facultada a participação de representantes externos, quando pertinente

Os atributos positivos de um conselheiro referem-se à relação do ator social com a UC, o conjunto de conhecimentos técnicos e/ou populares com potencial de contribuição para a gestão da UC, e como este os compartilha e utiliza com criatividade para a identificação de problemas, demandas e na construção de argumentos que enriquecem os debates. Ainda de forma complementar a seu comportamento no campo das relações interpessoais e no ambiente coletivo, configura-se como um diferencial. Neste sentido, a capacidade de escuta e respeito às diferentes opiniões são fundamentais na construção de consensos aliadas ao comprometimento com as atividades assumidas

Os valores encontrados (questão 2.6) para os níveis “Satisfatório” 87,50%; “Muito Satisfatório” 6,25% e Pouco Satisfatório 6,25% indicam que os representantes do conselho possuem uma impressão positiva quanto aos seus pares. Destaca-se que não houve avaliações atribuídas aos níveis “Excelente” e “Ruim”. Estes resultados se relacionam com as respostas encontradas na Seção 1, questões 1.5 e 1.6 referentes ao tempo de experiência acumulado pelos conselheiros na APAMLN (Média de 4,6 anos) e a data de adesão das instituições junto ao conselho. As impressões positivas que os conselheiros possuem de seus pares, embora se confirme nos valores encontrados, pode ser atribuída também ao relacionamento que estes possuem em outras instituições colegiadas ligadas ao meio ambiente na região do Litoral Norte de São Paulo. Segundo o Entrevistado E1, o tempo de convívio avançado e a estabilidade dos conselheiros em suas funções constituem-se como elementos diferenciadores no caso do conselho da APAMLN, que não ocorrem em outros conselhos de UC’s da região.

A relação do conselho com o órgão gestor (Fundação Florestal do Estado de São Paulo) é também apresentada na Figura 26. A alternativa “Excelente” não foi assinalada. A avaliação foi apontada como “Satisfatória” para 56,25% dos entrevistados, e “Muito satisfatória” para 18,75%. As avaliações negativas merecem ser consideradas, e neste caso, é

importante destacar que avaliação “Ruim” 18,75%, e “Pouco Satisfatória” 6,25% deve-se às ingerências políticas do Governo do Estado de São Paulo na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e na Fundação Florestal de São Paulo, pela substituição de Diretores das UC’s e gestores ligados a estes órgãos. De forma complementar, os entrevistados apontaram que, em diversas situações, as decisões tomadas conjuntamente e discutidas no conselho, mesmo que encaminhadas pelo órgão gestor, não são levadas adiante pelas instâncias superiores e que isso se constitui num complicador ainda maior pelo fato do conselho da APAMLN ser de natureza consultiva.

A avaliação da relação entre os membros do conselho e o diretor da APAMLN foi o objetivo da questão 2.8 e buscou compreender como os conselheiros enxergam o Diretor quanto às suas atribuições, responsabilidades e capacidade de se comunicar.

Os resultados desta avaliação chamam a atenção pelo fato desta relação ser apontada como “Excelente” por 12,50% dos conselheiros e “Muito satisfatória” por 62,5%, não sendo assinaladas alternativas “Pouco Satisfatória” e “Ruim”. A avaliação positiva e ausência de avaliação negativa por parte dos conselheiros devem-se ao bom relacionamento interpessoal estabelecido entre a Diretora que ocupou o cargo em pelo menos duas gestões anteriores (2011/2013 e 2013/2015) e da mesma forma do Diretor que ocupou o cargo na gestão (2015/2017). Além da relação interpessoal ser positiva, pode-se destacar que o tempo de permanência dos conselheiros e a resolutividade de temas que envolviam a organização do setor pesqueiro, a normatização do Cerco Flutuante (através da aprovação da Instrução Normativa) e o apaziguamento das tensões que envolviam o setor pesqueiro, de turismo náutico e fiscalização, promoveram esta avaliação positiva. A boa avaliação da relação do conselho com o Diretor da UC traz o entendimento de que os conselheiros conseguem distinguir entre as ações desenvolvidas pelo Diretor e as atribuições e responsabilidades do órgão gestor.

O relacionamento do conselho com as comunidades que estão presentes no território da APAMLN, mas não possuem representação no conselho, foi avaliado na questão 2.9. A avaliação dos conselheiros sobre a relação entre as comunidades sem representação com o conselho foi considerada como “Satisfatória” para 66,67% e “Muito satisfatória” para 6,67% dos entrevistados. Estes atribuíram a esta condição a valorização do fato do Diretor e do órgão gestor terem se esforçado para a promoção e organização de reuniões nas comunidades mais distantes da UC, durante as etapas de diagnóstico do plano de manejo e o posterior retorno das demandas levantadas por estas comunidades. No entanto, as demais alternativas assinaladas pelos conselheiros demonstram que a relação do conselho com as comunidades sem

representação é “Ruim” 6,67% e “Pouco Satisfatória” 20% indicando que a participação das comunidades ainda precisa ser fortalecida.

Os resultados obtidos nas entrevistas realizadas na APASM para as questões 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9 foram organizados, agrupados e representados graficamente conforme o mesmo raciocínio utilizado para os resultados apurados para o conselho consultivo da APAMLN. Estes resultados são apresentados na Figura 27:

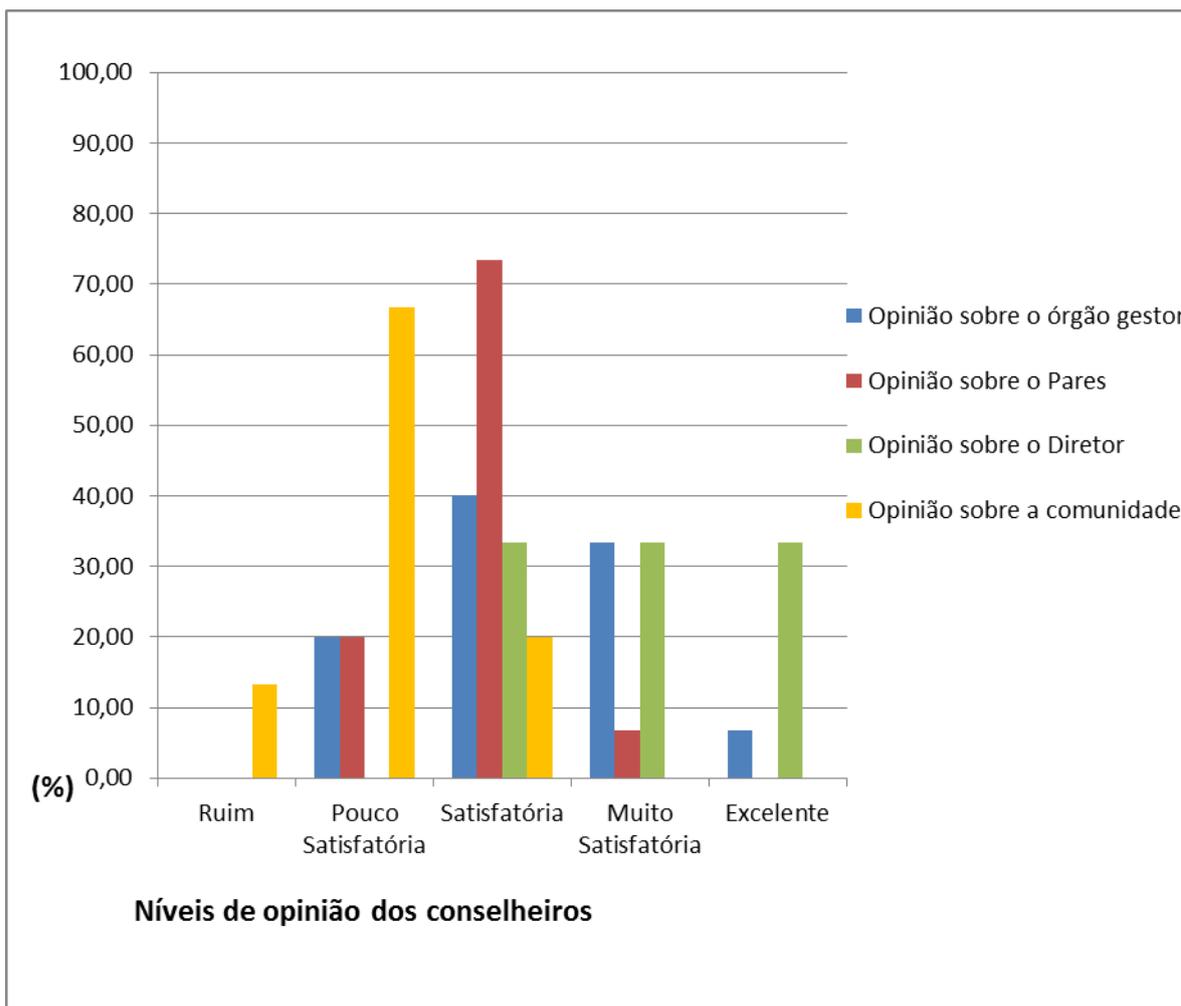


Figura 27: Percentual da percepção dos conselheiros da APASM quanto aos seus pares, órgão gestor, Diretor da UC e comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os entrevistados do CONAPAM ao serem questionados na questão 2.6 quanto as impressões que tinham em relação aos seus pares, consideraram que 73,33% dos conselheiros apresentam um nível “Satisfatório” de conhecimento sobre o arcabouço normativo relacionado ao conselho gestor e para 6,67% dos entrevistados estes conhecimentos foram considerados “Muito Satisfatórios”. Cabe destacar que 20% dos entrevistados responderam que seus pares apresentam um nível de conhecimento “Pouco Satisfatório” para a função que

ocupam no conselho. Este valor é reflexo do comportamento histórico do próprio conselho que, em diferentes momentos desde sua fundação, contou com a participação de alguns representantes que foram indicados politicamente, sem estarem aptos para o exercício da função.

A relação do conselho com o órgão gestor (ICMBIO) foi explorada na questão 2.7. Os resultados apontaram que 40% dos entrevistados consideram esta relação como “Satisfatória” e para 33,33% dos entrevistados esta relação é considerada “Muito satisfatória”. O valor encontrado de 20% que avaliou a relação como “Pouco Satisfatória”, merece ser destacado, porque se encontra atrelado às insatisfações dos conselheiros com a administração central do órgão gestor, que limita as atividades e ações do conselho devido à escassez de recursos humanos, logísticos e financeiros.

O relacionamento dos entrevistados com o Diretor da APASM (questão 2.8) pode ser considerado um diferencial no recorte temporal estabelecido pela pesquisa, porque expressa a aceitação e avaliação positiva do Diretor. A avaliação foi considerada “Excelente” por 33,34% dos entrevistados, “Muito Satisfatória” e “Satisfatória” por 33,33%. Os resultados associados aos níveis “Excelente” e “Muito Satisfatório” e a ausência de avaliações “Pouco Satisfatória” e “Ruim” demonstram que o trabalho desenvolvido pelo Diretor da UC, no período de outubro de 2015 até outubro de 2017, representou um diferencial na administração da APASM. Este diferencial deveu-se ao ordenamento do CONAPAM e suas atividades, estabelecimento de diretrizes, planejamento de ações, início da elaboração do plano de manejo e a mitigação de conflitos existentes entre antigos conselheiros.

As respostas da questão 2.9 demonstraram que a relação do conselho com a comunidade é tida como “Pouco Satisfatória” para 66,67% dos entrevistados e como “Ruim” para 13,33%. Estes resultados apontaram que há o reconhecimento por parte dos entrevistados quanto à necessidade do planejamento de ações que busquem a aproximação e interação com a comunidade. Neste sentido, a CT de comunicação já desenvolve trabalho que tem como um dos objetivos a divulgação de ações e trabalhos efetuados pelo CONAPAM e pelo órgão gestor em prol da conservação da natureza junto à comunidade.

A Seção 2 contou também com questões de cunho qualitativo que buscaram identificar quais foram os principais temas e assuntos discutidos pelos conselhos na gestão (2015/2017) (recorte temporal): evidenciar aqueles que apresentaram maior dificuldade de discussão; averiguar qual(is) o(s) motivo(s) atribuído(s) a estas dificuldades; verificar a opinião sobre a representatividade dos conselhos e as impressões quanto à participação popular.

A questão 2.1 procurou saber quais foram os assuntos mais debatidos pelos conselheiros, neste contexto, os entrevistados da APAMLN citaram: Plano de Manejo; pesca e grandes empreendimentos (Projeto Pré Sal e expansão do Porto de São Sebastião). Os entrevistados do CONAPAM mencionaram o plano de manejo, regimento interno e a renovação do conselho, corridas de montanha e a mineração. Quanto aos muitos temas relacionados aos assuntos mencionados em ambos os conselhos, torna-se difícil dissociá-los do plano de manejo, dada sua importância. As discussões que envolveram o plano de manejo foram destacadas por 75% dos entrevistados da APASM e por 87,5% dos entrevistados da APAMLN. As referências aos planos de manejo deveram-se a importância e aos diferentes estágios de desenvolvimento deste instrumento de gestão se encontra no contexto de ambas as APAs. No caso da APASM, o fato do conselho ter sido instituído em 2004 e ainda não possuir o referido plano (encontra-se em processo de elaboração desde o início de 2017), constituiu-se numa situação preocupante, quando comparado ao conselho da APAMLN, que foi instituído em 2009 e já possui este instrumento (embora ainda não aprovado).

Cabe destacar que os assuntos relacionados ao tema Fiscalização foram demandados por todos os segmentos representados no conselho da APAMLN, como frisou o entrevistado E16, tendo grande discussão dentro do Plano de Manejo e dos GTs. A preocupação com a legislação também foi elemento chave nos temas debatidos pelo CONAPAM, mas difere-se do contexto observado no conselho consultivo da APAMLN, devido à ausência do plano de manejo e por consequência da capacidade de conexão desta norma com as legislações ambientais já existentes para a regulamentação dos principais temas em pauta no CONAPAM, destacando-se as corridas de montanha. Os assuntos mais discutidos pelo conselho da APAMLN trataram de maneira geral sobre legislação, zoneamento econômico e ecológico, gerenciamento costeiro, licenciamentos e compensações ambientais para as obras relacionadas aos impactos causados pelos grandes projetos no território da APAMLN. No caso dos temas debatidos pelo CONAPAM, os elementos que os motivaram deveram-se a ausência de normatização e fiscalização para as atividades econômicas já desenvolvidas e com potencial de crescimento no território da APASM como a mineração e as corridas de montanha. Outra motivação observada para o desenvolvimento das discussões de temas como mineração e corridas de montanha foi a preocupação com a preservação e conservação ambiental focalizada, muito influenciada pelos princípios da conservação em seus aspectos biológicos.

O tema pesca abrangeu discussões relacionadas ao acompanhamento e fiscalização da atividade na região da APAMLN em que foram citadas ações para o credenciamento e

licenciamento de embarcações e pescadores, definição quanto aos tipos de rede permitidos para a atividade pesqueira na região do Litoral Norte; definição de áreas de exclusão de pesca, período de duração do Defeso e sua adaptabilidade e conformidade com as condições ambientais locais. Quanto a estes aspectos, mencionaram a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 12/2012, que dispõe sobre os critérios e padrões para ordenamento da pesca praticada com redes de emalhe, como também a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA n° 10/2011, que resolve:

Art 1- Aprovar as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitida (IN 10/2011).

O tema pesca ainda mereceu atenção por parte dos conselheiros em relação às discussões e intensos debates envolvendo a técnica de pesca denominada “Cercos Flutuantes”. Esta técnica tradicional é bastante utilizada pela população caiçara e difundida na região, tendo sido herdada dos primeiros imigrantes japoneses que habitaram a região do litoral norte no início do século XX e não se enquadrava a nenhuma norma de atividade pesqueira. Assim sendo, houve a mobilização por parte das colônias de pescadores artesanais junto ao conselho para o reconhecimento desta técnica de pesca para sua adaptação às Instruções Normativas. Os esforços deste trabalho foram sintetizados na Resolução SMA n° 78/2016 do Estado de São Paulo que regulamentou atividade.

Os grandes projetos e empreendimentos (Pré Sal e Ampliação do Porto de São Sebastião), de cunho estatal embora mencionado no contexto da APAMLN, não apareceram no contexto da APASM. Vale destacar que, no caso da APAMLN, não foram detalhados os possíveis impactos previstos por essas obras nas entrevistas. Apenas há preocupação quanto ao atendimento da legislação e das compensações ambientais previstas para a execução dos projetos

A necessidade de renovação do conselho e seu regimento interno foram temas lembrados por 50% dos entrevistados do conselho da APASM devido ao tempo dispendido nas reuniões para se solucionar os problemas relacionados a estes temas. Destaca-se que a penalização dos conselheiros e instituições participantes prevista no regimento interno praticamente inviabilizava a possibilidade de renovação do conselho. Desta forma, houve a modificação no regimento interno tornando-o mais flexível quanto à questão da assiduidade dos conselheiros nas reuniões. Esta ação conforme os depoimentos dos entrevistados E17, E22, E26 e E28 (APASM) possibilitou a renovação parcial do conselho em março de 2017, não causando prejuízos as atividades em andamento.

O depoimento do entrevistado E29 (APASM) apontou sobre a importância das conexões que devem existir entre o plano de manejo e a fiscalização ambiental. Segundo o entrevistado, a ausência de um plano de manejo aliado à falta de informações acerca da legislação ambiental possibilita o acontecimento de algumas situações contraditórias provocadas por gestores municipais. Estas situações ocorrem devido à falta de informação, normatização e fiscalização em nível local, permitindo que os gestores municipais tomem decisões equivocadas ao permitirem a execução de obras em áreas não autorizadas pela administração da UC. Como exemplo desta situação, o entrevistado citou a liberação de terrenos para a construção de casas e loteamentos.

As questões 2.2 e 2.3 buscaram identificar e compreender, dentre os assuntos debatidos, qual(is) o conselho encontrou maior dificuldade para discutir e qual(is) o(s) possível(is) motivos para estas dificuldades. Estas questões foram analisadas em conjunto para a construção das Árvores de Problemas (Figuras 28 e 29). As causas identificadas nas respostas dos entrevistados de ambas as áreas foram ordenadas e organizadas conforme a análise do conteúdo. Em relação aos efeitos esperados, estes foram elaborados com base no conjunto de causas identificadas na questão 2.3.



Figura 28: Dificuldades enfrentadas pelos conselheiros da APAMLN para discussão dos principais assuntos com suas causas e efeitos.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

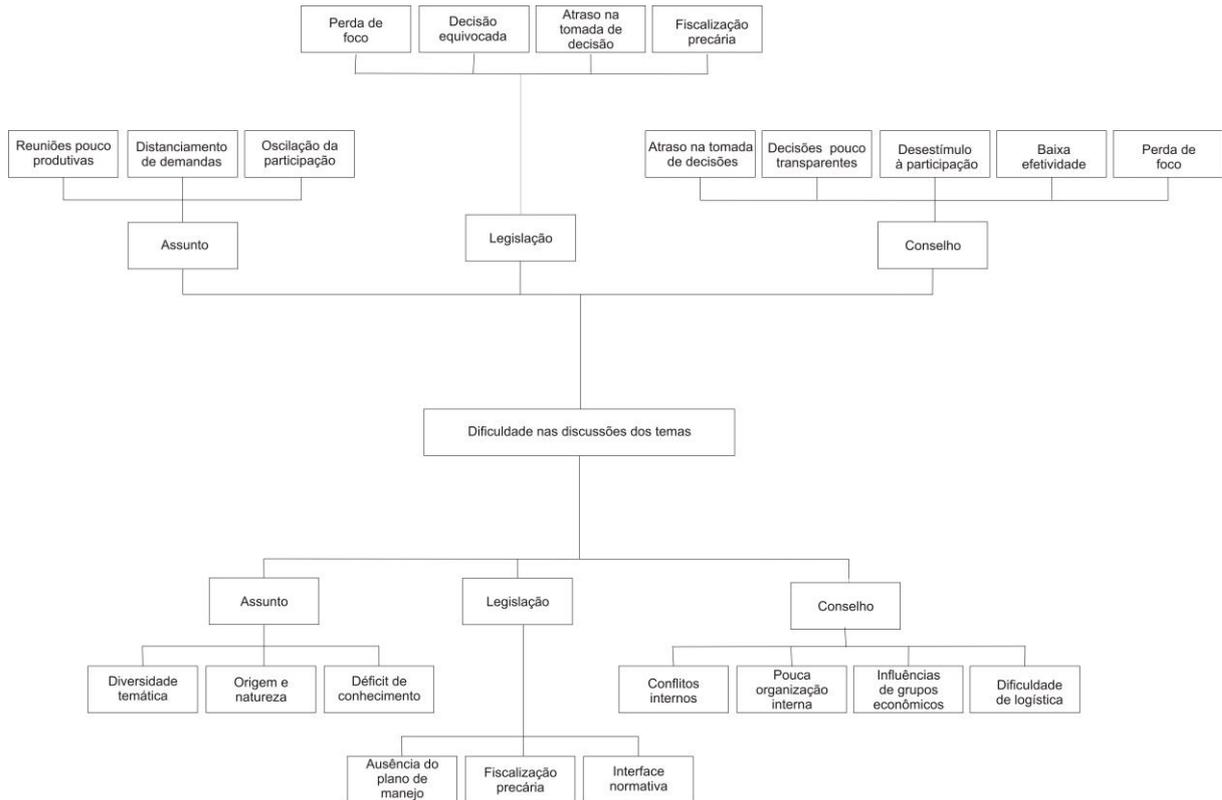


Figura 29: Dificuldades enfrentadas pelos conselheiros da APASM para as discussões dos temas com suas causas e efeitos.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os entrevistados de ambos os conselhos exprimiram as principais causas de dificuldades enfrentadas pelos conselheiros para as discussões dos assuntos que apontaram. O conjunto de causas atribuídas pelos entrevistados para a dificuldade no debate dos principais temas em pauta de seus respectivos conselhos foi organizado em dois grupos comuns e no caso do conselho da APASM foi adicionado um terceiro grupo.

As respostas tanto de entrevistados da APAMLN como da APASM tinham relação com dois grandes grupos temáticos: a) os próprios assuntos discutidos pelo conselho, compreendendo sua origem e natureza, diversidade e o déficit de conhecimento existente e b) respostas relacionadas às ações dos atores sociais no conselho. Ao se considerar estes grupos causais foi possível observar que, embora os entrevistados de ambos os conselhos tenham identificado o grupo (Assuntos) como um agente causal importante na dificuldade para as discussões e os elementos associados a ele, esta distinção se mostrou mais pronunciada e clara nos depoimentos dos entrevistados da APAMLN.

As causas associadas aos membros dos conselhos têm origens em fatores internos e externos aos mesmos. Dentre os fatores externos, foram identificadas as ingerências de ordem política e influências de grupos econômicos em ambos os conselhos. Já dentre os fatores

internos identificados, vale ressaltar que a inclusão de novos atores sociais no âmbito do conselho provoca o retardamento na discussão dos principais assuntos como lembrou o entrevistado E14 (APAMLN). Este acréscimo de novos atores sociais traz consigo novas possibilidades de opiniões divergentes, possíveis conflitos e descompasso nas discussões já em andamento, podendo ou não alterar pautas das agendas dos atores sociais. Embora tenha sido relatada pelo E14 (APAMLN), esta situação também foi observada no contexto do CONAPAM, devido às constates mudanças dos conselheiros vinculados ao poder público municipal.

Ao se considerar as respostas dos entrevistados de ambas as áreas referentes ao grupo causal sobre os conselhos, foram observadas semelhanças quanto à dificuldade logística, interferência de grupos econômicos e/ou políticos nos debates que pretendem defender seus interesses e a divergência de opiniões. Os entrevistados da APASM atrelaram as dificuldades de debates dos principais assuntos aos atores sociais e aos aspectos administrativos que envolvem a gestão da UC. Destaca-se que a presença de conflitos entre atores e diferentes segmentos do conselho da APASM constitui-se como elemento histórico e marcante, observado no depoimento dos entrevistados. De forma semelhante, pode-se mencionar que a desorganização administrativa do próprio conselho da APASM e de algumas entidades participantes trouxe reflexos na discussão dos assuntos em pauta, fatores que se fizeram pouco perceptíveis no contexto da APAMLN.

A interferência política, muito presente nos depoimentos dos entrevistados da APAMLN, não se mostrou pronunciada no caso da APASM. Acredita-se que esta divergência se deu devido ao fato da APASM ser administrada por um órgão da esfera federal e, desta maneira, pode ficar menos exposta às ingerências políticas locais, quando comparada à APAMLN que pertence à esfera administrativa estadual.

As dificuldades de deslocamento e apoio logístico aos conselheiros para as reuniões devido às grandes distâncias que precisam ser percorridas para que se chegue ao local da reunião foi um aspecto semelhante encontrado nas duas APAs. Este aspecto pode provocar a ausência de atores que poderiam contribuir substancialmente para o andamento dos debates de um determinado assunto. Esta situação dificulta a assiduidade nas reuniões, fato constatado principalmente no depoimento dos atores da Sociedade Civil ligados às comunidades de pescadores artesanais da APAMLN e dos representantes do poder público municipal e de associações de moradores da APASM.

A relação causal estabelecida entre os principais assuntos em pauta e as dificuldades envolvidas no debate com a legislação, foram aspectos peculiares nos depoimentos dos

entrevistados da APASM. Desta forma, identificou-se o grupo (legislação) como agente causal específico no caso da APASM. O aspecto normativo chama a atenção no caso da APASM, em relação aos entrevistados da APAMLN, devido à recorrência dos depoimentos dos entrevistados da APASM ao campo jurídico como elemento causador de dificuldades na discussão dos principais temas. As dificuldades apontadas no campo jurídico pelos entrevistados da APASM envolvem o pouco conhecimento normativo por parte de alguns conselheiros, interfaces entre as legislações relacionadas à administração da UC, falhas nos processos de fiscalização e ausência do plano de manejo.

As causas comuns de dificuldade identificadas para o debate dos principais assuntos trouxeram e ainda trazem efeitos que se manifestam nos conselhos das APAs via reuniões pouco produtivas. A baixa produtividade das reuniões deve-se às dificuldades existentes em se identificar, caracterizar, posicionar e relacionar diversos temas simultaneamente, com pouco conhecimento sobre eles em algumas situações. Pode-se dizer que essa baixa produtividade pode estar relacionada também às especificidades de cada assunto, como sua origem e natureza tornando-os, em algumas situações, polêmicos e complexos. Este cenário pode levar ao distanciamento das demandas e entre os atores sociais devido às possibilidades de conflitos causando a oscilação da participação como pode ser constatado em ambos os conselhos.

Os efeitos sentidos pelos conselhos das respectivas APAs mediante as dificuldades de debates dos principais assuntos de interesse de causas internas e/ou externas geram problemas atrelados à gestão, como o atraso no processo de tomada de decisão, baixa efetividade das ações do conselho no aumento da possibilidade de tomadas de decisões menos transparentes. No caso da APASM, os entrevistados mencionaram a constante perda de foco nas discussões pelos seus integrantes. Há que se lembrar de que estes efeitos associados à gestão relacionam-se às alterações de cenário, provocados pelo desestímulo à participação e redução da representatividade.

Os efeitos observados no contexto da APASM quanto ao grupo causal da legislação não se traduzem somente na dificuldade de debate de assuntos relacionada à perda de foco. Outros efeitos igualmente importantes podem ser esperados, tais como: atraso na tomada de decisão, decisões equivocadas e ação fiscalizadora precária. Neste sentido, as aproximações dos atores sociais envolvidos com as atividades de fiscalização junto ao conselho se fizeram fundamentais na APAMLN e não foram observadas no âmbito da APASM. Desta forma, esta ação configura-se numa contribuição que o conselho da APAMLN tem a oferecer para o conselho da APASM.

Os efeitos esperados devido às causas identificadas pelos entrevistados do CONAPAM mostram o comportamento histórico do conselho. Neste sentido, os depoimentos dos entrevistados E19, E20, E27, E28 e E30 sintetizam que o apego excessivo aos temas de maior domínio pelos conselheiros e ao aspecto jurídico causa prolongamento dos debates, prejuízos e desestímulos na participação tornando as reuniões pouco produtivas e efetivas. O cenário de apego aos temas de maior interesse por parte dos conselheiros entrelaçado aos principais assuntos em pauta no conselho, rigor burocrático e normativo, constitui-se uma característica observada somente no âmbito do CONAPAM.

A questão 2.4 buscou verificar entre os entrevistados como estes relacionavam os principais assuntos que identificaram com os campos do desenvolvimento sustentável e ainda com o aspecto participativo. A questão identificou estes campos e os associou aos níveis (Não se relaciona, Parcialmente e completamente).

Os assuntos identificados pelos entrevistados em ambas as áreas foram vinculados completamente à esfera ambiental por todos os entrevistados e parcialmente para as demais esferas do desenvolvimento sustentável (social, cultural, econômica e política). O vínculo parcial dos campos temáticos nos assuntos identificados não aconteceu em todas as situações. Estes vínculos de “parcialidade” ou “não relação” foram estabelecidos conforme a proximidade dos assuntos com os campos do desenvolvimento sustentável que se diferiram do ambiental. Quanto ao aspecto participativo os entrevistados de ambos os conselhos não conseguiram estabelecer conexões entre este aspecto com alguns assuntos.

A questão 2.5 buscou saber quais foram as opiniões dos entrevistados quanto à representatividade dos conselhos. Nesta questão, todos os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que a representatividade é satisfatória e equilibrada. No caso dos entrevistados da APASM, houve o questionamento por parte do entrevistado E17 quanto a legitimidade de alguns conselheiros. Os entrevistados E19, E26, E28 e E30 (APASM) acreditam que poderia haver um maior número de cadeiras destinadas aos segmentos de associações de moradores de bairros, comunidades e o meio ambiente.

A questão 2.5.1 explorou as opiniões dos membros do conselho no que se refere às possíveis diferenças de engajamento, organização interna e participação entre os conselheiros oriundos do poder público e da sociedade civil. Os entrevistados de ambos os conselhos foram unânimes ao afirmarem que existem diferenças de engajamento, organização interna e de participação conforme a origem dos conselheiros. Percebeu-se que os atores da sociedade civil são mais ativos e empenhados e se comprometem mais em ambas as APAs, com destaque para as ONGs, entidades de Classe e Instituições de Pesquisa (APAMLN). No caso

dos atores públicos, estes possuem maior apoio logístico e institucional para a participação. Entretanto, o maior engajamento e participação destes atores podem ser percebidos conforme sua maior proximidade com a UC, conforme pode ser constatado nos depoimentos dos entrevistados das duas APAs.

As diferenças de interesse, engajamento, e participação, de acordo com os entrevistados de ambos os conselhos, se reduzem conforme se avança na estrutura administrativa do Estado (municipal, estadual e federal), havendo muita dificuldade principalmente por parte do poder público municipal em manter seus conselheiros devido à alta rotatividade de seus funcionários. Este cenário característico foi percebido com maior clareza no contexto da APAMLN. Já no âmbito do conselho da APASM, há outra realidade pelo fato do órgão gestor pertencer à Administração pública Federal. Observou-se, no contexto da APASM, o pouco interesse do poder público municipal em participar de reuniões e eventos, fato não observado na região da APAMLN.

O entrevistado E12 (APAMLN) e E24 (APASM) mencionaram que as diferenças de participação e engajamento entre os atores sociais, conforme as origens residem no descompasso existente entre o período cronológico de aceitação das ideias, discussões, reflexões e proposição de soluções pela comunidade e o tempo relacionado às tomadas de decisão estabelecidas pelos órgãos estatais. Este cenário foi perfeitamente descrito por estes entrevistados representantes dos segmentos comunitários de seus respectivos conselhos.

As diferenças de organização interna foram lembradas pelos entrevistados de ambas as APAs ao mencionarem que os representantes do poder público já dispõem de uma infraestrutura (logística e financeira) mais adequada, que facilita a presença dos mesmos nas reuniões e nas atividades do conselho, e que estes representantes estão preocupados apenas em defender os interesses do Estado, como lembraram os entrevistados E4 (APAMLN), E27 e E30 (APASM). Cenário diferente ocorre com os representantes da sociedade civil de ambas as APAs, que precisam utilizar de recursos próprios e se fazem presentes motivados pela conquista e/ou manutenção de seus direitos. Ainda foi mencionado que o fato de os atores do poder público possuírem um maior conhecimento técnico em relação aos assuntos discutidos pode ser considerado um diferencial para maior ascendência que estes têm em relação aos conselheiros da sociedade civil, observação destacada principalmente pelos entrevistados da APAMLN.

Os entrevistados E11, E19 (APAMLN), E20, E26 e E28 (APASM) mencionaram que a principal diferença é que os órgãos públicos pouco participam e quem participa de forma efetiva é a sociedade civil. Desta resposta, pode-se verificar que os atores oriundos do Poder

Público costumam ampliar a frequência da participação conforme o andamento dos assuntos e temas de maior interesse por parte do Estado, participando das votações muitas vezes de forma organizada e “combinada”, para que não haja prejuízos aos interesses defendidos por este segmento. Destaca-se também que a presença dos conselheiros do poder público no conselho é vinculada às atividades de rotina de trabalho dos profissionais deste setor, enquanto os representantes da sociedade civil são motivados pela busca de resolução de demandas coletivas.

A questão 2.5.2 buscou obter respostas por parte dos entrevistados sobre as opiniões quanto ao engajamento e participação que tinham acerca das comunidades não representadas no conselho.

As respostas obtidas para a questão 2.5.2 no conselho da APASM foram muito semelhantes àquelas encontradas nos depoimentos da APAMLN. Pôde-se notar que o tempo de experiência dos entrevistados de ambos os conselhos proporcionou conhecimento para que respondessem e opinassem a respeito do comportamento da participação das comunidades que possuem representação no conselho e daquelas que não possuem.

A participação comunitária nos conselhos das APAs é muito variável e pontual conforme as opiniões dos entrevistados de ambos os conselhos. Esta somente atingiu maiores patamares conforme o maior grau de interesse destes segmentos comunitários. Estes interesses, no caso das comunidades de pescadores tradicionais da APAMLN, encontram-se principalmente no campo econômico, pois as decisões normativas e de implantação de grandes empreendimentos estatais apresentam impactos diretos nas atividades pesqueiras. No caso da APASM o principal impacto na participação comunitária percebido pelos entrevistados E20, E21, E22 e E26 deveu-se às intensas discussões ocorridas em 2009 e 2010 com relação à possibilidade não concretizada de criação da UC de proteção integral do Parque Nacional Altos da Mantiqueira, em que inúmeros produtores rurais se sentiram ameaçados com a possibilidade de desapropriação de suas propriedades. O entrevistado E10 da APAMLN mencionou a importância da ampliação de ações de divulgação quanto aos temas discutidos no conselho e a necessidade de se criar mecanismos que estimulem e cobrem a participação e a presença das comunidades.

O entrevistado E11 (APAMLN) destacou que a participação e engajamento comunitário está muito relacionada à figura do representante de uma determinada instituição, e suas características (capacidade de motivação, poder de articulação, desenvoltura e dinamismo). Esta importante contribuição não foi observada nos depoimentos dos entrevistados da APASM. Entretanto, os depoimentos dos entrevistados E28 e E30 da

representação da sociedade civil da APASM enfatizaram a falta de consciência de agricultores familiares e produtores rurais quanto ao protagonismo que podem exercer no contexto do território da APASM e os desdobramentos causados pela falta de organização destes atores.

O entrevistado E16 (APAMLN) destacou que, embora o conselho tenha feito ações da aproximação com comunidades sem representação, existe a necessidade em se trabalhar a organização social das comunidades, no sentido de prestar-lhes maiores informações e conhecimento sobre os espaços participativos e realizar uma maior aproximação com as escolas locais. No CONAPAM, o depoimento do entrevistado E28 destacou a importância do trabalho desenvolvido pela CT de comunicação como instrumento de apoio e estímulo para a organização comunitária, divulgação de informações e atividades que busquem a aproximação com as comunidades.

A questão 2.5.3 discorreu sobre quais ações poderão ser criadas, desenvolvidas e/ou aprimoradas para a melhoria da participação e organização comunitária.

As ações descritas pelos entrevistados de ambas as áreas envolvem um conjunto de atividades que devem integrar a participação dos representantes dos conselhos e da comunidade como um todo nos respectivos territórios das APAs. Estas ações requerem primordialmente a criação e/ou a melhoria de canais de comunicação existentes entre os conselhos e suas respectivas comunidades, com o objetivo de obter ampliação da mobilização através de programas de incentivo e fomento a participação e organização comunitária estabelecidos por parcerias entre os conselhos e seus parceiros em ambas as áreas. Neste sentido, seriam importantes ações mais focadas junto às comunidades, como reuniões itinerantes, promoção de atividades que contenham a participação dos órgãos ambientais de fiscalização que proporcionem o maior esclarecimento de suas atividades junto à população (principalmente no território da APASM) e ainda provoquem a melhoria da escuta ativa pelos conselhos, estreitando relações e encurtando distâncias e ainda propiciando um maior dinamismo à gestão participativa em ambos territórios.

As diferenças entre intenção e ação em melhoria da participação e organização comunitária foi algo marcante no contexto dos entrevistados de ambas as áreas. Percebeu-se que embora tenham ocorrido esforços para a realização de reuniões itinerantes e diagnósticos junto às diversas comunidades presentes em ambas as APAs para a elaboração do plano de manejo, o conselho consultivo da APAMLN apresentou uma maior proximidade com a comunidade. Esta proximidade ocorreu devido ao fato da administração da APA junto ao conselho, já ter desenvolvido ações de sensibilização junto aos moradores, pescadores e turistas da APAMLN quanto à importância da prevenção e fiscalização das principais

atividades econômicas desenvolvidas no território. No contexto da APASM embora exista a intenção em se promover atividades no mesmo sentido, as articulações e ações de conscientização para prevenção e fiscalização das principais atividades econômicas desenvolvidas praticamente inexistem.

Os entrevistados E1, E10; E11, E12, da APAMLN e E23, E24 e E28 da APASM citaram a necessidade e importância em se promover capacitação de seus conselheiros. Entretanto, o entrevistado E11 (APAMLN), representante do setor ambientalista, trouxe contribuições significativas ao relatar suas experiências. De acordo com sua resposta:

Capacitações constituem-se como uma importante ferramenta para a melhoria da participação, no entanto, pode haver um grande prejuízo a partir do momento em que o conselheiro abandona ou deixa o conselho. As melhorias na participação podem acontecer mediante a maior aproximação entre os atores que atuam num âmbito mais local (experiências vivenciadas por mim neste sentido, tanto como conselheiro como gestor, dão conta que isso é possível e muito positivo) e com o estímulo a participação ampliando-se o poder de tomada de decisão por parte dos conselhos, independentemente de sua configuração jurídica (consultivo ou deliberativo) destinando-se parte dos recursos financeiros destinados à gestão da UC, para o atendimento as demandas coletivas definidas anualmente pelos conselheiros, desta forma, há uma maior motivação para a continuidade de atuação dos atores sociais em ações em prol da UC.

Ainda, o entrevistado E16 (APAMLN) relatou as dificuldades em se formar novas lideranças para atuação no conselho e que as capacitações poderiam auxiliar neste processo.

O entrevistado E16 mencionou a necessidade da capacitação para os membros do conselho e dos líderes comunitários com o apoio logístico e financeiro necessário. A desburocratização normativa como forma de ordenamento da participação foi lembrada por ele ao citar o avanço proporcionado pela Resolução da SMA nº 54/2016, que garante a participação de membros de povos e comunidades tradicionais residentes no interior das UCs mediante a dispensa de documentos (cópia do estatuto da entidade registrado em cartório, comprovante de localização da sede ou representação na região em que se insere a UC e a cópia a ata de constituição da atual diretoria atual).

As preocupações observadas nos depoimentos dos entrevistados da APAMLN quanto ao estímulo para participação via capacitações, formações de novas lideranças e apoio logístico e financeiro mostraram-se mais concretas e efetivas quando comparadas aos depoimentos dos entrevistados da APASM. Neste sentido, as diferenças puderam ser percebidas numa maior preocupação por parte dos conselheiros da APAMLN com aqueles conselheiros provenientes dos povos e comunidades tradicionais, que não foi observada nas entrevistas da APASM. Aliada à atenção para com a participação, constatou-se que as conquistas no campo normativo significaram um avanço para a gestão participativa da

APAMLN devido à desburocratização proporcionada, que dificultava principalmente a participação de povos e comunidades tradicionais. Iniciativas e experiências desenvolvidas pelo conselho gestor da APAMLN neste sentido poderão contribuir para avanços na aproximação os atores sociais junto às comunidades e no processo de gestão participativa no território da APASM.

O entrevistado E19 da APASM mencionou que deve haver maior conectividade entre os gestores municipais com as comunidades. Neste sentido, sugeriu que a cadeira de conselheiro suplente deverá se vinculada ao conselheiro titular de um mesmo município.

Os entrevistados E17, E26, E27 e E28 (APASM) citaram a melhoria dos canais de comunicação do conselho (*Facebook, Blog do conselho*, jornais e programas de rádio) e ressaltaram a importância das ações do CT comunicação.

O papel da CT de comunicação foi algo presente em alguns depoimentos. Sua função ainda não foi totalmente compreendida por alguns conselheiros que acreditam que tenha um papel mais voltado para o campo informativo, no sentido de transmitir as informações produzidas nos ambientes internos e externos ao conselho. O depoimento do entrevistado E28 (APASM) complementou os depoimentos dos entrevistados E20, E21 e E22 (APASM) ao informar que a CT de comunicação têm como objetivo também o auxílio na formação e aprimoramento da gestão participativa do CONAPAM.

5.1.2 Diagnostico e descrição das atividades de gestão participativa

As respostas da Seção 3 do roteiro de entrevista tinham por finalidade atender a identificação de ações de gestão participativa pelos entrevistados, procurando relacioná-las às diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, política, cultural e econômica). As impressões individuais quanto ao tema gestão participativa também foram avaliadas, contribuindo para sugestões de aprimoramento de formas de gestão participativa já existentes e a criação de novas formas.

As respostas para as impressões individuais quanto ao tema gestão participativa (questão 3.1) foram analisadas de forma quantitativa e ordenadas sequencialmente de 1 até 10 no eixo das ordenadas (y) e corresponderam às seguintes alternativas, sendo que poderiam assinalar mais de uma alternativa.

A frequência de cada resposta está organizada na Figura 30.

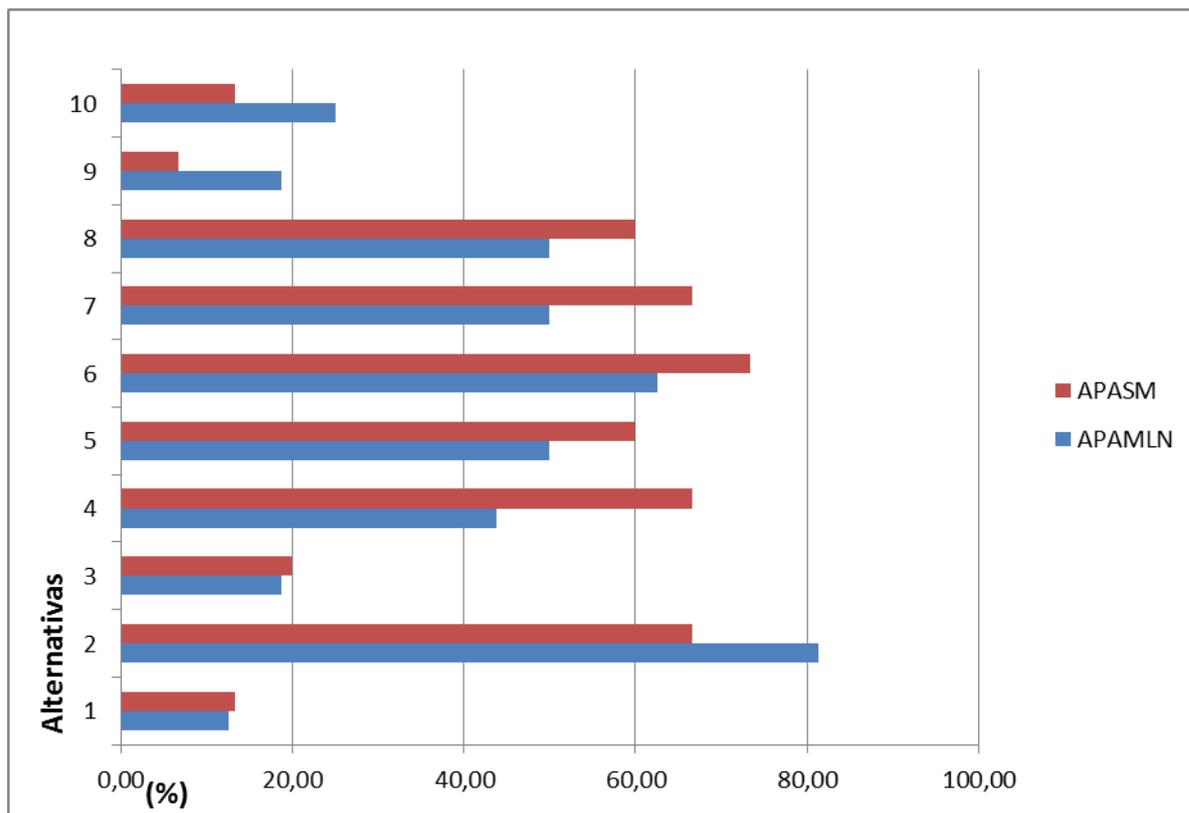


Figura 30: Impressões dos conselheiros sobre o tema gestão participativa. Sendo: (1) Presença nas reuniões e assembleias; (2) Presença em reuniões e assembleias com a manifestação de opiniões; (3) Manifestar-se independente da situação e local; (4) Presença nas assembleias e outras atividades que não envolvam necessariamente o conselho gestor; (5) Presença nas assembleias e outras atividades mesmo não sendo membro do conselho; (6) Informar-se e transmitir estas informações para os demais conselheiros e representados; (7) Investir e aprimorar as formas e infraestrutura de comunicação (Rádio, Televisão, jornais, computadores, Internet, entre outras); (8) Representação política e não partidária; (9) Representação política partidária; (10) Outros

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As alternativas 2, 6, 7 e 8 foram, respectivamente, as mais assinaladas pelos entrevistados da APAMLN. A alternativa 2 foi indicada por 81,25% dos entrevistados. A alternativa 6, foi indicada por 62,5% e a alternativa 8, foi assinalada por 50%.

As respostas para a questão 3.1 assinaladas pelos participantes da pesquisa da APASM apontaram a alternativa 6 como a mais destacada, aparecendo em 73,33% das entrevistas. As alternativas 2,4 e 7 foram lembradas por 66,67% dos entrevistados, seguida pela alternativa 8, mencionada por 60% dos participantes.

Ao se comparar as respostas encontradas para esta questão considerando-se as duas áreas estudadas, percebe-se a presença das alternativas 2, 6 e 8 como as mais citadas na APAMLN, também no grupo das alternativas mais lembradas pelos entrevistados da APASM.

As alternativas 2 e 6, que foram respectivamente as mais destacadas pelos entrevistados da APAMLN, aparecem de forma invertida nos resultados encontrados para a APASM. Neste caso, a alternativa 6 foi a mais lembrada, seguida pela alternativa 2.

A alternativa 2 aparece como a segunda opção mais lembrada no caso da APASM ao lado das alternativas 4 e 7. Este resultado reflete as diferenças de prioridades e as preocupações entre os membros de ambos os conselhos. Cabe destacar que as ações ligadas as alternativas 4 e 7 são prioritárias para os conselheiros da APASM, não somente pela posição que ocupam, mas também por não terem figurado dentre as três alternativas mais destacadas pelos entrevistados da APAMLN.

Ao se analisar os resultados encontrados para a alternativa 4, observou-se que no caso dos entrevistados da APASM, o entendimento de gestão participativa associado às atividades que não são desenvolvidas necessariamente pelo conselho é maior. Isso demonstra uma visão mais ampliada quanto aos possíveis espaços de aprendizado e exercício da participação dos membros do CONAPAM em relação aos membros do conselho da APAMLN.

O resultado da alternativa 7 encontrado para as respostas dos membros do CONAPAM foi superior ao encontrado para conselho da APAMLN. Este resultado faz sentido, se for levado em consideração que área de abrangência da APASM (27 municípios) é superior à da APAMLN (4 municípios). As peculiaridades destas regiões relacionadas às condições de vegetação, clima, relevo, de acesso da população, de implantação e aprimoramento de infraestruturas relativas às formas e meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, computadores e internet), já apresentam limitações e enfrentam dificuldades. Este contexto adquire maior proporção com a ampliação da área de abrangência (a APASM é formada por 27 municípios). Esta constatação, auxilia a compreensão da alternativa 7 figurar como uma das prioridades das ações de gestão participativa dos participantes do CONAPAM.

Cabe destacar a frequência de resposta de 7 conselheiros (43,75%) da APAMLN encontrada para as alternativas 4 e 7 que associam a gestão participativa à presença nas assembleias, outras atividades que não envolvam necessariamente o conselho gestor e ao investimento e aprimoramento das formas e infraestrutura de comunicação (rádio, televisão, jornais, computadores, internet). A importância destas alternativas terem sido lembradas por 43,75% dos entrevistados demonstra que a visão que os membros do conselho possuem sobre gestão participativa extrapola as atividades restritas à APAMLN, como reuniões e assembleias. Neste contexto, os entrevistados E2, E3 e E10, destacaram a importância do trabalho de comunicação e divulgação desenvolvido pelo conselho, para elaboração de materiais informativos e comunicados relacionados principalmente aos temas voltados para a atividade pesqueira, que aprimoraram principalmente a compreensão de normas técnicas e legislações.

Ainda, a alternativa 7 demonstra a importante conexão existente entre a gestão participativa e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) ao apontarem que melhorias nas formas e nas condições de infraestrutura dos meios de comunicação já existentes poderão auxiliar em melhorias na gestão participativa de ambos os conselhos. As respostas dos entrevistados E2, E7, E10 e E12 da APAMLN além de apontarem esta relação, destacam que as melhorias nos meios de comunicação e nas condições de infraestrutura relacionadas a eles, devem ser adaptadas a realidade local, onde destacaram a utilização do rádio como o meio de comunicação mais difundido entre os pescadores e as complexidades geográficas (ilhas isoladas, litoral recortado e serras) envolvidas na instalação da infraestrutura de suporte para as TICs.

A alternativa 8 foi a terceira mais citada pelos entrevistados de ambas as áreas e apontou que os mesmos não vinculam a participação no conselho apenas à componente de representação político-partidária.

As alternativas 9 e 10 foram mais lembradas pelos entrevistados da APAMLN do que dos entrevistados da APASM. No caso da alternativa 9, apurou-se que, respectivamente, 18,75% e 6,66% dos entrevistados da APAMLN e do CONAPAM fizeram a opção por esta alternativa. Esta superioridade encontrada no caso do conselho da APAMLN justifica-se pelas constantes ingerências políticas existentes na administração do órgão gestor que tem reflexos no comportamento do conselho.

O fato da administração da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo ter promovido substituições recentes nos cargos ligados ao órgão gestor responsável pela administração da APAMLN provocou a interrupção e o consequente atraso nos andamentos nas atividades do órgão gestor e do conselho. Esta situação, aliada aos interesses econômicos e políticos em disputa entre os representantes relacionados à pesca, atividades turísticas, esportes náuticos e esportes radicais, provocou a reação negativa por parte dos entrevistados quanto às interferências de ordem política nas ações do conselho. Este aspecto não foi significativo no caso do CONAPAM.

A alternativa 10 (outros) apontou que os entrevistados da APAMLN destacaram: a capacidade dos atores sociais em terem o poder de interferência nas decisões pelo direito à voz e ao voto, construção de outras instâncias participativas para que a sociedade civil tenha atuação indireta no conselho e melhorias nos serviços de comunicação. Os membros do CONAPAM mencionaram a participação dos conselheiros de forma virtual, maior interlocução entre comunidades, entidades participantes e prefeituras, participação efetiva nos GTs e CTs. Ressalta-se o depoimento do entrevistado E27 que destacou, de acordo com sua

experiência em várias instituições colegiadas, que o crescimento e fortalecimento da gestão participativa de um conselho ocorrem principalmente com a prática cotidiana das atividades desenvolvidas nos GTs e CTs.

A alternativa 1 chama a atenção pelo fato de 12,50% dos entrevistados da APAMLN terem associado a ideia de gestão participativa à simples presença nas reuniões e assembleias, enquanto no CONAPAM esta resposta foi assinalada por 13,33% dos entrevistados. No caso dos entrevistados da APAMLN que assinalaram a alternativa 1, percebeu-se a dificuldade que tiveram em dissociar a importância da gestão participativa da assiduidade e representação. O entrevistado E2 assinalou todas alternativas e em outro caso, o entrevistado vinculou a alternativa 1 as alternativas 6 e 8, muito relacionadas apenas somente à representação. Os entrevistados do CONAPAM que assinalaram esta alternativa conseguiram estabelecer seu vínculo com alternativas que apontam uma visão mais ampliada de gestão participativa, como as alternativas 4, 5 e 7. A igualdade nos resultados encontrados para a alternativa 1 em ambas as áreas não traduz que os conselheiros que optaram por esta alternativa tenham visões semelhantes quanto à gestão participativa. Ao se considerar as demais alternativas assinaladas pelos conselheiros, percebeu-se que a capacidade de associação por parte dos entrevistados do CONAPAM foi diferenciada, pelo fato de terem estabelecido conexões entre diferentes formas de gestão participativa, que não foram verificadas entre os entrevistados da APAMLN.

A organização e análise dos dados para se identificar as informações sobre as atividades de gestão participativa desenvolvidas pelo conselho (questão 3.4), seguiram o mesmo raciocínio da questão 3.1. No entanto, para o levantamento destas informações foram elaboradas 11 alternativas, que juntamente com as respostas dos entrevistados foram organizadas na Figura 31.

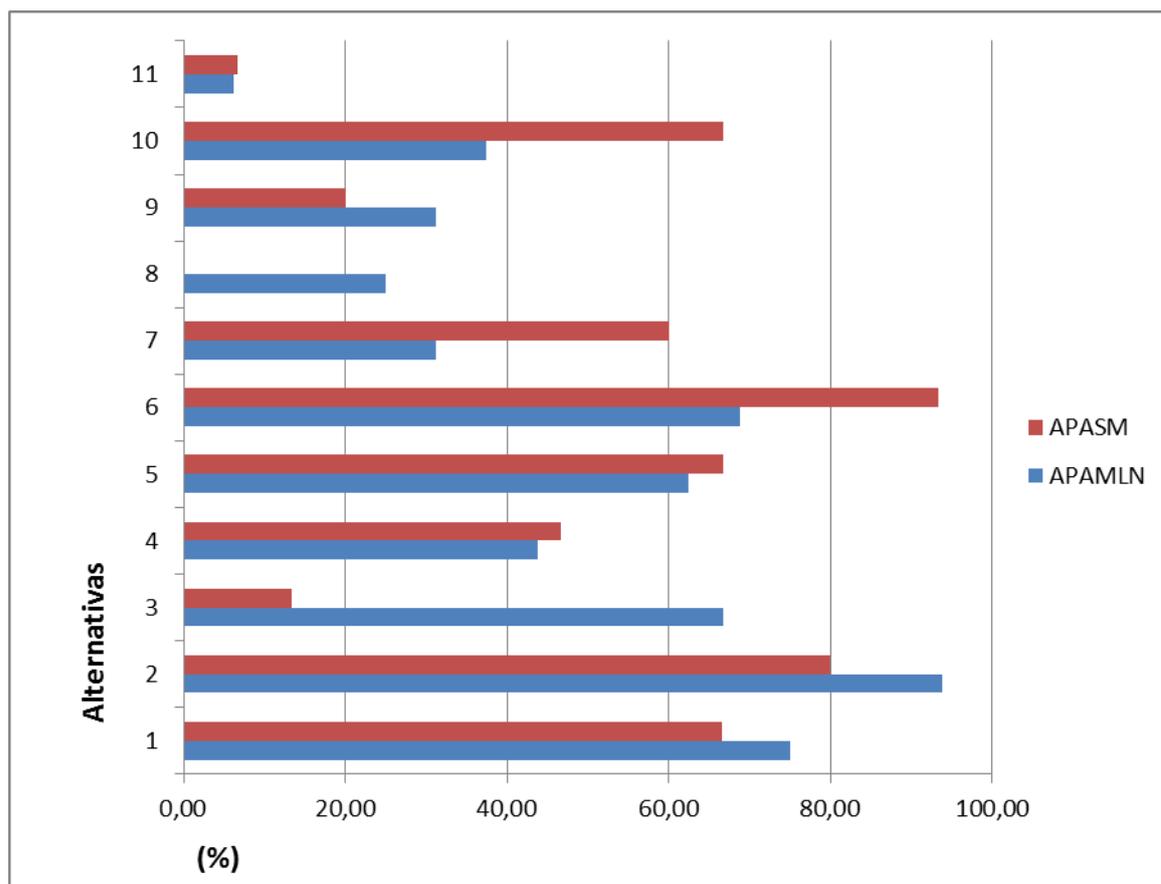


Figura 31: Atividades de Gestão participativa desenvolvidas pelos conselhos gestores. Sendo: (1) Projetos efetuados pela UC junto à comunidade; (2) Palestras efetuadas pela UC junto à comunidade; (3) Programas governamentais (ex: infraestrutura);(4) Programas de capacitação socioambiental ;(5) Contato com população do entorno; (6) Contato com os representados via membro do conselho;(7) Contato com os funcionários da UC (8) Contato com turistas; (9) Visitas à UC; (10) Educação ambiental; (11) Outros.

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

As atividades de gestão participativa mais citadas pelos entrevistados da APAMLN foram as relacionadas às alternativas 1, 2, 5 e 6. As alternativas 2 e 1 foram assinaladas respectivamente por 15 conselheiros (93,75%) e 12 conselheiros (75%) da APAMLN demonstrando a valorização e reconhecimento das ações desenvolvidas junto à comunidade pelo conselho.

No caso da APASM as atividades de gestão participativa mais citadas foram as relacionadas às alternativas 1, 2, 5, 6 e 10. As alternativas 6 e 2 foram assinaladas, respectivamente, por 93,33% e 80,00% dos entrevistados. As alternativas 1, 5 e 10 foram apontadas igualmente por 66,67% dos entrevistados.

Ao se comparar os resultados das alternativas mais lembradas pelos entrevistados de ambos os conselhos, destaca-se que a alternativa 2 citada por 93,75% entrevistados da APAMLN, figura como a segunda alternativa mais citada mencionada pelos entrevistados da APASM, representando neste caso 80% das respostas. Este resultado assinala para a

importância dada pelo conselho da APAMLN para as palestras junto a comunidade. A alternativa 1 foi assinalada por 75% dos entrevistados da APAMLN e 66,67% dos participantes da APASM, apontando de desenvolvimento de projetos junto as comunidades como segunda ação destacada pelo conselho da APAMLN e a terceira ação mais lembrada pelos conselheiros do CONAPAM.

A alternativa 6, lembrada por 93,33% dos entrevistados da APASM, demonstra a priorização e valorização de atividades de gestão participativa para os membros deste conselho relacionadas ao contato dos conselheiros com seus representados. Este fato teve um comportamento diferente no conselho da APAMLN, pois esta alternativa foi a terceira mais citada por 68,75% dos entrevistados neste caso como ação de destaque na gestão participativa.

A alternativa 1 foi a segunda opção mais lembrada pelos entrevistados da APAMLN e a terceira da APASM.

A alternativa 5 foi lembrada por 10 conselheiros (62,50%) na APAMLN e lembrada por 66,67% dos entrevistados da APASM. No entanto, a forma de gestão participativa relacionada à esta alternativa se equipara às alternativas 1 e 10 na APASM se posicionando como a terceira opção de gestão participativa mais mencionada. Já no conselho da APAMLN, a alternativa 5 aparece como a quarta opção mais citada. Vale ressaltar a relação da alternativa 5 com as alternativas 1 e 2 para ambos os casos, o que confirma a valorização das ações com a comunidades, principalmente aquelas consideradas mais distantes, principalmente no caso da APAMLN.

As ações de educação ambiental representadas pela alternativa 10 foram reconhecidas por 37,5% dos entrevistados, sendo a sétima alternativa mais citada pelos participantes da APAMLN. Já no caso da APASM, esta alternativa foi lembrada por 66,67% dos conselheiros da APASM sendo a terceira opção mais citada. Esta diferença de prioridade observada se deve ao fato das ações de educação ambiental presentes no território da APAMLN não serem desenvolvidas somente pelo conselho e seu órgão gestor. Os diversos atores presentes no território da APAMLN já desenvolvem ações de educação ambiental há muito tempo de forma isolada ou em parcerias, objetivando principalmente o apoio aos programas de compensação ambiental na região. Este cenário faz com que ações voltadas para a educação ambiental não tenham prioridade, pois já estão consolidadas.

A importância dada às ações de educação ambiental pelos entrevistados da APASM deve-se à carência de atividades neste sentido. As atividades desenvolvidas ficam restritas a ações pontuais do órgão gestor apenas em regiões muito próximas de sua sede administrativa, conforme o depoimento dos entrevistados E17, E20, E21, E22 e E27. Diante deste cenário

torna-se necessária a criação de atividades voltadas para a educação ambiental e a expansão das já existentes para todo o território da APASM.

A alternativa 3 comportou-se de maneira mais pronunciada no território da APAMLN do que na APASM, sendo citada por 66,67% dos entrevistados e por 13,33% dos entrevistados da APASM. Esta diferença se deve ao fato, da região da APAMLN estar mais exposta a obras e grandes empreendimentos estatais em comparação à região da APASM.

As alternativas 7, 8 e 9 foram alternativas menos lembradas pelos entrevistados da APAMLN, todavia tiveram um comportamento diferente entre os entrevistados da APASM (referem-se ao contato com os funcionários da UC, com turistas e o estímulo às visitas à UC). Neste caso, a alternativa 7 foi destacada por 60% dos entrevistados da APASM e 31,25% dos entrevistados da APAMLN. O contato com os turistas (alternativa 8) foi uma forma de gestão participativa pouco identificada pelos entrevistados do conselho da APAMLN e que não foi citada pelos entrevistados da APASM. Neste sentido, merece atenção do conselho dada a destacada importância das atividades turísticas desenvolvidas em ambas regiões que apresentam impactos diretos tanto ambientais quanto socioeconômicos.

O estímulo para o desenvolvimento de atividades e ações em prol da gestão participativa no conselho pode acontecer através da ampliação do contato com os funcionários das UC's (alternativa 7) ou através de visitas (alternativa 9). As ações transcritas nestas alternativas configuram-se como iniciativas de aproximação entre o conselho, órgão gestor e a população das APAs, vinculadas às formas de divulgação das UC's. Em relação a estas alternativas, destaca-se a importância dada pelo CONAPAM ao contato com os funcionários, em relação ao estímulo à visitação. Na APAMLN, ações que estabeleçam conexões entre a visitação no território e a gestão participativa poderão se configurar de forma mais rápida e prática quando comparadas àquelas desenvolvidas no âmbito da APASM. Esta diferenciação ocorre pela localização da APAMLN e devido à intensa atividade turística já consolidada. Desta maneira, a necessidade de seu conselho gestor em empreender esforços para o contato com os turistas, torna-se menor quando comparada a APASM, cujo território apresenta atividade turística ainda em consolidação.

A escassez de recursos humanos, materiais e financeiros de ordem administrativa constituem uma dificuldade em comum nas APAs, por limitarem as atividades e ações do órgão gestor e do conselho.

Após a identificação das atividades de gestão participativa desenvolvidas pelo conselho, levantaram-se as informações sobre quais atividades de gestão participativa poderão

ser incorporadas ou aprimoradas as ações do conselho visando sua maior eficiência (questão 3.5).

As alternativas para esta questão bem como as respostas obtidas, foram ordenadas e apresentadas na Figura 32.

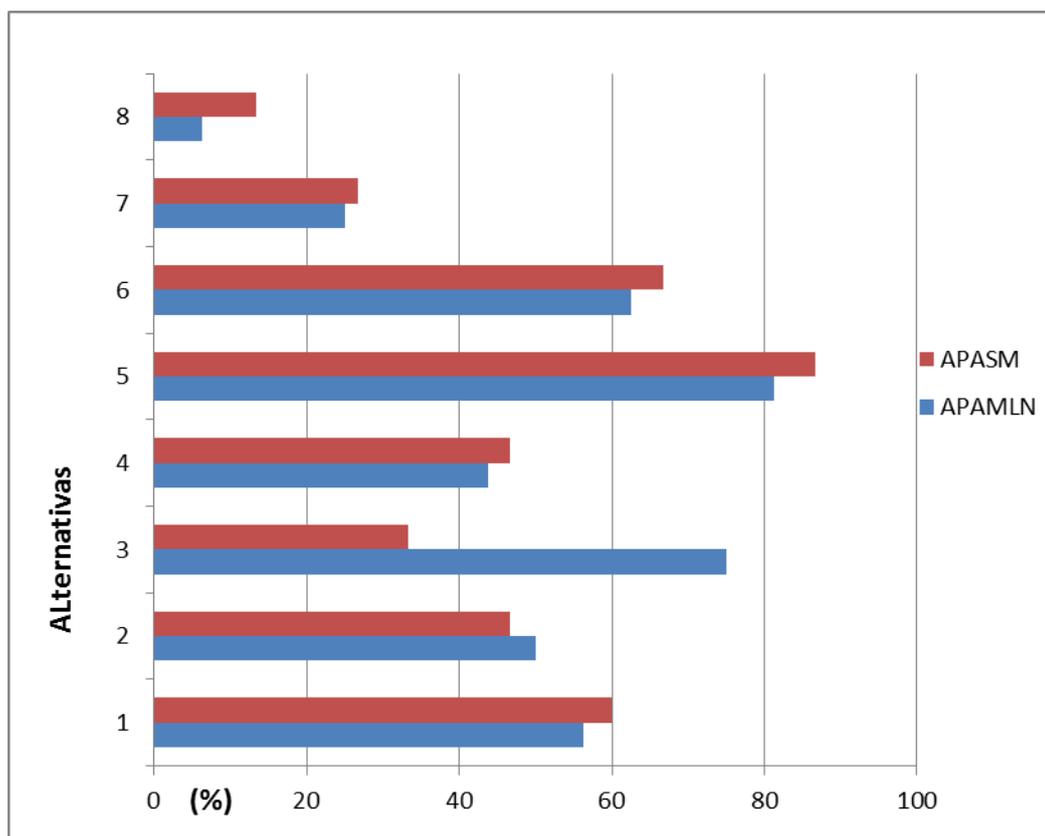


Figura 32: Atividades para aprimoramento da gestão participativa. Sendo: (1) Cursos de capacitação; (2) Palestras; (3) Fóruns de discussão; (4) Conferências temáticas; (5) Atividades com a população local e entorno (6) Melhorias das condições de infraestrutura em comunicação (Internet, computadores, entre outras); (7) Criação de câmara técnica específica para o assunto; (8) Outros.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As respostas dos conselheiros perpassaram por todas as opções destacando-se as alternativas 3, 5 e 6 para a APAMLN e 1, 5 e 6 no caso da APASM. As atividades com a população local e do entorno foram as que mais se destacaram em ambas as áreas representando 81,25% dos entrevistados da APAMLN e 86,66% dos participantes da APASM, mostrando a preocupação do conselho em ampliar e desenvolver as atividades locais com a população. Como segunda alternativa mais citada, houve uma diferenciação entre as duas áreas. Na APAMLN, a alternativa 3 foi a mais lembrada por 75% dos entrevistados, demonstrando a preocupação dos mesmos com a abertura de novos espaços de discussão, mais focalizados. Na APASM, os entrevistados deram maior destaque para a alternativa 6

demonstrando a preocupação dos conselheiros com a melhoria das tecnologias de informação e comunicação (TICs).

A alternativa 6 foi citada por 62,5% dos entrevistados da APAMLN e figura como a terceira opção mais mencionada, enquanto na APASM foi mencionada por 66,67% dos entrevistados, figurando como segunda alternativa mais lembrada. Já a alternativa 1 foi a terceira mais citada pelos entrevistados da APASM, estando presente em 60% das respostas e, no caso da APAMLN, figurou como a quarta alternativa mais lembrada, estando presente em 56,25% das respostas.

A alternativa 7 menciona a criação de uma CT voltada para as ações de gestão participativa e foi lembrada por 25% dos entrevistados da APAMLN e 26,66% dos entrevistados da APASM. O estabelecimento da CT de comunicação no conselho da APASM é um fato consolidado e que foi levado em consideração no momento da realização das entrevistas em ambas as áreas. Neste sentido, buscou-se compreender seu papel e potencial como elemento propulsor das atividades de gestão participativa do CONAPAM. Pôde-se compreender que a função desta CT é de fato, receber, organizar e repassar informações nos ambientes interno e externo ao conselho e principalmente contribuir para o aprimoramento da formação do conselheiro quanto à gestão participativa como foi destacado pelo E28. As funções da CT de comunicação foram questionadas pelos E20, E21, E22 e E24 que têm o entendimento que, conforme as atividades desenvolvidas por esta CT até o presente momento, seu papel foi mais voltado para o caráter informativo, no sentido apenas de receber, ordenar e repassar informações, do que o de desenvolvimento de ações voltadas para o aprimoramento das habilidades dos conselheiros quanto à gestão participativa. A criação desta CT foi algo que pode ser pensado no contexto do conselho da APAMLN, considerando que esta experiência já é existente no conselho da APASM.

A alternativa 8 apontou o desenvolvimento de outras ações que possam ser desenvolvidas pelo conselho para o aprimoramento da gestão. Ao se considerar a totalidade de entrevistados na APASM, 13,33% associaram estas ações a criação de planos de comunicação interna e externa e o fortalecimento de ações de educação ambiental como possibilidades de ampliação de ações em prol da gestão participativa.

Na questão 3.6, os conselheiros foram questionados quanto à compreensão da relação das atividades da gestão participativa identificadas por eles, com as dimensões do desenvolvimento sustentável, buscando-se compreender se relacionavam estas atividades apenas pelo viés ambiental. As respostas foram organizadas conforme a Figura 33:

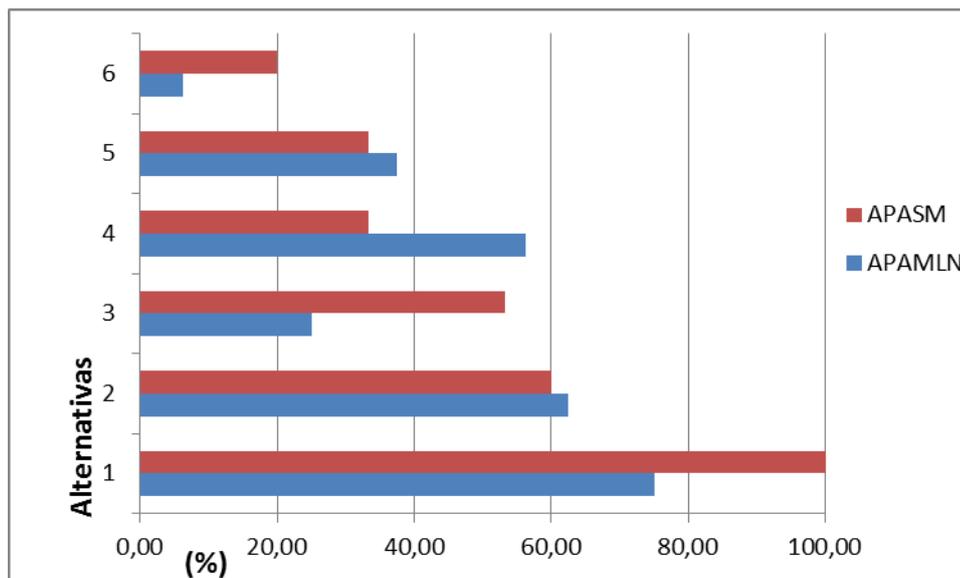


Figura 33: Relação das atividades de gestão participativa com as dimensões do desenvolvimento sustentável. Sendo: (1) Ambiental (2) Social (3) Política (4) Econômica (5) Cultural (6) Outras. Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os entrevistados de ambos os conselhos acharam difícil relacionar as atividades de gestão participativa à apenas uma alternativa prioritária. Para 75% dos entrevistados da APAMLN e 100% dos entrevistados da APASM, as atividades tem como foco principal a dimensão ambiental. A variável social foi citada por 62,5% dos entrevistados da APAMLN e por 60% da APASM. A dimensão econômica foi destacada por 56,25% dos participantes das APAMLN e por 33,3% dos entrevistados da APASM. O destaque maior desta componente, no caso da APAMLN, deve-se ao maior número de conflitos gerados pelos diferentes interesses econômicos que surgem na região do litoral norte, quando comparados aos da região a APASM. Vale o destaque para a dimensão cultural lembrada por respectivamente 37,5% e 33,33% dos entrevistados da APAMLN e da APASM. Embora os resultados encontrados sejam próximos, a dimensão cultural ganha contornos marcantes na região da APAMLN devido à presença de comunidades de pescadores tradicionais.

Os entrevistados da APASM conseguiram estabelecer mais conexões políticas entre as ações de gestão participativa do que os entrevistados da APAMLN. No caso da APASM, esta relação foi feita por 53,33% dos participantes, ao passo que na APAMLN apenas 25% dos participantes conseguiram estabelecer esta conexão.

5.1.3 Averiguação dos momentos de utilização das metodologias participativas

Na Seção 4, os dados obtidos através da aplicação de questões qualitativas permitiram a identificação das técnicas participativas já utilizadas pelos entrevistados, momentos em que foram adotadas tanto em atividades de ambos os conselhos estudados ou em atividades desenvolvidas por outras instituições participativas das quais participam ou já participaram.

A questão 4.1 referiu-se ao conhecimento das técnicas e metodologias participativas por parte dos entrevistados. As respostas para esta questão no CONAPAM demonstraram que todos os entrevistados afirmaram conhecer as técnicas e metodologias participativas. No caso dos entrevistados da APAMLN, houve apenas uma situação em que o entrevistado afirmou desconhecer essas técnicas e metodologias. É importante destacar que a inserção, iniciativa de utilização e mediação de discussões envolvendo as metodologias participativas e seu conjunto de técnicas, encontra-se relacionado aos funcionários do órgão gestor e/ou a mediadores externos contratados para a elaboração do plano de manejo.

O entrevistado E1 (APAMLN) afirmou não conhecer estas técnicas pelo fato de ignorar sua base metodológica e pedagógica, alegando não ter condições de identificá-las. No entanto, após breve explicação sobre o tema, conseguiu identificar situações em que interagiu com as mesmas. Também houve um caso em que um conselheiro da APAMLN afirmou conhecer as técnicas, mas, no entanto não participou de nenhuma atividade junto ao conselho, em que estas técnicas foram aplicadas. Coincidentemente, este foi o conselheiro entrevistado com menor tempo de experiência no conselho da APAMLN (seis meses). Esta situação ilustra a preocupação do COTEC ao autorizar a pesquisa e estabelecer o recorte temporal da Gestão (2015/2017), alegando que, com a nova eleição prevista para março de 2017, haveria a maior possibilidade de não se encontrar conselheiros que tiveram contato com as técnicas participativas.

As questões 4.2 até 4.6 tiveram como objetivos a identificação do conjunto de técnicas/metodologias participativas que os entrevistados conheciam, assim como a identificação de espaços externos (instituições colegiadas, associações e outros conselhos) aos conselhos gestores das respectivas APAs, onde houve a utilização das técnicas/metodologias participativas com a participação ou não dos entrevistados. As respostas referentes a estas questões foram também agrupadas e organizadas separadamente para cada uma das APAs, e se encontram nos Quadros 5 (pág. 132) e 6 (p. 133) para os resultados encontrados respectivamente na APAMLN e APASM.

Em relação à Questão 4.4, as respostas obtidas quanto aos objetivos de aplicação e atividades em que foram utilizadas as técnicas participativas, os entrevistados focalizaram principalmente o atendimento das demandas para a elaboração do Plano de Manejo, contexto em que foi destacada a necessidade de um diagnóstico elaborado junto às comunidades residentes na APAMLN e na APASM e, para tanto, foram realizadas várias reuniões e oficinas locais onde foram utilizadas as técnicas participativas. No contexto da APASM, observou-se que as técnicas participativas também serviram para atender aos propósitos de outros espaços de participação como a elaboração do plano de comunicação do Mosaico da Mantiqueira, elaboração do plano de diagnóstico de CBH – Paraíba do Sul e na elaboração do plano de gestão da APA da Serrinha/RJ.

As respostas para questão 4.5 comprovaram que, à exceção de um entrevistado da APAMLN, todos os demais entrevistados desta área e da APASM já haviam utilizado as técnicas participativas em alguma atividade dos respectivos conselhos.

As respostas obtidas na questão 4.6 trouxeram informações acerca das atividades já realizadas pelos conselhos gestores de ambas as áreas, assim como os espaços dos conselhos em que as técnicas foram usadas. Uma observação merece ser feita em relação às respostas das questões 4.3 e 4.6: as respostas que se referiram aos GTs ou CTs dos próprios conselhos das APAs e em reuniões e atividades desenvolvidas em outros espaços participativos dos quais os entrevistados poderiam ou não fazer parte necessitaram ordenamento para tabulação. No intuito de se ordenar estes espaços, estabeleceu-se como critério que as reuniões ordinárias, extraordinárias e oficinas dos GTs e CTs como espaços internos dos conselhos gestores das APAs e todas as demais instâncias participativas mencionadas pelos entrevistados como ambientes externos. Desta forma, a definição dos ambientes “internos” e “externos” ao conselho gestor se refere aos espaços de participação onde as técnicas foram aplicadas. A conceituação de ambientes “externos” tratada aqui se refere às instituições citadas pelos entrevistados das APAs.

Os entrevistados da APAMLN conseguiram identificar um grupo restrito de técnicas participativas que se encontram no Quadro 5, juntamente com as informações sobre os ambientes em foram aplicadas e os objetivos de utilização.

Quadro 5: Principais técnicas e ambientes identificados no conselho da APAMLN, finalidades de utilização

Técnica Identificada	Ambiente Interno	Ambiente Externo	Objetivo
Tempestade de Ideias (<i>Brainstorming</i>)	Reuniões ordinárias e extraordinárias; GT (Araçá); GT (Plano de Manejo)	Conselho do PEIB; Conselho do Plano Gestor de Ilhabela; ICC; CBH-LN; ACIA	Delimitação espacial da área da Baía do Araçá; Diagnóstico e levantamento de demandas para o Plano de Manejo
<i>Diagrama de Veen</i>		Reunião com a CATI	Diagnóstico e levantamento de demandas junto aos pescadores artesanais
Matriz FOFA	Reuniões ordinárias e extraordinárias; GT (Plano de Manejo); GT (Araçá)	Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesca de Caraguatatuba, Secretaria de Meio Ambiente e Pesca de Caraguatatuba; PESM (Núcleo Picinguaba); Conselho de Pesca; GERCO; PAPP (Petrobrás); ACIA; ICC; CBH – LN	Planejamento de atividades internas; Diagnósticos e levantamento de demandas para o plano de manejo; Elaboração do Plano de ação do conselho rural e da Pesca;
Árvore de Problemas		CBH –LN; Secretaria Municipal da Pesca e do Meio Ambiente de Caraguatatuba.	Diagnósticos e levantamento de demandas
<i>World café</i>		Conselho do PEIB; Conselho do Plano Gestor de Ilhabela, IIS	Objetivo não especificado
Mapa Falado	Reuniões ordinárias e extraordinárias; GT (Cercos Flutuante); CT (Pesca); GT (Plano de Manejo)	CBH –LN; ACIA	Diagnóstico e levantamento de demandas do plano de manejo Levantar informações sobre o Cercos Flutuante
Mapa Verde	Reuniões ordinárias e extraordinárias; GT (Cercos Flutuante); GT (Plano de Manejo); CT (Pesca)	CBH-LN; ICC	Diagnóstico e levantamento de demandas para o plano manejo.
Método <i>Zopp</i>		Conselho do PEIB; PESM (Núcleo da São Sebastião), APA Baleia Sahy	Objetivo não especificado
5W2H		PESM (Núcleo Picinguaba);	Objetivo não especificado
Metaplan		Conselho do PEIB; Conselho do Plano Gestor de Ilhabela; IIS.	Objetivo não especificado
<i>Dragon Dreaming</i>		Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesca de Caraguatatuba, Secretaria de Meio Ambiente e Pesca de Caraguatatuba	Elaboração do Plano de ação do Conselho de desenvolvimento rural e da pesca; Organização de atividades e planejamento interno.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A identificação das técnicas participativas, ambientes e objetivos de aplicação no contexto da APASM foi realizada conforme o mesmo roteiro de entrevista estabelecido para os entrevistados do conselho da APAMLN. Os resultados foram organizados conforme a análise do conteúdo das respostas e dispostos no Quadro 6:

Quadro 6: Principais técnicas e ambientes identificados no conselho da APASM, finalidades de utilização

Técnica Identificada	Ambiente Interno	Ambiente externo	Objetivo
Tempestade de Ideias (<i>Brainstorming</i>)	Reuniões ordinárias e GT Boas Práticas.	CATI, Instituto Oikos, Conselho do Mosaico da Mantiqueira, ONG Terra Una, EMATER MG.	Plano de desenvolvimento rural regional, Etapa de diagnóstico do Plano de manejo, Planejamento Institucional, Plano de gestão.
<i>Diagrama de Veen</i>		PNI, PEPS, APA da Serrinha, CATI, Instituto Oikos, Conselho Mosaico da Mantiqueira.	Plano de desenvolvimento rural regional, Diagnósticos de Bacias Hidrográficas, Planejamento Institucional, Elaboração do Plano de Manejo
Matriz FOFA	Reuniões Ordinárias e CT (Comunicação) e GT Boas Práticas.	PNI, PEPS, PECJ, APA da Serrinha, Conselho Consultivo da FLONA Passa Quatro); Treinamento CREA/MG e FUNASA, CATI, CBH (PS), Instituto Oikos, Conselho Mosaico da Mantiqueira, Associação Amigos do Gomerl, ONG Terra Uma, EMATER MG, Instituto Nascente	Plano de desenvolvimento rural regional, Diagnóstico e elaboração do Plano de Manejo e plano de bacias hidrográficas, Planejamento Institucional; Plano de gestão, Oficina participativa em educação ambiental e comunicação.
Árvore de Problemas	Reunião ordinária.	Instituto Oikos, Conselho do Mosaico da Mantiqueira,	Diagnóstico e planejamento do plano de bacias hidrográficas e plano de manejo, Planejamento Institucional, Plano de comunicação do Mosaico,
Árvore dos Sonhos	Reunião extraordinária GT Boas Práticas	CATI, CBH (PS), Instituto Oikos, Conselho do Mosaico da Mantiqueira, ONG Terra Uma, EMATER MG.	Verificar expectativa dos novos conselheiros em relação à gestão (2017/2019) Plano de desenvolvimento rural regional, Elaboração do Plano de ação do CBH (Paraíba do Sul), Plano de comunicação do Mosaico
<i>World cafe</i>	Oficinas participativas	Instituto Oikos, Conselho do Mosaico da Mantiqueira,	Oficinas participativas para elaboração do Plano de manejo, planejamento Institucional, Plano de comunicação do Mosaico,
Mapa Falado	GT Boas Práticas	PNI, PEPS, APA da Serrinha, PECJ, Instituto Oikos, Conselho do Mosaico da Mantiqueira, ONG Terra Uma, EMATER MG.	
Linha do Tempo	Oficinas participativas		Oficinas de elaboração do Plano de Manejo.
Matriz de Hierarquização	Reunião ordinária, Oficinas de capacitação do CT (Comunicação)	Associação Amigos do Gomerl.	Planejamento anual de atividades

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As respostas das Questões 4.2 até 4.6 representadas nos Quadros 5 e 6 foram sintetizadas na Tabela 3, de forma a facilitar as discussões dos resultados encontrados para as APAs.

Tabela 3: Número de técnicas, ambientes internos e externos identificados nas APAs (APAMLN e APASM).

Conselho	Número de técnicas identificadas	Ambientes internos identificados	Ambientes externos identificados
APAMLN	(11) 6	5	10
APASM	(9) 8	4	15

(*) Considera as técnicas identificadas que não foram o foco do estudo.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A identificação imediata das técnicas participativas pela maioria dos entrevistados não foi fácil e se comportou de forma semelhante em ambas as áreas de estudo. A identificação ocorreu de maneira mais simples com os membros do setor público que lidam com estas técnicas e da mesma forma com os representantes do setor ambientalista ligados às ONGs. Já para aqueles entrevistados que não se enquadraram nas situações mencionadas, a identificação ocorreu mediante um tempo maior de explicação pelo pesquisador acerca do tema e suas possibilidades de aplicação.

O estabelecimento da comparação quanto ao número de técnicas apuradas em cada UC possibilitou a identificação e quantificação de técnicas participativas do conhecimento dos entrevistados num primeiro momento. Ao se considerar o conjunto de técnicas participativas identificadas para as respectivas APAs (Quadros 5 e 6), verificou-se que nos depoimentos dos entrevistados da APAMLN foram descritas onze técnicas participativas diferentes dentre as quais apenas seis compunham os objetivos do estudo. No âmbito do conselho da APASM, foram identificadas nove técnicas participativas distintas dentre as quais apenas uma não se caracterizava nos objetivos da pesquisa. Desta forma, o número de técnicas identificadas dentro dos objetivos do estudo foi maior entre os entrevistados da APASM que identificaram oito técnicas distintas, ao passo que os entrevistados da APAMLN identificaram cinco.

As técnicas participativas mais difundidas na APAMLN foram a Matriz FOFA e a Tempestade de Ideias (*Brainstorming*), respectivamente as mais lembradas pelos entrevistados, seguida pelos Mapas (Verdes e Falados). No entanto, pôde-se avaliar que, embora tenha se identificado o Mapa Falado e o Mapa Verde, apareceram variações na nomenclatura como Biomapas, Mapas Participativos e Mapas de Sensibilidade, que possuem também uma dinâmica fundamentada na participação dos atores sociais, com o apoio de

materiais (mapas) já confeccionados em que se coletam dados e informações junto aos atores para elaboração de um novo material, conforme o tema de interesse. As demais técnicas identificadas, Diagrama de *Veen*, Árvore de Problemas e aquelas relacionadas à Administração (*World cafe*, *Metaplan*, *5W2H*, *Método Zopp* e *Dragon Dreaming*) e gestão de empresas foram citadas pontualmente. Ressalta-se que, embora se tenha apurado o conhecimento e utilização de técnicas relacionadas à Administração, estas não compõem os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

A difusão das técnicas participativas que utilizam os mais variados tipos de mapa faz todo o sentido no contexto geográfico em que se insere a APAMLN, pois grande parte de seu território é costeiro havendo a sobreposição de atividades e interesses econômicos, sociais e políticos dos diversos atores pertencentes ao setor turístico, atividades náuticas, esportes radicais, mergulho, pesca artesanal, pesca industrial, piscicultura, indústria petrolífera e atividades portuárias.

As técnicas participativas mais difundidas na APASM foram: Matriz FOFA, Tempestade de Ideias, Árvore dos Sonhos e o Mapa Falado, presentes nos ambientes interno e externo ao CONAPAM. A identificação da Matriz FOFA em três ambientes internos do conselho da APASM e em todos os ambientes externos identificados mostrou sua ampla difusão junto aos diferentes atores sociais e instituições colegiadas relacionadas aos entrevistados.

As técnicas da Linha do Tempo e do *World cafe* foram utilizadas nas oficinas participativas de elaboração do Plano de manejo, sendo que a técnica da Linha do tempo não figurou entre as técnicas participativas utilizadas pelo conselho da APAMLN. Destaca-se ainda que as técnicas Linha do tempo e Matriz de hierarquização somente apareceram nas respostas dos entrevistados da APASM.

A utilização da técnica de Matriz de hierarquização e da Matriz FOFA identificadas na Associação Amigos do Gomerl merece destaque por diferentes motivos. O primeiro deve-se ao fato desta Matriz de hierarquização não ter figurado entre as técnicas participativas identificadas entre os entrevistados da APAMLN e o segundo a utilização das técnicas participativas no âmbito de uma associação comunitária, como forma de planejamento de suas atividades. O depoimento do entrevistado E28 (APASM) complementa as informações prestadas pelo E25 (APASM), em relação à utilização de técnicas participativas, pelo fato da instituição representada por E28 ter utilizado estas técnicas para a execução de serviços ambientais no bairro do Gomerl.

A comparação da apropriação e utilização das técnicas participativas nos ambientes internos dos conselhos apontou que, na APAMLN, a utilização destas técnicas aconteceu em reuniões ordinárias, extraordinárias, CT – Pesca, GT- Araçá, GT- Plano de Manejo e GT- Cerco Flutuante. No CONAPAM, estas técnicas estavam associadas às reuniões ordinárias, extraordinárias, oficinas de elaboração do plano de manejo, CT- Comunicação e o GT- Boas Práticas.

A constatação da aplicação de técnicas participativas nos diferentes ambientes internos dos conselhos gestores (APAMLN e APASM) não significa que seu uso seja rotineiro e de amplo domínio pelos membros do conselho, independentemente dos segmentos aos quais pertençam. Neste sentido, vale destacar que a dificuldade encontrada pelos entrevistados em identificá-las.

A análise da utilização das técnicas participativas nos ambientes internos requer zelo no momento da comparação dos resultados obtidos. Este comportamento pode ser explicado devido ao fato de se ter identificado um número de ambientes internos superior no conselho consultivo da APAMLN, isto não significa necessariamente que estas técnicas sejam mais difundidas neste conselho. Percebeu-se que houve semelhanças quanto à apropriação das técnicas nas reuniões ordinárias, extraordinárias, GTs e CTs de ambos os conselhos. As diferenças ocorreram nos GTs e nas oficinas participativas, e neste caso, deve-se considerar que no conselho da APAMLN foram identificados três GTs que adotaram metodologias participativas e no conselho consultivo da APASM apenas um. Outro aspecto que mereceu ser levado em consideração foi o momento vivenciado por cada conselho em relação ao plano de manejo. Enquanto a construção deste já se encontra finalizada e não aprovada na APAMLN, na APASM ainda encontra-se em fase de construção.

A identificação de três GTs no Conselho da APAMLN que adotam as técnicas participativas em relação à situação observada no CONAPAM quanto ao GT identificado, requer averiguações quanto à condição atual de atividade destes espaços (periodicidade de reuniões, temas debatidos e efetividade de suas ações e atividades). Estes elementos merecem destaque devido à existência destes GTs não representarem necessariamente a igualdade e regularidade de suas respectivas atividades. A não uniformidade de ações existentes entre os GTs da APAMLN e o GT do CONAPAM deve ser considerada conjuntamente com a intensidade e frequência de utilização das técnicas participativas. Neste sentido, um GT pode apresentar uma frequência superior de encontros em que exista maior intensidade de ações e atividades, mediadas por um conjunto mais amplo de técnicas participativas em maior frequência que os demais GTs.

A diferenciação entre os ambientes internos do conselho em que aconteceram as aplicações das técnicas participativas foi destacada pelo entrevistado E14 (APAMLN) o qual em seu depoimento, afirmou que pode haver diferenças na intensidade de participação dos atores sociais, conforme o contexto em que estão inseridos levando em consideração, neste caso, as reuniões do conselho gestor e as reuniões dos GTs. Segundo o relato do entrevistado, esta diferenciação no comportamento dos atores acontece devido à multiplicidade de temas e assuntos tratados no conselho, que não se repete muitas vezes nas reuniões dos GTs, pois os grupos vinculados aos GTs trabalham num campo temático mais específico, facilitando as discussões e a participação. O depoimento do entrevistado E27 (APASM) é semelhante ao do entrevistado E14 (APAMLN) que relatou a importância do exercício das técnicas participativas nos GTs e CTs como contribuição para a formação de atores sociais e o fortalecimento da gestão participativa do conselho.

A principal diferença observada ao se comparar a apropriação das técnicas participativas e a identificação de espaços de utilização por ambos os conselhos foi em relação ao número de ambientes externos identificados de utilização das técnicas. Ao se considerar estes ambientes, apurou-se que, no CONAPAM, os atores sociais entrevistados encontram-se vinculados a 15 espaços externos ao conselho e, no caso do conselho da APAMLN a 10 espaços. Este resultado demonstra que há um número maior entrevistados no CONAPAM que participam de outros ambientes externos em relação aos entrevistados da APAMLN. Destaca-se que os entrevistados E17 e E27 (APASM) relataram participar de pelo menos quatro ambientes externos e que utilizam as metodologias participativas. Da mesma maneira, os entrevistados E26 e E29 (APASM) citaram dois ambientes externos cada um.

Com exceção de um entrevistado do CONAPAM, todos os demais entrevistados deste conselho conseguiram estabelecer vínculos com pelo menos um ambiente externo entre a adoção de técnicas participativas com os ambientes externos dos quais participam ou já participaram. O que comprova a participação dos entrevistados em outras instituições colegiadas. No contexto do conselho da APAMLN, houve cinco entrevistados que não conseguiram identificar e estabelecer vínculos da utilização de técnicas participativas em ambientes externos. Tal fato pode estar relacionado à participação destes entrevistados apenas no conselho da APAMLN e ao pouco conhecimento que possuem sobre as técnicas participativas não sabendo identificá-las em ambientes externos, uma vez que a identificação das mesmas no âmbito do conselho da APAMLN fez-se difícil.

Os objetivos de utilização de técnicas e metodologias participativas visam o atendimento às necessidades e especificidades de temas discutidos nos Grupos de Trabalho -

GTs , CTs e dos planos de manejo das APAs. No caso da APAMLN, o entrevistado E1 relatou a utilização de técnicas participativas no GT Araçá, que as adotou com o objetivo de demarcar espacialmente a área da Baía do Araçá e delimitar os problemas que afetam esta área e sua região de entorno. O GT Cerco Flutuante usou as técnicas participativas com o objetivo de demarcação de áreas onde este tipo de pesca pode ser praticado. A Câmara Técnica - CT Pesca as utilizou para a demarcação de áreas permitidas ou não para atividade pesqueira, verificando sua conformidade e adequação com a legislação elaborada em âmbito nacional, e ainda constatou-se a aplicação destas técnicas para a definição de áreas de tráfego e trânsito de embarcações de turismo náutico.

A utilização das técnicas participativas nos ambientes externos ao conselho gestor da APAMLN teve por objetivo atender aos objetivos do Plano Plurianual de Desenvolvimento Rural e da Pesca (2014/2017) junto aos segmentos pesca, aquicultura e agricultura familiar, em Caraguatatuba; revisão do plano diretor de Ilhabela; elaboração da proposta de revisão do ZEE (Zoneamento Econômico e Ecológico do Litoral Norte/SP) e editais para a compensação ambiental de grandes empreendimentos da Petrobrás (Projeto Pré Sal e expansão do Porto de São Sebastião).

Os objetivos de utilização das técnicas apontados pelos entrevistados da APASM presentes no Quadro 6 (pág. 133) permitiram constatar que a utilização das técnicas participativas pelos atores sociais nos ambientes externos prestou-se para o atendimento de um número maior de atividades em relação ao observado no contexto da APAMLN.

O objetivo de utilização das técnicas participativas no território da APASM chamou atenção pelo fato de atender aos propósitos de diagnóstico e elaboração dos Planos de ação territorial vinculados aos atores sociais do CONAPAM e ao fato de servir como instrumento de gestão e planejamento de atividades. Dentro deste contexto, obtiveram-se relatos dos diagnósticos efetuados para o Plano de Desenvolvimento Rural Regional desenvolvido pela CATI e o Plano de Ação do Comitê de Bacias Hidrográficas do Paraíba do Sul. O planejamento voltado à gestão foi relatado para as atividades do Plano de Comunicação do Mosaico da Mantiqueira e o planejamento institucional do Instituto Oikos e Associação Amigos do Gomerál.

A experiência e a participação dos entrevistados de ambos os conselhos em outras instituições participativas em que as técnicas participativas foram aplicadas não garantem a replicação e difusão de técnicas já conhecidas ou a inserção de outras inéditas. A ampliação do conjunto de técnicas participativas é algo que merece ser trabalhado e desenvolvido pelos conselhos gestores de ambas as APAs para as futuras capacitações dos membros dos

conselhos e lideranças institucionais e comunitárias. Esta ampliação poderá ser realizada com a organização das contribuições de experiências adquiridas pelos entrevistados de ambas as áreas em ambientes externos aos respectivos conselhos gestores ou a contratação de serviço especializado.

O estabelecimento de relações entre o número de técnicas diferentes conhecidas por um mesmo ator e os diferentes espaços de participação ocupados por ele dentro e fora dos respectivos conselhos gestores também foi considerado. Neste sentido, ao se considerar cada técnica participativa individualmente e sua frequência nos diferentes ambientes tornou-se possível verificar sua difusão.

As Técnicas do Mapa Falado, Tempestade de Ideias e Árvore dos Sonhos foram identificadas em pelo menos cinco ambientes externos e em três ambientes do CONAPAM (Reuniões ordinárias, extraordinárias e GT Boas Práticas). Cabe também destacar que a técnica do *Diagrama de Veen* foi identificada em seis ambientes externos ao CONAPAM, não sendo utilizado em seus espaços.

A metodologias (*Metaplan*, *5W2H*, *Método Zopp*, *World café* e *Dragon Dreaming*) referentes às técnicas de administração e gestão de empresas, ao serem mencionadas pelos entrevistados da APAMLN, estavam relacionadas a um único ator social em alguns casos. Como exemplos desta situação, pode-se citar que a técnica *Dragon Dreaming* foi relatada apenas pelo entrevistado E6 (APAMLN), o *Método Zopp* foi descrito pelo entrevistado E11 (APAMLN), a técnica do *World café* foi lembrada pelo entrevistado E7 (APAMLN) e de forma semelhante a técnica *5W2H* foi citada apenas pelo entrevistado E14 (APAMLN). Esta situação não foi observada entre os entrevistados da APASM.

A conexão de uma técnica participativa a um único entrevistado ou de um conjunto de técnicas atribuídas a um mesmo ator, embora possa contribuir numericamente para a totalidade de técnicas dominadas pelo conselho da APAMLN não mostra que estas técnicas são de domínio coletivo, justamente por estarem atreladas a um único entrevistado.

A técnica do *World café* comum a ambos os conselhos quando identificada no CONAPAM esteve relacionada a um ator social e a utilização na oficina participativa do plano de manejo.

Ao se comparar o conjunto de técnicas mais citadas pelos entrevistados de ambos os conselhos, foi possível perceber que aquelas metodologias mais lembradas pelos entrevistados encontram-se associadas a um número superior de atores sociais e seus espaços externos no caso do CONAPAM. A caracterização desta situação pode ser observada ao se analisar o caso da Matriz FOFA, técnica mais lembrada pelos entrevistados de ambos os conselhos.

A Matriz FOFA foi citada por oito entrevistados da APAMLN e está relacionada a quatro ambientes internos do conselho e a nove ambientes externos. Já no caso do CONAPAM, esta técnica foi mencionada por dez entrevistados e está relacionada a quatro ambientes internos e treze ambientes externos.

A técnica da Tempestade de Ideias (*Brainstorming*) foi citada por sete entrevistados da APAMLN relacionada a quatro ambientes internos e cinco externos. No CONAPAM, esta técnica foi lembrada por nove entrevistados e relacionada a dois ambientes internos e a seis ambientes externos.

O Diagrama de *Veen* foi identificado por um entrevistado na APAMLN e por três entrevistados do CONAPAM e só foi utilizado em ambientes externos, relacionado a um ambiente no caso da APAMLN e a seis na APASM.

A técnica da Árvore de Problemas identificada em ambos os conselhos está associada aos ambientes interno e externo no CONAPAM e somente ao ambiente externo no caso da APAMLN.

O Mapa Falado apresentou um comportamento invertido nos ambientes de cada conselho. Esta técnica, no caso do CONAPAM, foi identificada em apenas um ambiente interno e está relacionada a cinco ambientes internos do conselho da APAMLN. No contexto do ambiente externo de cada conselho, foram identificados sete ambientes distintos no caso do CONAPAM e somente dois para o conselho da APAMLN.

As dificuldades de identificação e utilização das técnicas participativas foram percebidas no transcorrer dos depoimentos dos entrevistados de ambas as áreas. Embora o roteiro entrevista não tenha apresentado uma questão específica que tenha abordado este tema, notou-se que os entrevistados de ambas as UCs encontraram dificuldades para responder a questão 4.2. Conforme esta observação de campo, construíram-se as árvores de problemas para as respectivas APAs (Figuras 34 e 35).

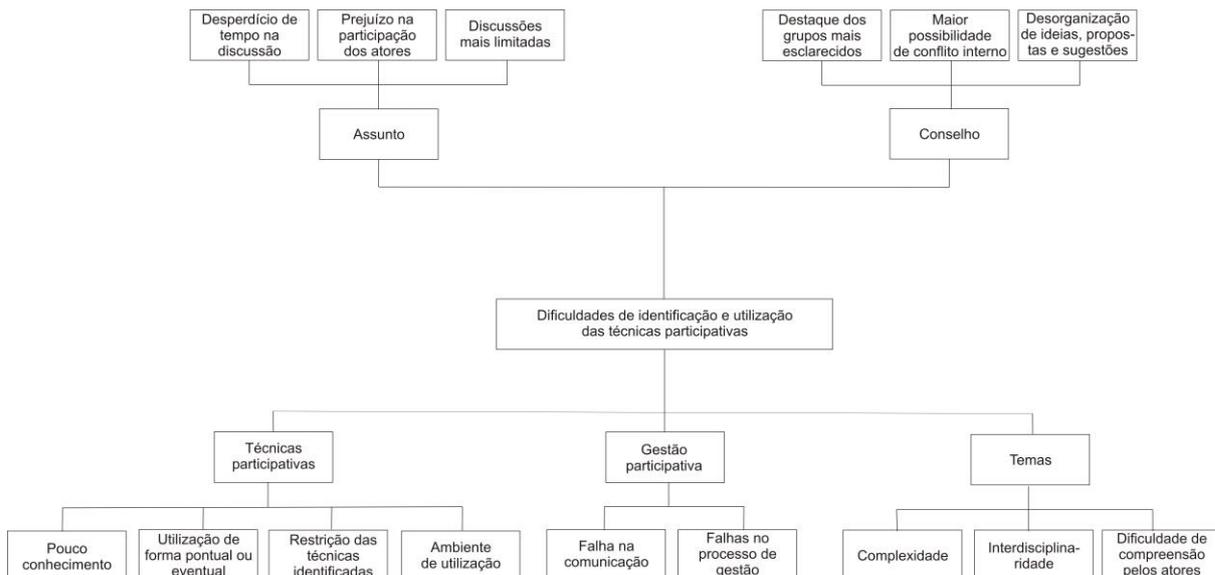


Figura 34: Árvore de Problemas considerando as dificuldades de identificação e utilização de técnicas participativas observados na APAMLN.
 Fonte: Dados da pesquisa (2017).

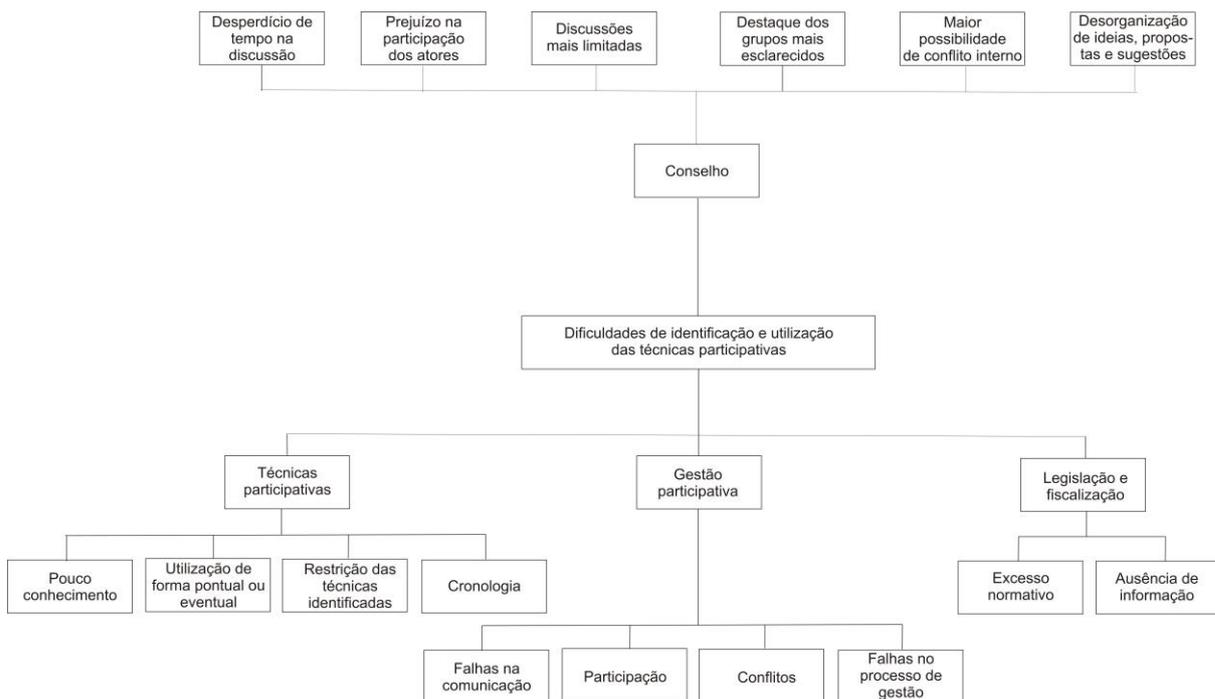


Figura 35: Árvore de Problemas considerando as dificuldades de identificação e utilização das técnicas participativas na APASM.
 Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As causas e efeitos atribuídos a estas dificuldades observados na APAMLN foram organizados e estruturados na Árvore de Problemas da Figura 34. As causas quanto às dificuldades enfrentadas pelos conselheiros na identificação e utilização das técnicas

participativas relacionam-se a três grupos: técnicas participativas; gestão participativa e temas.

A construção da Árvore de problemas (Figura 35) que levou em conta as dificuldades de identificação e utilização das técnicas participativas pelos entrevistados do CONAPAM obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para a confecção da Árvore de Problemas análoga dos entrevistados da APAMLN. As principais causas apontadas nos depoimentos dos entrevistados da APASM para as dificuldades de identificação e utilização de técnicas participativas se referem a três grandes grupos causais (técnicas participativas, gestão participativa e legislação).

O pouco conhecimento associado às técnicas participativas, sua utilização de maneira esporádica são as causas comuns a ambos os conselhos para justificarem as dificuldades de identificação e utilização das técnicas/metodologias participativas. Este pouco conhecimento observado nos depoimentos dos entrevistados não está relacionado ao completo desconhecimento das técnicas participativas, mas, à falta de conhecimento quanto à importância, aplicabilidade e finalidades de utilização para a conquista de demandas e objetivos dos conselhos e da UC. Este fato pode ser constatado em ambas as APAs e de forma mais marcante na APAMLN, quando os entrevistados associaram a utilização das técnicas participativas às conquistas do GT Cerco Flutuante e CT Pesca. As principais diferenças observadas entre os resultados obtidos entre as duas APAs referem-se à cronologia de utilização das técnicas, que no caso da APASM é mais recente. De acordo com os entrevistados E20, E21, E22, E24 e E26, (APASM), a adoção e utilização de técnicas participativas nas reuniões do conselho da APASM só se tornou prática rotineira a partir do final de 2015 com a chegada de novos servidores do órgão gestor. Segundo estes entrevistados, a utilização destas técnicas melhorou a dinâmica das reuniões do conselho. O aspecto cronológico de utilização das técnicas participativas pelo conselho da APAMLN não trouxe aos entrevistados maior capacidade de identificação, mediação e apropriação destas técnicas, como pôde ser constatado nos depoimentos dos entrevistados E1, E2, E3, E4, E8, E12 e E13 (APAMLN). Entretanto, contribuiu para que os entrevistados compreendessem que as técnicas participativas têm grande potencial de simplificação temática e construção do conhecimento coletivo.

A gestão participativa também pode ser considerada como causa para as dificuldades de utilização das técnicas participativas devido às falhas em seu processo de gestão e de transmissão das informações em ambas as APAs. Entretanto, no caso da APASM, mesmo com a instituição da CT de comunicação, a presença histórica e marcante de conflitos inibe a

participação, causa atraso nas discussões e, desta forma, torna-se um elemento complicador para o desenvolvimento de atividades que envolvam técnicas participativas.

O destaque, apego e tempo dispendidos com assuntos relacionados aos aspectos de fiscalização e de legislação também se configuraram como elementos causadores de atrasos e perda de foco, que dificultam principalmente a utilização das técnicas participativas no CONAPAM. Este fato não foi apontado pelos entrevistados da APAMLN.

A associação das dificuldades de identificação e utilização das técnicas participativas com o campo da diversidade e complexidade temática dos principais assuntos debatidos nos conselhos se fez de forma mais marcante nos depoimentos dos entrevistados da APAMLN, justificando a inclusão da categoria “assuntos” como causa para as dificuldades de identificação. O depoimento do entrevistado E16 (APAMLN) relaciona as dificuldades de identificação e utilização das técnicas participativas ao pouco conhecimento que ele e os demais membros do conselho têm em relação ao assunto e a diversidade, complexidade e interdisciplinaridade dos temas discutidos pelo conselho. No caso do CONAPAM, embora esta associação tenha ocorrido, não se mostrou pronunciada e destacada nos depoimentos dos entrevistados desta área. As conexões estabelecidas entre os temas, as técnicas participativas, público e ambientes de utilização foram lembradas pelos entrevistados de ambas as APAs. Os depoimentos dos entrevistados E11 e E14 pertencentes à APAMLN e dos entrevistados E17, E22, E26 e E28 do CONAPAM relacionam a aplicação de técnicas participativas conforme o tema, público e ambiente de utilização. Sendo este conjunto de técnicas identificadas restrito e ainda de pouco domínio pelos conselheiros. Em muitas situações, pode não haver a adequação da técnica mais apropriada ao tema e ao seu ambiente de utilização.

Os efeitos esperados devido às dificuldades de utilização das técnicas participativas quanto aos assuntos debatidos é que estes ficam sem o devido ordenamento e organização, as discussões tendem a ficar mais desordenadas e prolongadas, como foi comprovado nos depoimentos dos entrevistados E20, E21, E22, E24 e E26 da APASM e dos entrevistados E5, E6, E11 e E16 da APAMLN. Isto se amplia conforme a complexidade da temática discutida. Tal fato provoca, na maioria das situações, grande desperdício de tempo na pauta de reunião e como pode não haver o devido esclarecimento e compreensão quanto ao assunto por todos os atores sociais, a participação pode ficar inibida como foi destacado pelos entrevistados de ambos os conselhos. As discussões podem se tornar mais limitadas, uma vez que o efeito esperado de ação das técnicas participativas em facilitar a compreensão dos assuntos por todos não se faz presente.

As dificuldades de utilização das técnicas participativas provocam efeitos nos conselhos gestores de ambas as APAs que estão relacionados aos assuntos e ao conselho simultaneamente. Esta relação de causa e efeito ocorre devido à ausência e/ou pouca organização de ordenamento quanto aos temas em debate, o que dificulta a organização de ideias e proposição de solução, e desta maneira, reduz a capacidade de reflexão do conselho. Fatores foram lembrados principalmente pelos entrevistados da APAMLN. Este cenário foi observado nas duas áreas de estudo e pode gerar o domínio de grupos de atores sociais mais esclarecidos com poder de influência nas decisões, que não possuem aceitação pelos demais membros, aumentando as possibilidades de conflitos internos.

5.1.4 Verificação de possíveis contribuições advindas da utilização das metodologias para o processo de gestão participativa nas áreas estudadas

Ao serem questionados quanto às possibilidades de contribuição das técnicas participativas para a intermediação no processo de compreensão de leis, direitos, deveres, programas governamentais, respeito aos representados e atuação do conselho (questão 5.1), todos os participantes de ambas as áreas foram unânimes em acreditar nos potenciais de contribuição destas técnicas.

A questão 5.2 teve como intenção obter relatos dos conselheiros considerando suas experiências em atividades que envolvessem as técnicas participativas. Esta questão também considerou a capacidade de contribuição do conjunto de técnicas participativas para as discussões dos temas e demandas do conselho. As possibilidades de ampliação na capacidade de gestão do conselho foram citadas pelos entrevistados de ambas as APAs ao relacionarem a utilização das técnicas participativas aos temas. Neste sentido, a simplificação e ordenamento dos temas discutidos oportunizam e valorizam a participação dos atores sociais, por fomentarem a construção, compartilhamento e consolidação do conhecimento coletivo.

As respostas para esta questão na APAMLN, de acordo com o entrevistado E16, perpassaram pela simplificação, identificação, ordenamento e registro de dados e informações facilitando a fixação de conhecimento e dos assuntos discutidos no âmbito do conselho. Os entrevistados E1, E2, E3, E4, E7, E8, E9 e E14 (APAMLN) disseram que as técnicas participativas contribuem para a simplificação dos temas, a transmissão e entendimento do conhecimento compartilhado entre os atores sociais, já que proporcionam a aproximação do linguajar técnico e burocrático com o linguajar popular de mais fácil compreensão. Deve-se

destacar a capacidade de ampliação do conhecimento por parte dos atores, pois como diferentes visões acerca de um determinado assunto são expostas, ocorre uma complementariedade entre os temas, facilitando a compreensão do assunto debatido e abrindo possibilidades para novos debates.

As respostas dos entrevistados E4, E5, E6 E10 e E13 (APAMLN) para a questão 5.2 vinculam a utilização das técnicas participativas às melhorias na capacidade de entendimento dos assuntos. Tal fato possibilita aprimorar a qualidade da participação e, neste sentido, valem as contribuições dos entrevistados E4 e E5. Estes relataram que, devido ao fato das técnicas proporcionarem uma melhor compreensão quanto aos temas, novas perspectivas de debate são elaboradas, ocorrendo ampliação da capacidade de diagnóstico, formação de senso crítico e da capacidade de construção e avaliação de demandas pelos membros do conselho.

As respostas dos entrevistados do CONAPAM para a (questão 5.2) focalizaram as possibilidades de contribuição das técnicas participativas em relação aos assuntos discutidos pelo conselho considerando-se principalmente os benefícios que proporcionam quanto ao entendimento dos mais variados temas e na gestão.

As técnicas visuais inerentes às metodologias participativas na opinião dos entrevistados E17, E18, E19, E22, E26 e E30 (APASM) permitem uma simplificação quanto aos temas, possibilitando um maior ordenamento quanto às opiniões divergentes ou não.

Os entrevistados E19 e E30 (APASM) destacaram que o nivelamento de informações e conhecimento proporcionados pela adoção das técnicas participativas, possibilita uma maior inserção das comunidades e dos gestores públicos devido ao estímulo à participação. O entrevistado E23 destacou que a adoção de técnicas na rotina do CONAPAM configurou-se como uma capacitação, e ao mesmo tempo, um estímulo para a maior participação e entendimento da função do conselheiro.

Os entrevistados E21, E27 e E28 (APASM) estabeleceram vínculos da adoção das técnicas participativas às melhorias na gestão do CONAPAM e da APASM. As contribuições da utilização das técnicas participativas na gestão da APASM, observadas pelos entrevistados, relacionaram-se à capacidade de ordenamento e mediação que tiveram em assuntos polêmicos discutidos pelo conselho como, por exemplo, o Zoneamento do Plano de Manejo. Os entrevistados E21 e E28 (APASM) destacaram as contribuições das técnicas participativas como instrumentos de apoio ao processo de tomada de decisão. Neste sentido, ressaltaram a importância destas técnicas, tanto para a fase e elaboração do Plano de Manejo, como para a elaboração do plano de ação do CONAPAM.

Na questão 5.3, os resultados analisados apontaram que a apropriação destas técnicas pelos respectivos conselhos gestores proporciona vantagens quanto aos temas e assuntos discutidos pelos conselheiros, e destes com seus respectivos representados.

A possibilidade de adoção das técnicas participativas pelos conselheiros em atividades junto aos seus representados foi um panorama explorado no estudo. Neste sentido, houve dois casos na APAMLN em que os entrevistados acreditaram que a adoção de técnicas participativas junto aos seus representados não era possível. Os motivos alegados pelos entrevistados foram completamente distintos. No caso do Entrevistado E1 (APAMLN), este afirmou que não possui os conhecimentos necessários para a aplicação das técnicas e seus representados não dispõem de tempo livre e necessário para a realização de reuniões em que se possam utilizar estas técnicas. O Entrevistado E13 (APAMLN) relatou que, em sua opinião, existem dispositivos institucionais mais práticos para se estabelecer formas de comunicação entre um representante e seus representados, mencionando o caso de definições de diretorias com seus respectivos subordinados. No contexto do CONAPAM houve a compreensão por parte dos entrevistados E26, E27 e E28 quanto à possibilidade de adoção das técnicas junto aos representados. No entanto, de acordo com a visão e a rotina de trabalho destes entrevistados, a aplicação de técnicas participativas torna-se pouco necessária e significativa devido ao reduzido número de funcionários existentes nas instituições que pertencem. As respostas daqueles que acreditam que existe a possibilidade de adoção das técnicas participativas junto aos seus representados, apontaram para o aproveitamento das principais virtudes associadas a elas, já levantadas quanto ao campo temático principalmente no conselho da APAMLN. Houve respostas de forma complementar em ambos os conselhos que se referiram a aplicabilidade das técnicas participativas junto a qualquer público, pelo fato de serem democráticas, possibilitarem o compartilhamento de informações, levantamento de demandas mais próximas da realidade dos representados conferindo uma maior legitimidade nas discussões e processos de tomada de decisão.

As respostas dos entrevistados E21, E24, E29 e E30 pertencentes ao CONAPAM evidenciaram a importância de utilização de técnicas participativas como maneira de aproximação entre representante do conselho junto aos seus representados. Neste sentido, destacaram-se as observações feitas pelos entrevistados E21 e E24 ao lembrarem-se da necessidade e importância em se capacitar tanto os conselheiros quanto o público alvo para o exercício das técnicas participativas.

A utilização de técnicas participativas como prática já consolidada por membros do conselho junto aos respectivos representados foi uma situação constatada em depoimentos de

três entrevistados do conselho consultivo da APAMLN (E6, E7 e E11) e pelos entrevistados E25 e E28 do CONAPAM. Estes entrevistados são representantes do setor público, ONGs ligadas ao setor ambientalista e de uma associação de moradores de bairro. Os entrevistados E6 (APAMLN), E25 e E28 (APASM) relataram que a Matriz FOFA foi utilizada internamente nas instituições que representam para fins de planejamento e o E6 (APAMLN) destacou a necessidade de uma maior capacitação dos conselheiros e de seu público para lidarem com estas técnicas. Os entrevistados E7 e E11 (APAMLN) declararam a utilização destas técnicas e, no caso do entrevistado E11 (APAMLN), este enfatizou a importância da realização de uma reunião ou atividade em que se faça o *feedback* das demandas diagnosticadas e discutidas, proporcionando a retroalimentação e continuidade do diálogo.

Uma diferenciação deve ser feita quanto às possibilidades de adoção das técnicas pelos conselheiros junto aos seus representados. Esta possibilidade se refere à utilização em ambiente interno de cada instituição representada no conselho, diferentemente do que ocorreu nas respostas atribuídas aos entrevistados E10, E15, E17, E22, E26 (ambas as APAs) que declararam a utilização das técnicas participativas em suas atividades rotineiras, o que, no entanto, não representou sua adoção em caráter interno.

As contribuições proporcionadas pela utilização de técnicas participativas para a gestão da APAMLN foram relatadas pelos entrevistados na questão 5.4, cujas respostas relacionaram-se à melhoria da compreensão dos temas debatidos, ao estímulo e aprimoramento de formas de participação dos conselheiros as contribuições para a gestão da APAMLN. As respostas dos entrevistados do CONAPAM, no que se refere às contribuições das metodologias participativas para a Gestão da APASM, enfatizaram principalmente os avanços obtidos pela melhoria do relacionamento dos conselheiros entre si, com o Gestor da APASM e com o ICMBIO.

A resposta do entrevistado E8 (APAMLN) referiu-se ao potencial que as técnicas participativas têm de trazer novos assuntos e temas que muitas vezes são desconhecidos pelas comunidades. A resposta do entrevistado E5 (APAMLN) foi mais ampla e mostrou que as melhorias de comunicação proporcionadas pelo uso das técnicas possibilitaram uma maior capacidade de entendimento dos temas, ampliando a capacidade de discussão e reduzindo as dificuldades enfrentadas pelos diferentes atores sociais quanto à argumentação. Os entrevistados E12 e E14 (APAMLN) acreditam que a adoção das técnicas permite um melhor conhecimento da realidade local e ainda podem contribuir para o norteamento de ações do conselho. Todavia, o entrevistado E14 lembrou que a utilização das técnicas participativas pode ser empregada para discussão das oportunidades observadas conforme se apresentam os

principais temas e assuntos no contexto regional da APAMLN. As respostas dos entrevistados E1; E4; E5; E6; E10; E13, E14; E15 e E16 (APAMLN) referiram-se ao aproveitamento dos atributos de aplicação das técnicas participativas no sentido de estímulo e aprimoramento da participação para a melhoria da gestão da APAMLN. Neste contexto, cabe destacar a resposta do entrevistado E4 (APAMLN) que ressaltou a importância da participação e sua conexão à transparência nos processos de tomada de decisão e gestão da UC.

Os entrevistados E17, E18 e E20 (APASM) apontaram que a utilização de técnicas participativas no CONAPAM trouxe um maior envolvimento, empenho e entrosamento por parte dos conselheiros, devido ao reconhecimento e valorização de sua participação, ampliação da compreensão da atribuição do conselheiro. Os entrevistados E20, E21, E23, E24, E25 e E26 (APASM) mencionaram que a simplificação e ordenamento dos assuntos debatidos no conselho adquiriram uma nova configuração após a adoção das metodologias participativas de forma mais frequente. Esta mudança promoveu um novo dinamismo nas reuniões do CONAPAM e aconteceu devido à melhoria do processo de construção coletiva, reconhecimento da participação, ordenamento do tempo, foco nas ações metas, objetivos e resultados. Os depoimentos dos entrevistados E27 e E28 (APASM) referiram-se aos avanços obtidos pelo CONAPAM no âmbito de sua gestão e compromissos assumidos para com a administração do território da APASM. Neste sentido, o entrevistado E27 pontuou o potencial de contribuição das metodologias participativas voltado para o planejamento e acompanhamento de ações do conselho. O entrevistado E28 mencionou que a utilização das metodologias participativas auxiliou no acompanhamento das ações do CONAPAM e mitigação de conflitos existentes entre os atores sociais.

As observações dos entrevistados E27 e E28 destacaram-se dos demais entrevistados do CONAPAM e também do conselho consultivo da APAMLN, pois constataram e relataram o potencial e utilização das metodologias participativas para além das etapas de diagnóstico. Neste caso, observou-se sua aplicabilidade no acompanhamento e avaliação das atividades do conselho da APASM, corroborando o trabalho de Ruas *et al* (2006).

As principais causas associadas aos problemas de dificuldade de identificação e utilização das técnicas participativas pelo conselho gestor da APAMLN apresentados na Figura 34 (pág.140) geraram efeitos que foram retomados como causas para a construção da “Árvore de Oportunidades” representada esquematicamente na Figura 36. Esta “Árvore de Oportunidades” consiste numa derivação da Árvore de Problemas descrita por Geilfus (2002), Buarque (2008) e Drummond *et al.* (2009) e considera como oportunidade central o aproveitamento das técnicas participativas pelo conselho. As respostas dos entrevistados do

conselho consultivo da APAMLN quanto as contribuições proporcionadas pela utilização das técnicas participativas pelo conselho (questão 5.4) foram analisadas e representadas como efeitos na Figura 36.

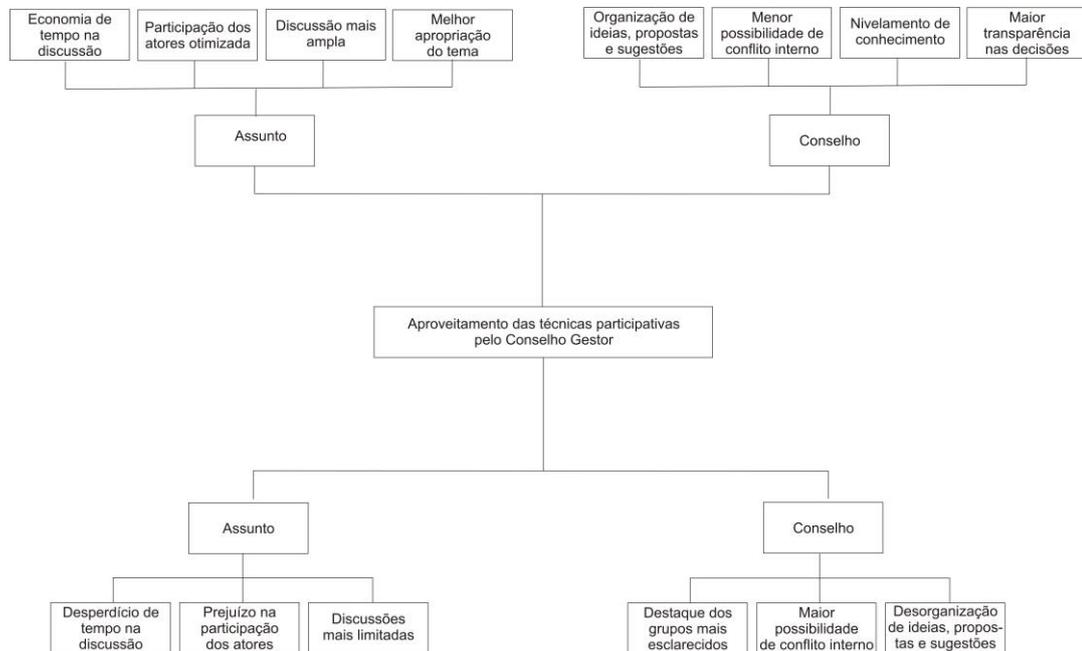


Figura 36: Árvore de Oportunidades para o aproveitamento de técnicas participativas pelo conselho da APAMLN.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

As vantagens obtidas pela utilização das técnicas participativas, quanto aos assuntos discutidos e para a gestão da UC, de acordo com as respostas dos entrevistados da APAMLN, consistem numa oportunidade de ampliação na capacidade de diagnóstico, reflexão e tomada de decisão por parte dos conselheiros, pois as discussões dos temas tornam-se mais produtivas devido às possibilidades de complementariedade entre os assuntos e de novas formas de entendimento quanto aos mesmos. Este cenário é provocado pelo estímulo, aprimoramento e ampliação das formas e comunicação e participação, com o ordenamento dos assuntos e do tempo.

Em contrapartida, na maioria das situações enfrentadas pelo conselho da APAMLN em que a utilização das técnicas participativas não se fez presente ocorreu desperdício de tempo nas discussões, gerando um prejuízo na participação dos conselheiros que, muitas vezes, não conseguiram expressar devidamente suas opiniões, tornando as discussões mais limitadas. Desta forma, não se conseguiu atingir o potencial pleno de aproveitamento de ideias e proposições. Em um contexto em que ocorre dificuldade de entendimento dos assuntos, desorganização de sugestão e proposição de ideias, pode acarretar numa maior

probabilidade de embates, em que os atores sociais pouco se entendem abrindo precedentes para a hegemonia dos grupos mais esclarecidos. Neste sentido, a adoção de técnicas participativas contribuiu para a transformação deste cenário, por permitirem através do ordenamento dos assuntos e do tempo, o nivelamento de informações e entrosamento dos atores sociais. Desta forma, presume-se a redução das possibilidades de conflitos desgastantes e desnecessários. Estas constatações corroboram com os depoimentos obtidos na APAMLN e com as contribuições sobre os principais atributos das técnicas participativas trazidos por Geilfus (2002), Ruas *et al.* (2006), Kummer (2007), Drummond *et al.* (2009) e Oliveira (2015).

O percurso metodológico estabelecido para a elaboração da Árvore de oportunidades para o aproveitamento das técnicas participativas pelo conselho gestor da APAMLN (Figura 36), também foi adotado para que se compreendesse o aproveitamento das técnicas participativas pelo conselho consultivo da APASM, representado na Figura 37. Neste caso, os efeitos observados nos depoimentos dos entrevistados do CONAPAM representados na Figura 35 se transformaram nas causas para que o conselho gestor da APASM possa aproveitar as oportunidades geradas pela aplicação das técnicas participativas.

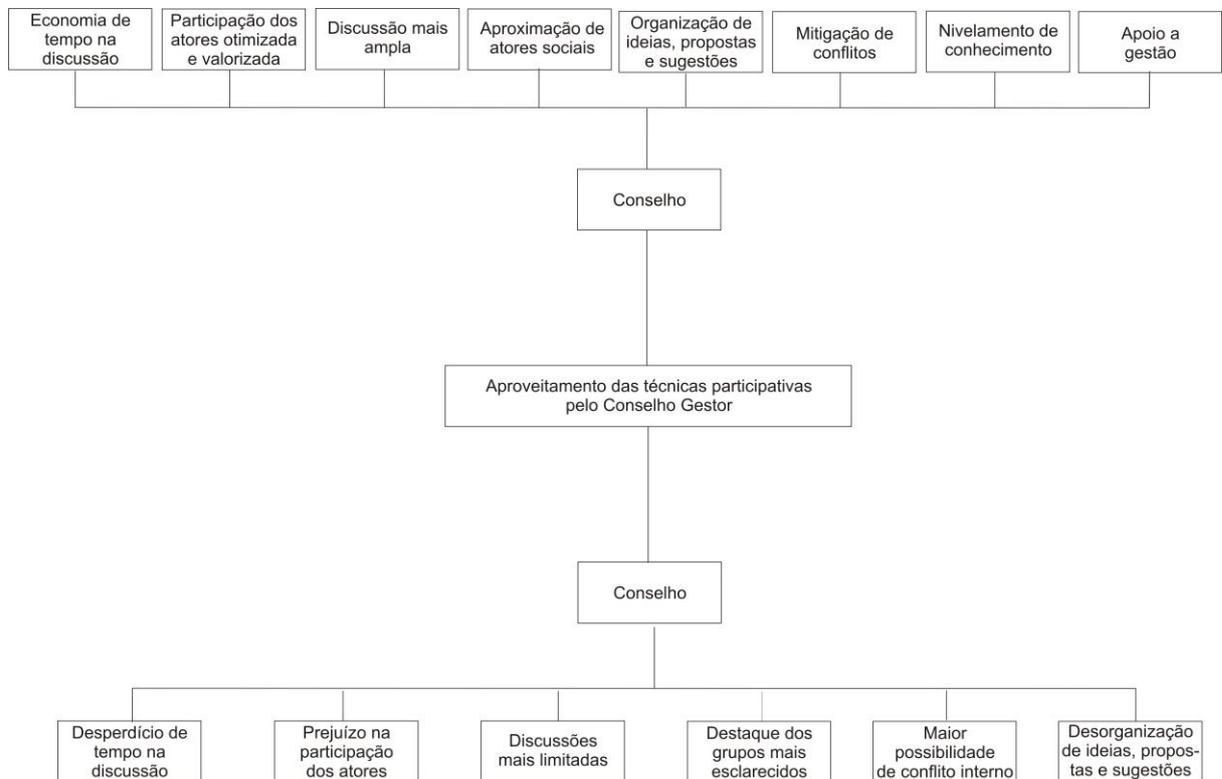


Figura 37: Aproveitamento das técnicas participativas pelo conselho gestor da APASM.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O aproveitamento das oportunidades das técnicas participativas pelo conselho gestor da APASM teve efeitos semelhantes aos observados no contexto do conselho da APAMLN, mas, entretanto, deve-se apontar que os principais efeitos apontados pela utilização destas técnicas no âmbito da APASM, foram: a capacidade de mitigação de conflitos, aproximação de atores sociais, valorização da participação dos entrevistados e o apoio à tomada de decisão como contribuição para a gestão da UC.

Os objetivos de utilização das técnicas participativas no contexto da APASM demonstraram que a apropriação destas técnicas foi diferenciada em relação ao observado no conselho da APAMLN, tanto no âmbito do conselho como pelos seus integrantes. Destaca-se que, no CONAPAM os entrevistados E25, E28 e E29 (APASM) aplicaram as técnicas participativas não somente para o levantamento de problemas, demandas e potencialidades que visaram atender somente aos diagnósticos, mas, também ao planejamento de ações tanto do conselho em si, como das instituições a quais pertencem. No caso do entrevistado E27 (APASM), as técnicas serviram para realizar o acompanhamento de atividades planejadas e realizadas. Desta forma, conforme os relatos da aplicação das técnicas participativas extrapolam o caráter de auxílio de coleta de informações conjunturais para fins de diagnóstico.

A utilização de técnicas participativas para o planejamento e acompanhamento de atividades pelo CONAPAM demonstraram a maior preocupação dos entrevistados em utilizar estas técnicas na gestão do próprio conselho e da APASM. No contexto do conselho da APAMLN, apenas o depoimento do E6 apontou a preocupação de utilização das técnicas participativas para o planejamento de atividades no ambiente institucional, não estando ligada às atividades do conselho.

A identificação das origens das dificuldades de discussões dos temas afetos aos conselhos associados à questão 2.3 permitiu conhecer e entender como estas dificuldades podem interferir no comportamento da participação dos membros dos conselhos e verificar as possibilidades de inserção das técnicas participativas com o objetivo de modificação dos respectivos cenários. Partindo deste pressuposto, foram construídas Árvores de Oportunidades para as duas APAs, (esquematizadas respectivamente nas Figuras 38 e 39) que consistem numa derivação e adaptação da Árvore de Problemas descrita por Geilfus (2002), Buarque (2008), Drummond *et al.* (2009). A elaboração das respectivas Árvores de Oportunidades levou em consideração os debates dos temas pelo conselho, com a utilização e o aproveitamento dos atributos positivos das técnicas participativas. A Árvore de Oportunidades da APAMLN (Figura 38) considerou, como causas, os efeitos observados na

Árvore de Problemas (Figura 28). Já a construção da Árvore de Oportunidades (Figura 39) da APASM reuniu, em suas causas, aqueles efeitos observados na Árvore de Problemas (Figura 29).

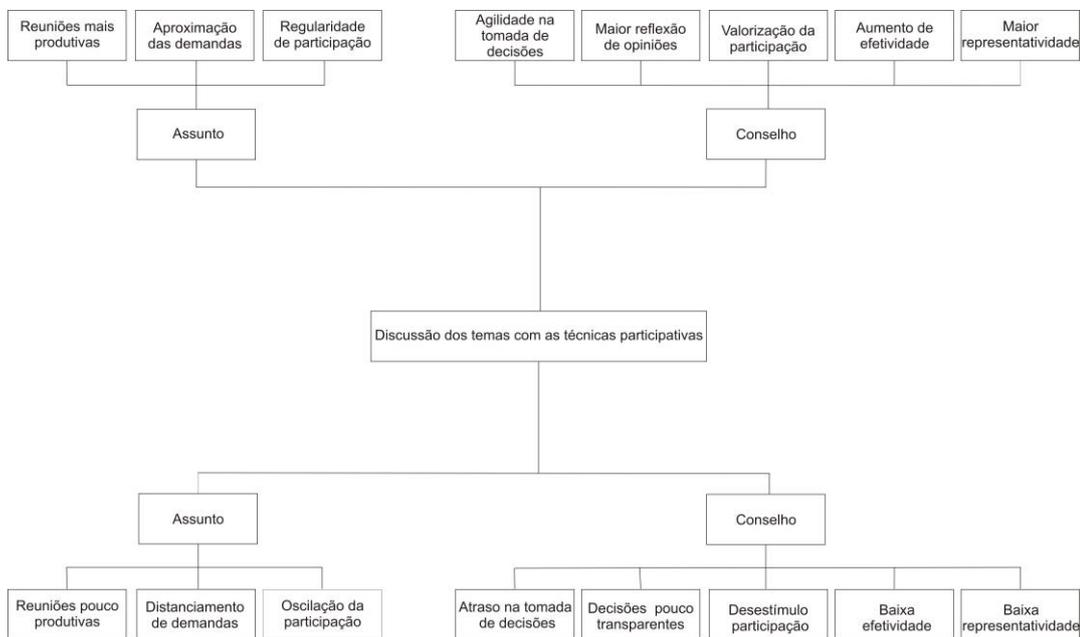


Figura 38: Árvore de Oportunidades considerando a discussão dos temas com técnicas participativas na APAMLN.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

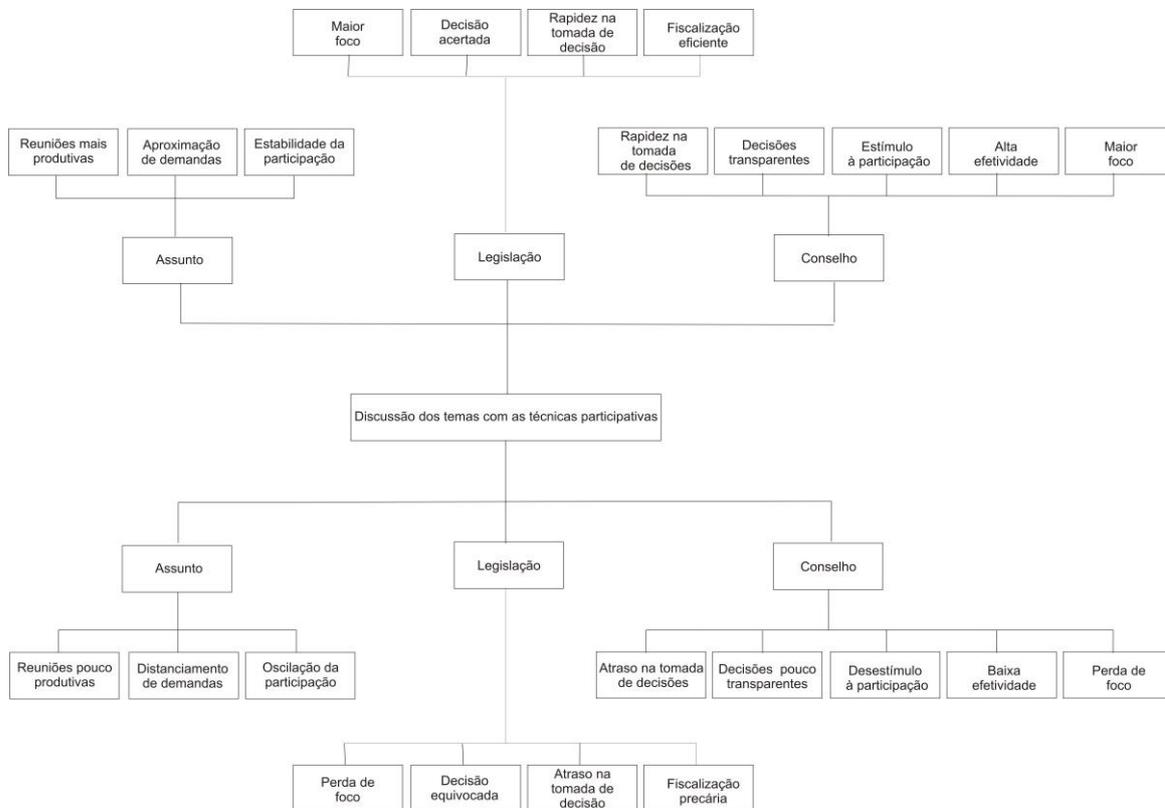


Figura 39: Árvore de Oportunidades considerando a discussão dos temas com as técnicas participativas na APASM.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A análise da discussão dos temas utilizando-se as técnicas participativas sob as perspectivas dos entrevistados da APAMLN e APASM apresentou causas semelhantes que foram citadas com maior ou menor frequência nos respectivos conselhos. As causas associadas ao grupo dos assuntos foram mais detalhadas e enfatizadas nos depoimentos dos entrevistados da APAMLN. Em relação às principais causas associadas aos conselhos, também foram observadas semelhanças referentes aos aspectos de gestão (decisões pouco transparentes, atraso no processo de tomada de decisão e a baixa efetividade) e de participação (desestímulo e falta de representatividade). A perda de foco foi uma causa observada de forma pronunciada no contexto do conselho da APASM, que não foi mencionada pelos entrevistados da APAMLN. A reflexão em torno desta causa no contexto das respectivas APAs se faz pertinente, ao se considerar o tempo de funcionamento dos conselhos, elaboração, desenvolvimento e conclusão do plano de manejo e as ações mais relevantes destacadas pelos entrevistados de cada área. Neste sentido, ao citarem a conclusão do plano de manejo, elaboração das Instruções Normativas relacionadas ao “Cercos Flutuantes” e as parcerias firmadas nas atividades de fiscalização do território conferiram ao conselho da APAMLN maior foco e efetividade das ações em relação ao CONAPAM.

O destaque dado pelos entrevistados do CONAPAM ao caráter normativo que envolveu as discussões e debates nas reuniões e encontros foi notório. As implicações envolvidas quanto à este aspecto já foram discutidas anteriormente. Neste sentido, as utilizações de técnicas participativas poderão contribuir para a simplificação e entendimento de temas voltados para este campo de conhecimento, pelo ordenamento do tempo e participação dos membros do conselho. Corroborando este raciocínio, os depoimentos dos entrevistados E2, E3 e E5 do conselho da APAMLN confirmaram que as atividades de fiscalização se tornaram muito mais eficientes e satisfatórias com a adoção de metodologias participativas.

Os efeitos esperados devido à utilização das técnicas participativas nos debates dos principais temas relacionados aos conselhos das APAs (APAMLN e APASM) são praticamente semelhantes. Espera-se o estímulo e a valorização da participação dos membros dos conselhos ampliem e influenciem na qualidade de discussão dos temas debatidos. Entende-se que as técnicas participativas facilitam a transmissão, compreensão e apropriação de conhecimentos e temas que nem sempre são do domínio de todos os atores sociais.

A melhoria na apropriação quanto aos temas discutidos quando ordenada e mediada por processos participativos amplia o poder de reflexão e avaliação de opiniões dos atores

sociais, as demandas levantadas pelo conselho ganham maior proximidade com a realidade local proporcionando a ampliação da legitimidade e transparência das ações do conselho.

As oportunidades de ganho para a gestão dos conselhos quando as discussões são mediadas por técnicas participativas, configuram-se numa maior agilidade no processo de tomada de decisão, pois as reuniões tornam-se mais dinâmicas e produtivas, havendo economia de tempo ampliando as possibilidades de se atingir maiores níveis de efetividade.

As deficiências encontradas em alguns depoimentos dos entrevistados do CONAPAM quanto à falta de conectividade entre as possibilidades de apropriação, reelaboração e construção conhecimentos nos diversos campos temáticos (social, cultural, político, ambiental) de atuação de um conselho com a utilização das técnicas participativas, amplia a importância da elaboração da árvore de oportunidades (Figura 39). Neste sentido, vale ressaltar que os avanços observados com a melhor apropriação dos assuntos proporcionam progressos no funcionamento do conselho e na gestão da UC. Dentre estes avanços, destacam-se a formação de um senso crítico mais apurado, o aumento do foco dos debates, estímulo e valorização a participação, decisões mais transparentes e assertivas. Desta forma, reduz-se o desperdício de tempo com prolongamento de debates e conflitos desnecessários, muitas vezes centrados apenas em seu aspecto normativo.

6 CONCLUSÕES

O presente trabalho possuía a seguinte hipótese preliminar: “Os conselhos conhecem o DRP e outras técnicas participativas, mas, entretanto, não as utilizam”. Após a realização do estudo, esta hipótese foi refutada via identificação das técnicas pelos entrevistados e os relatos de aplicação nos conselhos as quais apontaram a utilização das técnicas, mesmo que em muitas situações vinculadas aos mediadores externos no contexto das reuniões ordinárias, extraordinárias e oficinas. No contexto dos GTs e CTs, não foi possível identificar a responsabilidade de mediação e utilização das técnicas participativas. Embora a apropriação das técnicas participativas tenha apresentado deficiências e não tenha ocorrido de forma satisfatória, mostrou-se superior no contexto do CONAPAM em relação a APAMLN. Foi possível constatar suas aplicações e potenciais de usos em ambos os conselhos. Não foi possível atribuir somente ao pouco conhecimento relativo às técnicas participativas e ao aspecto cronológico como os principais motivos de sua pouca difusão e frequência de utilização. Aliados a estas razões, encontram-se relacionados o perfil dos atores sociais, o ambiente de aplicação, estágio de desenvolvimento da gestão participativa de cada conselho e as interações entre esses elementos.

Os relatos dos entrevistados quanto às dificuldades enfrentadas para as discussões dos principais assuntos e temas possibilitaram o entendimento das principais causas relacionadas às dificuldades de utilização das técnicas participativas de ambas as APAs.

A verificação quanto aos espaços e momentos de utilização das técnicas participativas trouxe o conhecimento sobre o conjunto de técnicas conhecidas pelos entrevistados de ambos os conselhos.

Em relação aos espaços internos e externos de utilização das técnicas participativas, foi possível a identificação e a utilização sem, entretanto, poder determinar com exatidão a frequência de utilização destas técnicas. Ao se considerar os espaços internos do conselho da APAMLN que utilizaram as técnicas participativas, observou-se que o conselho da APAMLN apresentou um número maior de GTs que aplicaram estas técnicas, o que representou uma vantagem comparativa com relação ao conselho da APASM apenas quanto à efetividade das ações propostas. Atribuir somente a esses espaços uma menor ou maior difusão das técnicas e sua apropriação pelos entrevistados de ambos os conselhos pode ser um julgamento equivocado. Este fato pode ser associado ao descompasso existente entre as reuniões, atividades e ações propostas e executadas por estes espaços internos no contexto da

APAMLN e também ao contexto que foi descrito pelos entrevistados da APASM que em seus depoimentos, associaram a utilização das técnicas participativas às atividades de um único GT mais ativo. Neste sentido, foi possível observar que há a necessidade em se identificar e conhecer com maior detalhamento a aplicação de técnicas participativas e a dinâmica de funcionamento tanto nos GTs como CTs de ambos os conselhos e os atores relacionados à mediação das técnicas nestes ambientes. Esta constatação foi reforçada pela imprecisão de se atribuir a responsabilidade da mediação com o auxílio destas técnicas participativas aos conselheiros e devido a importância atribuída a estes espaços nos depoimentos, como agentes de fortalecimento da gestão participativa dos conselhos e das UCs em ambas as APAs.

A identificação dos espaços de participação externos aos conselhos dos quais os entrevistados de ambas as APAs podem ou não fazer parte, foi fundamental para que se pudesse associar a identificação, utilização das técnicas pelos conselheiros e a cronologia de funcionamento dos próprios conselhos gestores.

A constatação da participação de um número maior de entrevistados da APASM em um número maior de instituições colegiadas permitiu verificar que as relações de participação dos entrevistados da APASM em outras instituições colegiadas auxiliaram na compreensão que o fator cronológico não se fez tão decisivo para a apropriação das técnicas participativas. Este fator apenas oportunizou o maior contato com as técnicas participativas e não representa necessariamente o maior conhecimento, difusão, aproveitamento e apropriação do conjunto de técnicas participativas de domínio do conselho da APASM.

Ao se considerar o contexto do CONAPAM com um conjunto de técnicas participativas identificadas superiores ao identificado no conselho gestor da APAMLN, verificou-se o uso das técnicas participativas no CONAPAM se deu a partir de 2015, com poucos resultados efetivos. O conselho da APAMLN com um tempo de funcionamento menor e com um conjunto menor de técnicas participativas conhecidas, conseguiu progredir e praticamente finalizar a construção do Plano de manejo, elaborar, organizar e aprovar a Instrução normativa em relação ao Cerco Flutuante e ordenar algumas atividades e fiscalização da atividade pesqueira, mostrando maior efetividade nas ações em relação ao CONAPAM, que se encontra em fase de construção do plano de manejo.

As experiências relatadas pelos entrevistados do CONAPAM sobre as ações e atividades da CT – Comunicação e dos entrevistados da APAMLN em relação aos GTs (Cerco Flutuante e Plano de Manejo) confirmaram a importância em se ampliar as possibilidades de uso das técnicas participativas nestes espaços. Estes espaços além de sua importância de contribuição para o conselho configuraram-se como espaços de maior

aproximação entre atores pertencentes a uma mesma área de conhecimento e dessa forma as discussões dos principais temas tiveram a possibilidade de adquirir maior consistência e robustez para serem levadas para as reuniões ordinárias e extraordinárias de ambos os conselhos gestores. Desta forma foi possível constatar a importância da relação entre os entrevistados de ambos os conselhos com os distintos temas e espaços mediados ou não pelas técnicas participativas.

A análise dos momentos de aplicação das técnicas participativas associou os espaços identificados aos objetivos de utilização. Esta análise permitiu concluir que o uso das técnicas participativas pelos entrevistados da APASM foi mais amplo em relação ao relatado pelos entrevistados na APAMLN. Os depoimentos dos entrevistados de ambas as APAs se mostraram semelhantes quanto ao atendimento aos objetivos das etapas de diagnóstico do plano de manejo. Entretanto, no caso da APASM os entrevistados relataram a utilização de técnicas participativas em etapas de planejamento da CT comunicação, e planejamento institucional das organizações que pertencem desta forma extrapolaram os objetivos de diagnóstico do plano de manejo.

O relato das experiências pelos entrevistados de ambas as APAs com a utilização das técnicas participativas possibilitou o aproveitamento destas técnicas para o avanço das atividades relacionadas à gestão participativa do conselho e para a gestão da APASM. No caso da APAMLN, as contribuições observadas se deram nos GTs e CT com a valorização da participação para o aproveitamento dos atributos das técnicas para o compartilhamento, consolidação e construção coletiva de conhecimentos, e se traduziram em ações efetivas.

O estudo permitiu concluir que o aproveitamento das técnicas participativas permeiam os atores sociais e os espaços ocupados por eles não somente por seus atributos, mas pelo fato de poderem promover a dinamização destes espaços por atores devidamente capacitados e legitimados. Esta dinamização tornou-se possível devido a aproximação entre integrantes do conselho, comunidade e órgão gestor e o levantamento de problemas, demandas e soluções legítimas e próximas da realidade. Torna-se oportuno destacar que o aproveitamento das potencialidades destas técnicas nos espaços internos dos respectivos conselhos considere seu uso não somente pelos atributos que possuem, mas que estes atributos estejam em consonância e conformidade com o perfil de seus integrantes, estágio de desenvolvimento da gestão participativa, observância tanto dos ambientes internos como externos e contextos de utilização para que avanços na gestão das UCs sejam percebidos tanto pelo conselho como pela sociedade.

A realização da pesquisa permitiu a observação da possibilidade de realização de outras pesquisas envolvendo as metodologias participativas e seu conjunto de técnicas. Neste sentido, recomenda-se como trabalhos futuros, a realização de estudos que façam a averiguação quanto à utilização e aplicação das técnicas participativas auxiliadas pelo mapeamento destas técnicas e dos atores sociais vinculados a elas nos diferentes espaços internos (GTs e CTs) e externos dos conselhos, buscando-se compreender dinâmica de funcionamento e efetividade das ações empreendidas pelos conselhos gestores voltadas para a gestão da UC e de gestão participativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHORODER, M. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares.** In Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n 24, mai/ago 2010, p. 268-306.

_____, R. **Desenvolvimento Sustentável: Qual estratégia para o Brasil?** Novos Estudos CEBRAP-87, Jul/2010, p.97-113.

ALMEIDA, R. H. C.; COLTRO JÚNIOR, L. **Formação de conselhos gestores em Unidades de conservação: arenas de discussão e/ou decisão – o caso da RDS do Rio Iratapuru/AP.** In: II Encontro de sociologia da região norte, Belém, 2010 18p.

ANDRADE, J. T. de. **Gestão participativa de unidades de conservação no Brasil interpretando a APA Petrópolis,** UFRRJ, 2007, 121p.

ANDRADE, C. E. de. **Análise do relevo do litoral norte paulista (Brasil) através de cartografia geomorfológica.** In: II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Universidade de Coimbra,2010.

BORGES L. A. C.; FONTES, M. A. L.; REZENDE, J. L. P., ALVES, L. W. R. **Perfil e percepção dos chefes de unidades de conservação do sistema estadual de áreas protegidas em Minas Gerais,** 2011.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável – Metodologia de Planejamento.** Ed. Garamond, 2008, 177 p.

BUVINICH, D. P. R.O mapeamento da institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas nos municípios brasileiros **Revista de administração pública,** v.48, n 1, Jan/Fev.2014, p.55-82.

BRASIL, **Lei 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o sistema nacional de unidades de conservação da natureza e dá outras providências.** Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-pl.html. Acesso em 15/05/2015.

_____, **Lei 12.188, de 11 de Janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária-PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica Extensão Rural e na Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em 23/10/2017.

_____, **Decreto 4340 de 22 de Agosto 2002.** Regulamenta a lei 9985. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4340-22-agosto-2002-451270-norma-atualizada-pe.pdf. Acesso em 13/05/2015.

_____, **Decreto 6040 de 07 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 23/10/2017.

_____, **Lei 11.516 de 28 de Agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mende de Conservação da Biodiversidade. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm. Acesso: 12/03/2017.

_____, **Decreto 8243 de 23 de Maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm Acesso em 8/11/2016.

_____, **Decreto Federal 8974 de 24 de Janeiro de 2017**. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções em confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Bioversidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm. Acesso: 09/02/2017.

BRITO, D. M. C. **Conflito em Unidades de Conservação**. (PRACS): Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP. N. 1 dez 2008, 12p.

CARRILLO, A. C.; LUZ, L. **Reflexões sobre os conselhos gestores de unidades de conservação federais apoiadas pelo WWF – Brasil**. Fev./2013. 65p.

CASTRO, I. **Conselhos gestores de Unidades de Conservação: aprendizados com os conselhos gestores de unidades de conservação no Programa ARPA**. Série Cadernos ARPA, 2009.

CAMPOLIN, A. **Metodologias participativas em agroecologia (recurso eletrônico)**. Dados eletrônicos: Corumbá, Embrapa Pantanal, Série Documentos 115 Dez/2011.14p.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA EM ORGÂNICOS, **Oficina de diagnóstico rural participativo**. Sociedade Nacional de Agricultura, s/a, 32p.

COHEN, M.; SILVA, J. F. da. **Implantação da Gestão participativa em Unidades de Conservação do Tipo Parque na cidade do Rio de Janeiro: Do Conflito à Colaboração**. Contextus, Revista Contemporânea de Economia e Gestão vol.7, n.1, Jan/Jun-2009, p.81-92.

CONAPAM, **Conselho Consultivo da APA Serra da Mantiqueira**. Disponível em: <http://blogconapam.blogspot.com.br/>. Acesso: 06/06/2017.

COZZOLINO, L. F. **Unidades de Conservação e os processos de governança local o caso da APA do Sana (Macaé/RJ)**.2005.

COZZOLINO, L. F.; IRVING, M. de A.; SOARES, D. G. **Revista Sociedade e Território**, Natal, v.27, n.1, p.138-156. Jan/Jun, 2015.

DA SILVEIRA, H. E.; MARTELLI, R; DE OLIVEIRA, V. V. **A implantação da ferramenta 5W2H como auxiliar no controle da gestão da empresa agropecuária** São José. Revista de Administração do Sul do Pará (REASP)-FESAR, v. 3, n. 2, 2016.

DANTAS, A. C. **Conselhos gestores de unidades de conservação: caracterização da efetividade na perspectiva dos stakeholders.**(Dissertação de mestrado). Escola de Administração Públicas e Empresas. Fundação Getúlio Vargas, 2015, 98p.

DIEGUES, A. C. S., **O Mito da Natureza intocada.**3.Ed.,São Paulo: Hucitec, 2001, 161p.

DIEGUES, A. C. S. **Palestra proferida no I Encontro de mídia e áreas protegidas, evento paralelo ao seminário sobre áreas protegidas e inclusão social – I Sapis,** Rio de Janeiro EICOS/UFPR, 2006.

DRUMMOND, M. A.; GIOVANETTI, L; QUEIRÓZ, A.; e colaboradores. **Técnicas e ferramentas participativas para a gestão de unidades de conservação** 2 ed. GTZ, 2009 120p.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELOS SOBRINHO, M. **Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável na Amazônia.** Revista de Administração Pública. Serial 7(4), 169-177. Out/Dez, 2015.

FARIA, A; CUNHA, A. **Ferramentas do diálogo- qualificando os usos das técnicas DRP: diagnóstico rural participativo.** Brasília, MMA/IEB. 76p, 2006.

FARIA, H. H.; PIRES, A. S. **Implicações dos conselhos consultivos a gestão de unidades de conservação.** Periódico eletrônico Alto da Paulista v.9, n.3, 2013, 21p.

FARIAS, G. L. de; ESPÍRITO SANTO, M. B. do; MOTA, I. da S. A.; MIRO J.M. R. **O método do diagnóstico rápido participativo para a formação do conselho gestor da APA Serra do Itaóca.** Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES, Agosto, 2014, 9p.

FERREIRA, V.C.P. **Modelos de gestão,** Rio de Janeiro, FGV, 2005.

FERREIRA, F. P. de M. **Mobilização e governança do conselho gestor: o caso do mosaico central fluminense** .In: Anais Uso Público em unidades de conservação , n.1, v.1, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, 9p.

FERREIRA, J. F. C.; TOSTES, J. A.. **Elementos para se pensar o desenvolvimento sustentável.** PRACS: Revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP (Universidade Federal do Amapá).Macapá, v.8, n.1,Jan/Jul.,2015, p.123-141.

FIGUEIREDO, T. A. de S.; LOPES, M. N. **Rede Ribeirinha de Comunicação: estratégia de gestão participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.** Instituto Mamirauá.Inovcom-Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação.V.2, n.2, 2007, p.09-17.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** 2002.

GALLO JÚNIOR, H.; VIANNA, L. P.; POLETTTO, C. R. R.B.; OLIVATO, D. **Análise das políticas de proteção ambiental na Área d Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte de São Paulo(Brasil)**. Revista Geográfica da América Central. Número especial.(EGAL).Costa Rica, II Semestre, p.1-15, 2011

GEILFUS, F. **80 Hierramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, evaluación**.San José, Costa Rica, IICA (Instituto Interamericano), 2002, 218p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIDDENS, A.; AUDET, M.. **La constitution de la société: éléments de la théorie de la structuration**. Presses universitaires de France, 2012.

GOMES, R.W. Por uma educação ambiental crítica e emancipatória: dialogando com alunos de uma escola privada no município de Rio Grande/RS. **Revista Ciência e Natura, Santa Maria**, v.36, n.3, set./dez , 2014, p.430-440.

GUIMARÃES, R dos R. **Métodos técnicas de diagnóstico participativo em uso de terras**. Apostila de curso. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007, 32p. (Embrapa Amazônia Ocidental, Documentos, 53)

GURGEL, C.; JUSTEN, Á. **Controle social e políticas públicas: experiências dos conselhos gestores** , 47 (2), Mar/Abr, 2013, p.357-378.

GOOGLE IMAGES
<https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+apa+marinha+litoral+norte>. Acesso em: 10/06/2017

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**, 3 ed. – São Paulo, Cortez,2007 Coleção questões da nossa época, v 84. 120p

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Editora Record, 1997.

GOMES, M. A. O. SOARES, N.; BRONZATTO, L. A. **Metodologias participativas: Elaboração e gestão de projetos**. WWF (Brasil), Projeto BR, 2015, 70p.

ICMBIO Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Conselhos deliberativos em Resex/Rds**. Nahyda Franca Von Der Weid (org).Brasília/DF, ICMBio, 2009, 148p.

ICMBIO Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-da-serra-da-mantiqueira>. Acesso: 07/06/2017.

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores, e políticas públicas** . Organizadora Adriana Maria Magalhães de Moura,Brasília, IPEA, 2016, 352p.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Censo (2010) Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> .Acesso: 07/06/2017.

JACAÚNA, T. da S. **Política ambiental em rede : Governança e difusão da política pública em Unidade de Conservação.**(Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),2015, 292p.

JUNQUEIRA, V.; CERTIZO, C. T.; VIEIRA, N. P.; SANTOS, A. P. L.; SANTOS, F.S.; LACAZ, F. A. de C. **O pacto pela saúde e a gestão da força de trabalho.** Physis Revista de saúde coletiva, v.21, n 2, Rio de Janeiro/RJ, 2011.p. 675-693.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências.** Salvador, GTZ, 2007. 155p.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5 ed., São Paulo, Atlas, 2003, 310p.

LEBRETON, C. **Gouvernance (s) sur un volcan. Controverses, arrangements et reconfigurations autour des instruments participatifs d'une aire naturelle protégée mexicaine (le Nevado de Toluca).** 2015. Tese de Doutorado. Ecole normale supérieure de lyon-ENS LYON.

LEGASPE, L. B. C. **Os potenciais impactos cumulativos das grandes obras: novo corredor de exportação e exploração de hidrocarbonetos do campo Mexilhão no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte de São Paulo.** (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), Rio Claro, 2012, 109p.

LEITE, J. F. **As Unidades de Conservação estaduais: uma análise da realidade goiana.** (Dissertação Mestrado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; França, N. (Organizadores) **Educação e gestão em unidades de conservação.** Rio de Janeiro, Ibase. Ibama, 2003.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; França, N. (Organizadores) **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos,** Ibase: Instituto Terrazul: Parque Nacional da Tijuca, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. **XI**, n. **02**, p. 237 – 253. Jul/Dez 2008, Campinas/SP.

MACHADO, R.B.; RAMOS NETO, M.B.; HARRIS, M.B.; LOURIVAL, R.; AGUIAR, L.M.S. **Análise de lacunas de proteção da biodiversidade no cerrado. In: IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** Anais, p.29-38. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Curitiba, 2004.

MARINELLI, C. E. P. **Aprimoramento da governança no âmbito dos conselhos gestores para a efetividade de Unidades de Conservação na Amazônia: fatores chave, mecanismos e impactos.** (Tese de doutorado em ecologia). Universidade de Brasília, 2016, 173p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 347 p. 1v.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas protegidas Gestão Participativa de Snuc**. v.2, Brasília, DF. MMA, 2004.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional. Relatório Final, Brasília, UNEP – WCMC, 2011.**

MELO, E.A; ANDRADE, A. B; SANTANA, M. C. A proteção dos recursos naturais da reserva biológica Santa Isabel: o papel das comunidades locais. **Ambivalências: Revista do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GPPIP**, v.1, n.1, Jan/Jun., 2013, 10p.

MENEZES, D. **Contribuições da Relação entre Comunicação e Educação Ambiental para a Gestão Participativa de Unidades de Conservação**. In: Revista Biodiversidade Brasileira, 4 (1), 2014, p. 3-16.

_____. **Comunicação e Mobilização na gestão participativa de Unidades de conservação: o caso da APA Serra da Mantiqueira**. Dissertação de Mestrado. Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Campinas/SP, 2015, 307p.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** In: Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set 1993.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MMA Ministério do Meio Ambiente .Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso: 29/05/2017.

MILANO, M. S.; BERNARDES, A. T. e FERREIRA, L. M. **Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento de unidades de conservação**. IBAMA/PNMA. Brasília, 1993, 124p.

MORAES, E.; IRVING, M.; SAÍSSE, M., RENTE, A. **Unidades de conservação de uso sustentável no Estado do Rio de Janeiro**. In: Áreas protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas.(Org.) Rodrigo Medeiros e Marta Azevedo Irving. Resumo Seminário Nacional de Áreas Protegidas (SAPIS), v.3, n.1, 2007.

MOURA, C. B. **Projetos Sociais nos Contextos da Responsabilidade Social e do Terceiro Setor**. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Economia. RJ, 2011, 34p.

MUCCI, C. B.M. R ; MAFRA, R. L. M. **Pesquisa-ação e mediação dialógica como praticas metodológicas para emergência da ação comunicativa em conselhos gestores de políticas públicas**. Revista de Administração Pública Rio de Janeiro 50 (1) p.107 – 128. Jan/Fev., 2016.

NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da Sustentabilidade: Do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados 26, (74), 2012 p.51-64

NAVARRO, O. **Les enjeux socio-environnementaux du développement durable en Amérique du Sud. Considérations à partir du cas colombien.** Développement durable et territoires. Économie, géographie, politique, droit, sociologie, v. 2, n. 3, 2011.

NOGUEIRA, A. C. C. **Diagnóstico ambiental participativo: estudo de caso na aldeia indígena Xucuru Kariri em Caldas/MG.** Dissertação (mestrado em Ciência e Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Alfenas, Poços de Caldas/MG, 2015, 154p.

OLIVAL, A. de A.; SPEXOTO, A. A.; RODRIGUES, J. A. **Participação e cultura política: os conselhos municipais e desenvolvimento rural sustentável no Território Portal da Amazônia.** In RER, Rio de Janeiro, v. 45, n.04 p 1013- 1035. Out/Dez 2007.

OLIVEIRA, M. L. R. de. **Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais** Em Extensão, Uberlândia, v.14, n.1, p. 30-51. Jan/Jun 2015.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de unidades de conservação – Guia sobre sua criação e funcionamento.** Piracicaba, Imaflora, SP, Belém: Imazon, PA, 2009, 95p.

PARNA Saint Hillaire Lange. **Parque Nacional Saint Hillaire Lange.** Disponível em: <https://parnasainthillairelange.wordpress.com/equipe-2/> . Acesso: 16/02/2017.

PARNA Serra da Bocaina. **Parque Nacional Serra da Bocaina.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/quem-somos/quem-e-quem.html> . Acesso: 16/02/2017.

PANIZZA, A.D. **Imagens orbitais, carta e teoremas: uma proposta metodológica para estudo da organização e dinâmica espacial.** São Paulo.

PECCATIELO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração os recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.24; p.71-82.Jul/Dez 2011.

PERERA, A. F.; GOMES, J. C. C. **O uso de metodologia participativas na democratização do conhecimento: Avaliação de Rede de referência na região sul do RS.** In Revista Extensão Rural, DEAER/PPGExR – CCR, UFSM, ano XVI, n 18, Jul/Dez 2009.

PESTANA, C. L. da S.; VARGAS, L. A.; CUNHA, F. T. S. **Contradições surgidas no conselho gestor da UBS da família Vargem Grande, município de Teresópolis/RJ,** 2007.

PETRARCA, F. R. **Participação política, problema sociais e atuação de conselhos gestores municipais.** Barbarói. Santa Cruz do Sul, n.28, p.28-49, Jan/Jun 2008.

POLIT, D.F.; BECK, C.T.; HUNGLER, B.P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRADO, D. S.; SEIXAS C. S.; BERKES, F. Looking back and looking forward: Exploring livelihood change and resilience building in a Brazilian coastal community. **Ocean & Coastal Management**, 113: p.29-37, 2015.

PROJETO DOCES MATAS, **Dipuc (Diagnóstico participativo em unidades de conservação)**. Belo Horizonte, IEF/IBAMA, 2002, 46p.

QUADROS, J., GIRALDI-COSTA, A. C., SEZERINO, F. de S., SANTOS, P. A. dos. **Participação Social na criação e implantação de Unidades de Conservação: O caso do Parque Nacional SaintHilaire/Lange**. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília/DF, v.6, n.3 p.32-49, Set/Dez,2015.

RECH, C. M.; SILVA, M. K. **Ativismo institucional como categoria analítica para o estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil**. In: Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. Aracajú, 2016, 14p.

RIBEIRO, A. G. **As escalas do clima**. *Boletim de geografia teórica* 23 (46-46), 1993, p.288-294.

RIBEIRO, K. O. **Ação coletiva, conselho consultivo e gestão: um estudo na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, 2005, 119p.

RIBEIRO, S. C.; BARBOSA, C. S.; LIMONT, M. **Avaliação da efetividade da gestão participativa na APA Serra da Mantiqueira**. *Geo UERJ* (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), ano 12, v.1, n.21, 1 Semestre de 2010, p.92-107.

ROSA, C. B. S., LUIZ, D. E. C. **A representatividade nos conselhos gestores: fundamentos e elementos constitutivos**. *Emancipação*, Ponta Grossa/PR, (13) (1), 2010, p.101-115.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. *Estudos Avançados*, 26 (74), 2012, p.65-92.

RUAS, E. D., BRANDÃO, I.M. de M., CARVALHO, M.A.T. **Metodologia Participativa para o desenvolvimento rural sustentável (Mexpar)**. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Minas Gerais (EMATER MG), 2006, 50p.

RUIZ JÚNIOR, L. D.; OLIVEIRA, R. C. **Áreas protegidas e expansão do uso da terra no Litoral Norte do Estado de São Paulo**. *Revista Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v.14, n.48, Dez/2013, p.48-59.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 2004. 106 p.

SALLES, P. B. **Sistematização e análises de informações gerenciais e administrativas das unidades de conservação no Estado de Santa Catarina**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, 184p.

SANTOS, A. Á. B.. **Conselhos gestores de unidades de conservação**. Tese de doutorado em ciências florestais. Publicação. Programa de pós-graduação 2/sem 08, Universidade Federal de Brasília, Brasília/DF, 2008, 186p.

SANTOS, N. B.; VILHENA, C. F. **A experiência do grupo de trabalho sobre a criação, implantação e gestão das unidades de conservação estaduais em Minas Gerais.**In: VIII Congresso Brasileiro de Áreas Protegidas. O Boticário, Fundação para a proteção da natureza, 2015.

SÃO PAULO (Estado). **Criação da APA Marinha Litoral Norte e ARIE São Sebastião Decreto 53.325 de 8 de Outubro de 2008.** Diário Oficial do Estado de São Paulo de 9 de Outubro de 2008. Poder executivo. Seção, v.118, n.191, 2008, 5p.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

SEVERINO, A J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L. da MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p

SILVA, C.M. da. **Estratégias para implementação de governança ambiental no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco – uma Unidade de Conservação Estadual de Sergipe.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2016, 194p.

SIPIONI, M. E; SILVA, M. Z. **Reflexões e interpretações sobre a participação e a representação em conselhos gestores de políticas públicas.** Revista de sociologia e política, v.21, n.46, Jan.2013, p.147-158.

SOUZA, M. M. P. de. **Reciclando a crítica nos estudos organizacionais: as tecnologias de gestão colaborativa no contexto da Associação Astriflores.** Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2016, 324p.

SCALCO, R.F. **Desafios, paradoxos e complexidade na região do mosaico de unidades de conservação da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto/MG.** Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, 228p.

SCHIEFER, U.; TEIXEIRA P. J.; MONTEIRO S. **Método Aplicado de Planejamento e Avaliação (MAPA): Manual de facilitação para a facilitação de eventos e processos participativos.** Ed. Monte Estoril, Portugal, 2006, 251p.

STRECK, D.R.; ADAMS, T. **Lugares da participação e formação da cidadania.** Civitas Porto Alegre, v.6,n.1,Jan/Jun.2006, p.95-117.

TEIXEIRA, K. A. **Gestão Participativa em Unidades de Conservação: o Conselho Consultivo da APA do João Leite, Goiás.** Dissertação (Mestrado em Geografia: Natureza e Produção do Espaço) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009, 80p.

TEIXEIRA, D. R. T.; MACHADO, C.J. S.; FARIAS, O. L.M. de ; DUPAS, F. A. **Descrição e análise quantitativa da composição e grau de participação dos atores públicos e privados nos conselhos de unidades de conservação e mosaicos federais segundo o arcabouço legal.** In: V Encontro Nacional ANPPAS, Florianópolis, 2010,15p.

TORO, J.B. A., WERNECK, N.M. **D. Mobilização Social: um Modo de Construir a Democracia e a Participação.** Brasília: Unicef, 1996.

THEULEN, V. **Percepção dos chefes das unidades de conservação federais na década de 1990.** (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Paraná, 2004, 120p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** V.16. ed. Cortez. São Paulo, SP,2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. **Geographia**, v.4,n 8, UFF (Universidade Federal Fluminense), 2002, 22p.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático.** Brasília: Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VIANNA, L.P., PIRES, J.S.; LEGASPE, L.B.C.; MILANELLI, J.C.C. **O processo de gestão da APA (Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte e Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião/SP).** Resumo apresentado no V Simpósio Brasileiro de Oceanografia, Santos, 2011, 5p.

WENDHAUSEN, Á; CARDOSO, S. de M. Processo decisório e conselhos gestores de saúde. **Revista brasileira de enfermagem** , 60 (5), Set/Out., 2007, p.579-584.

WHITACKER, G. M. Sobre o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção. **Boletim Goiano de Geografia (online).**Goiânia, v.33, n.1, Jan/Abr.,2013, p.73-89.

WWF-BRASIL. **Reflexões sobre conselhos gestores de unidades de conservação federais apoiadas pelo WWF- BRASIL: lições aprendidas com os conselhos gestores das reservas extrativistas Chico Mendes e Cazumbá, florestas nacionais da Macauã e São Francisco e parque nacional de Juruena,** WWF- Brasil, Brasília, 2013 62p.

_____. **Educação ambiental em Unidades de Conservação: 2016 ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade.** 2016, 66p.

YIN, R.K. **Estudo de caso – Planejamento e Métodos.** Tradução Daniel Grassi. Bookman. Porto Alegre/ RS, 2001, 205p.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO

FACULDADE WENCESLAU
BRAZ.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise da Apropriação de técnicas participativas pelos conselhos gestores e diretores de Unidades de conservação

Pesquisador: RYKIO ROCHA KAWAI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70347717.0.0000.5099

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.289.610

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa descritivo, exploratório e de abordagem metodológica qualitativa e quantitativa, com o objetivo principal de identificar a utilização e apropriação de técnicas participativas, por intermédio de questionários que serão aplicados junto aos membros dos conselhos gestores das Unidades de conservação Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira e Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte.

Para tanto será realizada descrição dos seguintes elementos: 1) Dos territórios da Área de Proteção Ambiental - APA Serra da Mantiqueira com sede administrativa em Itamonte/MG e Área de Proteção Ambiental Marinha e ARIESS São Sebastião/SP - APA Litoral Norte com sede administrativa em Ubatuba/SP; b) Dos conselhos gestores das respectivas áreas quanto ao funcionamento da gestão participativa. A coleta de dados será realizada por meio de levantamento bibliográfico, documental e questionários envolvendo questões abertas e fechadas, perante os conselheiros e diretores das áreas estudadas, que estarão representados em quadros comparativos e gráficos quanto as informações quantitativas. Foram apresentados no projeto o número da amostra e os critérios de inclusão e exclusão, bem como a execução do pré-teste. Os dados qualitativos serão analisados via árvore de encadeamento lógico e os dados quantitativos serão calculados parâmetros (Média, variância e desvio padrão).

Endereço: Av. Cesário Alvim, 566
Bairro: VARGINHA CEP: 37.501-059
UF: MG Município: ITAJUBA
Telefone: (35)3622-0930 Fax: (35)3622-1043 E-mail: eewb@eewb.br

FACULDADE WENCESLAU
BRAZ.



Continuação do Parecer: 2.289.610

Objetivo da Pesquisa:

a)Objetivo geral:

Identificar a utilização e apropriação de técnicas participativas,por intermédio de questionários que serão aplicados junto aos membros dos conselhos gestores das Unidades de conservação Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira e Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte.

b)Objetivos específicos:

- 1)Identificar o perfil dos conselheiros.
- 2) Identificar como são desenvolvidas as atividades de gestão participativa pelos conselhos e diretores das Unidades de Conservação (UC's), buscando-se averiguar quais técnicas participativas são utilizadas pelo conselho
- 3) Averiguar em quais momentos referentes as atividades do conselho foram utilizadas as técnicas participativas;
- 4) Verificar possíveis contribuições advindas da utilização das metodologias para o processo de gestão participativa nas áreas estudadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os autores mencionam não haver riscos.

Os benefícios foram apresentados de forma clara e em concordância com a proposta do estudo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo factível e de relevância científica para área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios estão devidamente apresentados.

Recomendações:

Recomenda-se que seja citado que o projeto foi apreciado por um Comitê de Ética em Pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço:	Av. Cesário Alvim, 566	CEP:	37.501-059
Bairro:	VARGINHA		
UF:	MG	Município:	ITAJUBA
Telefone:	(35)3622-0930	Fax:	(35)3622-1043
		E-mail:	eewb@eewb.br

FACULDADE WENCESLAU
BRAZ.



Continuação do Parecer: 2.289.610

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_859127.pdf	11/09/2017 14:22:23		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_RRK.pdf	11/09/2017 14:21:54	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_RRK.pdf	11/09/2017 14:11:58	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RRK.docx	26/06/2017 16:29:47	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
Outros	Carta_aprovacao_Cotec.pdf	26/06/2017 16:25:57	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
Outros	Formul_Rykyo_Cotec.pdf	26/06/2017 16:20:01	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
Outros	Resposta_APASM.pdf	26/06/2017 16:13:40	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
Outros	solicita_APASM.pdf	26/06/2017 16:10:24	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Rykyo_Kawai.pdf	26/06/2017 11:58:30	RYKIO ROCHA KAWAI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ITAJUBA, 21 de Setembro de 2017

Assinado por:
Cláudia Alessandra Pereira Paixão
(Coordenador)

Endereço: Av. Cesário Alvim, 566
Bairro: VARGINHA CEP: 37.501-059
UF: MG Município: ITAJUBA
Telefone: (35)3622-0930 Fax: (35)3622-1043 E-mail: eewb@eewb.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DO COTEC/SP



PROCESSO SMA N.º
INTERESSADO
ASSUNTO

EQUIPE
VIGÊNCIA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO FLORESTAL
Rua do Horto, 931 - CEP 02377-000 - S. Paulo, SP - Brasil - Fone: (0xx11) 2231-8555
www.iflorestal.sp.gov.br
: 260108 - 000.344/2017
: Rykio Rocha Kawai
: Encaminha o Projeto de Pesquisa: “Análise de Técnicas Participativas pelos Conselhos Gestores e Diretores de Unidades de Conservação”
: Rykio Rocha Kawai e Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa
: Abril de 2017 até Junho de 2017

Carta COTEC nº 271/2017 D07/2017 PH

São Paulo, 08 de Março de 2017.

Senhor
Rykio Rocha Kawai

Apraz-nos informar que o projeto “Análise de Técnicas Participativas pelos Conselhos Gestores e Diretores de Unidades de Conservação”, constante do processo em referência, de autoria de Rykio Rocha Kawai e Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa, foi aprovado para ser executado, no período de Abril de 2017 até Junho de 2017, na seguinte Unidade:

UNIDADE e RESPONSÁVEL	ENDEREÇO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<p>Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte</p> <p>Ao responsável pela Unidade</p> <p>Gestor: Pedro Barboza Oliva</p>	<p>Endereço: Rua Dr. Esteves da Silva, 510 - Centro Ubatuba-SP CEP: 11.680-000. E-mail: apamarinhaln@gmail.com</p> <p>Horário de Funcionamento da Sede: de 2ª-feira a 6ª-feira, das 8:00 às 17:00.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com relação à realização do projeto na Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte, manifestamo-nos: <u>De acordo com a execução do projeto</u>; • Com relação aos resultados do projeto, as informações geradas serão de: Alta prioridade; • Com relação ao planejamento da Unidade, a Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte: não possui: planos oficiais; • Com relação às atividades previstas pelo projeto: não existe restrição; • <u>As seguintes colocações devem ser observadas pelos autores, por ocasião da visita a esta Unidade:</u> <ul style="list-style-type: none"> • A APA Marinha Litoral Norte / ARIE-SS está de acordo com a realização do referido projeto que apresenta alta prioridade para subsidiar demandas de gestão desta Unidade de Conservação; • As atividades não previstas no projeto original devem ser previamente notificadas e submetidas à análise e aprovação do Instituto Florestal/COTEC-IF; • Cópia da dissertação, tese, artigos, resumos em eventos científicos e outras formas de publicações podem ser encaminhados como relatório parcial e final para acompanhamento e ciência desta Unidade de Conservação. Não havendo possibilidade de cópias, solicita-se o encaminhamento da(s) referência(s) bibliográfica(s) que possibilitem o acesso à todas as informações geradas no projeto; • O mandato dos conselheiros da APAMLN/ARIESS é de 2 anos, e o biênio atual (2015-2016) encerra-se em abril, quando haverá nova eleição e posse dos novos conselheiros. Como no cronograma está prevista a aplicação dos questionários para abril, indicamos sejam aplicados junto aos conselheiros do mandato 2015-2016, pois muitos dos novos não terão



PROCESSO SMA N.º
INTERESSADO
ASSUNTO

EQUIPE
VIGÊNCIA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO FLORESTAL
Rua do Horto, 931 - CEP 02377-000 - S. Paulo, SP - Brasil - Fone: (0xx11) 2231-8555
www.iflorestal.sp.gov.br
: 260108 - 000.344/2017
: Rykio Rocha Kawai
: Encaminha o Projeto de Pesquisa: "Análise de Técnicas Participativas pelos Conselhos Gestores e Diretores de Unidades de Conservação"
: Rykio Rocha Kawai e Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa
: Abril de 2017 até Junho de 2017

UNIDADE e RESPONSÁVEL	ENDEREÇO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>experiência como conselheiros;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As reuniões do Conselho Gestor da APAMLN/ARIESS são abertas ao público, estando a equipe integrante desta pesquisa convidada a participar das próximas. Assim que a convocatória sair, encaminharemos a data, pauta e demais informações por e-mail; • Relatórios parciais e final encaminhados à COTEC devem também ser remetidos à administração da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte, para serem juntados ao acervo da Unidade.

"O projeto está bem formulado, com objetivos claros e metodologia adequada. Pretende-se avaliar os mecanismos de participação da sociedade na gestão das APAs do Litoral Norte e Mantiqueira, por meio de pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas com conselheiros destas Unidades de Conservação. O projeto poderá resultar em subsídios para o aperfeiçoamento do processo de participação social na gestão de áreas protegidas. Ressaltamos ao interessado a necessidade de utilização de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a realização das entrevistas/questionários."

Por ocasião das visitas nesta Unidade, solicitamos:

1. Agendar os trabalhos de campo junto à administração da Unidade, com antecedência mínima de 15 dias, fornecendo o nome de todos os membros da equipe visitante;
2. Visitas de pesquisadores, representantes de outras instituições, convidados, pesquisadores estrangeiros, alunos, amigos, fotógrafos, imprensa, etc., não relacionados no projeto original como membro da equipe executora devem ser previamente notificadas e autorizadas pela administração da Unidade;
3. Permitir acompanhamento por pessoal da Unidade, quando o responsável pela Unidade assim estabelecer;
4. Atividades não previstas no projeto original estão vetadas, devendo ser previamente notificadas e submetidas à análise e aprovação do Instituto Florestal;
5. Atividades não previstas no projeto original, como a captura e manipulação da fauna, estão vetadas, devendo ser previamente notificadas e submetidas à análise e aprovação do Instituto Florestal;
6. Portar a licença do SISBIO/IBAMA. Quando renovada, apresentar cópia para ser anexada ao processo;
7. Somente os autores nomeados na licença do SISBIO/IBAMA poderão efetuar coletas;
8. As atividades devem restringir-se à observação de mamíferos/aves..., não sendo permitida a captura e manipulação da fauna;
9. Questionários, formulários, entrevistas orais e outras formas de abordagem de pessoal local e do público visitante devem ter o roteiro previamente submetido à ciência do responsável pela administração da Unidade;
10. Atividades de coleta de amostras da biodiversidade estão condicionadas à apresentação de cópia da licença SISBIO/IBAMA. Quando renovada, apresentar cópia para ser anexada ao processo;
11. As intervenções a serem executadas na Unidade, como colocação de placas, pregos, faixas, distribuição de folhetos, etc. devem ser previamente e formalmente autorizadas pelo responsável pela administração da Unidade;
12. Não deixar no campo vestígios da passagem no local como resíduos, buracos, embalagens, armadilhas, tambores, etc. Trincheiras e escavações devem ser seguidas de processos de recuperação, minimizando o dano local;



PROCESSO SMA N.º
INTERESSADO
ASSUNTO

EQUIPE
VIGÊNCIA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO FLORESTAL

Rua do Horto, 931 - CEP 02377-000 - S. Paulo, SP - Brasil - Fone: (0xx11) 2231-8555
www.iflorestal.sp.gov.br

: 260108 - 000.344/2017
: Rykio Rocha Kawai
: Encaminha o Projeto de Pesquisa: "Análise de Técnicas Participativas pelos Conselhos Gestores e Diretores de Unidades de Conservação"
: Rykio Rocha Kawai e Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa
: Abril de 2017 até Junho de 2017

13. Havendo necessidade de acompanhamento por mateiros, guarda-parques, consultar a Unidade sobre possível disponibilidade, com antecedência mínima de 15 dias e;
14. Havendo necessidade de deslocamento de equipamentos, realizar por conta própria ou consultar a Unidade sobre possível disponibilidade de auxiliares, com antecedência mínima de 15 dias.

Responsáveis por projetos com previsão de coletas devem providenciar a autorização SISBIO/IBAMA na página http://www.ibama.gov.br/sisbio/index.php?id_menu=205. Obtida a autorização, encaminhar cópia à Comissão Técnico-Científica - COTEC para ser anexado no processo respectivo. A partir de janeiro de 2008, toda e qualquer forma de coleta nas UCs deverá ser formalmente licenciada pelo SISBIO/IBAMA.

Conforme estabelece a Portaria do Diretor Geral de 23/01/90, e cientificado à V. Senhoria nos Termos de Compromisso e de Responsabilidade assinados em 23/12/2016, há necessidade de encaminhar à COTEC, um relatório anual, no mês de Dezembro de cada ano. Nos relatórios assinalar a área de estudos em GPS/coordenadas geográficas.

Relatórios parciais e final encaminhados à COTEC devem também ser remetidos à administração das Unidades de Conservação, para serem juntados ao acervo da Unidade.

Cópia da dissertação, tese, artigos, resumos em eventos científicos e outras formas de publicações podem ser apresentados como relatório parcial e final. Não havendo possibilidade de cópias, solicita-se o encaminhamento da(s) referência(s) bibliográfica(s), que possibilite(m) o acesso a todas as informações geradas no projeto.

A utilização para outros fins que não seja a pesquisa científica, de fotografias, imagens, vídeos e outras mídias registradas nas Unidades a título deste projeto devem ser objetos de termo específico, conforme a Portaria CINP, de 09/02/1999, publicada no DOE de 10/02/1999.

Esta aprovação não implica em suporte financeiro de qualquer natureza por parte do Instituto Florestal. A participação e ou auxílio financeiro por parte do Instituto Florestal, quando houver, deverá ser detalhado e formalizado através de contratos, convênios e outros instrumentos legais pertinentes, cuja cópia deve ser juntada ao presente processo.

Para qualquer informação ou eventualidade, colocamo-nos à sua inteira disposição.

Por prestigiar a nossa instituição, agradecemos.

Atenciosamente,

Israel Luiz de Lima
COTEC - Comissão Técnico-Científica
Instituto Florestal
Rua do Horto, nº 931
02377-000 - São Paulo - SP
Fone: (011) 2231- 8555 - Ramal 2071 Fax: Ramal 2220
cotec2@gmail.com
cotec@if.sp.gov.br

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DO SISBIO-ICMBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 56534-1	Data da Emissão: 07/11/2016 13:41	Data para Revalidação*: 07/12/2017
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Rykio Rocha Kawai	CPF: 002.812.586-00
Título do Projeto: Análise da apropriação de técnicas participativas pelos conselhos gestores	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	CNPJ: 21.040.001/0001-30

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Elaboração de questionário	12/2016	12/2016
2	Ajustes e correções metodológicas	01/2017	01/2017
3	Aplicação do questionário em campo	02/2017	03/2017
4	Tabulação e interpretação dos dados	04/2017	05/2017
5	Elaboração do diagnóstico	06/2017	07/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio n° 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio n° 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Doc. Identidade	Nacionalidade
1	Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa	Auxílio na Coleta de Dados	200.148.198-56	220089218 SSPSP-SP	Brasileira

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		MG	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa n° 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade e regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 38642371



Página 1/2

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Maiores de 18 anos

TÍTULO DO PROJETO: “ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DAS TÉCNICAS PARTICIPATIVAS PELOS CONSELHOS GESTORES E DIRETORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO”

Pesquisador responsável pelo projeto: Rykio Rocha Kawai

Telefone para contato: (XX) XXXXXXXXXX

(Caso o responsável pelo sujeito da pesquisa não possa ler, um familiar ou uma pessoa de sua confiança deverá fazê-lo).

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações que você precisa saber sobre essa pesquisa que estamos fazendo. Sua participação nesse estudo é muito importante para nós, mas, se você não quiser ou não puder participar, ou se quiser desistir depois que assinar, isso não lhe trará nenhum problema.

Eu, _____, concordo e aceito, de livre e espontânea vontade, participar do estudo “ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DAS TÉCNICAS PARTICIPATIVAS PELOS CONSELHOS GESTORES E DIRETORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO”. Declaro que foram dadas todas as informações necessárias e que foram esclarecidas todas as dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

- a) O estudo visa diagnosticar como são desenvolvidas as atividades de gestão participativa pelos conselhos gestores e pelos diretores das APA's (Serra da Mantiqueira/MG e Litoral Norte/SP);
- b) O estudo tem como objetivos verificar a utilização de técnicas e metodologias participativas pelos conselheiros e suas possíveis contribuições para o processo de gestão
- c) Os resultados obtidos poderão trazer contribuições para o aprimoramento das atividades de gestão participativa dos respectivos conselhos;
- d) A minha participação não vai ter despesa alguma para mim;
- e) Nenhuma informação pessoal será usada no estudo;
- f) Sei que posso negar a responder qualquer pergunta, se eu me sentir envergonhado ou constrangido;
- g) Sei que os autores deverão apresentar ou publicar os resultados desse estudo;
- h) Tenho a liberdade de desistir ou de parar de colaborar nesse estudo, no momento em que desejar, sem ter que explicar o motivo;
- i) Como participante da pesquisa, colaborando para a sua elaboração, poderei ter acesso aos resultados.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador

Dúvidas ou reclamações contatar:

Rykio Rocha Kawai, aluno do mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá –UNIFEI Telefone: (XX) XXXXX-XXXX Email: rykio_kawai@yahoo.com.br

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA-CONSELHEIROS

OBJETIVO

Esta pesquisa tem como objetivo principal estudar a aplicação das técnicas participativas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) pelos conselhos gestores e diretores das UCs Área de Proteção Ambiental - APA Serra da Mantiqueira/MG e APA Litoral Norte – Ubatuba/SP. O cumprimento deste objetivo só se tornará possível, mediante o levantamento de dados junto aos conselheiros e diretores das UC's que compõem o estudo, e para tanto foi elaborado um questionário que busca atender aos seguintes objetivos específicos: a) Diagnosticar como são desenvolvidas as atividades de gestão participativa pelos conselhos e diretores das UCs; b) Averiguar em quais momentos foram utilizadas as metodologias participativas e c) Verificar possíveis contribuições advindas da utilização das metodologias para o processo de gestão participativa nas áreas estudadas.

O presente questionário representa a etapa de coleta de dados da Dissertação de Mestrado intitulada: “Análise da apropriação de técnicas participativas pelos conselhos gestores e diretores de Unidades de Conservação”, do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS), ofertado pela Universidade Federal de Itajubá/MG (UNIFEI), sob a orientação da Profa. Dra. Daniela R. T. Riondet-Costa.

A atenção, clareza e colaboração, nas respostas para as questões propostas, são fundamentais para o êxito de nosso trabalho, pois os dados obtidos serão analisados e servirão como contribuição para o aprimoramento da gestão das UC's envolvidas. Informo que após a conclusão deste estudo, os resultados e conclusões serão apresentados aos participantes. Sua colaboração é muito importante para a nossa pesquisa, agradecemos sua atenção.

OBS: Os dados e informações coletadas são de **sigilo absoluto**. Nenhum participante será identificado, ao se referir aos mesmos, serão utilizadas letras (Ex: Entrevistado A, B, C, D...) ou números (Ex: Entrevistado 1, 2, 3, 4...).

Agradecemos sua atenção!

Rykyo Rocha Kawai – rykyo_kawai@yahoo.com.br
Mestrando em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.
UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá)

Prof. Dra Daniela R. T. Riondet-Costa – daniela.unifei@gmail.com
Prof(a) Orientadora.

PARTE 1: INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONSELHEIRO.

1.1 Nome completo: _____

Idade: _____ Sexo: () M () F

Endereço (comercial/profissional): _____

Cidade: _____

E-mail de contato: _____

Telefone: _____

Data de aplicação: ____/____/____

1.2 Informações referentes à formação do conselheiro/diretor (Grau de instrução, origem da formação, cursos de especialização, mestrado, doutorado):

Profissão: _____

Nível de instrução: _____

Curso: _____

Curso(s) de especialização, mestrado, doutorado:

1.3 Qual instituição representa?

1.4 A instituição está ligada a qual setor?

() Comércio

() Indústria

() Instituição Pública

() ONG

() Outros:

1.5 Durante quanto tempo foi representante no conselho?

1.6 A instituição faz parte do conselho há quanto tempo?

PARTE 2: PERCEPÇÕES EM RELAÇÃO AO CONSELHO, PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E TEMAS DISCUTIDOS.

2.1 Quais os assuntos foram mais discutidos no Conselho durante sua representação? (Considerar último ano)

2.2 Dentre o(s) assunto(s) acima citados, qual(is) o conselho encontrou maior dificuldade para discutir/debater? Por quê? (*enumerar*)

2.3 O (A) Sr.(a) sabe informar qual o motivo desta dificuldade?

2.4 Em relação aos assuntos acima citados assinale, de acordo com o seu entendimento, o quanto eles se relacionavam com as áreas abaixo elencadas: (Relacionar com 2.2)

	Ambiental	Social	Econômico	Cultural	Político	Participativo
Não se relaciona						
Parcialmente						
Completamente						

2.5 Qual a sua opinião sobre a representatividade do conselho? (Aqui se refere à paridade e número de cadeiras destinadas aos órgãos do setor público, sociedade civil, comunidade, associações, cooperativas, entre outros).

2.5.1 Em sua opinião, existe(m) diferença(s) de engajamento, organização interna e participação entre os conselheiros de órgãos/instituições governamentais dos conselheiros de associações e representações comunitárias?(Em caso afirmativo, poderia apontar alguma?)

2.5.2 Qual a sua opinião sobre o engajamento e participação da comunidade no conselho? (Aqueles sem representação no conselho)

2.5.3 Quais ações poderão ser criadas, desenvolvidas e/ou aprimoradas para a melhoria da participação e organização comunitária? (Estas ações podem ser capacitações, treinamentos,

melhorias nos canais de comunicação, redes sociais, programas e projetos que fomentem estas atividades, entre outras).

2.6 Na sua opinião, qual é o grau/nível de conhecimento dos conselheiros em relação a função que devem exercer dentro do conselho? (Representar uma parcela da Sociedade ou do Poder Público, o Regimento Interno do Conselho e do Plano de Manejo).

- 1-() Ruim
- 2-() Pouco Satisfatório
- 3-() Satisfatório
- 4-() Muito Satisfatório
- 5-() Excelente

2.7 Como o(a) Sr.(a) avalia a relação do conselho com o órgão gestor (ICMBIO – APA Serra da Mantiqueira e Fundação Florestal – APA Litoral Norte)?

- 1-() Ruim
- 2-() Pouco Satisfatória
- 3-() Satisfatória
- 4-() Muito Satisfatória
- 5-() Excelente

2.8 Como o(a) Sr.(a) avalia a relação do conselho com o Diretor da UC?

- 1-() Ruim
- 2-() Pouco Satisfatória
- 3-() Satisfatória
- 4-() Muito Satisfatória
- 5-() Excelente

2.9 Como o(a) Sr.(a) avalia a relação do conselho com a comunidade ?(Aqueles sem representação no conselho)

- 1-() Ruim
- 2-() Pouco Satisfatória
- 3-() Satisfatória
- 4-() Muito Satisfatória
- 5-() Excelente

PARTE 3: DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO PARTICIPATIVA.

3.1 Gestão participativa para você é:

- 1-() Presença nas reuniões e assembleias.
- 2-() Presença em reuniões e assembleias com a manifestação de opiniões.
- 3-(..) Manifestar-se independente da situação e local.

- 4-(..) Presença nas assembleias e outras atividades que não envolvam necessariamente o conselho gestor.
- 5-() Presença nas assembleias e outras atividades mesmo não sendo membro do conselho.
- 6-(..) Informar-se e transmitir estas informações para os demais conselheiros e representados.
- 7-(..) Investir e aprimorar as formas e infraestrutura de comunicação (Rádio, Televisão, jornais, computadores, Internet, entre outras).
- 8-(..) Representação política e não partidária.
- 9-(..) Representação política partidária.
- 10-(..) Outros:_____

3.2 O(a) Sr.(a) sabe da existência da gestão participativa na UC que pertence?

- 1-() Sim 2-() Não

3.3 O(a) Sr.(a) sabe identificar de que forma são desenvolvidas as ações de gestão participativa na UC da qual participa?

- 1-() Sim 2-() Não

3.4 Em caso de resposta afirmativa, na questão anterior, como são desenvolvidas as atividades de gestão participativa no conselho?

- 1-() Projetos efetuados pela UC junto à comunidade.
- 2-() Palestras efetuadas pela UC junto à comunidade.
- 3-() Programas governamentais (ex: infraestrutura).
- 4-() Programas de capacitação socioambiental.
- 5-() Contato com população do entorno.
- 6-() Contato com os representados via membro do conselho.
- 7-() Contato com os funcionários da UC.
- 8-() Contato com turistas.
- 9-() Visitas à UC.
- 10-() Educação ambiental
- 11-() Outros._____

3.5 Em sua opinião, as atividades de gestão participativa poderão ser aprimoradas/melhoradas de qual maneira?

- 1-() Cursos de capacitação.
- 2-(..) Palestras.
- 3-(..) Fóruns de discussão.
- 4-(..) Conferências temáticas.
- 5-(..) Atividades com a população local e entorno.
- 6-(..) Melhorias das condições de infraestrutura em comunicação (Internet, computadores, entre outras).
- 7-(..) Criação da câmara técnica específica para o assunto.
- 8-() Outras_____

3.6 As atividades de gestão participativa identificadas se relacionam de forma prioritária com qual(is) área(s)?

- 1-(..) Ambiental
- 2-(..) Social
- 3-(..) Política
- 4-(..) Econômica
- 5-(..) Cultural
- 6-(..) Outra

PARTE 4: MOMENTOS DE UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS PARTICIPATIVAS.

4.1 O (A) Sr.(a) conhece técnicas/metodologias participativas?(Fazer breve explicação do que são).

- 1-() Não
- 2-() Sim

4.2 Em caso afirmativo, o Sr.(a) sabe dizer/explicar alguma(s) desta(s) técnica(s)?(Conforme relato identifica-se a técnica utilizada: Ex: DRP, Fluxograma, Matriz, entre outros.)

4.3 O(A) Sr.(a) tem o conhecimento se algum grupo/associação da APA, externo ao conselho, utilizou estas metodologias? Se sim, qual(is)?

4.4 Em caso afirmativo, as técnicas participativas foram utilizadas para atender a quais objetivos? (Ex: objetivos específicos da associação ou algo que fosse relacionado com a UC - elaboração do plano de manejo, programas e projetos, exigências de plano diretor, câmaras técnicas, entre outros).

4.5 O(A) Sr(a) já participou destas técnicas/metodologias em atividades do conselho?

- 1-() Não
- 2-() Sim.

4.6 Em caso afirmativo, poderia citar em quais atividades? (ex: Fóruns, seminários, reuniões ordinárias, atendimento às políticas públicas, editais, entre outros).

**PARTE 5: CONTRIBUIÇÕES ADVINDAS DA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS
PARA O PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVA.**

5.1 O(A) Sr.(a) acredita que as metodologias participativas possam contribuir para o enriquecimento do conhecimento em relação à leis, direitos, deveres, programas governamentais, respeito aos demais representados e atuação do conselheiro?

1-() Não 2-() Sim.

5.2 O(A) Sr.(a) acredita que a utilização e aplicação destas metodologias contribuíram ou contribuiriam para facilitar o entendimento dos assuntos a serem discutidos pelo conselho? Em caso afirmativo, de que forma?

5.3 O(A) Sr.(a) acha possível a adoção e utilização destas metodologias junto aos seus representados? Justificar.

5.4 Em sua experiência como conselheiro, de que maneira a utilização das técnicas/metodologias participativas contribuiriam para a gestão da APA?
